



UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE HUMANIDADES
UNIDADE ACADÊMICA DE CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

ECOLOGIA POLÍTICA DA SOJA E PROCESSOS DE TERRITORIALIZAÇÃO NO SUL DO MARANHÃO

Roberto de Sousa Miranda

Orientador: Luis Henrique Hermínio Cunha

CAMPINA GRANDE-PB
2011

ROBERTO DE SOUSA MIRANDA

ECOLOGIA POLÍTICA DA SOJA E PROCESSOS DE
TERRITORIALIZAÇÃO NO SUL DO MARANHÃO

Tese de Doutorado apresentada ao
Programa de Pós-Graduação em Ciências
Sociais da Universidade Federal de
Campina Grande, como requisito para
obtenção do título de Doutor em Ciências
Sociais.

Orientador: Dr. Luis Henrique Hermínio Cunha

CAMPINA GRANDE-PB
2011

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA SETORIAL DA UFCG
CAMPUS DE POMBAL

S725e

Miranda, Roberto de Sousa

Ecologia política da soja e processos de territorialização no Sul do Maranhão / Roberto de Sousa Miranda. – Campina Grande-PB: UFCG, 2011. 203f.: il

Referências

Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Federal de Campina Grande, Centro de Humanidades.

Orientador: Luis Henrique Hermínio Cunha

1. Agronegócio da Soja. 2. Ecologia Política Figuracional. 3. Territorialização. 4. Sul do Maranhão. I. Título

UFCG/CCTA

CDU – 633.34.332.14(812.1)(043.2)

ROBERTO DE SOUSA MIRANDA

ECOLOGIA POLÍTICA DA SOJA E PROCESSOS DE
TERRITORIALIZAÇÃO NO SUL DO MARANHÃO

Tese apresentada em: 16 de junho de 2011.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Luis Henrique Hermínio Cunha (UFCG/CH/PPGCS – Orientador)

Prof^a. Dr^a. Ramonildes Alves Gomes (UFCG/CH/PPGCS – Examinadora Interna)

Prof. Dr. Aldenor Gomes da Silva (UFCG/CH/PPGCS – Examinador Interno)

Prof^a. Dr^a. Maria Célia Nunes Coelho (UFRJ/IGEO/PPGG – Examinadora Externa)

Prof^a. Dr^a. Marcionila Fernandes (UEPB/MDR – Examinadora Externa)

CAMPINA GRANDE-PB
2011

Aos meus pais,
José Mário e Arcangela

AGRADECIMENTOS

A elaboração desta tese contou com a ajuda de pessoas de diferentes Estados e regiões, que me estimularam e me apoiaram nas horas mais difíceis, especialmente no primeiro ano de doutorado, momento de mudanças drásticas na minha trajetória acadêmica e pessoal. Pessoas que não mediram esforços para que eu seguisse em frente e concluísse o doutorado.

Agradeço imensamente ao amigo e orientador Luis Henrique Hermínio Cunha, de quem recebi o apoio para fazer o projeto de doutorado, ir para São Carlos (SP) e depois me acolheu de braços abertos, no meu retorno a Campina Grande, dando a orientação necessária para a elaboração da tese. A ele não tenho como agradecer a altura da sua disponibilidade.

Aos meus pais, José Mario e Arcangela, que desde o início incentivaram a minha saída de Balsas (MA), para a distante Campina Grande e para São Carlos, apoiando-me afetivamente e materialmente. Às minhas irmãs, Rosane e Mirian, que tanto respaldaram as minhas escolhas e sentiram minha ausência.

À Mirian, que foi a minha auxiliar de pesquisa mais importante, sempre disponível para coletar informações e transcrever as entrevistas. Depois dela à minha mãe, que fez entrevistas e contatos fundamentais para essa pesquisa.

Ao meu tio Felão, por me acolher em seu apartamento em São Paulo em 2007 e sempre que precisei ir à cidade. À amiga Lizandra por me receber em sua residência em 2009. À grande e estimada amiga Vanessa por acolher e continuar me acolhendo na sua casa em Campina Grande.

Aos grandes amigos John Kennedy Guedes Rodrigues e Ramonildes Alves Gomes que disponibilizaram a residência da família entre agosto de 2009 e julho de 2010. Período mais importante do doutorado, porque foi o momento em que achei o foco da minha tese.

À minha namorada Ingridt Millena Vieira Dantas, pela paciência e compreensão durante a escrita da tese, momento em que muitas vezes não pude lhe dar a atenção necessária. A sua presença e companheirismo foram fundamentais.

Ao senhor Abrão, presidente do STTR de Balsas, meu primeiro contato de pesquisa. Ao senhor Cavaquinho, presidente da ACA, pela atenção, disponibilidade, encaminhamento à minha primeira viagem ao Projeto Rio Peixe. Ao senhor Antônio Crioulo, da CPT, pela indicação de documentos a serem consultados. Ao senhor João Fonseca, líder sindical e agricultor familiar, pelas informações que orientaram a compreensão do Projeto Rio Peixe e pelos documentos disponibilizados para consulta.

À senhora Maria de Lourdes Costa Taveira, que me auxiliou na consulta a livros sobre o Sul do Maranhão, disponíveis no Arquivo Público do Maranhão. Ao senhor Ivan Mota Barbosa, por facilitar o acesso aos registros do Cartório do 1º Ofício de Balsas para consulta e pelas dúvidas sobre regularização de terras, esclarecidas via e-mail. À senhora Lourdes do INTERMA, pela cordialidade ao telefone.

Ao Jackson e sua esposa, pela primeira refeição feita no Porto Isidoro e pelas orientações a respeito das famílias que eu poderia visitar para fazer entrevistas. Ao Antônio Carlos e sua família pela acolhida e pelas refeições diárias, enquanto estive no Porto Isidoro. A Russilan, por abrir as portas da sua casa para que eu pudesse dormir. Ao senhor Paulo, meu guia, informante e piloto da moto dentro do Projeto Rio Peixe. Ao senhor João Américo, pelas diversas conversas que tivemos para esclarecimentos. Ao senhor Valdemar e sua esposa Saudelina, por me receberem na casa da família e ao seu filho Dyone que me conduziu às casas da comunidade do Ferreira.

À amiga Patrícia Hermínio Cunha Feitosa e ao amigo Aristodemo Sousa, pela ajuda na análise das imagens de satélite. Ao amigo Tayrone, por desenhar parte dos mapas da tese.

À minha prima Yonara Miranda pelo abstract.

A todos os meus professores, que forneceram as ferramentas teóricas e metodológicas necessárias à conclusão do doutorado: à profª. Cibele Risek, ao prof. Fabiano Engelmann e Marco Antonio Villa, ambos da PPGCSO/UFSCAR; ao prof. Anderson Moebus Retondar, à profª. Ramonildes Alves Gomes e à profª. Mércia Rangel Batista, ambos do PPGCS/UFCEG.

Aos meus amigos e colegas de doutorado da UFSCAR e da UFCEG, pelos momentos de reflexão teórica. À Ana, secretária do PPGCSO/UFSCAR. Aos funcionários do PPGCS/UFCEG, Rinaldo, Joãozinho, Zezinho, Rosicler e Jussara, pela ajuda prestada.

A minhas avós, Jandira e Letícia. A todos os meus tios, primos, sobrinhos e familiares de Balsas. Aos amigos e parceiros de cerveja de Balsas, Janafna, Rodrigo e Ireneu. Às minhas amigas piauienses, Dona Luisa, Lanna, Larissa e Paty. Aos amigos de Pombal, Roberto Cleiton, Lauter, Helber, Hallyson, Camilo, Gerla, Arthur, Maíra, Juliana, Gadelha, Magaly e Kaio. Aos amigos de Campina Grande, Aldo, Kaliane, Valesca, Clarissa, Giancarlo, Dona Vânia, Samyra, Myrceia, Jonh, Edi, Deise, Danila, Fernando, Seu Vieira, Samara, Daniel e João Matias.

A todos vocês, muito obrigado!

RESUMO

A expansão da soja no Sul do Maranhão tem sido um processo marcado por contradições, mobilizações e conflitos, apreendidos pela análise das disputas entre diferentes estratégias políticas orientadas por atividades agrícolas que articulam atores e ambientes, a que chamamos de projetos territoriais. Projetos territoriais expressam intencionalidades, mais ou menos explicitadas pelos atores sociais, referentes às formas desejadas de apropriação do espaço e à definição das formas de acesso e usos dos recursos naturais a serem priorizados. Estes projetos informam padrões de distribuição do poder entre diferentes grupos sociais que mobilizam instituições para implementar modelos agropecuários, e que se esforçam para legitimar suas intencionalidades, ancoradas em objetivos sociais mais gerais, conseguindo assim a adesão ou a simpatia de um espectro mais amplo da sociedade, extrapolando inclusive as fronteiras regionais. O que se denomina de projeto territorial sojícola será confrontado a outros dois projetos territoriais que, entre 1977 e 2010, apresentaram graus variados de mobilização institucional: o projeto pecuário e o projeto agropecuário familiar. A avaliação dos diferentes graus de institucionalização e de legitimação dos projetos territoriais foi orientada pelo uso das escalas de fatores socioambientais: a local, a regional, a nacional e a global. A ecologia política complementa a noção de projetos territoriais porque possibilita a análise dos conflitos e dos processos de mudança ambiental relativos às reconversões produtivas vivenciadas no mundo rural, rejeitando a idéia de que a natureza é um ambiente neutro. O estudo dos conflitos socioambientais partiu da análise intensiva de casos históricos nos Gerais de Balsas, a fim de elucidar como os atores sociais em disputa estavam ligados entre si por modos específicos de dependência recíproca, pautados num equilíbrio móvel de tensões, que resultaram em processos de territorialização, compreendidos enquanto transformações nas formas de apropriação do espaço e seus recursos naturais, que são constantemente estruturadas, desestruturadas e reestruturadas pelas práticas dos grupos sociais e as relações de interdependência estabelecidas, que os ligam uns aos outros pelas redes de interesses referentes à figuração social. Propõe-se, assim, uma ecologia política figuracional, que parte da idéia de que mudanças ambientais e processos de territorialização são equivalentes, porque refletem transformações nas relações entre sociedade e natureza. A diferença é que o foco nas mudanças ambientais prioriza transformações ambientais provocadas pelas práticas dos atores sociais e os processos de territorialização, o entrelaçamento das práticas dos atores sociais e seus efeitos sobre o espaço.

Palavras-chave: Agronegócio da Soja; Ecologia Política Figuracional, Territorialização, Sul do Maranhão.

ABSTRACT

Soybean expansion in the Southern Maranhao has been a process marked by contradictions, demonstrations and conflicts, apprehended by the analysis of disputes among different political strategies conducted by agricultural activities that articulate social actors and environments, which are called territorial projects. Territorial projects express intentionalities, more or less explained by social actors, referring to the desired forms of appropriation of space and to the definition of forms of access and uses of natural resources to be prioritized. These projects inform standards of distribution of power among different social groups that mobilize institutions to implement livestock models, and make effort to legitimize their intentionalities, anchored in broader social goals, thereby achieving the adhesion or sympathy from a wider spectrum of society, extrapolating even the regional boundaries. What is called territorial soybean project will be confronted with two other territorial projects that, between 1977 and 2010, showed varying degrees of institutional mobilization: the livestock project and the agricultural family project. The evaluation of different degrees of institutionalization and legitimation of territorial projects was guided by use of the scales of socio-environmental factors: the local, the regional, the national and the global. Political ecology complements the notion of territorial projects because it enables the analysis of conflicts and processes of environmental change related to the productive reconversion experienced in rural areas, rejecting the idea that nature is a neutral environment. The study of socio-environmental conflicts stemmed from the intensive analysis of historical cases at Gerais of Balsas in order to elucidate how social actors in dispute were bound together by specific modes of mutual dependence, interlined by a moving equilibrium of tensions, which resulted in territorialization processes, understood as transformations in the forms of appropriation of space and their natural resources, which are constantly structured, unstructured and restructured by the practices of social groups and the established interdependent relationships, that bind them to each other by networks of interests relating to social figuration. It is proposed therefore a figurational political ecology that assume the idea that environmental changes and territorialization processes are equivalent, because they reflect transformations in the relations between society and nature. The difference is that the focus on environmental changes prioritizes environmental transformations caused by the practices of social actors and the territorialization processes, the interweaving of practices of social actors and their effects on space.

Keywords: Soybean Agribusiness; Figurational Political Ecology; Territorialization; Southern Maranhao.

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 – Cerrado Brasileiro	35
Mapa 2 – Localização dos Projetos do PRODECER	39
Mapa 3 – Amazônia Legal.....	42
Mapa 4 – Comparativo das safras de soja de 1989/90 e 1994/95.....	79
Mapa 5 – Comparativo das safras de soja de 1999/00 e 2004/05.....	80
Mapa 6 – Unidades de processamento de soja das principais empresas que atuam no Brasil .	86
Mapa 7 – Projeto Rio Peixe.....	114
Mapa 8 – Projeto de Colonização Gerais de Balsas	134
Mapa 9 – Localização do município de Balsas no Estado do Maranhão	145
Mapa 10 – Áreas agrícolas e de solo exposto nos Gerais de Balsas em 1984, 1997 e 2009..	146

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Áreas ocupadas pelas diferentes classes de usos da terra no Cerrado (2002)	34
Tabela 2 – Projetos do PRODECER	38
Tabela 3 – Capacidade de processamento da soja no Cerrado e Amazônia Legal (t/dia)	87
Tabela 4 – Capacidade de refino do óleo de soja no Cerrado e na Amazônia Legal (t/dia)	88
Tabela 5 – Capacidade de envase do óleo refinado no Cerrado e na Amazônia Legal (t/dia) .	88
Tabela 6 – Os novos pólos do agronegócio brasileiro	91
Tabela 7 – Os maiores exportadores do Brasil entre 2000 e 2009	93
Tabela 8 – Comunidades rurais e associações do Ribeirão do Ásia e Rio Peixe	117
Tabela 9 – Subprojetos financiados pelo crédito fundiário em Balsas.....	120
Tabela 10 – Crescimento populacional de Balsas (1970-2010)	142
Tabela 11 – População dos municípios da Mesorregião Sul Maranhense	143
Tabela 12 – Produção agrícola de Balsas, área plantada e quantidade produzida entre 1990 e 2009	147
Tabela 13 – Produção pecuária de Balsas entre 1990 e 2009.....	149
Tabela 14 – Venda dos 77.005 ha grilados pelo senhor Cana Verde	153
Tabela 15 – Estratégias que garantiram aos agricultores familiares a posse da terra.....	158

LISTA DE BOXES

Box 1 – Apropriação de recursos naturais: ação coletiva e provimento de bens comuns	61
Box 2 – Conflitos socioambientais: o caso das quebradeiras de coco babaçu	64
Box 3 – O local e o global no caso da exploração de minério de ferro na Serra de Carajás	68

LISTA DE ANEXOS

Anexo 1 – Títulos de terra emitidos pelo INTERMA para o município de Balsas entre 1999 e 2009	180
Anexo 2 – Fazendas produtoras de soja no município de Balsas	194
Anexo 3 – Estabelecimentos agropecuários de Balsas com áreas embargadas pelo IBAMA até maio de 2011	199
Anexo 4 – Embalagens de agrotóxicos nas fazendas de soja do município de Balsas.....	202
Anexo 5 – Áreas queimadas no projeto Rio do Peixe	203

LISTA DE SIGLAS

ABA – Associação Brasileira de Angus
ABIOVE – Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais
ACA – Associação Camponesa
ADM – Archer Daniels Midland Company
AEA – Associação de Empresas da Amazônia
AEASUMA – Associação dos Engenheiros Agrônomos do Sul do Maranhão
AI-5 – Ato Institucional 5
AGROSERRA – Agropecuária e Industrial Serra Grande
AGED/MA – Agência Estadual de Defesa Agropecuária do Maranhão
AGERP/MA – Agência Estadual de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural do Maranhão
APA – Área de Preservação Ambiental
APP – Áreas de Preservação Permanente
APPRAN – Associação dos Produtores do PRODECER Ana Terra
APRCOR – Associação dos Produtores de Coromandel
ARIAB – Associação dos Revendedores de Insumos Agrícolas de Balsas
BASA – Banco da Amazônia S/A
BEM – Banco do Estado do Maranhão
BDMG – Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais
BNB – Banco do Nordeste Brasileiro
BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
BRASAGRO – Companhia Brasileira de Participação Agro-Industrial
CAB – Cooperativa Agropecuária de Balsas
CADIN – Cadastro de Inadimplentes
CAF – Consolidação da Agricultura Familiar
CAMPO – Companhia de Promoção Agrícola
CCTA – Centro de Ciências Tecnologia Agroalimentar
CEBs – Comunidades Eclesiais de Base
CEVAL – Agro Industrial dos Cereais do Vale S/A
CH – Centro de Humanidades
CNA – Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil
COACER – Cooperativa Agropecuária do Cerrado Ltda.
COACERAL – Cooperativa Agrícola do Cerrado Brasil Central Ltda.
COANOR – Cooperativa Agropecuária do Noroeste Mineiro

CODECA – Colonizadora De Carli
COMALBA – Cooperativa dos Produtores de Leite de Balsas
COMARCO – Companhia Maranhense de Colonização
COMIGO – Cooperativa Agroindustrial dos Produtores Rurais do Sudoeste Goiano
CONAB – Companhia Nacional de Abastecimento
CONTAG – Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
CONTACP – Conta Cooperativa de Capacitação
COOACERTIS – Cooperativa Agropecuária do Cerrado de Buritis
COOPACEN – Cooperativa Agropecuária do Planalto Central Ltda.
COOPAMIL – Cooperativa Agrícola Mista Iraí Ltda.
COOPERLUCAS – Cooperativa Agropecuária Lucas Rio Verde Ltda.
COOPERNOVO – Cooperativa Agropecuária e de Alimentos Novo Horizonte
COOPERSAN – Cooperativa Agropecuária Mista de São João Ltda.
COOPERTINGA – Cooperativa Agropecuária da Região do Piringa Ltda.
COOPERVAP – Cooperativa Agropecuária do Vale do Paracatu Ltda.
COOPROESTE – Cooperativa Agrícola do Oeste da Bahia Ltda.
COPPER – Cooperativa dos Produtores Agropecuaristas do Paraíso e Região
COTERMA – Companhia de Colonização e Terras do Maranhão
CPT – Comissão Pastoral da Terra
CPR – Combate à Pobreza Rural
CTG – Centros de Tradições Gaúchas
CVRD – Companhia Vale do Rio Doce
EEB – Encefalopatia Espongiforme Bovina
EFA – Escola Família Agrícola
EFC – Estrada Ferroviária de Carajás
EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
EMATER – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Maranhão
FAPCEN – Fundação de Apoio à Pesquisa do Corredor de Exportação Norte
FASE – Federação de Órgãos para a Assistência Social e Educacional
FETAEMA – Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura do Estado do Maranhão
FINAM – Fundo de Investimentos da Amazônia
FINOR – Fundo de Investimentos do Nordeste
FNE – Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste
FLONA – Floresta Nacional

FNMA – Fundo Nacional do Meio Ambiente
FNS – Ferrovia Norte-Sul
FUNRURAL – Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural
GEAGRO – Gerência da Agricultura, Pecuária e Desenvolvimento Rural
GPI – Grande Projeto de Investimento
IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IGEO – Instituto de Geociências
IHGB – Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro
I PNRA – I Plano Nacional de Reforma Agrária
II PDN – II Plano de Desenvolvimento Nacional
II PNRA – II Plano Nacional de Reforma Agrária
INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INPE – Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais
INTERMA – Instituto de Colonização e Terras do Maranhão
JADECO – Japan-Brazil Agricultural Development Corporation
LEM – Luis Eduardo Magalhães
MAPA – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MAPITO – Maranhão, Piauí e Tocantins
MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário
MDR – Mestrado em Desenvolvimento Regional
MEB – Movimento de Educação de Base
MERCOSUL – Mercado Comum do Sul
MFC – Manejo Florestal Comunitário
MIQCB – Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu
MMA – Ministério do Meio Ambiente
MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra
NASA – National Aeronautics and Space Administration
NEMRH/MA – Núcleo de Meteorologia e Recursos Hídricos do Maranhão
NEPE – Núcleo de Programa Especiais
NPT – Nossa Primeira Terra
OMC – Organização Mundial do Comércio
ONGs – Organização Não Governamentais
PAA – Programa de Aquisição de Alimentos
PAC – Programa de Aceleração do Crescimento

PADAP – Programa de Assentamento Dirigido do Alto Parnaíba

PADPB – Plano de Ação para Potencializar o Desenvolvimento do Pólo de Balsas

PAPP – Programa de Apoio ao Pequeno Produtor Rural

PC – Projetos de Colonização

PCC – Projeto de Colonização dos Cerrados

PC-GEBAL – Projeto de Colonização Gerais de Balsas

PCI – Programa de Crédito Integrado e Incorporação dos Cerrados

PCL – Programa de Compra Local

PCPR – Programa de Combate a Pobreza Rural

PCT – Projeto Cédula da Terra

PDCSN – Programa de Difusão da Cultura de Soja no Nordeste

PETROBRAS – Petróleo Brasileiro S/A

PGC – Programa Grande Carajás

PIB – Produto Interno Bruto

PIC – Projeto Integrado de Colonização

PIN – Plano de Integração Nacional

PMB – Prefeitura Municipal de Balsas

PNATER – Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural

PNCF – Programa Nacional de Crédito Fundiário

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

POLAMAZÔNIA – Programa de Pólos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia

POLOCENTRO – Programa de Desenvolvimento dos Cerrados

PPG-7 – Programa Piloto Internacional para Conservação das Florestas Tropicais Brasileiras

PPGCS – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais

PPGCSO – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais

PPGG – Programa de Pós-Graduação em Geografia

PPP-ECOS – Programa Pequenos Projetos Ecosociais

PRODECER – Programa de Cooperação Nipo-Brasileiro para o Desenvolvimento dos Cerrados

PRODEIN – Programa de Desenvolvimento Industrial do Maranhão

PRONATER – Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária

PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

PROTERRA – Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à Agroindústria do Norte e Nordeste

RAM – Reforma Agrária de Mercado

REBIO – Reserva Biológica
RESEX – Reserva Extrativista
RR – Roundup Ready
SAS – Subsistema Agroalimentar da Soja
SDC – Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo
SDR – Secretaria de Desenvolvimento Regional
SDT – Secretária de Desenvolvimento Territorial
SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SEDAGRO – Secretária do Estado de Agricultura e Desenvolvimento Agrário
SEMA – Secretária de Meio Ambiente
SIC – Subprojeto de Investimento Comunitário
SIDRA – Sistema IBGE de Recuperação Automática
SINDIBALSAS – Sindicato dos Produtores Rurais de Balsas
SLC – Schneider Logemann & Cia Ltda.
SPRING – Sistema para Processamento de Imagens e Geoprocessamento
SPVEA – Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia
SRA – Secretaria de Reordenamento Agrário
SUDAM – Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia
SUDECO – Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste
SUDENE – Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste
STTR – Sindicato de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Balsas
UEPB – Universidade Estadual da Paraíba
UFCG – Universidade Federal de Campina Grande
UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro
UFSCAR – Universidade Federal de São Carlos

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	20
CAPÍTULO I	
OCUPAÇÃO E USO DA TERRA NO CERRADO E NA AMAZÔNIA: PROCESSOS DE MARGINALIZAÇÃO E DE CRIMINALIZAÇÃO.....	30
1.1 DINÂMICAS AGRÁRIAS E INTERVENÇÃO ESTATAL NO CERRADO.....	33
1.2 OCUPAÇÃO DA AMAZÔNIA LEGAL E MARGINALIZAÇÃO DAS POPULAÇÕES LOCAIS	41
1.2.1 A intervenção estatal e os grandes projetos de desenvolvimento regional	41
1.2.2 Grandes projetos de investimento e o capital privado.....	47
1.3 MARGINALIZAÇÃO E CRIMINALIZAÇÃO DE POPULAÇÕES LOCAIS DO CERRADO E DA AMAZÔNIA	49
CAPÍTULO II	
ECOLOGIA POLÍTICA FIGURACIONAL E PROCESSOS DE TERRITORIALIZAÇÃO	51
2.1 AS ORIGENS DA PROBLEMÁTICA AMBIENTAL	54
2.2 A ECOLOGIA POLÍTICA: CONFLITOS E MUDANÇAS AMBIENTAIS.....	56
2.2.1 Apropriação de recursos naturais e conflitos socioambientais.....	60
2.2.2 Poder e mudanças socioambientais	65
2.2.3 As relações de poder em diferentes níveis de agregação	66
2.3 A SOCIOLOGIA FIGURACIONAL.....	69
2.4 ANÁLISE DOS PROCESSOS DE TERRITORIALIZAÇÃO	71
CAPÍTULO III	
ESTABELECIMENTO E CONSOLIDAÇÃO DA SOJA NO BRASIL: DO ESTADO AO CAPITAL PRIVADO	75
3.1 PRIMEIROS CULTIVOS E O AVANÇO DA SOJICULTURA NO BRASIL.....	76
3.1.1 Estabelecimento da atividade sojícola no Brasil	77
3.1.2 Estratégias produtivas em áreas de fronteira agrícola	81
3.1.3 A institucionalização da soja transgênica.....	82
3.2 ATIVIDADE SOJÍCOLA E MUDANÇAS SOCIOAMBIENTAIS NO CERRADO E NA AMAZÔNIA LEGAL.....	83
3.2.1 Complexo agroindustrial da soja e a competitividade regional.....	85
3.2.2 A (re)estruturação do agronegócio da soja.....	90
3.2.3 Sojicultura e conflitos no Sul do Maranhão	94

CAPÍTULO IV	
PROJETOS TERRITORIAIS EM DISPUTA NO SUL DO MARANHÃO	97
4.1 OCUPAÇÃO DO SUL DO MARANHÃO E CONCENTRAÇÃO FUNDIÁRIA	98
4.2 PROJETO TERRITORIAL PECUARISTA	103
4.2.1 Intencionalidades dos atores sociais do projeto territorial pecuário.....	103
4.2.2 Institucionalização do projeto territorial pecuário.....	106
4.2.3 Legitimação do projeto territorial pecuário	108
4.3 PROJETO TERRITORIAL AGROPECUÁRIO FAMILIAR	109
4.3.1 Intencionalidades dos atores sociais do projeto agropecuário familiar	110
4.3.2 Institucionalização do projeto territorial agropecuário familiar.....	115
4.3.3 Legitimação do projeto territorial agropecuário familiar	121
4.4 PROJETO TERRITORIAL SOJÍCOLA	123
4.4.1 Intencionalidades dos atores sociais do projeto territorial sojícola	124
4.4.2 Institucionalização do projeto territorial sojícola.....	131
4.4.3 Legitimação do projeto territorial sojícola	136
CAPÍTULO V	
EXPANSÃO DA SOJA, CONFLITOS E PROCESSOS DE TERRITORIALIZAÇÃO NO SUL DO MARANHÃO	140
5.1 O AVANÇO DA SOJA NOS GERAIS DE BALSAS.....	141
5.2 CONFLITOS E PROCESSOS DE TERRITORIALIZAÇÃO.....	149
CONSIDERAÇÕES FINAIS	163
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	168
ANEXOS.....	179

INTRODUÇÃO

O Cerrado e a Amazônia, a partir dos anos 1960, constituíram-se áreas estratégicas para atividades agropecuárias e de mineração, orientadas por projetos territoriais que procuravam povoar, modernizar e desenvolver a região. Contudo, esses grandes empreendimentos modernizantes colidiram com os projetos das populações tradicionais¹ e dos movimentos sociais – que procuram assegurar o acesso à terra, à melhoria de suas condições socioeconômicas e a exercer o controle da base de recursos naturais –, gerando intensos conflitos pela apropriação desses recursos.

A partir da década de 1980, vários pesquisadores procuraram analisar como a implantação de grandes projetos de investimentos em atividades agropecuárias e de mineração no Cerrado e na Amazônia, orientados por dinâmicas socioambientais locais, regionais, nacionais ou internacionais, foram vetores de processos de expropriação de terras, de deslocamento das populações tradicionais para os centros urbanos e do aumento do desmatamento e da pobreza (BUNKER, 2007a, 2007b; AZEVEDO, MARTINS e DRUMMOND, 2009; LIMA e MAY, 2008; ALVES, 2005).

As áreas de expansão da fronteira agrícola brasileira eram consideradas desabitadas e passíveis de ocupação mediante os estímulos dos governos estadual e federal, expressos nas políticas e programas de modernização da agricultura e aumento da produção de alimentos para o abastecimento nacional e para a exportação. Contudo, as *novas áreas agricultáveis* eram habitadas. Nelas índios, ribeirinhos, quilombolas e pequenos produtores moravam e trabalhavam. As relações assimétricas de poder favoreceram o desenvolvimento de grandes projetos agropecuários em detrimento das atividades dos habitantes locais.

A discussão acima se insere num debate mais amplo, iniciado nos anos de 1960, em reação à ecologia humana, que negligenciava as dimensões políticas das interações entre os seres humanos e o meio ambiente, preocupando-se demasiadamente com os processos de adaptação humana. Do debate emergiu a ecologia política, perspectiva analítica que sintetiza elementos da ecologia humana, da economia política e da ecologia cultural. Nas últimas duas

¹ Os termos *população tradicional* e *conhecimento tradicional*, comumente usados para diferenciar os grupos sociais estabelecidos dos *forasteiros*, não são sinônimos de homogeneização de povos e culturas, como se possuíssem um caráter universal deslocado do espaço e do tempo; pelo contrário são plurais, *populações tradicionais* e *conhecimentos tradicionais*, para assim abranger as diversidades e especificidades dos grupos sociais analisados (CUNHA, 2009).

décadas, a ecologia política ampliou seu foco de análise e se constituiu uma importante abordagem para a análise de conflitos relativos à apropriação de recursos naturais, de mudanças ambientais e de dinâmicas territoriais.

Ao analisar os conflitos e os processos de mudança ambiental relativos à implementação de grandes projetos no campo, rejeitando a idéia de que a natureza é um ambiente neutro, a ecologia política² se coloca como uma das abordagens mais adequadas às análises de temáticas socioambientais. A degradação ambiental, portanto, seria o resultado da interação entre os diversos atores com o ambiente e fruto de processos políticos que refletem mudanças nas relações de poder (LASCHEFSKI e COSTA, 2008).

Os trabalhos orientados pela ecologia política buscam, portanto, (1) estabelecer conexões entre sistemas produtivos das comunidades locais, as transformações políticas e econômicas a nível global e mudanças ambientais a partir de uma análise processual e contextualizada; (2) identificar os conflitos socioambientais, que envolveram os diferentes atores e grupos sociais, de diferentes maneiras com o ambiente em escalas distintas; e (3) o entendimento de como os interesses dos atores e grupos sociais são construídos discursivamente e refletem desigualdades de poder (CUNHA, SILVA e NUNES, 2008).

No livro *The political ecology of bananas: contract farming, peasants, and agrarian change in the Eastern Caribbean*, publicado em 1998, Lawrence Grossman analisa as relações entre as mudanças tecnológicas – em resposta às exigências ou demandas do capital britânico, do Estado, e recentemente, da União Européia para a melhoria da produtividade agrícola e qualidade da produção; o estabelecimento de uma agricultura patronal local e as transformações na agricultura familiar³ caribenha, fornecendo alguns elementos para o estudo do estabelecimento e desenvolvimento da sojicultura no Sul do Maranhão.

Para Grossman (1998), a intervenção do capital e do Estado no estímulo à inovação tecnológica e intensificação do trabalho são características dos sistemas produtivos ligados à agricultura patronal e afetam diretamente o processo de produção agrícola familiar. No Leste caribenho⁴, a produção de banana em grande escala está associada à inovação tecnológica, ao

² A ecologia política não é uma abordagem unificada. Goldblatt (1996, p. 17), por exemplo, aborda duas questões pertinentes aos estudos sobre mudanças ambientais: “as origens e os efeitos da degradação do ambiente nas sociedades modernas, e as condições sob as quais as forças políticas podem ser imobilizadas com êxito contra a degradação do ambiente”. Mas, conclui que as causas da degradação seriam a ordem econômica e demográfica, e o poder político e cultural os elementos da preservação.

³ O autor usa o termo *produção camponesa*, mas optei pelo uso de *produção familiar* ou *agricultura familiar* por permitir análises mais amplas e associadas à realidade política e social do meio rural brasileiro em nossos dias, e evitar discussões complexas e exaustivas sobre a definição do conceito de *camponês*, que não é o tema central desse trabalho.

⁴ Jansen (1998) aborda a relação entre o desenvolvimento agrícola, modificação da estrutura agrária, degradação ambiental e desarticulação da agricultura familiar de Honduras.

Estado e ao capital internacional, que impulsionaram significativas transformações na estrutura agrária regional e na agricultura familiar, a partir da concentração da posse da terra e do processo produtivo da banana.

A partir da ecologia política, Grossman (1998) examina as instituições ligadas à agricultura patronal e responsáveis pela industrialização da banana e seus impactos na produção familiar do Leste caribenho. Em termos metodológicos, o autor focaliza os agricultores familiares, os processos de (re)apropriação da terra orientados pelas ações das empresas agrícolas, políticas britânicas e da União Européia. Ao mesmo tempo, a dimensão temporal é importante para a compreensão do desenvolvimento do comércio da banana e suas relações entre o Caribe e o Reino Unido.

Apesar de levantar questões importantes, como a relação entre avanço tecnológico, atuação do Estado e desarticulação da agricultura familiar, Grossman (1998) trata as mudanças ambientais de modo restrito, centrando-se no processo de concentração da posse da terra no Leste caribenho, desconsiderando os impactos ambientais, como crescimento do desmatamento e dificuldade de acesso a recursos hídricos; e sociais, como o deslocamento populacional e o aumento da pobreza, temáticas de pesquisa importantes na ecologia política.

No caso do Sul do Maranhão, a atuação do Estado e do capital privado articulou projetos territoriais modernizantes importantes, que representam estratégias políticas, pois envolvem atores e instituições sociais que podem defender interesses orientados por atividades agrícolas ou não-agrícolas que articulam outras atividades, atores e ambientes. A compreensão dos projetos territoriais articula três dimensões analíticas: (1) das intencionalidades, (2) da institucionalização e (3) da legitimação. As tensões entre os diferentes projetos territoriais dentro de uma figuração social particular constituem os processos de territorialização, que são contínuos (CUNHA, SILVA E NUNES, 2008).

Ao enfatizar os aspectos políticos, a noção de projeto territorial permite a compreensão das tensões internas, decorrentes dos interesses divergentes entre as pessoas que compõem o grupo social e as tensões externas associadas às interrelações com grupos sociais orientados por projetos territoriais distintos que procuram legitimar suas demandas. Essas relações produzem processos de territorialização que estruturam, desestruturam e reestruturam práticas produtivas e socioambientais numa dada figuração social e são fundamentais para a análise dos conflitos e processos de mudança ambiental.

O caráter interdisciplinar da ecologia política caracteriza-a como uma abordagem que apresenta variações significativas que não podem ser desconsideradas. A literatura é marcada pela presença da ecologia, da economia política, da antropologia, da geografia e pela pouca

participação da sociologia na problematização das relações de poder. Não quero assim, desconsiderar as contribuições dadas pelas disciplinas citadas, e muito menos desprezá-las, mas fazer um esforço teórico que amplie o foco analítico da ecologia política.

A proposta teórica do presente trabalho se pauta na incorporação das contribuições de Norbert Elias, a sociologia figuracional, à ecologia política. A noção de figurações sociais contribui para a compreensão das relações de poder, que perpassam os conflitos e medidas de regulação de acesso e uso dos recursos naturais enquanto contradições entre os projetos territoriais em disputa no município de Balsas (MA) e suas dinâmicas de territorialização⁵, porque aborda as relações de interdependência e as tensões entre os grupos ou camadas sociais que compõem a figuração social em análise, permitindo, assim, tratar *as relações de poder* empírica e analiticamente.

As questões que norteiam o trabalho são:

A. Quais os projetos territoriais dos diferentes atores sociais inseridos no Cerrado e Pré-Amazônia maranhenses no período de 1977 a 2010?

B. Que figurações sociais orientaram e orientam os projetos territoriais dominantes no período?

C. Analisar as práticas sociais, ambientais e produtivas adotadas pelos atores sociais?

D. Quais as conexões entre a emergência de conflitos e mudanças ambientais e processos de territorialização em Balsas (MA)?

O município de Balsas está localizado na Mesorregião Sul Maranhense⁶ e Microrregião Gerais de Balsas, área de atividade pecuária extensiva até os anos de 1960 e de sojicultura contemporaneamente. O cultivo da soja teve início no final da década de 1970, quando famílias oriundas do Rio Grande do Sul migraram para a região e avançaram sobre as chapadas balsenses, áreas até então consideradas improdutivas pela população local. Em associação ao processo de ampliação da sojicultura, ocorreram significativas mudanças ambientais⁷, sociais, econômicas e políticas.

⁵ As dinâmicas de territorialização são processos de organização e reorganização de processos produtivos orientados por práticas sociais e ambientais específicas (CUNHA, SILVA e NUNES, 2008).

⁶ O Sul do Maranhão é tradicionalmente conhecido pelos habitantes e estudiosos locais como Sertão maranhense, Alto Sertão, Sertões de Pastos Bons e Território de Pastos Bons. No decorrer do texto posso utilizar alguma das expressões para manter a idéia original dos autores, mas procurarei sempre denominar a região de Sul do Maranhão para facilitar a compreensão do leitor alheio às peculiaridades da área de estudo.

⁷ Até 2002 foram desmatados 32.608 km² do Cerrado maranhense e entre 2002 e 2008, foram 14.825 km², o que colocou o Estado na liderança dos que mais desmataram no período. O Sul do Maranhão, no mesmo período, perdeu 2.770 km² de Cerrado e o município de Balsas, a segunda que mais desmatou na região, perdeu 862,05 km², tornando-se o sexto município que mais desmatou no Cerrado (BRASIL, 2009). Na Amazônia Legal, o desmatamento entre 1988 e 2009 foi de 22.158 km², na Pré-Amazônia Maranhense foi de 387.783 km² (INPE, 2010).

No início, a atividade sojícola no Sul do Maranhão⁸ era familiar⁹, sem a presença de grandes grupos produtores de grãos até 1988, quando o Grupo Schneider Logemann & Cia Ltda. (SLC)¹⁰ instala sua primeira fazenda no Estado, no município de Tasso Fragoso, e seu escritório em Balsas. Nos anos de 1990, a produção se torna, principalmente, uma atividade empresarial que marca um intenso processo de concentração da posse da terra e de violentos conflitos entre especuladores de terras, sojicultores, trabalhadores rurais, lideranças sindicais e membros das Igrejas Católica e Luterana de Balsas.

O desenvolvimento do agronegócio não se limita ao crescimento agrícola e ao aumento da produtividade no Cerrado e na Amazônia Legal. A atuação do Estado na oferta de crédito e implementação de programas e políticas públicas de fomento à agropecuária, nos anos de 1970 e 1980, e a entrada das grandes tradings – a Archer Daniels Midland Company (ADM), a Bunge, a Cargill e a Louis Dreyfus que formam o ABCD da soja – no processamento e comercialização de grãos nos anos de 1990 foram imprescindíveis para a consolidação do agronegócio da soja no Brasil (HEREDIA, PALMEIRA e LEITE, 2009).

O crescimento da atividade sojícola na região de Balsas na década de 1990 está relacionado à parceria entre a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) e a Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) para a utilização da Estrada Ferroviária de Carajás (EFC) no escoamento da produção através do Porto de Itaqui e pavimentação do trecho da BR-230 que liga Balsas a Floriano (PI). Ações que possibilitaram a incorporação de novas áreas agricultáveis e a instalação de grandes projetos agropecuários, com destaque para o Programa de Cooperação Nipo-Brasileiro para o Desenvolvimento dos Cerrados (PRODECER) e centrais de recebimento de grãos da Bunge, da Cargill e da Ceagro.

Para compreender os conflitos e os processos de mudanças ambientais e de territorialização no Sul do Maranhão, serão analisados três projetos territoriais: o projeto territorial pecuarista, formado pelos latifundiários que desenvolviam a pecuária extensiva e pelos grandes produtores que aderiram às políticas de modernização da agricultura e adotaram a pecuária intensiva; o projeto territorial agropecuário familiar, composto pelos agricultores

⁸ O cultivo da soja no Sul do Maranhão não é feito exclusivamente no município de Balsas, mas em muitos municípios do seu entorno. Entretanto, a comercialização de insumos, de defensivos, de implementos e da própria produção é feita em Balsas.

⁹ Embora a produção fosse em média de 200 ha, a organização e o trabalho eram realizados pelas famílias que possuíam de 3 a 4 filhos que operavam as máquinas e 1 ou 2 funcionários temporários (plantio e colheita) para realizar o trabalho braçal. Pelas definições correntes do que seria uma agricultura familiar o caso de Balsas (MA) pode ser contestado, mas acredito que é bem diferente do que ocorre atualmente.

¹⁰ Foi fundado em 1945, no município de Horizontina (RS), por três famílias de imigrantes alemães. A SLC Agrícola inicia suas atividades em Horizontina, com o cultivo de trigo e soja, mas, atualmente, todas as 11 fazendas da companhia se localizam no Cerrado, nos Estados de Goiás, do Mato Grosso, do Mato Grosso do Sul, do Maranhão, da Bahia e do Piauí (SLC, 2010).

familiares dos assentamentos do Projeto Rio Peixe e do Povoado Santa Luzia; e, por fim, o projeto territorial sojícola, constituído pelos sojicultores pioneiros, que chegaram a Balsas a partir de 1977, e pelas empresas produtoras de grãos que se instalaram nos anos de 1990.

Os três projetos territoriais se interrelacionaram e engendraram processos de territorialização marcados por conflitos e processos de mudança ambiental associados à priorização feita pelo Estado do Maranhão ao latifúndio, em detrimento da pequena propriedade ou pelo estímulo a atividades agropecuárias desenvolvidas por produtores de outras regiões. A Lei de Terras, Lei n.º 2.979 de 1969, disponibilizou as terras devolutas do Estado à venda ou regularização, para a implantação de empreendimentos agropecuários empresariais, e legitimou a expulsão de agricultores familiares dos vales do Mearim e Pindaré que migraram para os Estados do Pará e Amazônia (LIMA, 2008).

A Lei de Terras Sarney, desencadeou muitos conflitos nas Mesorregiões Oeste Maranhense e Centro Maranhense (LIMA, 2008). No Sul do Maranhão, seus impactos diretos foram menores porque a carta de anuência concedida e emitida em 1975 para o Senhor Leonardus Philipsen, primeiro sojicultor do Maranhão, cultivar a terra foi suspensa no ano seguinte. Mas, as potencialidades agrícolas das chapadas foram comprovadas, passando a ser valorizadas pelos agricultores da região Sul, políticos locais e grileiros. Em 1979, ocorre a primeira grande grilagem de terras em Balsas, realizada pelo senhor Cana Verde, que após o julgamento da Data Caracol, nos Gerais de Balsas, conseguiu regularizar 77.005 ha.

A partir de então os conflitos pela posse da terra e processos de mudanças ambientais nos Gerais de Balsas passam a se tornar constantes. A análise desses processos se pautou na análise dos principais atores sociais envolvidos, dando ênfase aos grupos sociais marginalizados (LITTLE, 2006), os mais afetados pelas relações assimétricas de poder (ZHOURI e OLIVEIRA, 2007), e analisando os discursos de legitimação das práticas sociais de apropriação do espaço e seus recursos naturais, para que as inter-relações fossem mapeadas e as conexões entre as esferas locais, regionais e nacionais fossem compreendidas.

Ora, os conflitos ambientais no Sul do Maranhão têm como elemento central relações de poder, que perpassam as disputas entre os diferentes projetos territoriais e resultam em processos de territorialização. Essas questões remetem à institucionalização e ambientalização dos conflitos sociais, conceituadas por Lopes (2004, p.18-19) como a “construção de uma nova questão social, uma nova questão pública”. Em Balsas, a ênfase dada à erosão pluvial causada pelo manejo agrícola inadequado (BRITO, 2006); e à contaminação das águas do rio Balsas e à destruição parcial da mata ciliar do rio, em muitos trechos, devido ao avanço da sojicultura nos Gerais de Balsas (FREITAS et al., 2000), são bons exemplos.

Os processos de mudança ambiental nos Gerais de Balsas são analisados através de imagens de satélite landsat de 1984, 1997 e 2009. Nesse período, a área desmatada para fins agrícolas teve um crescimento de 10.658% em 1997 e de 236,16% em 2009, e estão diretamente ligadas ao desenvolvimento da sojicultura no município de Balsas, que após a implementação do Corredor de Exportação Norte, em 1993, até 2009, a área plantada teve um crescimento anual médio de 6.037,625 ha da área plantada e a produção um crescimento anual médio de e da quantidade produzida, 19.339,625 toneladas (IBGE, 2011).

Metodologia e estratégia de ação

O estudo dos processos de territorialização decorrentes das tensões entre os projetos territoriais modernizantes do Cerrado e da Amazônia Legal e os projetos territoriais das populações locais do município de Balsas no período de 1977 a 2010 e suas relações com o surgimento de conflitos e mudanças ambientais requer o uso de uma metodologia mista. O conceito de projetos territoriais exige o mapeamento dos atores e instituições sociais que procuram institucionalizar e legitimar seus modelos de apropriação do espaço e de seus recursos naturais.

O projeto territorial pecuarista, no momento de predomínio do modelo extensivo desempenhou importante papel na estruturação e organização social, econômica, política e ambiental de Balsas. As transformações que levaram à adoção do modelo intensivo foram fundamentais para mostrar a viabilidade de cultivos agrícolas nas chapadas. Para reconstruir analiticamente o projeto, a historiografia foi a principal ferramenta metodológica, com consultas à literatura regional, aos documentos da Câmara Municipal de Balsas, do Arquivo Público do Estado do Maranhão e do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB); e a realização de entrevistas e conversas informais com pecuaristas e comerciantes locais.

O projeto territorial agropecuário familiar apresenta peculiaridades que dificultam a pesquisa. A história é quase sempre contada pelos vitoriosos, ricos e poderosos, especialmente nas pequenas cidades. A falta de documentos confiáveis sobre os atores sociais constituintes desse projeto é a regra. As menções nos livros de história do Maranhão são muito pejorativas e preconceituosas porque essas pessoas e famílias, que se estabeleceram no Sul do Maranhão no final do século XIX e início do século XX, em sua maioria, eram fugitivos ou ex-escravos do Ceará, Bahia, Goiás e Pernambuco em busca de terras livres para morar e trabalhar. O medo e a pecuária fizeram com que ocupassem áreas distantes entre 250 e 450 km da cidade.

Como, então, identificar as estratégias produtivas e organizacionais dos agricultores familiares num período de 33 anos? O primeiro passo foi consultar documentos na cúria diocesana de Balsas. Os padres sempre viajavam pelo meio rural municipal para realizar as desobrigas e missões para organizarem as comunidades. Na diocese, contudo, fui encaminhado para a Comissão Pastoral da Terra (CPT), para a Associação Camponesa (ACA), onde encontrei jornais que retratavam os conflitos e lutas pela terra nos anos 1990 e para o Sindicato de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Balsas (STTR)¹¹.

As conversas com lideranças sindicais e da ACA foram profícuas. Informaram-me que havia um grande projeto de assentamento no Alto e Médio Rio Balsas, que embora não tivesse conseguido regularizar todas as áreas, apaziguou a ganância dos especuladores de terras. Das áreas apresentadas, o projeto Rio Peixe – formado pelas comunidades Águas Claras, Boqueirão, Brejo de Raiz, Brejo do Rancho, Buritirana, Buritizal, Caracol, Ferreira, Jatobá, Pedra Branca, Porto Isidoro¹², São Paulo e Sucupira – a 220 km da sede municipal, preenchia os requisitos da pesquisa: famílias estabelecidas há mais de 50 anos na região e localizadas nas proximidades de grandes projetos sojícolas.

Tendo informações preliminares sobre as comunidades, realizei minha primeira viagem para os Gerais de Balsas¹³ no dia 7 de outubro de 2009. Foram 220 km até a primeira comunidade, Porto Isidoro, onde fiquei hospedado e tinha meus principais informantes. Durante os 5 dias em que estive no projeto Rio Peixe, visitei todas as comunidades, percorrendo 200 km no projeto. Realizei entrevistas semi-estruturadas e conversas informais para resgatar o histórico produtivo, conflitos e a percepção das mudanças ambientais pelas famílias. Foram feitas mais duas visitas no ano de 2010, para observar questões pontuais, culturas plantadas e animais criados, relação com os sojicultores e a organização local.

Para o projeto territorial sojícola, as fontes de pesquisa foram mais abundantes, muitos artigos, dissertações e teses forneciam dados sobre a sojicultura no Sul do Maranhão, porque se insere em dois biomas, Cerrado e Amazônia, embora possua especificidades locais. No primeiro momento, fiz um levantamento das principais políticas e programas governamentais e percepções acadêmicas sobre o avanço da sojicultura no Brasil, Cerrado, Amazônia e Sul do Maranhão. No caso do município de Balsas, em dezembro de 2008, realizei entrevistas semi-

¹¹ Fundado em 27 de abril de 1968 e reconhecido pelo Ministério do Trabalho em abril de 1970. O sindicato, foi criado para que os trabalhadores rurais tivessem acesso ao Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural (FUNRURAL), criado pela Lei n. 4.214, de 2 de março de 1963.

¹² Tem esse nome em homenagem ao senhor Isidoro, negro e fugitivo, que se instalou nos Gerais de Balsas em 1908 e fez a primeira descida de balsa de lá para a Vila de Santo Antônio de Balsas.

¹³ Os Gerais de Balsas ocupa quase metade da área total do município de Balsas, totalizando uma área de 12.436 km², e se constitui uma área de cultivo agrícola regional formada por vales e campos planos.

estruturadas com sojicultores pioneiros e colonos do projeto PRODECER III, implementando nos Gerais de Balsas em 1995.

As fontes históricas foram muito importantes para o entendimento dos três projetos territoriais. A questão que se colocava era como fazer sociologia a partir dos fatos históricos? A ecologia política forneceu a noção de poder enquanto elemento constituinte dos processos de apropriação de recursos naturais por diferentes grupos e instituições sociais, e a sociologia figuracional de Elias, ao abordar as relações de interdependência entre grupos sociais permitiu a análise das tensões e mudanças socioambientais e, assim, a operacionalização dos conceitos de figurações sociais e de processos de territorialização.

A ecologia política figuracional proposta, desta maneira, exigia a apresentação das mudanças ambientais decorrentes dos conflitos pela posse e uso de recursos naturais e dos processos de territorialização, que tendem a marginalizar os grupos sociais mais frágeis economicamente e politicamente. Para tanto, foi realizada a análise do desmatamento numa área do município de Balsas entre 1984 e 2009, a partir de *imagens do satélite LandSat*¹⁴ 5 (multiespectrais), disponíveis para *download* na *homepage* do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE).

O estudo do processo de expansão do uso das terras voltadas ao cultivo agrícola, especialmente da soja, foi analisado mediante a avaliação de imagens de satélite em três períodos distintos de recobrimento (29/07/1984, 30/05/1997 e 03/08/2009) para que fosse possível observar os processos de transformação da paisagem neste intervalo de tempo. A área escolhida para o estudo, 1.226.772 ha, corresponde à região dos Gerais de Balsas – a de maior dinamismo agrícola no Pólo Agrícola de Balsas, contemplando parte dos municípios de Balsas, Tasso Fragoso e Alto Parnaíba, e uma faixa de terra do Estado do Tocantins, fronteira seca com o Maranhão (ver Mapa 8) – e apresenta as seguintes características:

- ✓ Projeção: UTM/SAD69, Zona 23;
- ✓ Retângulo envolvente: Long1: o 47° 00' 00.00'' Long2: o 46° 00' 00.00''
Lat1: s 09° 00' 00.00'' Lat2: s 08° 00' 00.00''

¹⁴ O programa LandSat, desenvolvido pela National Aeronautics and Space Administration (NASA), permite a aquisição de dados espaciais, espectrais e temporais da superfície terrestre e o estudo do manejo dos recursos naturais da terra. Os satélites LandSat operam numa órbita geocêntrica, a uma altitude de 750 km e cruzam a linha do Equador no sentido Norte-Sul, precisamente às 09:45 horas, horário de Brasília, e apresentam recobrimento repetitivo a cada 16 dias. Percorre o espaço a 7,7 km/seg e o tempo de obtenção de uma cena é de 24 segundos (BARBOSA, 1996).

Para a realização do processamento digital e interpretação visual das imagens multiespectrais obtidas do sensor TM, dos satélites *landsat 5*, nas bandas 1 a 7, para os anos de 1984, 1997 e 2009, foram usados os seguintes programas:

- ✓ Programa computacional MicroStation, no uso e processamento dos dados georreferenciados a partir do uso de mapas temáticos disponíveis da área de estudo e informações contidas nas cartas topográficas da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), objetivando o ajuste correto da base de dados na imagem;
- ✓ Programa SPRING 5.1.7, desenvolvido pelo INPE para ambientes UIX e Windows, é usado na análise dos elementos da imagem (solo, água, vegetação) no modo monocromático, além de manipulação de contrastes e Composição Colorida RGB, a partir das bandas originais, com a finalidade de melhor identificar e definir os alvos avaliados (INPE, 1996; BARBOSA, 1997 e 2000).

No Sistema para Processamento de Imagens e Geoprocessamento (SPRING), a análise de imagens requer um estudo comparativo entre as propriedades espectrais que cada fenômeno espacial assume nas diversas cenas registradas, associando diferentes níveis de refletância aos diversos fenômenos, data de aquisição das imagens e alvos espectrais. A identificação das áreas se fundamentou no estudo isolado dos diversos elementos de interpretação e na observação conjunta desses elementos com informações de drenagem e relevo, complementadas pelo trabalho de campo, viabilizando a finalização dos mapas temáticos de identificação de áreas de cultivo no módulo SCARTA.

CAPÍTULO I

OCUPAÇÃO E USO DA TERRA NO CERRADO E NA AMAZÔNIA: PROCESSOS DE MARGINALIZAÇÃO E DE CRIMINALIZAÇÃO

A *moderna ocupação e uso dos recursos naturais*¹⁵ do Cerrado e da Amazônia vem sendo orientada pela tentativa de fomentar o desenvolvimento regional e a integração destas áreas às demais regiões do país a partir do estímulo a atividades agropecuárias, de mineração e industriais pautada na disponibilidade de crédito subsidiado, concentração da posse da terra e na marginalização das populações locais. A década 1970 é chave para a análise das dinâmicas sociais e territoriais que coordenaram fluxos migratórios para o Cerrado e Amazônia porque grandes projetos agropecuários foram implementados no período.

Os principais aspectos que contribuíram para a instalação de grandes projetos agropecuários no Cerrado foram: o desenvolvimento de tecnologias agrícolas adequadas ao bioma (MELO, 1985; INOCÊNCIO, 2002; MUELLER e MARTHA JR, 2008); a construção de rodovias (PEDROSO e SILVA, 2005); o baixo preço das terras (REZENDE, 2009); as políticas e os programas governamentais (SILVA, 2000; YOSHII, 2000; INOCÊNCIO, 2002; AGUIAR e MONTEIRO, 2005; CARVALHO, 2008; REYDON e MONTEIRO, 2009); e as dinâmicas migratórias sulistas (ALVES, 2005).

A ocupação e o uso dos recursos naturais da Amazônia seguem características comuns a outras regiões: a incorporação de tecnologias agrícolas (LIMA e MAY, 2008); os programas governamentais para o Norte do Brasil (HALL, 1991; KOHLHEPP, 2002; ARAÚJO et al., 2008); mas traz também especificidades, como o crescimento demográfico decorrente da construção da Belém-Brasília (VELHO, 1972) e demais rodovias (HALL, 1991; ARAÚJO et al., 2008); a atuação da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) (MUELLER, 1981) e o estabelecimento de parcerias entre o governo brasileiro e japonês para a exploração de minério de ferro na Serra de Carajás (HALL, 1991).

Os trabalhos que se dedicam ao estudo do Cerrado e da Amazônia, em sua maioria, compartilham a idéia de que a intervenção estatal foi determinante para o povoamento e uso dos recursos naturais da região. Dois programas governamentais afetaram significativamente

¹⁵ Utilizo a expressão *moderna ocupação* para destacar que o Cerrado e a Amazônia não eram áreas despovoadas, mas sim alvo das estratégias para regulação e uso de seus recursos naturais pelas populações locais e tradicionais.

os biomas em questão: (1) o PRODECER, que estimulou o desenvolvimento da agricultura mecanizada a partir de projetos de colonização em áreas do Cerrado com baixa densidade demográfica, e (2) o Programa Grande Carajás (PGC) que foi responsável pela exploração da maior jazida de minério de ferro do mundo e pela instalação de projetos infraestruturais à altura da disponibilidade do mineral.

O processo de ocupação do Cerrado e da Amazônia, portanto, orientaram-se pela implementação de Grandes Projetos de Investimento (GPI), estimulados pelo Governo Federal, enquanto empresário e órgão creditício até os anos 1980, e pela iniciativa privada a partir dos anos 1990, em virtude da privatização da CVRD, da abertura de capital da Petrobras e da atuação de grandes empresas nacionais e internacionais (construtoras e processadoras de grãos). Os GPIs redefiniram o território brasileiro a partir de decisões tomadas nas agências estatais de planejamento, sem que houvesse um debate público para a elaboração e implantação dos grandes projetos (VAINER, 2007).

A formulação dos GPIs remete a um debate iniciado nos anos 1950 por François Perroux sobre a teoria dos pólos de crescimento¹⁶, que demonstrou que a heterogeneidade e o desequilíbrio constituíam as formas que orientavam o crescimento econômico. Mudanças no desenho dos GPIs ocorreram nos anos 1990, influenciadas pelas discussões propostas por Manuel Castells sobre planejamento, resumidas na constatação de que: *se o mundo mudou, o planejamento também deveria mudar*. Do debate emergiu o conceito de *planejamento estratégico*¹⁷, amplamente adotado pelos planejadores brasileiros (VAINER, 2007).

As diferenças entre o Cerrado e a Amazônia, referentes à apropriação dos recursos naturais, devem ser consideradas. Entretanto, para três dos Estados – Maranhão, Mato Grosso e Tocantins – que fazem parte dos dois biomas esta linha é tênue. Esses Estados sofreram a influência das práticas socioambientais de diferentes projetos agropecuários e de mineração, porque faziam parte de duas superintendências: o Maranhão da SUDENE e da SUDAM¹⁸; o Mato Grosso da Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste (SUDECO) e da SUDAM; e o Tocantins, antes da divisão do Estado de Goiás, da SUDECO e da SUDAM.

¹⁶ A teoria dos pólos de desenvolvimento é fortemente estadista (VAINER, 2007). Portanto, a reformulação das estratégias econômicas e políticas ocorridas no Brasil no início dos anos 1990, atribuíram ao Estado a responsabilidade de fornecer dar a iniciativa privada as condições necessárias à realização de investimentos em fontes de energia e logística.

¹⁷ No Brasil a materialização do primeiro modelo ocorreu com a criação das superintendências regionais de desenvolvimento e a do segundo com as ações internacionais de proteção da floresta amazônica e com Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), a partir da execução de grandes projetos pela iniciativa privada, como a hidrelétrica de Belo Monte, no rio Xingu, e hidrelétrica de Santo Antônio, no rio Madeira.

¹⁸ Embora esteja inserido numa área de transição entre Cerrado e Amazônia a porção Sul do Estado Maranhão é muito mais lembrada na literatura como área de Cerrado do que uma área de Amazônia Legal.

Para analisar a maneira como os diferentes pesquisadores problematizaram o processo de ocupação e apropriação dos recursos naturais do Cerrado e da Amazônia, nesse capítulo será feita uma revisão da literatura que aborda o tema, sem se propor a resgatar tudo o que já foi produzido, mas com a intenção de trazer a tona as principais questões e discursos defendidos nas últimas quatro décadas. De antemão, refuta-se a idéia de que o Cerrado e a Amazônia eram desabitados, e defende-se a tese de que a proposta de povoamento, estimulada pelos projetos de colonização, marginalizou as populações locais e tradicionais.

Segundo Alves (2005), o território brasileiro tomou forma a partir de uma dinâmica de migração de grupos nacionais e estrangeiros que definiram os modelos de acesso e uso da terra e estabeleceram relações pouco amistosas com as populações tradicionais estabelecidas nas diferentes regiões. O deslocamento populacional entre as regiões brasileiras, por seu turno, foi historicamente condicionado pela escolha de novas áreas para o desenvolvimento de atividades agropecuárias ou industriais, que privilegiaram as elites regionais e nacionais.

Dois grupos sociais destacam-se nos movimentos migratórios brasileiros: a) a corrente nordestina em busca de trabalho na indústria; e b) a corrente sulista em busca de terras para desenvolver atividades agrícolas. A corrente nordestina deslocou-se, a partir de 1930 para o Sudeste e depois para o Centro-Oeste. A sulista tomou caminho inverso, em direção ao Norte e Nordeste, em busca de terras para o desenvolvimento de uma agricultura mecanizada (ALVES, 2005). Apesar de ter priorizado a região Sudeste, famílias nordestinas se deslocaram da Bahia e do Ceará para o Sul do Piauí, Sul do Maranhão e Norte do Brasil em busca de terras livres para desenvolverem atividades agropecuárias.

O Estado apoiou o deslocamento de pequenos agricultores do Sul para áreas de baixa densidade demográfica do Cerrado e da Amazônia, especialmente para estabelecer uma agricultura de mercado pautada na modernização dos processos produtivos, a exemplo do que faziam os agricultores gaúchos. O pequeno produtor gaúcho, então, vendia sua terra para o vizinho, que passava a ter condições de aumentar a produção, e comprava outra numa região de terras mais baratas (ALVES, 2005, p. 51):

Com a migração sulista a paisagem agrícola da fronteira adquire novas dimensões e novos contornos, na medida em que os espaços de uso produtivo escolhidos por integrantes dessa corrente não são os mesmos das populações locais. Para estas, tradicionalmente, a preferência é pelas terras de fundo de vale – onde se anuncia maior presença de água – nas quais conseguem praticar pecuária extensiva ou produção agrícola em pequena escala em formas irregulares mesclando cultivos variados, normalmente em sistemas de consorciamento. Nos espaços de produção agrícola da população local pouco se observa algum vestígio de maquinários ou equipamentos mais modernos, o que se usa frequentemente são técnicas mais antigas: enxadas, machados, arados conduzidos por animais, etc.

No Cerrado, a corrente sulista chega na década de 1970 ao Oeste da Bahia, no município de Barreiras, e no Sul do Maranhão, no município de Balsas (ALVES, 2005). Os primeiros sulistas chegaram em Balsas em 1974 para desenvolver atividades agrícolas mecanizadas e voltadas para o mercado interno, o arroz e a soja, nessa ordem. Nos anos 1990, houve um novo fluxo migratório, especialmente, de paranaenses e sul-mato-grossenses para Balsas, em virtude das facilidades de exportação da soja pelo Porto de Itaqui, em São Luís.

Simon (2009) fornece algumas informações explícitas, outras implícitas, sobre a chegada dos gaúchos na Amazônia Legal. Os relatos começam pelo Acre, quando em 1906 o gaúcho Plácido de Castro foi nomeado governador. Mas em termos de agropecuária, as migrações se acentuam na década de 1970 e a principal porta de entrada dos gaúchos na região foi o Estado de Mato Grosso¹⁹, para o desenvolvimento de atividades agropecuárias. No Pará, instalaram-se inicialmente no Sul do Estado para cultivar café e cacau. Em Roraima, os gaúchos ocuparam áreas indígenas para cultivar arroz²⁰.

Expostos os elementos preliminares para o entendimento das dinâmicas agrárias que nortearam a ocupação do Cerrado e da Amazônia Legal, pode-se adentrar nas especificidades de ordem política e econômica que afetaram diretamente o estabelecimento de grandes projetos agropecuários e de mineração na região. Por questões metodológicas, a literatura que trata do Cerrado e da Amazônia serão abordadas separadamente, a fim de não descaracterizar o modo como os trabalhos problematizados foram estruturados, o que não implica, a priori, na concordância ou discordância sobre as argumentações usadas, mas representa a tentativa de contribuir para a sistematização do debate acadêmico sobre a temática.

1.1 DINÂMICAS AGRÁRIAS E INTERVENÇÃO ESTATAL NO CERRADO

O Cerrado brasileiro (ver Mapa 1) abrange 10 Estados: Bahia, Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Paraná, Piauí, São Paulo e Tocantins, e o Distrito Federal (ver Tabela 1), sendo que os Estados do Maranhão, Piauí e Tocantins são os que apresentam maiores índices de preservação (SAND et al., 2008). Estudo realizado pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA), em parceria com o Instituto Brasileiro de Geografia e

¹⁹ A afirmação de que o Estado do Mato Grosso foi a porta de entrada dos gaúchos na Amazônia Legal pode ser observada pela quantidade de Centros de Tradições Gaúchas (CTG). São 39 unidades que mantêm vivas as danças e produzem programas de rádios específicos. Nos Estados amazônicos do Acre, do Pará, de Roraima e do Tocantins existe um CTG em cada (PÁGINA DO GAÚCHO, 2010).

²⁰ Um detalhe importante esquecido por Simon (2009) é que nos Estados da Amazônia Legal onde os gaúchos se instalaram os conflitos pela posse da terra são muito presentes e violentos, como no caso das reservas indígenas em Roraima e no Sul do Pará.

Estatística (IBGE), conclui que a área do Cerrado é de aproximadamente 2.045.064 km². O estudo incluiu as áreas de transição do Norte do Cerrado, entre o Maranhão e o Piauí, e excluiu as áreas dos estuários sul amazônicos (MACHADO et al., 2004).

Tabela 1 – Áreas ocupadas pelas diferentes classes de usos da terra no Cerrado (2002)

UF	CERRADO (%)	CULTURAS AGRÍCOLAS (ha)	PASTAGENS CULTIVADAS (ha)	ÁREA URBANA (ha)	TOTAL (ha)	USO DA TERRA (%)
BA	27	1.572.701	2.257.253	11.892	3.367.715	26
DF	100	137.455	119.749	101.853	362.561	62
GO	97	5.037.522	12.331.552	182.089	18.201.676	55
MA	65	356.028	1.901.655	35.876	2.320.731	11
MG	57	2.122.452	11.838.147	171.832	15.436.664	46
MS	61	2.712.019	10.948.449	61.630	14.739.925	68
MT	40	5.561.053	6.508.344	64.268	12.169.529	34
PI	37	215.268	521.731	20.933	759.307	8
PR	2	83.534	103.739	1.892	255.863	68
SP	33	3.585.977	2.622.416	200.445	6.942.286	85
TO	91	175.565	4.253.134	36.350	4.844.100	19
Total		21.559.571	54.006.770	889.059	80.000.357	39

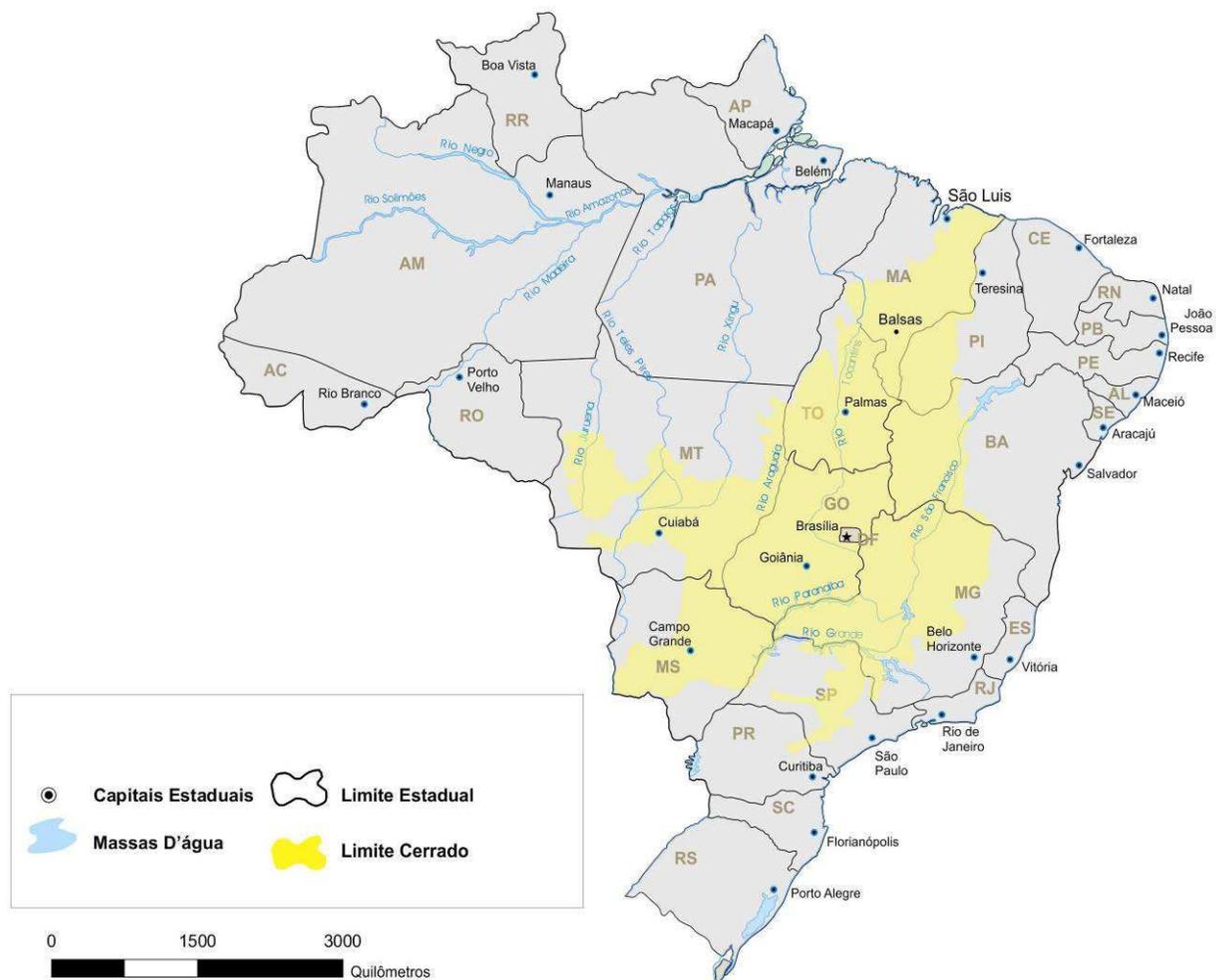
Fonte: Adaptado de Sand et al. (2008).

A região Centro-Oeste teve duas grandes fases de ocupação: (1) no período colonial, fim do século XVII, no ciclo de exploração do ouro, quando ocorreu a primeira tentativa de povoamento do interior; (2) nas décadas de 1950 e 1970, momento em que a industrialização e a urbanização tornam a região importante para a organização socioespacial brasileira. Entre 1940 e 1960 o processo de ocupação se consolida economicamente, em que algumas ações públicas foram extremamente importantes: a *Marcha para o Oeste* de Getúlio Vargas e a construção de Brasília e de novas rodovias (PEDROSO e SILVA, 2005).

A partir da década de 1950, ocorreram significativos investimentos em infraestrutura de transportes que atingiram o Cerrado. A construção da nova capital, no Planalto Central, intensificou os investimentos na rede de transportes que ligaram Brasília às regiões Sudeste e Sul. Os investimentos em rodovias continuaram nas décadas seguintes. Além da infraestrutura de transporte, as pesquisas desenvolvidas pela EMBRAPA contribuíram para o desenvolvimento da agricultura mecanizada no Cerrado (MUELLER e MARTHA JR, 2008).

Na década de 1990, parte do Cerrado, compreendendo o Triângulo Mineiro, o Centro e o Sudoeste do Goiás, Mato Grosso do Sul e Sudoeste do Mato Grosso, eram consideradas áreas de ocupação consolidada e de agricultura comercial moderna. O entorno do Distrito

Mapa 1 – Cerrado Brasileiro



Fonte: IBGE (2005).

Federal e Oeste de Minas Gerais eram áreas de expansão recente e de agricultura dinâmica. O Norte do Mato Grosso, o Nordeste do Goiás, o Sudeste do Tocantins e o Oeste da Bahia desenvolviam uma agricultura periférica, mas em expansão. O Centro-Sul do Mato Grosso, Nordeste do Tocantins, Sul do Maranhão e Sudoeste do Piauí formavam uma área de *agricultura ineficiente*, com escasso povoamento (MUELLER e MARTHA JR, 2008).

Para Rezende (2009), a ocupação do Cerrado ocorreu pela associação de três fatores: a) preço da terra, b) recursos naturais e c) tecnologia, nessa ordem. O Cerrado não possuía solos aptos ao desenvolvimento agrícola em grande escala, porém a inovação tecnológica agrícola permitiu a correção da baixa fertilidade natural e elevada acidez, denominado de *construção do solo*, *produção do solo* ou *fabricação do solo*. Concomitantemente, o desenvolvimento de cultivares adequados ao bioma estimulou a ocupação e expansão da agropecuária no Cerrado.

A incorporação do Cerrado, mediante o desenvolvimento constante de tecnologias, pode ser tratada como um fenômeno associado à *produção do solo*, ao *baixo preço da terra* e à *regularidade pluviométrica*. Assim sendo, Rezende (2009) afirma que as respostas para a expansão agrícola do Cerrado não se encontram exclusivamente nas políticas públicas e que as terras do Cerrado não podem ser utilizadas para assentar famílias, porque a estiagem durante metade do ano impede o desenvolvimento de pequenas atividades agrícolas e a geração de renda. O argumento da estiagem é frágil e procura mascarar a diversidade produtiva da agricultura familiar (a pecuária, o extrativismo e a criação de miunças).

Segundo Silva (2000), a incorporação das terras do Cerrado à agricultura ocorreu devido à posição geográfica e características físico-ambientais que possibilitaram a adoção de pacotes tecnológicos da Revolução Verde. O processo se inicia antes da modernização da agricultura, na década de 1940, com o Projeto de Colonização dos Cerrados (PCC) de Getúlio Vargas, que estabeleceu colônias agrícolas em Dourados (MS) e Ceres (GO), e com a criação da Fundação Brasil Central, em 1943, que realizou a Expedição Rocandor-Xingu e ações que procuraram estabelecer núcleos populacionais no Centro-Oeste.

A expansão da fronteira agrícola em direção ao Cerrado contou com a efetiva participação do Estado a partir: (1) da construção da ferrovia que ligou São Paulo a Anápolis, no fim da década de 1930 e estimulou o povoamento do Sul de Goiás e do Triângulo Mineiro; e (2) da implementação do Programa de Assentamento Dirigido do Alto Parnaíba (PADAP), o Programa de Desenvolvimento dos Cerrados (POLOCENTRO) e o PRODECER, que permitiram a capitalização da agricultura (SILVA, 2000; PEDROSO e SILVA, 2005).

Um dos primeiros programas de desenvolvimento dos Cerrados foi o Programa de Crédito Integrado e Incorporação dos Cerrados (PCI), de 1972-1975. O PCI foi criado pelo Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais (BDMG) a partir de empréstimos junto ao Banco Mundial, com o objetivo de promover o desenvolvimento da média e grande agricultura no Cerrado a partir da cafeicultura e da sojicultura (CARVALHO, 2008).

O PADAP, de 1972-1974, foi o primeiro plano de colonização dirigida para o Cerrado mineiro que, dentre outros critérios previa que 80% dos colonos assentados deveriam ser descendentes de imigrantes japoneses. O PADAP desapropriou 60 mil hectares para o cultivo de soja, café e trigo e foi coordenado pela Cooperativa Agrícola Cotia, ligada aos japoneses (CARVALHO, 2008). Essa experiência dá sinais de que o PADAP foi muito importante para o estreitamento das relações agrícolas entre Brasil e Japão e serviu de modelo para a criação e implementação do PRODECER.

O POLOCENTRO tinha como meta incorporar 3.700.000 ha de Cerrado, 1.800.000 ha para a lavoura, 1.200.000 ha para a pecuária e 700.000 ha para reflorestamento, nos Estados de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Goiás e nas regiões mineiras do Triângulo, Alto Parnaíba, Alto e Médio São Francisco e Vão do Paracatu. Os recursos eram destinados para o armazenamento, produção de energia, assistência técnica, pesquisa agropecuária, transportes e crédito rural (SILVA, 2000). O POLOCENTRO beneficiou, especialmente, os médios e grandes produtores (PEDROSO e SILVA, 2005; REYDON e MONTEIRO, 2009).

O PRODECER é fruto de uma parceria entre o governo brasileiro e o japonês, em 1974, para estimular o desenvolvimento agrícola no Cerrado e o crescimento da oferta de alimentos no mundo. Em março de 1978, foi criada a holding japonesa Japan-Brazil Agricultural Development Corporation (JADECO), com sede em Tóquio. Em outubro do mesmo ano, foi fundada a holding brasileira Companhia Brasileira de Participação Agro-Industrial (BRASAGRO), com sede em Belo Horizonte. A JADECO investiu 49% e a BRASAGRO 51% do capital necessário para a fundação, em novembro de 1978, da Companhia de Promoção Agrícola (CAMPO), coordenadora do programa (YOSHII, 2000).

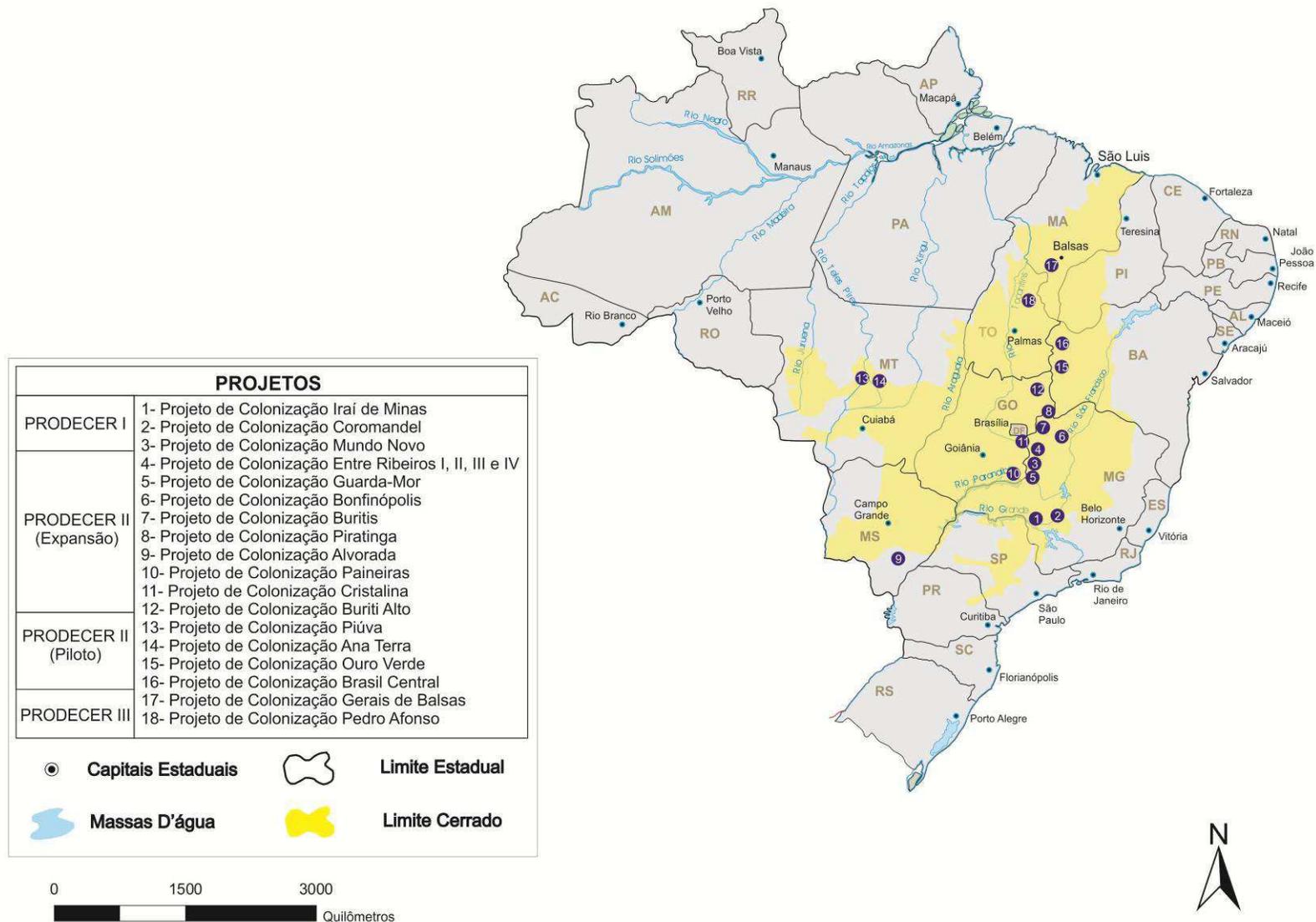
A supervisão do PRODECER ficou a cargo do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA); a coordenação uma responsabilidade da CAMPO; e a execução, feita pelas cooperativas agrícolas. Entre 1979 e 1999, foram implantados 21 Projetos de Colonização (PC), 10 projetos piloto e 11 projetos de expansão, assentando um total de 758 famílias numa área de 334.000 ha (ver Tabela 2), nos Estados de Minas Gerais, Mato Grosso, Goiás, Bahia, Maranhão e Tocantins (ver Mapa 2), em áreas de baixa densidade demográfica (YOSHII, 2000).

Tabela 2 – Projetos do PRODECER

N.	PROJETOS DE COLONIZAÇÃO	COOPERATIVA	CIDADE	ÁREA TOTAL (ha)	PRODUTORES ASSENTADOS
1	PRODECER I – Piloto Mundo Novo	COOPERNOVO	Paracatu (MG)	23.000	48
2	Irai de Minas	COOPAMIL	Irai de Minas (MG)	9.000	26
3	Coromandel	APRCOR	Coromandel (MG)	6.000	18
4	Entre Ribeiros I	COOPERVAP	Paracatu (MG)	10.315	41
Subtotal				48.315	133
5	PRODECER II – Piloto Brasil Central	COACERAL	Formosa do Rio Preto (BA)	15.028	38
6	Ouro Verde	COPROESTE	Formosa do Rio Preto (BA)	16.404	48
7	Ana Terra	APPRAN	Tapurah (MT)	18.600	40
8	Piúva	COOPERLUCAS	Lucas do Rio Verde (MT)	16.717	39
Subtotal				66.749	165
9	PRODECER II – Expansão Entre Ribeiros II	COOPERVAP	Paracatu (MG)	10.843	28
10	Entre Ribeiros III	COOPERVAP	Paracatu (MG)	5.953	20
11	Entre Ribeiros IV	COOPERVAP	Paracatu (MG)	3.984	10
12	Guarda-Mor	Oeste Mineiro	Guarda-Mor (MG)	11.916	37
13	Bonfinópolis	COANOR	Bonfinópolis (MG)	16.588	49
14	Buritis	COACERTIS	Buritis (MG)	17.004	42
15	Piratinga	COOPERTINGA	Formoso (MG)	20.643	53
16	Paineiras	COACER	Campo Alegre e Ipameri (GO)	8.274	29
17	Cristalina	COACER	Cristalina (GO)	6.115	16
18	Buriti Alto	COOPACEN	Água Fria, S. J. D'Aliança, Niquelândia e Alto Paraíso (GO)	15.615	40
19	Alvorada	COPPER	Água Clara (GO)	22.001	56
Subtotal				138.936	380
20	PRODECER III – Piloto Gerais de Balsas	Batavo (NE)	Balsas (MA)	40.000	40
21	Pedro Afonso	COOPERSAN	Pedro Afonso (TO)	40.000	40
Subtotal				80.000	80
Total				334.000	758

Fonte: Adaptado de Yoshii (2000).

Mapa 2 – Localização dos Projetos do PRODECER



Fonte: Adaptado de Mendonça (2004).

O Estado brasileiro foi muito presente na expansão da fronteira agrícola em direção ao Cerrado e na modernização da agricultura através de políticas públicas que estimularam a ampliação das fronteiras agrícolas e o aumento da produtividade através da modernização da agricultura, que transformou a base técnico-produtiva (incorporação de máquinas, fertilizantes, defensivos e novas cultivares):

As políticas agrícolas surgiram no contexto da implantação do regime militar no Brasil com o objetivo de articular a expansão agrícola e o complexo agro-industrial, atendendo às necessidades de abastecimento interno e às exportações. Abriu-se um novo espaço para a intervenção do Estado, de forma ainda mais massiva que nos anos anteriores. (INOCÊNCIO, 2002, p.26).

Como pode ser visto, a ocupação do Cerrado ocorreu em diferentes momentos e velocidades. A abertura de áreas de pastagem para a pecuária de corte foi a principal causa do desmatamento em áreas periféricas do Cerrado (Maranhão, Piauí, Bahia e Tocantins), onde as atividades agropecuárias tradicionais deram lugar à soja, ao algodão, ao milho, ao milheto, ao sorgo e ao girassol. De acordo com as imagens de satélites analisadas, até o ano de 2004, 54,9% da área original do bioma já havia sido desmatada (MACHADO et al., 2004).

Em termos socioeconômicos, o recente processo de ocupação do Cerrado foi orientado pelo desenvolvimento de atividades agropecuárias que modernizaram a agricultura²¹ regional, privilegiaram os grandes produtores rurais e, em muitos casos, estimularam a migração de agricultores do Sul do país, através do PADAP e do PRODECER, para implementarem uma agricultura comercial. Os agricultores familiares ficaram à margem da modernização agrícola local, muitos deles sendo expulsos das suas terras para darem lugar à soja, como será visto nessa tese no caso de Balsas (MA), à pecuária, à cana-de-açúcar, ao milho, entre outras.

Se olharmos um pouco para o passado, veremos que as primeiras tentativas de ocupação do Cerrado foram violentas e massacraram populações indígenas inteiras. Os Timbira, no Maranhão, foram praticamente exterminados ou obrigados a se deslocarem para outras áreas (RIBEIRO, 1996; CABRAL, 2008). O elemento que permeou o desenvolvimento das primeiras atividades agropecuárias e a modernização da agricultura no Cerrado foram, portanto: (1) o pressuposto de que o território era despovoado e (2) o extermínio (no caso dos índios), a expulsão ou a marginalização das populações tradicionais e locais.

²¹ A modernização da agricultura brasileira se orientou pela produtividade e cristalizou o predomínio do grande proprietário rural em detrimento do pequeno. Para Graziano da Silva (1981), o processo de modernização agrícola foi doloroso, porque reproduziu a concentração da posse da terra e manteve privilégios às elites rurais brasileira.

Após a implementação dos grandes projetos agropecuários voltados para a colonização e adensamento demográfico do Cerrado as populações locais vivenciaram situações conflituosas que restringiram suas atividades agrícolas e pecuárias. Em alguns casos, os pequenos criadores foram incriminados porque os seus animais invadiam as lavouras dos grandes produtores, fato este que era estranho, porque o processo produtivo era orientado de modo tradicional (costumes que constituíam uma espécie *direito consuetudinário*²²), ao invés de seguirem a até então desconhecida, legislação que obrigava que os animais deveriam ser criados confinados e a agricultura desenvolvida em áreas abertas, sem cercas.

A cerca, para os pequenos pecuaristas representou a desarticulação de parte de suas atividades, porque não possuíam recursos financeiros para plantarem pastos e muito menos para cercá-los, e pelo risco constante de ter que comparecer à delegacia para responder a queixas sobre os animais que invadiam as lavouras alheias. A desarticulação da produção agropecuária familiar do Cerrado levou às últimas instâncias o processo de marginalização de um grupo social, a sua criminalização.

1.2 OCUPAÇÃO DA AMAZÔNIA LEGAL E MARGINALIZAÇÃO DAS POPULAÇÕES LOCAIS

A ocupação da Amazônia Legal (ver Mapa 2), dos anos 1950 aos 2000, pautou-se na colonização dirigida, na migração espontânea e na implementação de GPIs (os GPIs possuem uma diferença em termos de execução e preocupação com as populações locais e com o meio ambiente). Até os anos 1980, o Estado brasileiro foi o executor de grandes projetos de colonização e de mineração, que marginalizaram as populações locais. Dos anos 1990 em diante, as empresas privadas passam a ser as principais executoras de grandes projetos e o Estado regulamenta ações que procuram preservar e conservar a natureza, mas que acabam criminalizando as populações locais.

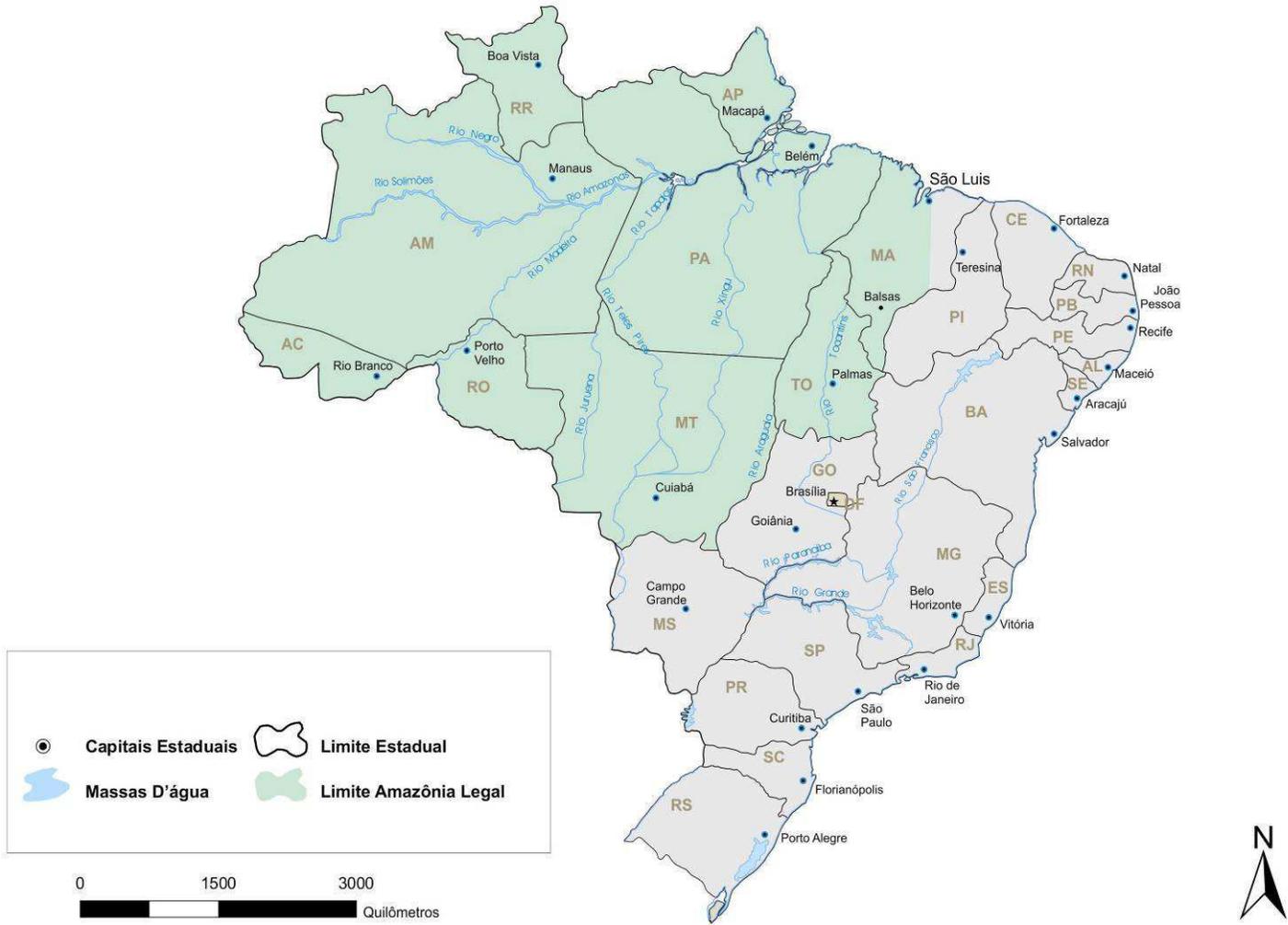
1.2.1 A intervenção estatal e os grandes projetos de desenvolvimento regional

Velho (1972)²³ analisa os impactos da construção da BR-010 (Belém-Brasília) e da BR-230 (Transamazônica) destacando o crescimento demográfico e o desenvolvimento das cidades situadas às margens das rodovias. A argumentação do autor não aborda as rodovias

²² A temática será mais bem explorada no capítulo IV a partir do caso de Balsas, em que antes dos grandes projetos agropecuários os animais eram criados soltos e as áreas de cultivo, as roças, é que eram cercadas.

²³ Vou me deter especificamente nas questões levantadas sobre o Maranhão, pelo fato de a pesquisa desenvolvida nessa tese ser realizada nesse Estado.

Mapa 3 – Amazônia Legal



Fonte: IBGE (2005).

como elementos determinantes, mas incorpora questões diversas, como o processo de urbanização iniciado nos anos 1940, as pré-condições socioeconômicas existentes nos Estados do Maranhão e Pará, e as inter-relações entre as frentes de expansão²⁴ pecuária, agrícola, extrativista e mineradora enquanto elementos constituintes de uma dinâmica econômica.

Nas duas pontas do que seria a rodovia Belém-Brasília, a movimentação econômica mais intensa data do final da década de 1940 e início da década de 1950. Na ponta Sul, existia uma pecuária ultra-extensiva quase abandonada e o estímulo governamental com a *Marcha para o Oeste*, de Getúlio Vargas. Na ponta Norte houve um estímulo econômico nos anos 1930, com o crescimento agrícola da juta, da malva e da pimenta-do-reino e uma revalorização da borracha em decorrência da segunda Grande Guerra.

As interrelações entre as diferentes frentes de expansão, para Velho (1972), seriam distinguidas a partir da relação que estabelecem com a natureza. A expansão da pecuária contribuiu para o povoamento do Sul do Maranhão e para o surgimento de conflitos entre pecuaristas e índios. Já a frente agrícola destacou-se pelo cultivo do arroz. Entre 1953 e 1963, a área de cultivo de arroz e o volume de produção dobraram no Maranhão. O arroz maranhense, depois da construção da Belém-Brasília, passou a ser beneficiado em Imperatriz e vendido para Anápolis (GO), como carga de retorno nos caminhões.

Em síntese, Velho (1972) não acredita que a ocupação e o soerguimento econômico da Amazônia estejam limitados à construção da Belém-Brasília, da Transamazônica, aos incentivos fiscais e à criação da SUDAM, fatores que estimularam o desenvolvimento regional. Apesar das frentes de expansão agrícola sempre avançarem a partir da abertura de novas estradas, as quais, no caso da Amazônia, quebraram o isolamento da região em relação ao restante do país, a problematização dessa questão exige a inclusão de fatores locais e regionais, como as atividades econômicas passadas e ações nacionais de desenvolvimento.

A expansão da fronteira agrícola²⁵ pode ser vista de duas maneiras principais: (1) a ocupação dos *espaços vazios*, para o desenvolvimento de grandes projetos nacionais, (2) que provocou vários problemas sociais e ambientais, especialmente na Amazônia. No pós-guerra, a população excedente que habitava próximo ao litoral começou a penetrar no Centro-Oeste e na Amazônia, áreas pouco habitadas e de populações indígenas ou de remanescentes das frentes de mineração e da borracha, área que inclui o Maranhão e é denominada de a *Grande Fronteira* (SAWYER, 1981).

²⁴ Para Velho (1972, p. 13) as frentes de expansão seriam constituídas pelos “segmentos extremos da sociedade brasileira que se internavam em áreas antes não exploradas, e apenas ocupadas por sociedades indígenas”.

²⁵ Sawyer (1981) define a expansão da fronteira como “processos de ocupação ou incorporação de novas áreas” e “atividades econômicas antes ausentes, ou presentes em escala menor”.

O grande fluxo migratório inicial forma a Pré-Amazônia, no Oeste do Maranhão e Norte do Goiás (SAWYER, 1981, p. 10):

A migração não é, simplesmente, um processo espontâneo ou automático que ocorre naturalmente em função de condições econômicas e demográficas. No caso da imigração para áreas de fronteiras, observa-se uma série de políticas e programas que visavam, explicitamente, mais do que no caso da urbanização, o deslocamento populacional para essas áreas: a marcha para Oeste, a transferência da Capital para Brasília, projetos de colonização, o Programa de Integração Nacional, etc. Entretanto, é problemática a ligação de causa e efeito entre essas políticas e a migração.

Mueller (1981) discorda parcialmente das abordagens tradicionais sobre a expansão da fronteira agropecuária: (1) de subsistência, quando novas áreas são incorporadas à agricultura e (2) quando é impulsionada pelo mercado, decorrente do crescimento da demanda por alimentos. O autor propõe a incorporação de dois aspectos: (3) a expansão especulativa, compra e regularização de terras em áreas remotas para obter ganhos futuros, e (4) o envolvimento do Estado na disponibilização de incentivos à ocupação de terras a fim de orientar e controlar o processo de expansão horizontal da agropecuária.

A Amazônia teve, também, uma fase espontânea de expansão da atividade agropecuária a partir da construção da rodovia Belém-Brasília, concluída no início dos anos 1960. Com essa rodovia, intensificou-se a ocupação de terras e a atividade agropecuária. No Pará, a rodovia Cuiabá-Santarém também contribuiu para o desenvolvimento de atividades agropecuárias. A expansão da fronteira agropecuária trouxe consigo problemas ambientais e conflitos pela posse da terra (MUELLER, 1981).

A partir dos anos 1950, é possível identificar cinco fases de ocupação da Amazônia: (1) a incipiente (1966-1970), marcada pela criação da Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA), mudança da SPVEA para SUDAM, *Operação Amazônica* e criação da Amazônia Legal e do Banco da Amazônia S/A (BASA) (MUELLER, 1981; HALL, 1991); (2) a empresarial, com a criação da Associação de Empresas da Amazônia (AEA), em 1968 (HALL, 1991); (3) a de lançamento de programas governamentais (1970-1974), Plano de Integração Nacional (PIN) e o Projeto Integrado de Colonização (PIC), para assentar migrantes nordestinos; (4) a caracterizada por formas alternativas de exploração da Amazônia (1974-1978), orientadas por programas de desenvolvimento regional (MUELLER, 1981; HALL, 1991); e (5) dos grandes projetos de mineração, como o PGC, na década de 1980 (HALL, 1991).

O avanço de Hall (1991), especialmente em relação a Mueller (1981), é a investigação de como o empresariado da região Sudeste se organizou para defender os seus interesses, a oferta de crédito subsidiado e a isenção de impostos, a partir da AEA, sediada em São Paulo (SP). A AEA foi fundamental para modificar o perfil dos assentamentos às margens das rodovias. Em vez de uma *agricultura familiar*, defendeu e conseguiu a implantação de uma colonização privada em larga escala, que privilegiou agricultores sulistas e, conseqüentemente, a *agricultura patronal* e a concentração da posse de terra.

Em 1970, o Brasil implantou o PIN, que orientado pelo conceito de planejamento de eixos, viabilizou a construção de estradas de longa distância, a Transamazônica (BR-230), a Perimetral Norte (BR-210), a Cuiabá-Santarém (BR-163) e a Cuiabá-Porto Velho-Manaus (BR-364 e BR-319). As novas rodovias funcionaram, também, como rotas de migração e foram planejadas para a criação de *corredores de desenvolvimento* de 200 km de extensão. Dando sinais de que

A criação do PIN dava sinais de que o Estado havia tomado consciência dos privilégios concedidos ao empresariado rural e, agora, garantiria espaço para a pequena produção agrícola. A criação do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), em 1970, abriu caminho para um amplo programa de colonização na Amazônia. Todas as terras devolutas, situadas a 100 km de cada lado das rodovias federais construídas, em construção ou projetadas, seriam utilizadas para o assentamento de famílias nordestinas sem terra (ARAÚJO et al., 2008).

As áreas destinadas à colonização foram divididas em lotes de 100 ha e ligadas às rodovias principais por meio de estradas vicinais. Os lotes formavam o PIC. No entanto, o projeto de colonização do governo militar não atendeu às expectativas. Os custos de construção da Transamazônica, em 1974, já haviam superado em três vezes o orçamento inicial, e sem infraestrutura para escoar a produção e sementes adequadas para o cultivo a produção era baixa e os gastos não compensavam a manutenção da atividade agrícola (ARAÚJO et al., 2008).

Inicialmente estava previsto o assentamento de 1 milhão de famílias. Depois, o INCRA reduziu o número para 100 mil famílias e no final da década de 1970, apenas 7% do número planejado estava assentada na Transamazônica e o foco da colonização estatal voltou-se para Rondônia. A colonização ao longo da Transamazônica, segundo Kohlhepp (2002), fracassou devido ao planejamento e a organização terem sido inadequadas e as agrovilas, dos assentamentos, não corresponderem às expectativas e experiência das famílias nordestinas.

O II Plano de Desenvolvimento Nacional (II PDN), 1975-1979 incorporou o conceito de pólos de desenvolvimento, muito discutido na América Latina nos anos 1960, para fomentar atividades de mineração e agropecuárias. Nesse contexto, surge o Programa de Pólos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia (POLAMAZÔNIA), que priorizou as seguintes áreas: (1) Xingu-Araguaia, (2) Carajás, (3) Araguaia-Tocantins, (4) Trombetas, (5) Altamira, (6) Pré-Amazônia Maranhense, (7) Rondônia, (8) Acre, (9) Juruá Solimões, (10) Roraima, (11) Tapajós, (12) Amapá, (13) Juruema, (14) Aripuanã, (15) Marajó, para a implementação de pólos agropecuários e/ou agrominerais (BRASIL, 1974).

O POLAMAZÔNIA, através de incentivos fiscais e tributários, tornou vantajoso a bancos, companhias de seguro, mineradoras e até mesmo empresas estatais o investimento na atividade pecuária na Amazônia. O tamanho máximo para as fazendas era de 60 mil hectares, mas havia fazendas da Volkswagen do Brasil de 140 mil hectares, e da multinacional Liqueigas Group de 566 mil hectares. As fazendas estavam localizadas, especialmente, no Sudeste e Leste do Pará e no Norte do Mato Grosso²⁶ (KOHLHEPP, 2002). Apesar da pecuária ter se destacado, a exploração de recursos minerais era o objetivo central do programa.

Duas outras contribuições de Hall (1991) são: (1) a discussão sobre o POLAMAZÔNIA, criado em 1974, com a estratégia de estabelecer pólos de desenvolvimento em áreas específicas, precursor da exploração de minerais na Serra de Carajás; e (2) o PGC, inaugurado em 1980, 13 anos após a descoberta da jazida de minério de ferro de Carajás, que foi importante para impulsionar o desenvolvimento da Amazônia e trazer graves problemas sociais e ambientais.

A espinha dorsal do Programa Carajás é formada atualmente por quatro grandes projetos: um depósito de minério de ferro, duas fábricas de alumínio, a primeira em Barcarena, nas proximidades de Belém, e a segunda em São Luis, e a hidrelétrica de Tucuruí, no rio Tocantins (HALL, 1991, p. 60).

O principal projeto para a Amazônia Legal, nos anos de 1980, foi o PGC. Apesar dos equívocos cometidos nos programas e projetos anteriores, as estratégias de implementação se mantiveram. As populações afetadas não obtiveram as informações necessárias, nem mesmo os governos locais e a SUDAM tinham pleno conhecimento do PGC, que objetivava estabelecer projetos de infraestrutura (ferrovia e hidrelétrica), mineração e indústria nas proximidades da maior jazida de minério de ferro do mundo, na Serra de Carajás.

²⁶ Nos anos de 1980 os projetos oficiais de fazendas de bovinos ocupavam uma área total de 9 milhões de hectares. A atividade pecuária na região aumentou o desmatamento, a erosão e a perda de nutrientes do solo e a especulação de terras, que ocasionou conflitos violentos entre posseiros e indígenas (KOHLHEPP, 2002).

1.2.2 Grandes projetos de investimento e o capital privado

As dinâmicas sociais, econômicas e ambientais da Amazônia a partir dos anos 1990 não podem ser analisadas sem a consideração de que as ações privadas, orientadas por investimentos em todos os setores econômicos (mediante incentivos fiscais e redução de tributos disponibilizados pelo Estado) foram decisivas para o desenvolvimento regional (KOHLHEPP, 2002). Por outro lado, não se pode desconsiderar as ações de organismos internacionais interessados na preservação e conservação do bioma e na definição de estratégias de exploração dos recursos naturais locais, minérios e plantas nativas.

Nos anos de 1990, há uma mudança no perfil dos projetos na Amazônia Legal, que passam a implementar estratégias de preservação e conservação do bioma. Um bom exemplo é o Programa Piloto Internacional para Conservação das Florestas Tropicais Brasileiras (PPG-7), uma iniciativa da Alemanha, na reunião de cúpula dos 7 países mais ricos (G7), em Houston, em 1990. O programa propunha financiar a reorganização dos modelos de desenvolvimento da Amazônia, através de uma parceria entre o governo brasileiro, o Banco Mundial e o G-7, que deveria contribuir para o uso sustentável dos recursos naturais e para a redução do desmatamento da floresta (KOHLHEPP, 2002).

O PPG-7 seguia quatro linhas de ação: a) experimentação e demonstração, promoção de experiências de preservação da natureza, desenvolvimento sustentável e educação ambiental em comunidades locais; b) conservação, desenvolvimento de projetos de manejo em áreas protegidas, parques, reservas naturais e extrativistas e demarcação de terras indígenas; c) fortalecimento institucional, disponibilização de suporte técnico aos governos estaduais e suas instituições públicas; d) pesquisas científicas, com o objetivo de aprimorar o conhecimento científico sobre o ecossistema da Amazônia.

Depois do PPG-7, as atividades estatais na Amazônia se restringiram ao melhoramento da infraestrutura e estímulo ao crescimento econômico regional. Entre 1996 e 1999, o Programa Brasil em Ação, uma parceira entre Estado e iniciativa privada, procurou melhorar a infraestrutura do país. Sucedendo esse programa, o governo brasileiro implementa o Programa Avança Brasil, com planejamento para 2000-2003 e 2004-2007, para melhorar a infraestrutura e acelerar o desenvolvimento econômico. Os projetos na área de infraestrutura ofereceram grandes oportunidades para o setor privado (KOHLHEPP, 2002).

O governo projetou o uso de 40 bilhões de dólares em projetos de desenvolvimento, principalmente na Amazônia, através do Programa Avança Brasil. Na região amazônica, os projetos centraram-se em quatro frentes: a) integração internacional do Norte, b) logística na

região do Madeira-Amazonas, c) logística no Brasil central, e d) geração de energia hidrelétrica e linhas de transmissão. Os Estados de Roraima e Amapá, por exemplo, passaram a possuir estradas pavimentadas para se ligarem aos países vizinhos. A viagem de Manaus a Caracas hoje pode ser feita de carro, o que impulsionou o crescimento do comércio regional.

Um dos objetivos do planejamento infraestrutural foi facilitar o transporte da produção agrícola e pecuária através de vias fluviais e terrestres. O rio Madeira teve sua via navegável melhorada para transportar a soja, em embarcações que suportam até 6 mil toneladas que descem pelo rio Itacoatiara e chega a leste de Manaus. De Manaus, a soja é embarcada no Porto de Manaus e segue para o mercado europeu em navios de até 80 mil toneladas.

Outra grande obra de infraestrutura foi a pavimentação e melhoria da BR-364 (Cuiabá-Porto Velho) e da BR-163 (Cuiabá-Alta Floresta), que em associação com as hidrovias possibilitaram a redução dos custos de transporte da produção da soja e da carne do Mato Grosso. O avanço do cultivo da soja no Centro-Oeste, especialmente em Mato Grosso, coloca Porto Velho como um novo centro de distribuição de grãos a partir de seu terminal portuário, que em 1998 movimentou 1,6 milhões de toneladas de carga (KOHLHEPP, 2002).

Recentemente, o Estado brasileiro, através do PAC, vem estimulando a implementação de GPIs na Amazônia pela iniciativa privada. São projetos nas áreas de energia e transporte que procuram disponibilizar as condições necessárias para o crescimento da produção industrial e logística de transporte de commodities²⁷ (minério de ferro e soja, principalmente). Apesar de haver semelhanças a principal diferença em relação aos GPIs dos anos 1980 e 1990 é que todo grande projeto é, comumente, acompanhado de ações de preservação da natureza.

Empresas de mineração implantam em parceria com o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), projetos de Manejo Florestal Comunitário (MFC) para mitigar os impactos ambientais e *naturalizar* a paisagem e as populações tradicionais (LEROY, 2010). O Estado, por seu turno, através da criação de Florestas Nacionais (FLONA) e Reservas Biológicas (REBIO), institucionaliza a criminalização de grupos indígenas, ribeirinhos, seringueiros e pequenos produtores rurais, ao proibir ou restringir o acesso e uso de recursos naturais indispensáveis à manutenção desses grupos sociais (COELHO, CUNHA e WANDERLEY, 2010).

²⁷ Na área de energia estão em execução ou com execuções previstas as hidrelétricas de Belo Monte (PA), Serra Quebrada (PA), Santo Antônio (RO), Jirau (RO), Rondon II (RO), Estreito (MA), Dardanelos (MT), Cachoeirão (MT), Água Limpa (MT), Toricoejo (MT), São Salvador (TO), Novo Acordo (MT), Tocantins (TO) e Tupiratins (TO) e as termelétricas movidas a Óleo de Tocantinópolis (TO), a Óleo de Nova Olinda (TO) e a Carvão Termomaranhão (MA). Na área de transporte estão previstas a conclusão da Ferrovia Norte Sul, da Ferrovia de Integração Centro-Oeste e a construção ou melhoria de mais de 33 terminais hidroviários (UOL, 2010).

1.3 MARGINALIZAÇÃO E CRIMINALIZAÇÃO DE POPULAÇÕES LOCAIS DO CERRADO E DA AMAZÔNIA

Os mega-projetos implementados no Cerrado e na Amazônia foram responsáveis pela marginalização das populações locais porque privilegiaram os grupos associados aos projetos territoriais modernizadores da agricultura, que na sua maioria habitavam as regiões Sudeste e Sul e migraram para o Centro-Oeste e Norte do Brasil ou eram membros das elites regionais, e os projetos territoriais estratégicos das grandes empresas nacionais e internacionais. Os resultados desse processo podem ser vistos na expulsão dos trabalhadores rurais do campo e invasão dos territórios indígenas.

A criminalização das populações locais se inicia com a institucionalização de mecanismos e ações de conservação e preservação da natureza que, no caso da Lei de Gestão Ambiental, recompensam os grandes produtores, ao permitir que o *bom madeireiro* explore de *modo sustentável* a floresta, e punem severamente os pequenos produtores que exploram a floresta (LEROY, 2010). Outra faceta desse processo é o controle do crescimento populacional na medida em que, nas áreas de FLONA e REBIO, bloqueia o livre movimento dos moradores; proíbem a coleta da castanha-do-pará, a caça e a pesca; nega-se o direito de comercialização dos recursos pesqueiros (COELHO, CUNHA e WANDERLEY, 2010).

Deste modo, os processos de territorialização que estruturam e reestruturam as dinâmicas territoriais do Cerrado e da Amazônia fragilizaram os índios, os quilombolas, os ribeirinhos, os extrativistas e os pequenos agricultores, porque: (1) o processo de modernização da agricultura e industrialização regional não os incluiu, e (2) a legislação para a conservação e preservação do meio ambiente torna ilegais suas práticas produtivas e inibe o seu crescimento populacional.

O processo de marginalização das populações tradicionais e locais, em grande medida, é decorrente de ações governamentais que visavam e visam o desenvolvimento econômico regional e terminam por priorizar as elites locais ou grupos sociais de outras áreas. O processo de criminalização, por sua vez, é fruto das ações governamentais e de projetos ambientais que procuram conservar a natureza, restringindo ou limitando o acesso aos recursos naturais. No entanto, nos novos projetos de infraestrutura que estão sendo implementados pelo PAC é possível observar a junção desses dois processos, marginalização e criminalização.

Os principais programas estatais, entre os anos de 1960 e 1980, direcionados para o Cerrado, (PCC, PADAP, POLOCENTRO e PRODECER) colocaram as populações locais à margem do processo de desenvolvimento econômico e modernização agrícola regional porque

estimularam a instalação de agricultores oriundos das regiões Sudeste e Sul, e para a Amazônia Legal (PIN, POLAMAZÔNIA e PGC) priorizaram a colonização dirigida, o investimento em infraestrutura de transportes e de energia, que contribuíram para a migração espontânea e para o estabelecimento de grandes projetos agropecuários e de mineração, que relegaram ao segundo plano as populações indígenas, os ribeirinhos e os seringueiros.

O ingresso da temática ambiental na agenda pública brasileira exigiu do Estado ações que procurassem conter o desmatamento e possibilitassem a preservação da fauna e da flora, especialmente na região amazônica, e a institucionalização de mecanismos de monitoramento e de controle dos recursos naturais. O processo de institucionalização da preservação e conservação da natureza abriu caminho para a criminalização das populações tradicionais e locais porque não as considerou como constituintes do espaço, mas como *potenciais destruidores* da base de recursos naturais.

Além de possuir um caráter conservacionistas demasiado, principalmente a REBIO, que impede o acesso e o uso de recursos naturais, alguns mecanismos de preservação ambiental, como a Lei de Gestão Ambiental, acabam criminalizando as populações locais, que dependem do uso dos recursos naturais e beneficiando os grupos sociais historicamente beneficiados pelos programas governamentais para a Amazônia, ao recompensar o *bom madeireiro*, permitindo que este explore mais áreas de floresta.

CAPÍTULO II

ECOLOGIA POLÍTICA FIGURACIONAL E PROCESSOS DE TERRITORIALIZAÇÃO

As questões socioambientais emergem como um importante campo de pesquisa e a ecologia política se apresenta como abordagem teórica que fornece elementos analíticos indispensáveis para o estudo dos conflitos e processos de mudança ambiental, rejeitando a idéia de que a natureza é um ambiente neutro, e ressaltando que a degradação ambiental é fruto da interação de diferentes atores sociais e de processos políticos (LASCHEFSKI e COSTA, 2008) que refletem relações de poder assimétricas.

Na ecologia política, os conflitos socioambientais estão associados às relações entre diferentes atores e grupos sociais, identidades, culturas e discursos (GEZON, 2004). Questões étnicas e de gênero (GEZON e PAULSON, 2004), intervenções do Estado através de programas e políticas que visam o desenvolvimento regional (MEDEIROS, 1996; GROSSMAN, 1998) e a adoção de novas biotecnologias agrícolas podem contribuir para o fim das populações tradicionais (GARI, 2000; BELMONTE, 2004), entre outros fatores. Em todos os casos, estamos diante de processos de apropriação de recursos naturais e de mudança ambiental mediados por relações de poder.

A ecologia política emerge no final dos anos de 1960, em contraposição às abordagens que negligenciavam os aspectos políticos das interações entre seres humanos e ambiente (VAYDA e WALTERS, 1999). Entre 1970 e 1980, os trabalhos focalizavam os processos de mudança ambiental associados às questões políticas e à marginalização de grupos sociais. A partir da década de 1990, temáticas de pesquisa associadas à conservação dos biomas e ecossistemas passam a ocupar um espaço significativo (ROBBINS, 2004).

Desde os anos de 1970, a ecologia política tem sido marcada pela divisão entre autores com perfil de intervenção na resolução de conflitos socioambientais e autores com perfil mais acadêmico. Do primeiro grupo, fazem parte os ecologistas políticos que tratam a abordagem como um movimento que coloca a pesquisa a serviço da militância ambientalista. No segundo, estão inseridos os ecologistas políticos que analisam os aspectos relacionados ao

surgimento de conflitos e processos de mudança ambiental, na tentativa de ampliar o debate acadêmico²⁸.

Embora os estudos sobre as questões ambientais tenham se tornado tão presente nas agendas de pesquisa contemporâneas, a temática é problematizada há muito tempo. Gregos e romanos, por exemplo, consideravam que o ambiente interferia prontamente nas populações. Séculos depois, Malthus ressaltava que o crescimento populacional estrangularia a capacidade produtiva da agricultura. Boserup (1987) destacou que o crescimento populacional estimulou a intensificação do uso da terra e a inovação tecnológica para aumentar a produção agrícola.

A teoria malthusiana inspirou fortemente o debate sobre a questão ambiental nos anos 1960 e 1970: o *Relatório do Clube de Roma*²⁹, de 1972, que tratava do crescimento populacional, desenvolvimento tecnológico e do meio ambiente; e a nascente sociologia ambiental. Os chamados *neomalthusianos* consideravam que a explosão demográfica do pós-guerra era a causa do aumento da pobreza nos países pobres e representava um sério problema para o meio ambiente à medida que aumentava a demanda por recursos naturais.

A ecologia política focaliza as questões ambientais sem deixar de lado as complexas interações entre os aspectos políticos e ambientais que produzem as mudanças socioambientais (VAYDA e WALTERS, 1999) e fomenta propostas analíticas que possuem um caráter interdisciplinar. O que não implica dizer que se faça uma sobreposição das questões políticas em relação às ambientais e socioeconômicas, mas que seja feita uma análise processual das mudanças.

Os maiores avanços no campo da ecologia política se deram em disciplinas como a economia política, a antropologia e a geografia, que pautaram fortemente as agendas de pesquisa e os instrumentos teórico-metodológicos. Da sociologia, esta abordagem tem tido menor atenção. Ainda que possa contribuir fortemente para seu aprimoramento, em particular no debate sobre o poder enquanto variável explicativa dos conflitos e dos processos de mudança ambiental, cada vez mais presente.

A fim de superar essa lacuna, o presente trabalho procura realizar o esforço de incorporar criativa e não dogmaticamente a abordagem de Norbert Elias sobre o poder, através da utilização da noção de figurações sociais e dinâmicas figuracionais. Procedimento que servirá como alternativa às conceituações de poder, de inspiração marxista, com foco

²⁸ Do primeiro grupo, podem ser enquadrados os trabalhos de Lipietz (2003), Escobar (2005). Do segundo, os trabalhos de Vayda e Walters (1999), Gezon e Paulson (2004), Little (2006), entre outros.

²⁹ O Clube de Roma, fundado em 1968, agrupa estudiosos de questões políticas, economia internacional, demografia, meio ambiente e desenvolvimento sustentável.

mais estrutural em diferenças de classe ou na dinâmica capitalista, muito influente no âmbito da ecologia política nos anos 1980.

As sociedades são figurações de indivíduos interdependentes (ELIAS, 2001), que refletem equilíbrios de tensões, mesmo que as diferenças de poder entre os grupos que compõem a figuração social sejam pequenas ou grandes. As mudanças numa figuração social, portanto, ocorrem a partir de alterações nas relações globais de interdependência funcional que podem induzir um grupo a contestar o poder de coerção do outro grupo e, assim, redefinir as estruturas de poder (ELIAS, 2005).

Partindo da noção de figurações sociais são pensados os projetos territoriais dos grupos sociais que tentam legitimar e/ou institucionalizar modelos de regulação, de acesso e de uso de recursos naturais. Sendo os processos de territorialização fruto das tensões entre os diferentes projetos territoriais, numa figuração específica, o esboço teórico elaborado se distancia das propostas pautadas na descontinuidade e unilateralidade ao defender a continuidade dos processos de territorialização.

Os novos paradigmas ecológicos possuem genealogias complexas e híbridas. Emergem em reação às velhas abordagens e se diferenciam por incorporarem outras tradições analíticas (economia política, antropologia simbólica e antropologia histórica). A complexidade das genealogias pode ser vista na relação entre os novos e os velhos paradigmas ecológicos e na problemática de se apresentar o que é genuinamente novo nas pesquisas e debates atuais (BIERSACK, 1999) sobre mudanças e conflitos socioambientais.

A seguir apresento, primeiro, as perspectivas tradicionais que abordaram e abordam a problemática ambiental, ressaltando os aspectos analisados e considerados centrais para o surgimento de conflitos e processos de mudança ambiental. Ao final, problematizo, então, as origens da ecologia política, com o intuito de mostrar os seus elementos constituintes e diferenciar as propostas analíticas que compõem a abordagem, para em seguida incorporar as contribuições da sociologia figuracional de Norbert Elias.

A ecologia política figuracional aqui proposta parte da idéia de que mudança ambiental e processos de territorialização são equivalentes, pois refletem transformações nas relações entre sociedade e natureza. O que diferencia essas duas categorias analíticas é que os processos de mudança ambiental focalizam as transformações ambientais provocadas pelas práticas dos atores sociais, ao passo que os processos de territorialização se centram no entrelaçamento das práticas dos atores sociais e seus efeitos sobre o espaço (CUNHA, SILVA e NUNES, 2008).

2.1 AS ORIGENS DA PROBLEMÁTICA AMBIENTAL

Os debates sobre as questões ambientais remontam à filosofia clássica e pós-socrática. Hipócrates, Aristóteles e outros pensadores gregos estabeleceram uma linha de raciocínio em que a geografia (o ambiente físico) era utilizado para justificar e legitimar a dominação de outros povos e nações. Os romanos seguiram a mesma linha. “Cícero atribui esse sucesso [as conquistas] à localização [geográfica] (...) Vitruvius atribuiu-o à superioridade dos povos situados nas latitudes médias” (MORAN, 2008, p. 51).

No século XVIII, as influências climáticas e geográficas voltaram a ser as explicações predominantes, com Bodin e Montesquieu, destacando a superioridade das latitudes médias em relação às demais e, assim, justificando a superioridade europeia. Além disso, o livro *Ensaio sobre a população*, publicado em 1798 por Thomas Robert Malthus, constitui-se um marco no estudo das questões populacionais e ambientais da época e inspirou teorias relevantes no campo da biologia, no século XIX, destacando-se a teoria da evolução de Charles Darwin³⁰ (MORAN, 2008).

Malthus (1983, p. 238) é comumente considerado o primeiro teórico sobre as relações entre população e ambiente, por ter destacado “que a população, quando não controlada, cresce numa progressão geométrica, e os meios de subsistência numa progressão aritmética” e proposto a adoção de mecanismos de controle que afetassem a natalidade e a migração a fim de evitar que o crescimento populacional excedesse a capacidade produtiva da agricultura.

Dois equívocos podem ser apontados na teoria malthusiana: (1) ter desconsiderado a possibilidade do crescimento da produtividade agrícola não seguir uma progressão aritmética e, por conseguinte, (2) não ter incluído as inovações tecnológicas agrícolas como possíveis reações à escassez de alimentos (VANWEY, OSTROM e MERETSKY, 2009). A revolução verde no pós-guerra se mostrou o maior exemplo de que as argumentações malthusianas eram frágeis.

Assim como Malthus foi um dos expoentes do debate acadêmico sobre a problemática ambiental no campo da economia do século XVIII, George Perkins Marsh o foi na geografia, na virada do século XIX, ao publicar o livro *The earth as modified by human action*, em 1898. Marsh ressaltava que a ação humana causava a degradação dos ecossistemas, dos rios, dos

³⁰ A teoria evolucionária moderna e a genética se desenvolveram a partir da teoria darwiniana, que tem como principais elementos: a) todas as populações apresentam variação genética, seja através de mutação ou recombinação; b) todas as populações buscam crescer quantitativamente, até que as restrições ambientais limitem; c) em dadas circunstâncias, os fenótipos mais adaptados de uma população serão selecionados; d) o efeito do meio ambiente sobre o genótipo é indireto. Deste modo, todas as mudanças adaptativas de todos os organismos estão associadas ao material genético hereditário (MORAN, 2008).

lagos e dos oceanos, e que a ciência tinha a responsabilidade de defender a conservação do planeta (ROBBINS, 2004).

O interesse de Marsh pelos impactos humanos na paisagem e seu foco nos efeitos da extração descontrolada de madeira o coloca como um dos precursores da ecologia política, embora seu trabalho denote pequena relação com a economia política e o poder político. Apesar de sua preocupação com a capacidade produtiva dos ecossistemas, as populações locais, tradicionalmente administradoras dos recursos naturais, eram relegadas ao segundo plano para que órgãos externos realizassem a gestão desses recursos (ROBBINS, 2004).

No século XX, a publicação do livro *Evolução agrária e pressão demográfica*, de Boserup, em 1965, foi importante para se repensar as teorias malthusianas e neomalthusianas. Para Boserup (1987), a adoção de novos sistemas de cultivo a partir da redução do período de pousio poderia reduzir o desmatamento e estimular a adoção de novas atividades agropecuárias. Contudo, toda redução do período de pousio implica na adoção de técnicas mais avançadas de cultivo que permitam a manutenção da fertilidade do solo e na intensificação do uso da força de trabalho.

Quando se começa a cultivar um pedaço de terra de modo mais freqüente (...) será necessário, em geral, dedicar uma maior quantidade de trabalho agrícola por hectare cultivado, que anteriormente. Assim, o emprego agrícola talvez cresça por duas razões distintas: porque cresce a área total cultivada, em um dado ano, ao mesmo tempo que a inversão anual do trabalho, por unidade de área, cresce provavelmente (embora não necessariamente) pois que os cultivos são mais freqüentes. (BOSERUP, 1987, p. 47).

A análise de Boserup (1987) baseia-se no fato de que nos períodos de escassez moderada, os agricultores não eram motivados a buscar meios que permitissem o aumento da produtividade. Por sua vez, ao enfrentarem situações de grande escassez eram estimulados a ampliarem seus esforços e a incorporarem novas técnicas para, assim, aumentarem a produção de alimentos. Pelo fato de focalizar os agricultores, o trabalho de Boserup tem sido utilizado satisfatoriamente para a realização de estudos em comunidades rurais.

Boserup (1987) construiu uma argumentação distinta das anteriores, especialmente, porque não tentou explicar as mudanças populacionais, mas examinar as possíveis conseqüências desse processo. Além disso, deixou-nos a lição de que não há um *teto agrário* ou uma *capacidade de suporte natural* para regiões ambientais particulares. A produtividade possível numa região particular depende da tecnologia ou do capital físico adotado ou inventado, e da mão-de-obra disponível (VANWEY, OSTROM e MERETSKY, 2009).

2.2 A ECOLOGIA POLÍTICA: CONFLITOS E MUDANÇAS AMBIENTAIS

A ecologia política surge em reação a determinadas características da ecologia humana ou antropologia ecológica, praticada nos anos 1960 e início dos anos 1970, que negligenciavam as dimensões políticas das interações entre seres humanos e o meio ambiente, e preocupavam-se com os processos de adaptação, abordavam as comunidades humanas como se fossem unidades bastante homogêneas e autônomas (VAYDA e WALTERS, 1999). Ao passar dos anos, a abordagem se desdobrou em duas orientações principais: (1) a *ecologia política normativa*, que defende a preservação do meio ambiente e a justiça social, e (2) a *ecologia política analítica*, que analisa os conflitos e as mudanças socioambientais³¹.

A ecologia política normativa reflete sobre a atuação de intelectuais e do movimento trabalhista na defesa ambiental (LIPIETZ, 2003), defende a cultura local em contraposição à globalização (ESCOBAR, 2005), explora a expansão do ecologismo ou ambientalismo em reação ao crescimento econômico (ALIER, 2007) e discute a relação entre riscos à saúde e ao ambiente em virtude do desrespeito à natureza (PORTO, 2007). Apesar de tratar de diferentes aspectos, a ecologia política normativa é perpassada pela tentativa de difusão da preservação da natureza e a garantia de acesso aos recursos naturais às gerações futuras.

Advogado da ecologia política normativa, Lipietz (2003) ressalta que a abordagem representa o movimento sociopolítico com melhores condições de transformar a realidade através de análises teóricas, militâncias e luta política. Ou vislumbra-se na ecologia política a possibilidade de reintrodução do local nas discussões relativas à globalização, ao permitem a incorporação de práticas econômicas orientadas pelo contexto local em que as comunidades estão inseridas, ou seja, uma valorização da cultura local (ESCOBAR, 2005).

A ecologia política proposta por Escobar (2005), articulada pelos movimentos sociais, defenderia a identidade, o lugar e a região sem considerá-los estáticos. A construção dessa argumentação se baseia no confronto de forças e discursos nacionais e transnacionais que tratam da exploração de minérios e madeira e do avanço da agroindústria, com discursos de preservação do meio ambiente e de decomposição e recomposição de identidades locais e regionais. O esforço empreendido pelo autor é pertinente, procura repensar as relações entre o local e o global, mas o problema é sua tentativa de redefinir práticas políticas e ambientais.

Uma análise crítica da ecologia política normativa, com o auxílio do trabalho de Vayda e Walters (1999), mostra-nos que, na maioria dos casos, essa vertente coloca a prática de

³¹ Aspectos normativos e analíticos nem sempre se encontram separados e as obras de muitos autores são caracterizadas pela combinação de estudos empíricos com prescrições as mais variadas possíveis sobre a problemática ambiental.

pesquisa a serviço de uma ordem política populista, um *romanticismo verde*, de pensar que devolvendo o controle dos recursos naturais para as comunidades locais, mitigar-se-ia as influências do sistema político-econômico, e o uso dos recursos naturais se tornaria mais sustentável. Não há, portanto, uma preocupação com o aprofundamento do debate teórico sobre os conflitos e os processos de mudança ambiental, mas uma militância ambientalista.

Segundo Vayda e Walters (1999), a ecologia política representa uma alternativa à ecologia sem política. A *ecologia sem política* dos anos 1960 para estes autores, transformou-se numa *política sem ecologia*, nos anos 1990, que se apresentou como *ecologia política*, ao invés de *políticas de recursos naturais*, *antropologia política* ou *ciência política*. Os pretensos ecologistas políticos ressaltavam, em seus trabalhos, que procuravam explicar as mudanças ambientais, quando na verdade estudavam os controles ou competições políticas sobre o uso dos recursos naturais, deixando assim, de abordar o modo como os recursos naturais são afetados pelos controles e competições políticas.

Se o objeto de estudo é a mudança ambiental, uma alternativa programática à ecologia política, para Vayda e Walters (1999), seria a de *ecologia de evento*³². O método é começar a pesquisa com o foco nos eventos ambientais ou mudanças que se procura explicar e analisar o tempo e espaço exterior pregressos, de modo que sejam reconstruídas as causas e os efeitos desses eventos ou mudanças. Evitar-se-ia, assim, a prática de concentrar a investigação no acesso aos recursos naturais ou na mudança do acesso, e dar pouca ou nenhuma atenção para as questões socioambientais que de fato devem ser tratadas.

A ecologia de evento tem a pesquisa guiada por perguntas abertas, por exemplo, por que as mudanças socioambientais acontecem? Vayda e Walters (1999) criticam os ecologistas políticos que privilegiam os eventos políticos e econômicos em vez de analisar como estes podem ser causas importantes de mudanças ambientais, e aos que analisam eventos políticos, como o acesso a recursos naturais, e usam os dados de pesquisa para fazer reivindicações políticas e ambientais.

Para Vayda e Walters (1999), a ecologia de evento, enquanto uma alternativa à ecologia política, oferece duas vantagens: (1) diminui a probabilidade de conclusões equivocadas fundamentadas em bases teóricas preconcebidas; por exemplo, mudança e degradação ambientais podem ser causadas por ricos e pobres; e (2) não prejudica os fatores políticos para eleger qual destes é o mais importante de antemão. Todos os eventos políticos

³² Vayda e Walters (1999) nomearam a proposta teórica alternativa à ecologia política de *evenemental or event ecology*, que traduzi como ecologia de evento.

devem ser considerados da mesma maneira que os fatores biofísicos o são para explicar as mudanças ambientais.

A proposta de Vayda e Walters (1999) representa um esforço teórico de se repensar a ecologia política, sendo que o seu foco principal não é negligenciado, e faz um alerta para os equívocos analíticos decorrentes da dissociação entre conflitos e processos de mudança socioambiental. Porém, a *ecologia de evento* possui duas limitações: (1) não fica claro como os eventos ou mudanças ambientais locais podem estar associados a questões políticas e econômicas regionais, nacionais ou internacionais; e (2) a definição de eventos utilizada encobre as interrelações existentes entre os diferentes atores e grupos sociais envolvidos em conflitos e mudanças socioambientais.

Enquanto campo de pesquisa, a ecologia política mescla perspectivas da ecologia humana, interrelações que as sociedades mantêm com os ambientes em que habitam (LITTLE, 2006); da economia política, com o foco nas relações estruturais de poder entre sociedades; e da ecologia cultural, em relação às adaptações dos indivíduos ou grupos ao meio ambiente (CUNHA, 2004). A inserção da economia política no paradigma ecológico trouxe à tona o impacto dos sistemas produtivos nas mudanças socioambientais e a importância das relações de poder na determinação do acesso e uso dos recursos naturais (BIERSACK, 1999).

Gezon e Paulson (2004) asseveram que a ecologia política se desenvolveu em torno de quatro pontos centrais: (1) a idéia de que a utilização dos recursos é organizada e transmitida através de relações sociais que podem resultar numa pressão excessiva sobre o ambiente; (2) o reconhecimento da pluralidade de posições, interesses e racionalidades em relação ao ambiente, de modo que o lucro de uma pessoa pode representar a pobreza de outra; (3) a idéia de uma conexão global através da qual os processos políticos e econômicos externos estruturam e são influenciados pelos espaços locais; e (4) a defesa de que a degradação da terra é, ao mesmo tempo, um resultado e uma causa da exclusão social.

A ecologia política, nesse sentido, é o reflexo do diálogo intenso entre biólogos, antropólogos, geógrafos, historiadores e cientistas políticos, que criaram um espaço interdisciplinar entre as ciências naturais e as ciências sociais, sem eliminar as diferenças existentes entre cada uma das áreas de conhecimento. Pelo contrário, cada uma emprega seus conceitos e técnicas de pesquisa, na tentativa de esclarecer diferentes questões (LITTLE, 2006, p. 88):

Nesse quadro maior, a antropologia ajuda na análise dos modos culturalmente específicos da adaptação ecológica de distintos grupos sociais – os sistemas produtivos e tecnologias que empregam, os recursos naturais que exploram e as

ideologias que utilizam para justificar seu modo de adaptação e as reivindicações territoriais que defendem – e da interação dinâmica e conflituosa provocada pelo choque entre esses modos de adaptação. O foco nos grupos sociais invariavelmente levanta o tema das práticas ambientais em conflito de tal forma que a análise dos chamados “conflitos socioambientais” se torna um elemento central da ecologia política.

Embora Little (1996) reconheça a importância das *adaptações ecológicas* dos grupos sociais, o autor deixa claro que as contribuições da antropologia à ecologia política extrapolam esses processos. O uso da etnografia para analisar os conflitos socioambientais que afetam os grupos sociais que se apropriam coletivamente de recursos naturais talvez seja o maior subsídio da antropologia, porque direciona os holofotes da pesquisa para as interações entre indivíduos orientados por práticas ambientais específicas e contraditórias.

Como pode ser visto, a ecologia política não se constitui em um corpo teórico unificado. Existem propostas teórico-metodológicas independentes e que, em muitos casos, colidem umas com as outras, o que dificulta a sistematização da abordagem (ROBBINS, 2004). Entretanto, é consenso que a ecologia política analisa os processos de mudança socioambiental. As divergências, então, materializam-se no modo como os conflitos e mudanças socioambientais são problematizados.

Por outro lado, as diferentes teses representam o desenvolvimento da abordagem e do campo de pesquisa. Trabalhos que articulam mudança ambiental e marginalização emergem primeiro nos anos 1970 e 1980, como uma tentativa de aplicar a teoria da dependência para analisar crises ambientais (ROBBINS, 2004). A problemática dos efeitos globais e locais nos esforços de conservação, incluindo locais e biomas de grande diversidade (Amazônia), parques nacionais e áreas de biodiversidade, torna-se crescente nos anos de 1990.

A gama de trabalhos em ecologia política apresenta inúmeros resultados, diferindo argumentos e sugerindo novas temáticas de pesquisa, que em grande medida é a expressão do seu caráter interdisciplinar:

- ✓ Mudanças e conflitos socioambientais;
- ✓ Política ambiental e movimentos sociais;
- ✓ Ação coletiva e manejo de recursos naturais em comunidades tradicionais;
- ✓ A interferência da ação humana nos processos de mudança ambiental;
- ✓ Diversidade das percepções das mudanças ambientais;
- ✓ Causas e efeitos da corrupção política;
- ✓ Relação entre conhecimento e poder.

Atualmente, os trabalhos em ecologia política vêm abordando questões ambientais e territoriais, cada uma regulamentada por regras e normas próprias. Três princípios que compõem o núcleo da ecologia política atual, a aplicação de cada um varia de acordo com o tema e lugar da pesquisa (LITTLE, 2006):

- ✓ O foco central da ecologia política deve ser sempre relações (sociais, naturais ou socioambientais) e não objetos substantivos (cadeias tróficas, fluxos de energia);
- ✓ O uso de análises que colocam as relações dentro dos seus respectivos marcos históricos e ambientais, os conceitos de nicho ou de adaptação, só têm sentido quando se sabe o contexto em que ocorrem as relações;
- ✓ Uso de metodologias processuais que acompanham os fluxos (de energia, de pessoas de sementes etc) e suas dinâmicas internas.

O aprofundamento discursivo da ecologia política foi beneficiado pelo aumento do interesse nos processos que desencadeiam conflitos e mudanças socioambientais em diferentes biomas e ecossistemas. No Brasil, o debate político e acadêmico sobre as problemáticas sociais e ambientais da Amazônia, Cerrado, Pantanal e Caatinga estão se tornando mais presentes. No entanto, poucos tratam da relação dos aspectos políticos e ambientais enquanto produtores de mudanças.

2.2.1 Apropriação de recursos naturais e conflitos socioambientais

No campo da economia dos recursos naturais, não existem muitos textos que sejam breves e tão famosos como *A tragédia dos comuns*, publicado em 1968, em que Hardin analisa a relação entre crescimento populacional e o uso de recursos naturais. A partir do exemplo do uso de pastagens coletivas, o autor nos mostra como o processo de maximização de benefícios e a redução de custos podem ocasionar o esgotamento de recursos naturais³³. Como solução para a degradação ambiental Hardin propõe a privatização ou estatização dos recursos naturais (CUNHA, 2004).

³³ Hardin (1968) utiliza o dilema da ação coletiva da *tragédia dos comuns*, que hipotetiza uma situação em que: um pasto compartilhado entre pastores, que possuem um determinado número de animais, e observam que parte da pastagem não é consumida. Assim, cada um passa a colocar mais animais dentro da área coletiva. Contudo, em algum momento o aumento do uso do pasto excederá sua capacidade de prover alimento para os animais, devido a superexploração do recurso. Outro dilema de ação coletiva muito conhecido é o do *prisioneiro*, em que “(...) dois prisioneiros suspeitos de um crime violento são mantidos em celas diferentes, e a cada um é oferecido o seguinte acordo pelo promotor: Se você confessar e o outro prisioneiro não o fizer, você será libertado; se o outro prisioneiro também confessar, você receberá uma sentença moderada. Se nenhum de vocês confessar, vocês receberão sentença menor do que se ambos confessarem; se o outro confessar, mas você não, você receberá a sentença máxima” (TSEBELIS, 1998, p. 69). Os dois dilemas ilustram uma contradição entre racionalidade individual e racionalidade coletiva que dificulta a cooperação entre os indivíduos.

Box 1 – Apropriação de recursos naturais: ação coletiva e provimento de bens comuns

Olson (1999), ao analisar as organizações sociais, constata que há um propósito que as perpassa: *a promoção dos interesses de seus membros*. Deste modo, não há sentido algum em formar uma organização quando uma ação individual independente pode promover os interesses dos indivíduos tão bem ou melhor que uma organização. Por outro lado, quando um determinado grupo de indivíduos possui interesses comuns ou coletivos, a ação individual independente não poderá promover esses interesses adequadamente.

As organizações têm a tarefa de prover benefícios comuns ou coletivos aos seus membros. Os benefícios comuns são usualmente chamados de *benefícios públicos* (OLSON, 1999). Um benefício público, coletivo ou comum, é aquele que se for consumido por uma pessoa X_i em um grupo $X_1, \dots, X_i, \dots, X_n$, não pode ser negado a nenhum dos demais membros desse grupo. O fornecimento de bens públicos é caracteristicamente institucional, já que os benefícios não-coletivos comuns sempre podem ser alcançados a partir da ação individual.

O processo de aquisição de um bem público, que ocorre a partir da ação coletiva empreendida pelos membros da instituição, traz consigo uma contradição entre racionalidade individual e racionalidade coletiva. Embora todos os membros de uma instituição tenham o interesse comum em alcançar o benefício coletivo, eles não têm nenhum interesse comum em pagar o custo do provimento do mesmo. A resolução dos dilemas de ação coletiva se daria mediante a atuação de um interventor externo que estimularia os indivíduos racionais a agirem de forma coletiva (OLSON, 1999).

Ostrom (1998) constata, empiricamente, que os indivíduos se ocupam sistematicamente de ações coletivas para prover bens públicos ou administrar recursos comuns sem uma autoridade externa que ofereça incentivos ou imponha sanções. Deste modo, o modelo teórico construído por Ostrom (1998) se contrapõe à proposta de Olson (1999), ao ressaltar que normas, reciprocidade e confiança possibilitam a superação dos dilemas de ação coletiva sem a necessidade de incentivos ou sanções externas ao grupo.

Hardin tem sido criticado por confundir acesso livre com propriedade comum, em que o acesso e uso de recursos naturais são regulados por regras e normas sociais (KLINK, 1992; CUNHA, 2004). Elinor Ostrom³⁴, vencedora do Prêmio Nobel de Economia de 2009, notabilizou-se por demonstrar empiricamente que as *propriedades comuns*, com áreas de

³⁴ Ver Ostrom (1990, 1994, 1998).

floresta e estoques pesqueiros, eram geridas com sucesso pelos próprios usuários, refutando, assim, a tradicional tese de que a gestão dos recursos naturais deve ser externa ou privada.

A apropriação de recursos naturais e os conflitos socioambientais decorrentes desse processo constituem temas importantes para a ecologia política enquanto disciplina e campo de pesquisa. A literatura nos mostra que: (1) a análise dos programas governamentais e dos conflitos referentes à apropriação coletiva de recursos naturais (MEDEIROS, 1996; KLINK, 1992), (2) a problematização da perda da biodiversidade (GÖRG e BRAND, 2000) e sua relação com biotecnologias agrícolas e desaparecimento das populações tradicionais (GARI, 2000; BELMONTE, 2004) e (3) a identificação dos conflitos a partir da análise dos atores sociais envolvidos (LITTLE, 2006), são temas recorrentes.

Para os ecologistas políticos normativos, os problemas ambientais constituem um dos fatores que podem explicar a origem de formas de cooperação internacional e de regulação global que não abrangem todos os atores sociais e muitas vezes manifestam relações de poder assimétricas. Ações internacionais de proteção ao meio ambiente, por exemplo, têm sido implementadas para combater o tráfico internacional de animais e espécies vegetais silvestres em vias de extinção, proteger a camada de ozônio etc. (GÖRG e BRAND, 2000).

A luta pela manutenção da biodiversidade, para esses autores (GÖRG e BRAND, 2000, GARI, 2000, BELMONTE, 2004), constitui-se um dos problemas ambientais mais importantes da atualidade e as novas dimensões dos conflitos socioambientais são marcados pelos novos desenvolvimentos técnicos (biogenéticos) para a apropriação dos recursos naturais, o que leva a uma nova forma de biopolítica, orientada pelo controle e apropriação dos recursos, que tende a beneficiar os países ricos.

Para Belmonte (2004), as novas biotecnologias agrícolas estão supondo na prática, o desaparecimento do camponês, das pequenas e médias empresas de sementes e das empresas tradicionais dedicadas ao processamento de alimentos. A biotecnologia está presente na agricultura há certo tempo. Contudo, as novas biotecnologias modificaram os protagonistas históricos do processo, camponeses, pecuaristas e artesãos na área de alimentos, agora os laboratórios e empresas transnacionais são os maiores beneficiários³⁵.

Na tentativa de empreender um esforço teórico, Gari (2000) propõe a ecologia política da biodiversidade (compreenderia a riqueza da vida sobre a terra, incluindo ecossistemas, espécies e a base genética), para auxiliar na exploração das conexões entre os regimes de biodiversidade e as lutas pela justiça social. As argumentações do autor se pautam na

³⁵ Segundo Belmonte (2004), as maiores empresas da agroindústria são sediadas em países ricos: Os Estados Unidos possui 17, o Reino Unido 7, a Suíça 7, a Alemanha 3, o Japão 3 e o México 1.

constatação de que os regimes locais de biodiversidade não fazem parte dos mecanismos convencionais de conservação ambiental e dos direitos de propriedade biotecnológica, corroendo o bem estar ecológico, social e cultural de muitas comunidades rurais³⁶.

Os pesquisadores ligados à ecologia política normativa levantam questões pertinentes sobre a produção, uso e controle de novas biotecnologias, contudo não as problematizam a fim de identificar os processos sociais que as engendraram, pelo contrário, partem do pressuposto que as comunidades tradicionais são as mais preparadas para regular o acesso e uso de recursos naturais. As conclusões propostas não são de todo errôneas, mas são frágeis à medida que a intenção principal é alterar práticas políticas e econômicas em defesa do ambientalismo.

Os conflitos socioambientais estão associados especialmente ao controle dos recursos naturais. Portanto, a identificação desses conflitos requer a análise dos principais atores sociais envolvidos e a incorporação dos grupos sociais marginalizados, a partir de uma etnografia que não deve ser meramente descritiva:

A etnografia dos conflitos socioambientais difere da etnografia tradicional em vários aspectos essenciais. Primeiro, o foco da etnografia não é o modo de vida de um grupo social, mas tem como seu objeto principal a análise dos conflitos socioambientais em si e as múltiplas interações sociais e naturais que os fundamentam. Segundo, não trata de um único grupo social, mas tem que lidar simultaneamente com vários grupos sociais. Terceiro, o espaço geográfico é rara vez limitado ao âmbito local do grupo, já que incorpora vários níveis de articulação social. Finalmente, enquanto etnográficas tradicionais dedicavam um capítulo ao habitat natural do grupo, na etnografia dos conflitos socioambientais o ambiente físico se torna um elemento crucial em que quase todos os assuntos a serem tratados. (LITTLE, 2006, p.92-93).

O material etnográfico, deste modo, precisa identificar os diferentes discursos em choque e suas respectivas bases de legitimidade cultural e política. “Em conflitos socioambientais, a agência humana e natural deve ser analisada na sua interação para compreender melhor a dinâmica do conflito” (LITTLE, 2006, p.94). A análise das inter-relações é fundamental porque os grupos locais, por exemplo, podem receber apoio de atores sociais regionais, nacionais ou internacionais para promover seus interesses.

³⁶ Para Gari (2000), os sistemas globais de conservação de biodiversidade segregam ao: (1) ignorar a dimensão humana da biodiversidade que revela os processos de conservação e uso da biodiversidade entre povos indígenas; (2) conservar a biodiversidade sem atender a sua importância nos sistemas de vida; (3) facilitar o fornecimento de recursos genéticos a elites científicas globais, excluindo as bases rurais na gestão dos recursos naturais; (4) descontextualizar a biodiversidade; (5) sugerir que as populações tradicionais não podem ser responsáveis pela conservação da biodiversidade.

Box 2 – Conflitos socioambientais: o caso das quebradeiras de coco babaçu

Na década de 1970, as políticas e programas governamentais voltados para a modernização da agricultura e de povoamento se tornaram vetores de conflitos associados à apropriação de recursos naturais. Nos Estados do Piauí, Maranhão, Tocantins e Pará, especialmente nas áreas de transição entre o semiárido nordestino e a Amazônia, os conflitos entre quebradeiras de coco, que dependem da extração e comercialização do coco babaçu e da pequena agricultura, e grandes fazendeiros emergiram a partir da implementação de grandes projetos agropecuários na região (MEDEIROS, 1996).

Os programas de desenvolvimento brasileiros desenhados para modernizar e ampliar a produção agropecuária, com o objetivo de incorporar o interior do país na economia nacional afetaram irreversivelmente a estrutura agrária e, conseqüentemente, a organização da pequena produção agrícola, pecuária e extrativista. Os governos militares mantiveram uma política de estímulo à ocupação e desenvolvimento da região Centro-Norte, geopoliticamente nomeada de Amazônia Legal e considerada pelos poderes públicos desabitada.

Nas áreas de coleta do coco babaçu os programas de estímulo à atividade pecuária e à agricultura patronal, fomentados pelos governos estaduais e federais, levaram à expropriação (por meios legais e não legais) das terras dos pequenos produtores; o cercamento e/ou derrubada das palmeiras, o que impediu o trabalho de coleta do coco babaçu; e a transformação das relações de produção, alguns proprietários passaram a cobrar taxas ou exigir a preferência de compra do babaçu coletado, tornando-se atravessadores (MEDEIROS, 1996).

A estratégia principal adotada pelas quebradeiras de coco babaçu para superar as dificuldades vivenciadas foi a cooperação, materializada na criação de associações de quebradeiras e do Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB). Em alguns casos, as associações organizaram cooperativas para realizarem a comercialização de amêndoas de babaçu e, assim, evitarem os atravessadores, que muitas vezes são os proprietários das terras. Outra conquista resultante da criação do MIQCB foi a politização da definição *quebradeiras de coco* (MEDEIROS, 1996).

Os conflitos associados à apropriação de recursos naturais, direta ou indiretamente, têm como cerne relações de poder entre atores e grupos sociais que buscam legitimar seus projetos. Para a realização de estudos que procurem ir a fundo na compreensão dos processos de mudanças socioambientais, é indispensável trazer à baila a noção de poder enquanto

elemento analítico capaz de mapear e explicar as assimetrias constituintes dos embates entre os diferentes atores sociais que acessam e usam recursos naturais.

2.2.2 Poder e mudanças socioambientais

Críticas feitas à ecologia política como um todo e à crescente importância das questões ambientais nas lutas sociais, debates políticos e nas pesquisas que enfatizam amplamente as diferentes relações de poder nas interações entre grupos humanos e seus ambientes biofísicos motivaram sérias reflexões sobre os conceitos e métodos da disciplina. Na tentativa de trabalhar estritamente com política, economia e questões ecológicas têm se procurado olhar para além da comunidade local, a fim de explicar o uso dos recursos naturais, a dinâmica do poder presente nas interações cotidianas e nos espaços políticos formais nas práticas de grupos sociais diferenciados pela raça, etnia ou gênero (GEZON e PAULSON, 2004).

Nesse sentido, não basta analisar as dinâmicas locais, apesar de sua importância. É preciso introduzir o conceito de poder para se compreender satisfatoriamente os processos de mudança ambiental (GREENBERG, 1994). Portanto, o estudo das relações entre sociedade e natureza não pode ser apenas uma reflexão particular e romântica, mas uma reflexão que trate o poder enquanto mediador dessas complexas relações (ALIMONDA, 2007).

Ao enfatizar a análise dos processos de tomada de decisão e o contexto social, político e econômico que moldam políticas e práticas ambientais, a ecologia política volta sua atenção para a distribuição e controle dos recursos naturais. Em termos metodológicos, focaliza e mapeia as fontes de oposição política aos projetos de modificação da apropriação dos recursos naturais, e considera que os recursos naturais são construídos e não dados (CUNHA, 2004).

Um pressuposto fundamental da ecologia política é o de que o poder circula entre diferentes grupos sociais, recursos e espaços e, assim, molda o ambiente em que ocorrem a ação e a interação entre seres humanos (...) A política é tomada, então, em termos das relações de poder que moldam e integram todas as interações humanas, caracterizadas por confrontação e negociação, e influenciadas por sentidos simbólicos e discursivos. (CUNHA, 2004, p. 22).

Partindo da premissa de que a mudança ambiental e as condições ecológicas são produto de processos políticos, a ecologia política une três suposições fundamentais: (1) a idéia de que os custos e benefícios associados com mudanças ambientais são distribuídos desigualmente entre a maioria dos atores, (2) reforçando ou reduzindo a desigualdade social e econômica existente e, por fim, (3) as implicações políticas relacionadas às alterações sofridas

pelos atores sociais mais afetados com as transformações ambientais (BRYANT e BAILEY, 1997).

Os debates contínuos permitiram à ecologia política realizar uma integração balanceada entre as questões ecológicas e as dimensões políticas dos temas sobre o meio ambiente. Até pouco tempo, muitos ecologistas políticos enfatizavam só uma destas dimensões. Esse desenvolvimento teórico e metodológico permitiu, ainda, a incorporação das escalas sociais e ecológicas e seus efeitos sobre os problemas ambientais (ZIMMERER e BASSETT, 2003).

Gezon (2004) faz uma ressalva que não pode ser desconsiderada. O controle político e econômico é um processo, nunca é completo e sempre está em mudança, seja no contexto das ideologias ou nas práticas cotidianas de poder. Apesar da força avassaladora das instituições financeiras internacionais e dos regimes de investimento de capital, as previsões de dominação global nem sempre resultam em formas esperadas de controle político, econômico e em mudanças culturais, como alguns ecologistas políticos associados aos movimentos ambientalistas afirmam.

Apesar dos esforços em incorporar as relações de poder nas análises, a maneira como a ecologia política problematiza o conceito o torna abstrato, não fica explícito quem são os atores sociais que, a partir de suas práticas sociais e ambientais, estão ligados aos conflitos e processos de mudança ambiental. Os pesquisadores se referem a segmentos da sociedade, por exemplo, grandes produtores e populações tradicionais ou locais, mas não os apresentam, no sentido de destacar quem são os indivíduos que compõem o grupo, as relações de interdependência e quais as tensões internas que desencadeiam mudanças nas estratégias de apropriação dos recursos naturais.

2.2.3 As relações de poder em diferentes níveis de agregação

O olhar para o local e suas relações com o global, a fim de compreender os conflitos e os processos de mudança ambiental, abriu caminho para uma ecologia política de escalas ou ecologia política multiescalar³⁷, que trata das variações sociais e biofísicas em diferentes

³⁷ O termo multiescalar possui variações devido à natureza interdisciplinar do conceito de escalas: “As escalas de interesse social variam entre os níveis do indivíduo, das unidades domésticas, das comunidades, do estado e internacional. As escalas de interesse ecológico, entretanto, podem ser as de indivíduo, de população, ecossistemas ou planetária (...). Para complicar ainda mais, tanto as escalas sociais como as ecológicas mostram dimensões temporais diversas. Diferentes processos sociais são mais evidentes entre um ano e outro do que entre décadas ou séculos. A história ecológica é afetada tanto pela história humana como pelas diferentes formas de perturbação que podem ocorrer em períodos muito diferentes: os incêndios florestais, as glaciações, a deriva de continentes” (VANWEY, OSTROM e MERETSKY, 2009, p. 72).

níveis de agregação (local, regional, nacional e global). A ecologia política de escalas deve ser socialmente construída, relacional e contingente para realçar as faces das relações de poder (NEUMANN, 2009) e dos conflitos oriundos da apropriação de recursos naturais.

A ecologia política trabalha com escalas para compreender as relações de poder que se configuram em nível local, regional, nacional ou global, e a centralidade e inseparabilidade em relação aos processos biofísicos. Estas condições são significativas porque incorporam o social e o ecológico, o material e a dinâmica simbólica, o espacial e o temporal que coletivamente constituem o foco analítico da ecologia política (NEUMANN, 2009).

Segundo Vanwey, Ostrom e Meretsky (2009), as abordagens multiescalares tratam de:

- ✓ Como as características dos indivíduos afetam as decisões sobre o uso dos recursos naturais? E como afetam o manejo individual ou coletivo da terra?
- ✓ Como as políticas regionais e nacionais, os padrões culturais e as forças sociais articulam os aspectos individuais e decisões sobre o uso dos recursos naturais?
- ✓ Como as políticas e as condições sociais e ambientais locais mediam as relações entre os aspectos individuais e as decisões sobre o uso dos recursos naturais?

O uso das escalas nas pesquisas orientadas pela ecologia política permite a incorporação de variáveis analíticas fundamentais para a compreensão de como relações políticas e econômicas (poder) definem e redefinem aspectos locais e internacionais e são vetores de mudanças socioambientais. No entanto, a adoção das escalas requer alguns cuidados referentes ao papel das relações de interdependências entre os atores e grupos sociais que engendram os processos de mudanças ambientais.

Muitos estudos em ecologia política têm incorporado o uso das escalas para compreender as transformações locais decorrentes do estabelecimento de atividades agrícolas ou de mineração, orientadas por estratégias nacionais e internacionais de exploração de recursos naturais que fragilizam economicamente e culturalmente as populações locais (GEZON, 2004; HORNBORG, 2004; PAULSON, 2004; STEVENS, 2004). O mapeamento das estruturas de poder realizado pelos pesquisadores dá conta da realidade, mas não permite a entendimento das interrelações entre os diferentes grupos sociais.

O método adotado para mapear os indivíduos inseridos num determinado espaço (local, regional ou nacional) pauta-se em técnicas estatísticas que isolam os grupos sociais para que sejam feitas a caracterização da organização social, econômica e cultural, e a avaliação da distribuição de poder. Na sociologia, essa separação deve ser temporária, como sugerem Elias e Scotson (2000), porque todos os aspectos de uma figuração social só existem enquanto tais em virtude da posição e função que possuem nela.

Box 3 – O local e o global no caso da exploração de minério de ferro na Serra de Carajás

Bunker (2007a), mediante estudos sobre a exploração de minérios na Serra de Carajás – que redefiniu práticas globais devido à possibilidade de produção em grande escala, da topografia e da geografia favoráveis ao escoamento da produção – na Amazônia brasileira, ressalta que incorporar o local ao global coerentemente é um grande desafio e sugere que ao invés de buscar o local no global é mais importante procurar os modos pelos quais o local pode organizar o sistema mundial.

Para a construção da mina de Carajás, o Brasil realizou o maior empréstimo internacional da história da mineração, e parte do dinheiro foi utilizado na construção da ferrovia e do porto. O escoamento do minério de ferro pelo rio Tocantins, 150 km a leste da mina, foi descartada pela CVRD, sob influência japonesa e da União Européia, porque o porto fluvial de Belém (PA) só acomodava navios de 40 e 60 mil toneladas ao passo que o porto de São Luís (MA) acomodava navios de mais de 400 mil toneladas, o que justificou a construção de 890 km de estrada de ferro pela floresta (BUNKER, 2007a).

A construção de uma grande infra-estrutura de transporte em áreas remotas atrai grandes contingentes de pessoas, em primeira instância, e estimula a migração, em segunda instância. Esse influxo de população combina-se com o impacto econômico e político de empresas de mineração e fundição em uma organização política e econômica local, preexistente. A organização política local é subjugada pela força muito maior das associações de estados nacionais e internacionais e de companhias e instituições financeiras. A pesada infra-estrutura das modernas extrações, do transporte e do processamento pode alterar dramaticamente o ambiente físico, limitando ou eliminando economias estabelecidas. (BUNKER, 2007b, p. 105).

O governo brasileiro amarrou o desenvolvimento das jazidas nessa área, seu Projeto Grande Carajás, a um conjunto de ambiciosos programas para integrar o desenvolvimento industrial e agrícola, investindo pesadamente na construção de estradas, ferrovias, portos, hidroelétricas, linhas de transmissão, sistemas de informação e novas cidades inteiras, a fim de capturar e ampliar os resultados econômicos e sociais na riqueza natural da região (BUNKER, 2007b, p. 134).

O processo de exploração de minério de ferro em Carajás implicou em profundas mudanças ambientais devido à instalação da infraestrutura para a extração, processamento e transporte do minério de ferro, e mudanças socioeconômicas ligadas à chegada de trabalhadores e migrantes em busca de oportunidades. As maiores tensões ocorriam entre os proprietários de terras, agricultores familiares, coletores de castanha-do-pará, índios e a CVRD.

Trazendo as ponderações de Elias e Scotson (2000) para a ecologia política, significa dizer que a análise de conflitos e de mudanças ambientais a partir do uso de escalas, não pode se restringir ao mapeamento dos atores sociais envolvidos e das relações assimétricas de

poder entre os diferentes níveis, muito menos a uma avaliação sempre negativa das interferências externas, que em alguns casos contribuem para a resolução de conflitos.

2.3 A SOCIOLOGIA FIGURACIONAL

Em contraposição às orientações nominalistas da sociologia, Elias (2001) propõe a investigação de como as formas sociais enquanto figurações de indivíduos interdependentes prepara caminho para uma sociologia realista. Nessa proposta, os indivíduos³⁸ não são apresentados como seres totalmente fechados em si mesmos, mas interdependentes, compondo figurações que podem ser observadas e comprovadas empiricamente, podendo, assim, precisar o nascimento e desenvolvimento de figurações específicas.

O conceito de figuração expressa claramente e inequivocamente o que chamamos de sociedade, ao expressar as redes de interdependência que ligam e tornam os seres humanos mutuamente orientados (ELIAS, 1994), servindo “portanto de simples instrumento conceptual que tem em vista afrouxar o constrangimento social de falarmos e pensarmos como se o «indivíduo» e a «sociedade» fossem antagônicos e diferentes” (ELIAS, 2005, p. 141).

Em termos analíticos, o estudo de uma figuração não pode ser dissociado das categorias de interdependência, função³⁹ e coerção, e centra-se na compreensão dos condicionamentos que os seres humanos estabelecem mutuamente e nas transformações que sofrem, individualmente ou em grupo, devido ao aumento ou à redução de suas interdependências e às variações de poder (QUINTANEIRO, 2006).

Uma figuração social representa uma teia de interrelações que se aplica:

(...) tanto a grupos relativamente pequenos como sociedades constituídas por milhares ou milhões de pessoas interdependentes. Professores e alunos numa aula, médico e doentes num grupo terapêutico, clientes habituais num bar, crianças num infantário – todos eles constituem configurações relativamente compreensíveis. (ELIAS, 2005, p. 143).

A apreensão das figurações sociais exige um raciocínio que não se paute em individualidades ligadas umas às outras, mas em termos de relações variáveis entre as posições definidas pelas relações estabelecidas entre indivíduos e/ou grupos de indivíduos:

³⁸ Para Elias (2005, p. 136), “o conceito de indivíduo se refere a pessoas interdependentes, e o conceito de sociedade a pessoas interdependentes no plural”.

³⁹ Para Elias (2005), o conceito de função deve ser compreendido como um conceito de relação, pois só podemos falar em função quando falamos de interdependências que constroem pessoas, umas mais outras menos.

Pensar em termos de configuração é, ao mesmo tempo, complexificar o modelo da dominação, não mais concebido como uma ação exercida do exterior e em uma só direção, por um objeto sobre um outro objeto: somente há ação eficaz no interior de uma mesma configuração, que restringe – mesmo que de maneira desigual – não somente os fracos, mas também os poderosos, os escravos e seus mestres (...), os inferiores e os superiores, os marginais [outsiders] e os estabelecidos que se constroem como tais, estigmatizando-os, os cortesãos tolhidos pela etiqueta e o soberano obrigado a fazer que ela seja respeitada (HEINICH, 2001, p. 125).

Os processos de mudança numa figuração, por seu turno, são explicados a partir de modelos abrangentes que mapeiem, temporal e espacialmente, as relações sociais, econômicas, políticas e culturais de um grupo ou sociedade, permitindo, assim, a compreensão das relações de interdependência existentes entre os diferentes grupos sociais e no interior destes:

Ao descobrirmos as interdependências, reproduzimos a identidade última de todos os indivíduos (...) (ELIAS, 2001, p. 215).

(...) a determinação das interdependências torna possível preservar totalmente, nos indivíduos de outras sociedades, sua singularidade, sua exclusividade e diferenciação, ao mesmo tempo reconhecendo-os como pessoas em cuja situação podemos nos colocar, ou seja, como homens semelhantes a nós, com os quais estamos ligados por meio de uma identificação última enquanto seres humanos (ELIAS, 2001, p. 217).

O declínio e a ascensão de um grupo social dentro da figuração são determinados pelas correlações de forças produzidas pelas relações de interdependências entre os diferentes grupos sociais e no interior destes. Quando o balanço de tensões da figuração de indivíduos é alterado, devido às tensões e aos conflitos entre os grupos sociais e entre os membros do grupo, ocorre uma movimentação no interior da figuração (ELIAS, 2001), marcada pela redefinição das posições sociais e dos projetos políticos e econômicos.

Neste sentido, as formas de dominação são resultantes de lutas sociais que estabilizam, por um determinado momento, a distribuição de poder (ELIAS, 2001). Apesar da dominação consolidar um modo de partilha do poder, ainda assim haverá um equilíbrio instável de tensões enquanto existir uma interdependência funcional entre as pessoas, mesmo que as diferenças de poder sejam grandes, porque o poder não é como amuleto, que um indivíduo possui e outro não, é intrínseco às relações humanas, todas elas (ELIAS 2005).

Para esse trabalho, o conceito de figuração contribuirá para a análise das ações de grupos que interagem por meio de discursos e estratégias a fim de legitimar e institucionalizar processos de regulação, acesso e uso de recursos naturais, porque permite distinguir dois tipos

de interdependência, uma que liga os membros do grupo e articula suas ações e outra que conecta todos os grupos envolvidos na tentativa de apropriação dos recursos naturais.

2.4 ANÁLISE DOS PROCESSOS DE TERRITORIALIZAÇÃO

Ao trazer para o debate os processos de territorialização, seria insensato não fazer ao menos uma breve discussão sobre o conceito de território que vem sendo amplamente utilizado não só pela geografia, mas também pela antropologia e ciências políticas (HAESBAERT, 2007). Acrescentaria a essas a sociologia, a economia e o próprio Estado brasileiro, que a partir da Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT) deu ao conceito uma nova roupagem, procurando associar o território a uma identidade e estratégias produtivas específicas.

Um resgate histórico do conceito de território nos leva a dois referenciais teóricos principais: (1) o binômio materialismo e idealismo que se vincula a uma visão totalizante e parcial em relação ao vínculo sociedade-natureza e às dimensões sociais, econômicas, políticas e culturais; e (2) à historicidade que, em sua abrangência histórica qualquer sociedade está circunscrita a períodos ou grupos sociais, ou em seu caráter relacional (HAESBAERT, 2007). A partir dessas conceituações foi sendo pensada a territorialização.

Na geografia, a territorialização é uma realidade produzida pelas relações de classes e o lugar social, criando e recriando possibilidades de conquista de parte do território (FERNANDES, 1999), à criação de uma agência de recursos materiais e simbólicos capazes de estruturar as práticas de existência de um coletivo social e de informá-lo sobre sua própria identidade (LÉVY e LUSSAULT, 2003). Há também discussões sobre desterritorialização, ou seja, processos de exclusão social e socioespacial (HAESBAERT, 2007).

A desterritorialização representaria o desaparecimento de territórios em virtude de tragédias naturais ou de disputas entre grupos sociais ou com o Estado, para a redefinição das atividades de um território que termina por deslocar a população. A definição carrega aspectos culturais (local de nascimento, local onde os pais foram enterrados etc), que para a geografia são apreendidos a partir das concepções de lugar e da paisagem. Se tratarmos a territorialização como um conceito dinâmico e contínuo, essas mudanças se configuram como processos de territorialização, e não de desterritorialização.

Nas ciências sociais brasileira, a antropologia, talvez por estudar populações tradicionais que procuram se (re)estabelecer territorialmente, saiu na dianteira do debate. Para

Oliveira (1998, p. 9), o indigenismo e a ação indigenista são formas de territorialização que não podem ser explicadas:

(...) por argumentos e evidências etnohistóricas, nem se reporta apenas às instituições e costumes tradicionais daqueles que sobre ela exercem a sua posse. Seu delineamento ocorre em circunstâncias contemporâneas e concretas, cuja significação precisa ser referida a um quadro sempre relativo de forças e pressões adversas, contrabalançadas por reconhecimento de direitos e suporte político, não correspondendo de modo algum à livre e espontânea expressão da vontade dos membros dessa coletividade. Ademais tal manifestação jamais terá um caráter estático e final, modificando-se segundo os contextos históricos e as conjunturas políticas locais, variando inclusive em suas afirmações internas e de acordo com os diferentes projetos étnicos ali desenvolvidos.

A definição de Oliveira (1998) é abrangente e se pauta no caráter dinâmico e relacional dos processos sociais que envolvem a institucionalização de áreas indígenas. Por sua vez, Almeida (2004) pensa a territorialização enquanto capacidade de organização de grupos sociais em torno de discursos que institucionalizam demandas – como os seringueiros, as quebradeiras de coco babaçu e as comunidades quilombolas – e volta seu olhar para o reconhecimento de direitos contestados historicamente e para a habilidade de organização política de grupos sociais em torno de territórios (terra), recursos naturais ou questões étnicas.

Uma característica marcante das proposições antropológicas é a idéia de exclusividade do território para um grupo social que muitas vezes se redefine (quilombolas, quebradeiras de coco, ribeirinhos) a fim de construir identidades específicas junto aos territórios em formação, o que não desmerece os trabalhos, que reconhecem as disputas entre os diferentes grupos sociais pela apropriação dos recursos naturais. Contudo, alguns pesquisadores pecam por acreditarem que não existem tensões dentro do grupo social e que o processo de territorialização termina quando ocorre a aquisição do benefício coletivo (a terra, o rio, os babaçuais).

Para não restringir a territorialização à ocupação social do espaço, como fazem Mejia e Moreira (2005), a definição de território adotado incorpora as contribuições de Suertegaray (2001, p. 6), que vincula ao território a idéia de poder, expressa na apropriação do espaço e seus recursos e na “coexistência de grupos, por vezes num mesmo espaço físico em tempos diferentes”. Portanto, o território é um espaço de disputas entre projetos territoriais que procuram institucionalizar modelos de apropriação do espaço e de seus recursos naturais dentro de uma figuração social particular, refutando, assim, a tese de que o território é um espaço exclusivo dos grupos sociais locais há muito estabelecidos e de seu uso político pelas Organizações Não Governamentais (ONGs), movimentos ambientalistas e órgãos públicos.

Os projetos territoriais são fundamentalmente políticos, porque envolvem atores sociais e instituições que podem defender interesses divergentes e que são orientados por uma atividade econômica dominante que articula outras atividades, atores sociais e ambientes. Sua análise parte de três dimensões: (1) uma relativa às intencionalidades dos atores sociais, que é apresentada na fala dos envolvidos; (2) uma que se refere ao grau de institucionalização dos projetos, percebido no grau de formalização de modelos e estratégias de apropriação dos recursos naturais; e (3) uma dimensão relativa aos diferenciais de legitimação apresentados entre os projetos, referente aos esforços discursivos que dão sentido às intencionalidades.

A dimensão institucional pode se referir a um projeto territorial com alto grau de institucionalização, formalmente estabelecido pela legislação vigente, e projetos territoriais com baixo grau de institucionalização. A dimensão de legitimação também pode se referir a projetos territoriais com alto e baixo grau de legitimação, que se diferem através das possibilidades de justificativa discursiva das intencionalidades. Na esfera da legitimação, os discursos podem ser modificados ao longo do tempo, porque refletem disputas de poder entre grupos sociais (CUNHA, SILVA e NUNES, 2008).

Deste modo, os processos de territorialização são o resultado das tensões entre os diferentes projetos territoriais e estão relacionados às:

(...) transformações, numa da figuração social, nas formas de controle exercidas sobre recursos e na organização do espaço, que é permanentemente estruturado, desestruturado e reestruturado pelas práticas de grupos sociais interdependentes, ligados uns aos outros pela rede de interesses e tensões que caracterizam as figurações sociais. Essa visão dos processos de territorialização abarca as estratégias de produção do espaço, de reprodução social e os exercícios de dominação, que informam também os processos de mudança ambiental. (CUNHA, SILVA e NUNES, 2008, p. 86).

Os processos de territorialização e de mudança ambiental são equivalentes, pois refletem transformações nas relações entre sociedade e natureza. A diferença é que os processos de territorialização se centram no entrelaçamento das práticas dos atores sociais e seus efeitos sobre o espaço, enquanto os processos de mudança ambiental focalizam as transformações ambientais provocadas pelas práticas dos atores sociais (CUNHA, SILVA e NUNES, 2008).

As origens dos processos de territorialização remetem aos conflitos, às contradições e aos consensos entre os grupos sociais e seus respectivos projetos territoriais, que representam um paralelo entre diferentes poderes e estratégias de gestão. Entretanto, para a compreensão destes, é necessário tratar as formas de acesso e uso dos recursos naturais enquanto parte dos

processos de conversão de atores sociais (trabalhadores rurais em agriculturas familiares, por exemplo). Não é possível compreender os processos de territorialização sem levar em consideração as dinâmicas constituintes do espaço. Além disso, os processos de territorialização são contínuos (CUNHA, SILVA e NUNES, 2008).

CAPÍTULO III

ESTABELECIMENTO E CONSOLIDAÇÃO DA SOJA NO BRASIL: DO ESTADO AO CAPITAL PRIVADO

O estabelecimento do cultivo da soja no Brasil e seu rápido avanço pelo território nacional, por um lado, apresentou a fragilidade da infraestrutura do país, e por outro lado, engendrou conflitos pela posse da terra e uso dos recursos naturais, migração regional e mudanças ambientais. Como as transformações de ordem econômica, social e ambiental foram muito expressivas, a quantidade de estudos propostos para entendê-las seguiu o mesmo caminho. Dentre as disciplinas que se debruçaram sobre a problemática destacam-se: a agronomia, a economia, a sociologia, a antropologia, a geografia e a história.

A proposta do capítulo, portanto, é problematizar a literatura que trata do estabelecimento da soja no Brasil e sua expansão pelo território nacional, sem enfatizar as políticas e programas governamentais (discutidas no capítulo I), mas ressaltando duas questões fundamentais: (1) como o tema vem sendo abordado e quais as principais questões apresentadas, de modo a identificar os eixos centrais da discussão, o que permitirá (2) a análise do projeto territorial da soja no sentido de mapear as estratégias que envolveram os atores e instituições responsáveis pelo desenvolvimento da atividade sojícola e as mudanças nesse projeto em virtude da reestruturação das estratégias produtivas e comerciais.

Há uma gama de questões levantadas pela literatura que não serão totalmente expostas para não fugir do objetivo central do trabalho, mas uma questão perpassa transversalmente todos os debates acadêmicos: a atuação do Estado, a partir de políticas e programas de colonização, da oferta de crédito subsidiado e do fomento à pesquisa agropecuária (KASTER e BONATO, 1981; BERTRAND, LAURENT e LECLERCQ, 1987; GIORDANO, 1999; BICKEL, 2003; ZANCOPE e NASSER, 2005; ALVES, 2006; DALL'AGNOL, 2007; LIMA e MAY, 2008; FERREIRA, 2008).

É possível fazer um recorte analítico entre os trabalhos conservadores, para os quais o *boom* da soja representa a nova glória da agricultura brasileira (BERTRAND, LAURENT e LECLERCQ, 1987), a agricultura que deu certo no Brasil (ZANCOPE e NASSER, 2005), e o papel do complexo da soja na geração de emprego e renda (ROESSING e LAZZAROTTO, 2004). Além dos trabalhos mais críticos que destacam os impactos da institucionalização da soja transgênica (CASTRO, 2006); os impactos sociais e ambientais da atividade sojícola

(SCHLESINGER, 2006; ANDRADE, 2008), e que o recente avanço da soja representa uma reciclagem do latifúndio e a privatização dos recursos naturais (MELLO, 2006).

A estruturação da discussão partirá da problematização das condições que permitiram o estabelecimento da sojicultura no Brasil, a institucionalização da soja transgênica e a importância da oleaginosa no agronegócio, o que possibilitará o entendimento da atuação dos atores e instituições na defesa do projeto territorial da soja, atendo-se à expansão e consolidação da sojicultura no Cerrado e na Amazônia, para mostrar as estratégias produtivas e comerciais e as mudanças socioambientais causadas nos biomas, enfatizando a cidade de Balsas, no Sul do Maranhão.

3.1 PRIMEIROS CULTIVOS E O AVANÇO DA SOJICULTURA NO BRASIL

Em sua origem, a soja era uma planta rasteira que habitava a costa Leste da Ásia, especialmente a região Norte da China. Sua evolução é decorrente de cruzamentos naturais entre espécies de soja selvagem, domesticadas e melhoradas por cientistas chineses. No Brasil, o primeiro relato de cultivo da soja data de 1882, quando Gustavo D'Utra realizou, na Bahia, a primeira experiência, sem êxito (VERNETTI, 1977 *apud* KASTER e BONATO, 1981). O desenvolvimento da atividade sojícola brasileira ocorreu apenas quando os americanos iniciaram sua exploração comercial, como forrageira, a partir dos anos 1950 (DALL'AGNOL et al., 2007, p. 1):

O germoplasma fora trazido dos EUA, não era adaptado para as condições de baixa latitude daquele estado (12°S) e não teve êxito na região. Uma década mais tarde (1891), novos materiais foram testados para as condições do Estado de São Paulo (SP) (latitude de 23°S) onde teve relativo êxito na produção de feno e grãos. Em 1900, a soja foi testada no Rio Grande do Sul (RS), o mais setentrional dos estados brasileiros (latitudes 28°S e 34°S), onde as condições climáticas àquelas prevalentes na região de origem (Sul dos EUA) dos materiais avaliados.

As primeiras tentativas de cultivo da soja no Brasil não obtiveram êxito devido às dificuldades de adaptação de cultivares norte-americanas e além disso, as pesquisas agropecuárias eram escassas e desarticuladas e a agricultura brasileira dependia de técnicas tradicionais de cultivo. Em síntese, as condições internas não eram propícias para o estabelecimento da atividade sojícola no Brasil e não havia mercado. O aproveitamento da oleaginosa como forrageira nos Estados Unidos foi a pedra de toque para que os agricultores brasileiros, especialmente do Sul do país, passassem a se interessar pela cultura e intensificarem as experiências.

3.1.1 Estabelecimento da atividade sojícola no Brasil

Apesar das primeiras experiências datarem do final do século XIX, no Nordeste a soja só passou a ocupar lugar de destaque na agricultura brasileira a partir de 1950, momento em que o Estado do Rio Grande do Sul apresentou uma pequena produção e os Estados do Paraná e de São Paulo empreenderam algumas tentativas. A soja só passou a apresentar índices expressivos de produção na metade dos anos 1960. Na década de 1970, o crescimento da produção de soja anual beirou a taxa de 30% (KASTER e BONATO, 1981).

A elevada taxa de crescimento deveu-se aos seguintes fatores (KASTER e BONATO, 1981; DALL'AGNOL, 2007):

- ✓ Condições favoráveis no mercado interno e externo;
- ✓ Estabelecimento da *operação tatu*, calagem e fertilização dos solos ácidos e inférteis, nos anos 1960;
- ✓ Incentivos fiscais aos produtores de trigo nos anos 1960 e 1970;
- ✓ Possibilidade de mecanização de todas as fases de cultivo;
- ✓ Programas de crédito agrícola e a atuação de cooperativas;
- ✓ Apoio da pesquisa e da assistência técnica.

Zancopé e Nasser (2005), a partir de um levantamento histórico propõem a periodização do cultivo da soja no Brasil em três fases: infância, que vai da primeira tentativa de plantio em 1882 até 1951, ano do lançamento do primeiro óleo comestível brasileiro; adolescência, que data de 1951 a 1973, quando é criada a EMBRAPA; e maturidade, que se inicia em 1973 e se mantém até os dias atuais, período em que a soja se torna um produto de exportação. Para estes autores a sojicultura é a atividade agrícola brasileira de maior sucesso.

A primeira *cultura mecanizada* do Brasil, segundo Zancopé e Nasser (2005), foi o trigo, e o primeiro *agricultor a ser modernizado* foi o imigrante europeu que se instalou na região Sul. Essas expressões são usadas para identificar as atividades agrícolas organizadas a partir de fundamentos técnicos e, assim, diferenciá-las das culturas tradicionais (café, cana-de-açúcar, algodão etc). À medida que a produção nacional de trigo era aprimorada, através de melhoramento genético, o governo viabilizava economicamente a sua produção.

O desenvolvimento da triticultura beneficiou demasiadamente o cultivo da soja. Tendo uma cultura de inverno, o trigo e os produtores rurais procuraram agora uma cultura de verão para amortizar os custos produtivos e atender a imposições do Banco do Brasil, maior financiador. O milho era considerado a cultura que poderia ser plantada no verão, mas o mercado não era favorável nos anos 1950. A soja era a única cultura de verão que preenchia

os critérios de adaptabilidade ao trigo, em termos de equipamentos agrícolas e de rotação de culturas, formando, portanto, o binômio trigo-soja (ZANCOPÉ e NASSER, 2005).

As razões para o sucesso da soja no Brasil devem-se às (1) externalidades, uma vez que pioneirismo norte-americano transformou a soja numa atividade lucrativa e interesse japonês no potencial do Cerrado; à (2) ciência e tecnologia da soja responsável pela adaptação de cultivares norte-americanas, superação do fotoperiodismo⁴⁰ e o desenvolvimento da indústria brasileira de máquinas agrícolas; ao (3) agricultor, os colonos gaúchos descendentes de europeus que se tornaram os novos bandeirantes; e à (4) base institucional, criação das cooperativas, do sistema nacional de crédito e da EMBRAPA (ZANCOPÉ e NASSER, 2005).

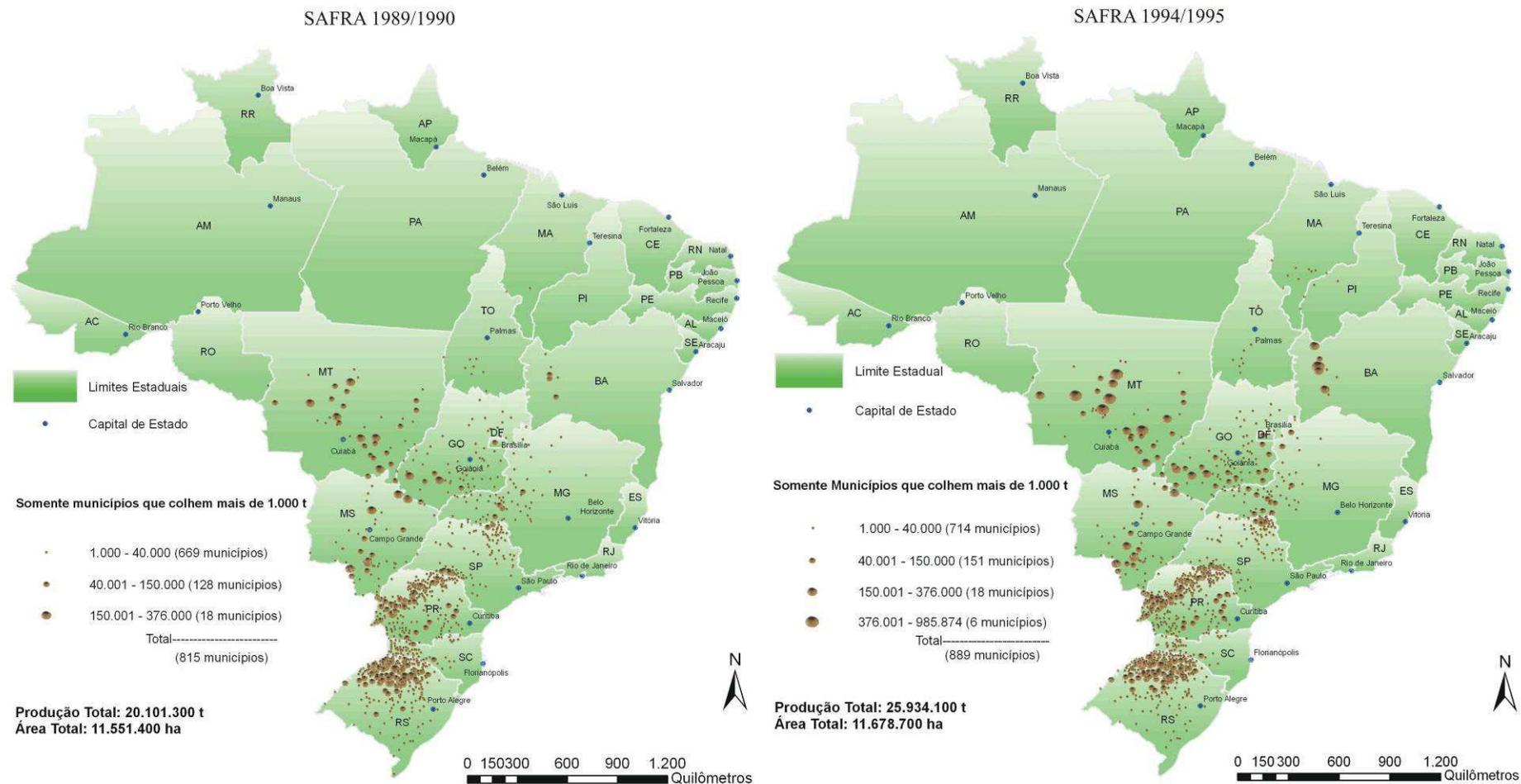
Os Mapas 3 e 4 mostram o avanço do cultivo da soja pelo Brasil no período de 1989 a 2005. Entre 1989 e 1995, houve um leve crescimento da sojicultura, a área plantada total saiu de 11.551.400 ha para 11.678.700 ha, a produção total cresceu de 20.101.300 t para 25.934.100 t e o número de municípios que cultivam a oleaginosa aumentou de 815 para 889. Agora se analisarmos o período de 1999 a 2005, veremos que as mudanças foram expressivas, a área plantada total saiu de 13.622.900 ha para 23.301.100 ha e a produção total cresceu de 32.890.000 t para 52.304.600 t e o número de municípios que cultivam a oleaginosa aumentou de 1.014 para 1.369 (CONAB, 2010).

Outro dado importante a ser avaliado é o avanço da soja sobre o território brasileiro e, especialmente, o crescimento da produção municipal. O Cerrado nordestino quase não aparecia no mapa dos produtores de soja na safra de 1989/1990, com exceção do Oeste da Bahia e da cidade de Balsas no Sul do Maranhão. Na safra de 2004/2005, a região foi tomada pela sojicultura e novas áreas incorporadas (CONAB, 2010) hoje a todo o Sul do Maranhão, Piauí e extremo Oeste da Bahia, e a soja com a principal atividade agrícola.

A expansão da soja entre 1989 e 2005 representa a ampliação do mercado internacional, visto que grande parte da produção nacional é importada (o que poderá ser visto na Tabela 4, que trata das exportações) e o investimento do Estado em infraestrutura e em programas de fomento ao desenvolvimento de atividades agrícolas no Cerrado e Amazônia Legal (CONAB, 2010). Hoje, o Cerrado concentra os maiores produtores nacionais de soja e os municípios que mais colhem por safra, desbancando a região Sul, área tradicional de cultivo da oleaginosa.

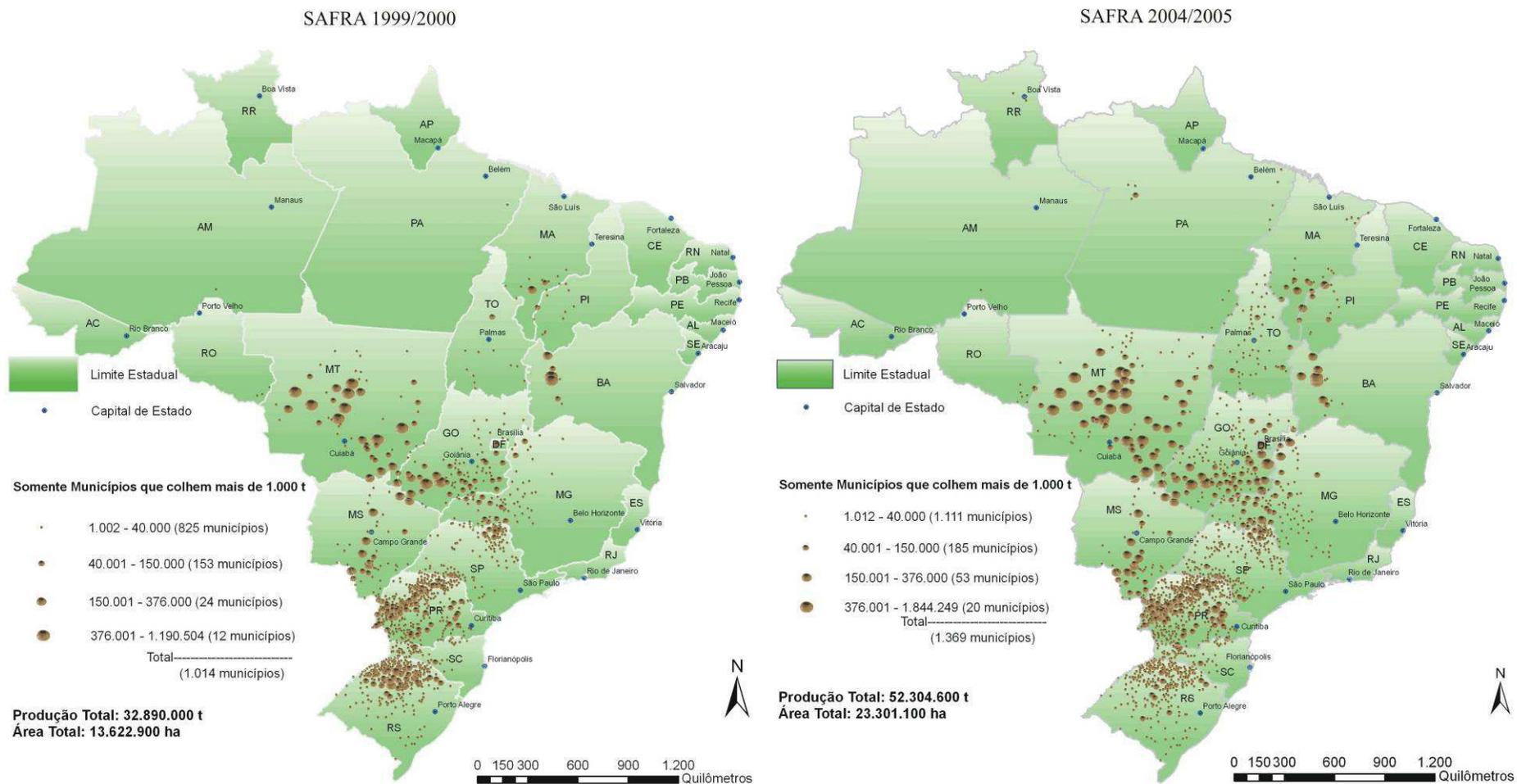
⁴⁰ O fotoperiodismo descreve os efeitos e adaptações das plantas ao fotoperíodo, que por sua vez consiste na duração do período de luz de um determinado lugar, dependendo da latitude e da estação do ano.

Mapa 4 – Comparativo das safras de soja de 1989/90 e 1994/95



Fonte: CONAB (2010).

Mapa 5 – Comparativo das safras de soja de 1999/00 e 2004/05



Fonte: CONAB (2010).

3.1.2 Estratégias produtivas em áreas de fronteira agrícola

A dinâmica do desenvolvimento da agricultura no Cerrado e na Amazônia não se refere apenas a questões econômicas, mas possui relação com as dimensões política, social e cultural regionais. Partindo desse pressuposto, Fernández (2007) mostra-nos que a migração gaúcha para o Sul do Mato Grosso, por exemplo, não possui uma relação causal direta com a atividade sojícola. A aquisição das terras foi estimulada pelas políticas e programas de colonização do governo federal e à medida que os gaúchos foram se estabelecendo as condições produtivas se tornaram favoráveis ao cultivo da soja.

Para refutar a costumeira idéia de que a chegada dos gaúchos no Cerrado deu início à atividade sojícola, ou o contrário, Fernández (2007) analisa as condições em que ocorreu a migração de famílias de colonos para o Mato Grosso. Ao mapear a trajetória dos diferentes grupos, para identificar suas regiões de origem e as estratégias que definiram as áreas em que adquiriam terras no Estado, o autor observa que há um padrão corrente entre os colonos, venda da propriedade no Rio Grande do Sul e utilização dos recursos para comprar novas terras e iniciar o preparo do solo.

No Rio Grande do Sul, os efeitos da *operação tatu* – que consistia na prática de sulcar profundamente o solo para a aplicação de calcário e adubo, foi um grande estímulo estatal ao desenvolvimento de atividades agrícolas modernas, orientadas pela mecanização e uso de corretivos, adubos, insumos e defensivos – e o consórcio entre o trigo (inverno) e a soja (verão), promoveram alterações na estrutura fundiária, concentração da terra e, conseqüentemente, a migração se tornou uma saída (FERNÁNDEZ, 2007).

Os colonos gaúchos que migraram para o Mato Grosso, com a finalidade de ampliar suas atividades agrícolas, compraram as terras através de colonizadoras particulares ou de terceiros. As terras públicas e devolutas foram pouco requeridas pelos colonos, visto que parte dessas áreas já havia sido regularizada pelas colonizadoras, empresas e grileiros. O processo de regularização de terras devolutas era estimulado pelo governo do Estado, para atrair incentivos fiscais concedidos pelo governo federal às empresas que atuassem na Amazônia Legal (FERNÁNDEZ, 2007).

Para Fernández (2007), a expansão da soja no Cerrado em direção à Amazônia foi um processo social desencadeado pela relação entre concentração da posse da terra no Rio Grande do Sul, decorrente da modernização da agricultura, e das ações implementadas pelo governo federal, programas de desenvolvimento agrícola e colonização do Cerrado e da Amazônia,

destinados à ocupação de áreas com baixa densidade demográfica no Centro-Oeste e Norte do Brasil.

3.1.3 A institucionalização da soja transgênica

A partir dos anos 1990, o cultivo da soja no Brasil adquiriu importância econômica e política, em virtude do crescimento da demanda interna e externa. A Europa passou a demandar uma quantidade maior de soja para alimentação bovina – depois da crise da vaca louca do final da década de 1980⁴¹ – porque os rebanhos não poderiam mais ser alimentados com restos de animais, responsáveis pela transmissão da doença; e para a alimentação humana, muitos europeus substituíram o consumo de carnes pela proteína de soja (CASTRO, 2006).

Associado ao crescimento da demanda européia pela oleaginosa, seja para alimentação animal, seja para alimentação de seres humanos, tem-se a entrada da China no mercado consumidor internacional. Mesmo sendo um dos maiores produtores mundiais, a China se tornou um dos maiores importadores, visto que a soja é um dos principais alimentos da dieta da numerosa população (CASTRO, 2006; BICKEL, 2003). A junção dos fatores estimulou pesquisas no Brasil para o desenvolvimento de cultivares de soja mais resistentes e programas privados de engenharia genética que permitissem o aumento da produtividade.

As discussões internacionais sobre transgênicos ganham forma no ano de 1994, quando um acordo costurado pela Organização Mundial do Comércio (OMC), conhecido como rodada do Uruguai, formalizou um novo modelo de proteção jurídica da propriedade intelectual, que orientava os países membros a adequarem suas legislações as novas regras e atribuía à OMC a responsabilidade de monitorar o seu cumprimento e caso necessário aplicar sanções aos países que desrespeitassem o acordo internacional.

A porta de entrada para as novas biotecnologias no Brasil foi a adequação de sua legislação nacional à rodada do Uruguai, mediante a sanção, em abril de 1997, da Lei 9.456, a Lei de Cultivares e Patentes (GARCIA, 2002), que abriu caminho para as empresas multinacionais de biotecnologia ampliarem suas atividades no país. A Lei 9.456 estabeleceu que as empresas poderiam desenvolver novos cultivares e poderiam registrá-las no MAPA e, assim, garantir os direitos comerciais do produto.

⁴¹ Encefalopatia Espongiforme Bovina (EEB), vulgarmente conhecida como doença da vaca louca, teve seu primeiro caso confirmado em 1986 na Europa (CASTRO, 2006). A doença não possui cura, é de difícil diagnóstico e pode ser transmitida aos seres humanos.

As implicações da liberação para o desenvolvimento de cultivares transgênicos de soja foram muitas. Segmentos organizados da sociedade civil, órgãos ambientais e de defesa do consumidor entraram na justiça, no final dos anos 1990, contra o plantio de grãos geneticamente modificados, porque não se sabia quais os impactos poderiam ser causados na natureza, e contra a utilização destes grãos na produção de alimentos e contra o plantio. Além disso, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) destruiu lavouras de soja transgênica no Rio Grande do Sul e em Santa Catarina.

No início dos anos 2000, várias cidades brasileiras proibiram a produção e venda de produtos transgênicos. Belo Horizonte (MG) e Florianópolis (SC) aprovaram leis em 2000, exigindo a retirada imediata dos estabelecimentos comerciais de produtos feitos a partir de transgênicos. Em 2001, o prefeito de Porto Alegre (RS) sanciona lei que exige que todos os produtos elaborados com qualquer quantidade de material geneticamente modificado deveriam fornecer a informação no rótulo. Nos anos seguintes, outras cidades também elaboraram leis semelhantes.

A soja transgênica começou a ser plantada no Rio Grande do Sul, e do Estado vinham os principais argumentos em defesa do seu cultivo. Os agricultores defensores da soja transgênica assinalavam que a principal vantagem era a redução dos custos produtivos. A soja convencional necessitava de 3,75 kg de agroquímicos por hectare, ao passo que a soja transgênica requeria apenas 1,44 kg por hectare. Além disso, a soja transgênica representava um aumento da produtividade, porque não divide os nutrientes do solo com plantas daninhas.

Os argumentos contrários ao cultivo da soja transgênica se pautam no fato da produtividade da soja convencional ainda ser maior que a transgênica, por hectare plantado, e que estudos em Palmeira das Missões (RS) mostraram que o principal cultivar de soja transgênica, Roundup Ready (RR) da Monsanto, está produzindo *super-ervas-daninhas*, o que acaba aumentando o uso de herbicidas. Outro argumento contrário é que o cultivo de soja transgênica pode representar o desaparecimento da soja convencional devido o contato com máquinas agrícolas utilizadas em lavouras transgênicas.

3.2 ATIVIDADE SOJÍCOLA E MUDANÇAS SOCIOAMBIENTAIS NO CERRADO E NA AMAZÔNIA LEGAL

O Estado desempenhou papel fundamental para o estabelecimento e desenvolvimento da soja no Cerrado e na Amazônia (GIORDANO, 1999; BICKEL, 2003; FERREIRA, 2004; ALVES; 2006; DALL'AGNOL, 2007; LIMA e MAY, 2008; FERREIRA, 2008; ANDRADE,

2008) através de políticas de desenvolvimento agrícola e de programas de colonização. O PRODECER, por exemplo, promoveu o assentamento de agricultores considerados *experientes* do Sudeste e Sul do Brasil para assegurar uma fonte alternativa de soja aos japoneses e modernizar a agricultura no Cerrado (SCHLESINGER, 2006).

Os investimentos governamentais em infraestrutura contribuíram para o desenvolvimento da sojicultura na região amazônica. A pavimentação da BR-163, no Pará, foi essencial para a expansão da soja a partir do Mato Grosso e do Maranhão. O baixo custo para o escoamento da produção de grãos do Mato Grosso pelo Porto da Cargill, em Santarém (PA), e sua articulação com o Porto de Itacoatiara (AM), contribuiu para que grandes grupos compradores e processadores de grãos se instalassem na região Norte, estrategicamente na calha do rio Amazonas: ADM, Bunge, Cargill e Maggi (ARAÚJO et al., 2008).

O Pará é um dos Estados brasileiros que vem apresentando maior crescimento do plantio de soja. Com o estabelecimento do terminal graneleiro da Cargill, em Santarém, as grandes empresas produtoras de grãos passaram a se interessar pelas terras do planalto santareno. A logística para o transporte da soja na Amazônia utiliza rodovias até Porto Velho e balsas, passando pelo Porto de Itacoatiara (AM) até o Porto de Santarém (PA). Esse sistema multi-modal representa uma diminuição de 1.000 km em relação ao Porto de Paranaguá (PR).

O avanço da soja no planalto santareno representou um intenso processo de valorização das terras cultiváveis e a concentração de terras compradas ou griladas. Por outro lado, o cultivo da soja não representou um aumento do desmatamento, porque as áreas plantadas já eram utilizadas na atividade pecuária. Entretanto, a expulsão dos pequenos produtores de suas terras e a capitalização de madeireiros implicou na formação de novas frentes de desmatamento (ARAÚJO et al., 2008).

À medida que a soja avançava sobre o Cerrado e a Amazônia Legal deixava um rastro de desmatamento nas florestas tropicais nacionais:

A expansão da soja na região de floresta amazônica do Estado do Mato Grosso é, por certo, a maior responsável pelo número recorde de 26.130 quilômetros quadrados de desmatamento da Amazônia entre agosto de 2003 e agosto de 2004, um crescimento de 6% em relação ao período anterior, concentrado em cerca de 50% no Mato Grosso (12.556 quilômetros quadrados). (SCHLESINGER, 2006, p. 45).

Além do desmatamento, a taxa de crescimento da soja na Amazônia é proporcional ao número de conflitos pela posse de terra. Bickel (2003) nos mostra que o desenvolvimento da atividade sojícola na região amazônica representou o surgimento de conflitos agrários e

grilagem; são mais de 100 milhões de hectares grilados. A grilagem afeta principalmente os agricultores familiares, que não possuem a documentação da terra, e populações indígenas que não tiveram suas reservas demarcadas pelos órgãos públicos responsáveis pelo processo.

3.2.1 Complexo agroindustrial da soja e a competitividade regional

Castro (2002) analisou o Subsistema Agroalimentar da Soja (SAS) e os planos de expansão industrial no Centro Oeste, a fim de avaliar o papel das empresas esmagadoras de grãos no avanço da sojicultura no Cerrado e na Amazônia Legal. O complexo agroindustrial da soja, até 1997, era composto pelos grandes grupos nacionais que atuavam no processamento de grãos e carnes, que instalaram esmagadoras de grãos no Centro Oeste, para aproximar suas plantas industriais da matéria-prima. Os grupos internacionais adotavam estratégias conservadoras com poucos investimentos.

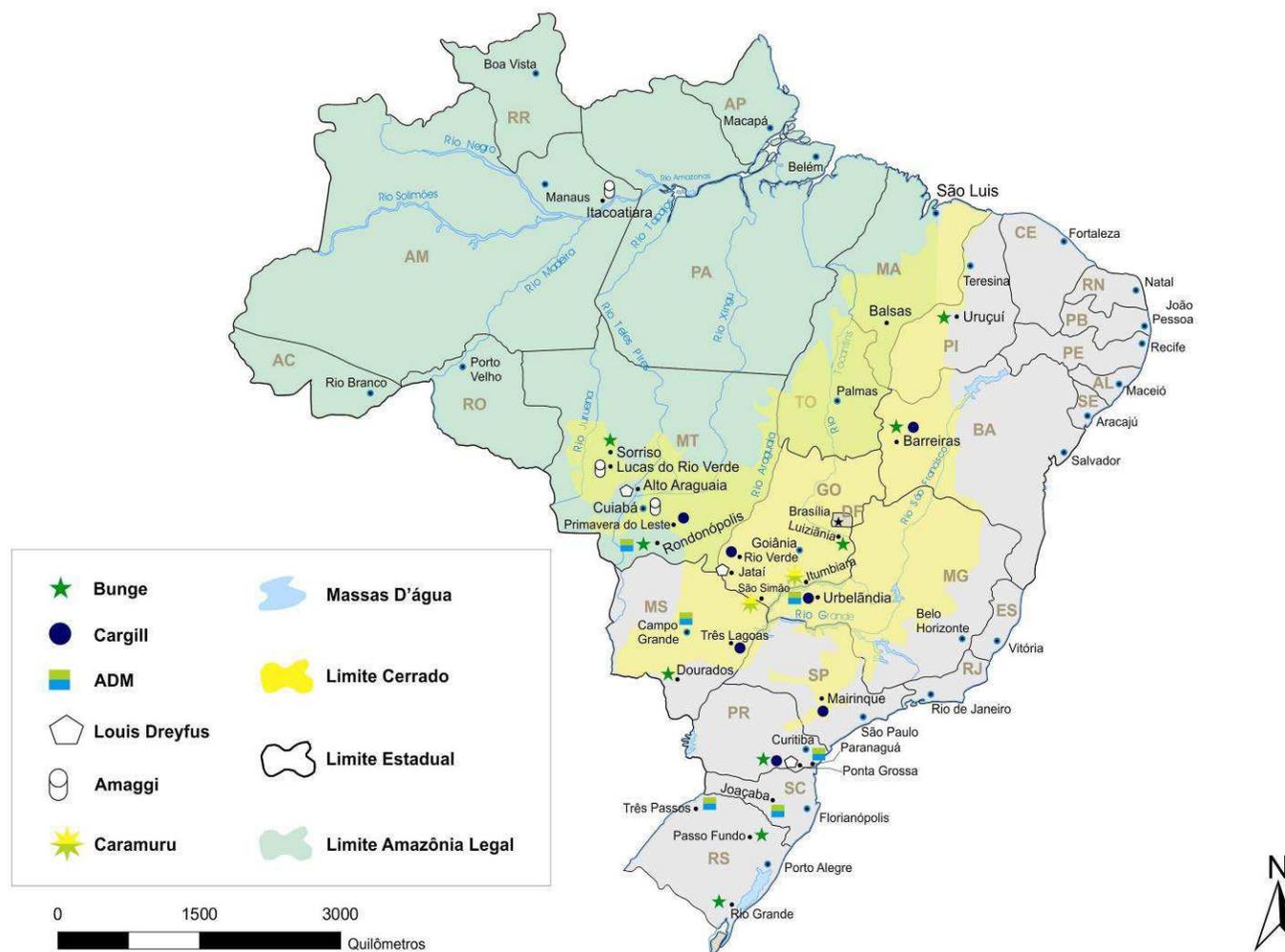
No final dos anos 1990, o complexo agroindustrial da soja começou a ser modificado, e os grandes grupos empresariais de capital nacional passaram a focalizar o seu negócio principal e vender os demais para fazer frente às dificuldades financeiras. A Sadia vendeu suas plantas industriais processadoras de grãos para a ADM para investir nos produtos da cadeia protéica e no setor das refeições prontas. O Grupo Hering vendeu a Agro Industrial dos Cereais do Vale S/A (CEVAL) para a Bunge, a fim de centrar suas atividades no segmento têxtil (CASTRO, 2002).

O mercado de soja no Brasil é formado por quatro empresas multinacionais que detêm 44% da produção de farelo e óleo bruto, Bunge, ADM, Cargill e Coinbra (Louis Dreyfus), e duas empresas nacionais, a Caramuru e a Maggi (ver Mapa 5), e a Cooperativa Agroindustrial dos Produtores Rurais do Sudoeste Goiano (COMIGO). As multinacionais dominam o mercado mundial de soja e utilizam estratégias agressivas de aquisição de empresas para ampliarem suas atividades.

As quatro gigantes multinacionais do complexo soja vêm adquirindo do produtor cerca de dois terços da produção de grãos. Tradicionalmente dedicadas a atividades mais voltadas para a comercialização de grãos, passaram a operar com maior ênfase na industrialização e a ampliar continuamente seu domínio sobre o setor (SCHLESINGER, 2006, p. 48).

Castro (2002) sugere que o crescimento da produção de soja nas áreas que formam o Cerrado e a Amazônia, e a consolidação das opções de escoamento da produção, reduziram os custos de transporte das regiões produtoras aos mercados consumidores nacionais e aos portos

Mapa 6 – Unidades de processamento de soja das principais empresas que atuam no Brasil



Fonte: IBGE (2005).

exportadores. A nova infraestrutura de transporte possibilitou a ampliação dos investimentos nas estruturas de recebimento, armazenagem e esmagamento da soja. A Tabela 3 mostra o crescimento da capacidade de processamento da soja nos dois biomas nos anos 2000.

No Cerrado nordestino, o estabelecimento da sojicultura não implicou na agregação de valor à produção. No Maranhão, o processamento de soja só tem início em 2007 e reduz a capacidade em 2009. No Piauí, a capacidade de processamento teve um salto de 2001 a 2004, mas depois se manteve estável. A Bahia é o Estado que destoa um pouco pela regularidade de processamento. A região Centro-Oeste, contemplada pelo Cerrado e pela Amazônia, possui uma grande capacidade de processamento, em crescimento.

Tabela 3 – Capacidade de processamento da soja no Cerrado e Amazônia Legal (t/dia)

UF	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
MT	10.820	14.500	14.500	20.600	21.000	21.400	22.000	24.800	29.300
GO	8.600	9.060	10.320	16.920	18.150	18.800	19.650	19.250	20.050
SP	14.700	12.950	14.450	14.950	15.600	16.400	16.650	17.780	17.780
MS	7.330	6.630	6.980	7.295	8.295	9.360	9.560	9.575	12.725
MG	5.750	6.450	6.350	6.400	6.600	6.600	6.600	6.600	6.800
BA	5.200	5.460	5.344	5.344	5.344	5.500	5.500	5.530	5.530
PI	260	260	1.760	2.360	2.360	2.460	2.460	2.530	2.530
AM	-	2.000	2.000	2.000	2.000	2.000	2.000	2.000	2.000
MA	-	-	-	-	-	-	2.000	2.000	1.500
Total	52.660	57.310	61.704	75.869	79.349	82.520	86.420	90.065	98.215

Fonte: ABIOVE (2010).

Quando a capacidade de refino do óleo de soja é analisada, (ver Tabela 4), constata-se uma disparidade muito grande em relação à capacidade de processamento. Focalizando os Estados que refinam o óleo observa-se que, São Paulo é o Estado que tem a maior capacidade de refino instalada do Cerrado, embora não seja o maior produtor de soja do Brasil, posto ocupado pelo Mato Grosso. No Maranhão não há indústria para o refinamento de óleo o que sugere que a produção seja exportada ou enviada para o Piauí que processa e refina a soja.

Em relação ao envase do óleo de soja (ver Tabela 5) se constata que os Estados de São Paulo, Goiás, Mato Grosso e Minas Gerais, nessa ordem, são os que possuem a maior capacidade industrial. Mais uma vez, o Maranhão está fora do seleto grupo de Estados com indústrias de envase do óleo de soja. De maneira geral, pode-se concluir que o Brasil exporta

grande parte de sua produção sojícola do Cerrado e da Amazônia Legal, porque a disparidade entre a capacidade de processamento, refino e envase do óleo de soja aumentam significativamente à medida que o processo de industrialização da soja se desenvolve.

Tabela 4 – Capacidade de refino do óleo de soja no Cerrado e na Amazônia Legal (t/dia)

UF	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
MT	600	650	650	1.250	1.250	2.450	2.700	2.600	2.600
GO	1.420	1.570	1.610	2.090	2.230	2.770	3.070	3.510	3.560
SP	6.256	5.840	5.880	6.230	6.010	5.850	6.220	5.920	6.200
MS	490	540	540	540	540	540	540	720	1.370
MG	1.050	1.270	1.270	1.270	1.270	1.270	1.270	1.270	1.300
BA	570	970	880	880	880	970	970	970	970
PI	120	120	120	120	120	120	120	120	120
AM	-	-	-	450	450	-	-	-	-
MA	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	10.506	10.960	10.950	12.830	12.750	13.970	14.890	15.110	16.120

Fonte: ABIOVE (2010).

Tabela 5 – Capacidade de envase do óleo refinado no Cerrado e na Amazônia Legal (t/dia)

UF	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
MT	600	600	745	945	755	1.755	1.755	1.721	1.721
GO	1.370	1.370	1.570	2.020	2.190	2.287	1.750	2.312	2.392
SP	3.836	3.310	4.080	4.170	4.000	4.700	5.000	4.420	4.420
MS	690	690	540	520	520	520	520	520	1.017
MG	968	1.070	1.034	1.034	1.034	1.084	1.084	1.084	1.000
BA	795	1.195	1.000	1.000	1.000	1.000	1.000	1.040	906
PI	180	180	180	180	180	180	180	180	180
AM	-	-	-	230	-	-	-	-	-
MA	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	8.439	8.415	9.149	9.869	9.679	11.526	11.289	11.277	11.636

Fonte: ABIOVE (2010).

A partir de 2007, todos os Estados produtores de soja do Cerrado e da Amazônia Legal passaram a processar a oleaginosa. Em relação à capacidade de refino e de envase do óleo de

soja, apenas os Estados do Amazonas e do Maranhão não realizam essas atividades industriais. Como no Amazonas o cultivo de soja é recente (ver Mapas 3 e 4), e há uma dificuldade de escoamento da produção é justificável. Mas, no Maranhão, um dos Estados com crescentes índices de produtividade e facilidade de escoamento da produção, a ausência de indústrias de refino e envase colocam o Estado entre os que menos agregam valor à soja.

As áreas do Cerrado nordestino, hoje ocupadas pela soja, apresentavam outrora baixa densidade demográfica e eram consideradas desabitadas. Os vazios demográficos podem ser, em parte, explicados pelo fato das chapadas, ideais para o desenvolvimento da atividade sojícola, não serem utilizadas pelas populações locais, em virtude da dificuldade de nelas cultivarem lavouras a partir de técnicas tradicionais. Nas chapadas, as pessoas coletavam frutas e os rebanhos andavam soltos em busca de alimento e água.

Uma análise da competitividade regional de fronteiras agrícolas no Cerrado nordestino, pautada na avaliação da estruturação da atividade sojícola, da disponibilidade de infraestrutura (de transporte, de armazenamento e de processamento) e a presença de instituições creditícias que possibilitam a consolidação da sojicultura e a ampliação da produção e da rede de serviços (GIORDANO, 1999), nos mostra as diferenças das duas cidades que polarizam a produção na região, Barreiras (BA) e Balsas (MA).

No Oeste da Bahia, a município de Barreiras polariza a produção de soja estadual. Iniciado nos anos 1970, o cultivo da soja na região a partir da migração de agricultores gaúchos se tornou viável devido ao desenvolvimento de cultivares adaptados às condições edafoclimáticas locais e oferta de assistência técnica (GIORDANO, 1999). A associação desses fatores alavancou a produção de soja no Oeste baiano e possibilitou a formação de novas cidades, como o caso de Luis Eduardo Magalhães (LEM), antigo Mimoso do Oeste.

O escoamento da soja baiana, é feito pelo Corredor de Exportação Norte⁴², que utiliza o Porto de Itaqui, em São Luís (MA); pelo rio São Francisco e seus afluentes navegáveis e a rodovia BR-242 (Barreiras-Salvador) até o porto de Salvador; ambos como base de ligação ao mercado internacional. De maneira geral, a infraestrutura de transportes de cargas baiana é deficiente e mal conservada. Em contrapartida a região de Barreiras possui um parque industrial que agrega valor à soja (GIORDANO, 1999).

Localizada na porção Sul do Maranhão, a cidade de Balsas polariza a produção de soja regional e juntamente com mais doze municípios: Porto Franco, Estreito, Carolina, Riachão,

⁴² O Brasil possui, atualmente, 10 (dez) corredores de exportação: Itacoatiara (AM); Santarém (PA); Itaqui (MA), o de maior calado; Ilhéus (BA); Corumbá (MS); Vitória (ES); Santos (SP); Paranaguá (PR); São Francisco do Sul (SC); Rio Grande (RS). Os 4 (quatro) últimos são responsáveis por 80% das exportações de soja (DALL'AGNOL et al., 2007).

Tasso Fragoso, Alto Parnaíba, Loreto, Fortaleza dos Nogueiras, Sambaíba, São Raimundo das Mangabeiras, São Félix de Balsas e Benedito Leite, forma o Pólo Agroindustrial de Balsas. A região de Balsas é a que apresenta a melhor intensidade de precipitação pluviométrica e melhor regularidade de distribuição das chuvas no Cerrado.

Em termos de infraestrutura, o Pólo Agroindustrial de Balsas conta com um sistema intermodal de transporte, rodovias, MA-006, MA-140, BR-230 e BR-010; ferrovias, Ferrovia Norte-Sul (FNS) e EFC, que se conectam ao Porto de Itaqui em São Luís, o de maior calado no Brasil e o mais próximo do mercado europeu. Apesar de apresentar uma significativa competitividade, em termos produtivos, a região de Balsas necessita de um infraestrutura industrial para agregar valor à soja (GIORDANO, 1999).

3.2.2 A (re)estruturação do agronegócio da soja

O arranjo produtivo da soja demanda elevados custos financeiros, tanto em investimentos (terras, máquinas etc), quanto em custeio (sementes, fertilizantes, fungicidas, etc.). Portanto, o fim dos incentivos fiscais e do crédito subsidiado pelo Estado representou uma ampla modificação na estrutura creditícia do setor e no perfil do produtor. Para continuarem competitivos, os sojicultores brasileiros tinham que possuir grandes propriedades ou capital para incorporar às novas tecnologias ao processo produtivo (CARNEIRO, NARCISO SOBRINHO e COELHO, 2006).

Para Alves (2006), a redução dos financiamentos públicos para a agricultura brasileira nos anos 1990, permitiu ao capital privado assumir o papel de principal agente financiador do setor agrícola. Do novo modelo de financiamento, fazem parte bancos oficiais e comerciais, seguradoras, cooperativas e empresas de comercialização de grãos e de insumos agrícolas. As empresas processadoras de grãos aumentaram expressivamente o volume de crédito concedido aos produtores rurais.

Os financiamentos concedidos pelas agroindústrias seguem o modelo do setor bancário e incorporaram aspectos que tendem a aumentar a dependência do agricultor à empresa credora. Ao realizar o financiamento, o agricultor recebe o dinheiro e formaliza a obrigação, na maioria dos casos, de entregar parte da produção diretamente ao financiador, que estipula o preço a ser pago pela produção recebida (ALVES, 2006). Essa prática foi regulamentada pela Lei de Cultivares, que permite a compra da *cultura verde*.

No caso da soja, é comum o agricultor realizar esse tipo de financiamento (porque muitos possuem débitos com os bancos oficiais de crédito rural), e vender uma parcela da

produção, a *soja verde*, com o preço fixado pelo mercado futuro. Os contratos firmados entre as agroindústrias e os produtores rurais possuem uma cláusula de exclusividade para a aquisição de fertilizantes e defensivos fabricados ou comercializados pela empresa e serviços de assistência técnica específicos. Essa prática é conhecida como *venda casada*.

A partir do trabalho de Salomão e Seibel (2005), é possível ver o impacto do novo modelo de financiamento agrícola, que incorporaram cooperativas e empresas que processam, comercializam ou produzem fertilizantes e insumos agropecuários. A redefinição do arranjo creditício representou também a emergência de novos pólos agropecuários, concentrados no Cerrado e na Amazônia (ver Tabela 6). Em cada cidade pólo existe ao menos uma grande empresa, a maioria delas internacionais, que concentra a comercialização e processamento.

Tabela 6 – Os novos pólos do agronegócio brasileiro

MUNICÍPIO	POPULAÇÃO	PRINCIPAIS EMPRESAS	PRINCIPAIS PRODUTOS
Balsas (MA)	83.528	AGROSERRA, Bunge, Cargill, SLC	Soja, Cana-de-açúcar, Algodão
Linhares (ES)	141.306	Aracruz, Caliman, Gaia, Sucos Mais	Café, Fruta, Madeira
Luís Eduardo Magalhães (BA)	60.105	Bunge, Cargill, Galvani Fertilizantes	Algodão, Milho, Soja
Mineiros (GO)	52.935	Frigoestrela, Perdigão	Frango, Gado, Milho, Soja
Primavera do Leste (MT)	52.066	ADM, Cargill, Multicotton	Algodão, Milho, Soja
Rio Verde (GO)	176.424	Cargill, Comigo, Perdigão	Frango, Milho, Soja
Santarém (PA)	294.580	Cargill	Arroz, Gado, Milho, Soja
Sorriso (MT)	66.521	Monsanto	Arroz, Milho, Soja
Uruçuí (PI)	20.149	Bunge	Milho, Soja
Vilhena (RO)	76.202	Amaggi, Cargill, Friboi, Rical	Arroz, Gado, Milho, Soja

Fonte: Salomão e Seibel (2005); IBGE (2010).

Alves (2006) critica o modelo de financiamento das agroindústrias porque a produção não atende às necessidades alimentares da população brasileira, mas à exportação, que traz retornos financeiros imediatos. Schlesinger (2006, p. 70) é mais taxativo e afirma que:

O aumento contínuo da produção de soja também não se dá em favor da redução da fome no mundo. Ocupando o lugar da agricultura familiar diversificada, a maior

parte da soja produzida é destinada à conversão de proteína vegetal em animal, com o objetivo de suprir o mercado consumidor de carnes. Abastece, assim, um mercado de consumidores privilegiados, estimulando-os a adotar padrões de consumo pouco saudáveis e insustentáveis, à medida que não podem ser estendidos ao conjunto da população mundial.

A soja brasileira é voltada para a exportação, como pode ser observado na Tabela 7, que mostra as empresas que mais exportaram no Brasil entre 2000 e 2009. Entre 2000 e 2008 as empresas que comercializam e processam soja figuraram na lista dos 8 maiores exportadores brasileiros. A Bunge ocupa lugar de destaque, ficando na quinta posição em 2000, 2001 e 2006, e na quarta de 2002 a 2005 e de 2007 a 2008. O ano de 2008, aliás, foi o ano de ouro das tradings da soja no ranking das exportações, a Bunge ficou em quinto, seguida da ADM e a Cargill em oitavo.

A balança comercial brasileira é dependente das exportações de commodities e de grandes empresas de capital internacional para comercializarem os grãos produzidos. Disto pode-se concluir que o Brasil deixa de agregar valor à parte dos produtos exportados, no caso dos grãos e, assim, de gerar mais postos de trabalho e mais renda para a população; e que a concentração da posse da terra continua a predominar no território nacional, especialmente no Cerrado e na Amazônia Legal, áreas estratégicas para as tradings da soja.

Por outro lado, defensores da sojicultura destacam que o agronegócio representa o setor mais dinâmico da economia brasileira, responsável por cerca de 36,4% do PIB (ROESSING e LAZZAROTTO, 2004). As conclusões são fruto da avaliação da participação do principal produto de exportação agrícola na economia interna e do número de empregos gerados pela cadeia produtiva sojícola, que vai desde a produção de insumos até o consumidor final do produto beneficiado.

Para discutir a geração de empregos no complexo agroindustrial da soja, Roessing e Lazzarotto (2004) realizaram análises e estimativas sobre a criação de empregos na produção primária da soja, o que permitiu a obtenção de informações sobre a geração de postos de trabalho nos demais segmentos constituintes do complexo agroindustrial da soja; para, posteriormente, problematizarem sobre os empregos gerados direta e indiretamente. Todos os dados analisados pelos pesquisadores foram sistematizados pelo IBGE.

Partindo da referência que 1 emprego no setor rural é capaz de criar, aproximadamente, 6 postos de trabalho nos setores que fornecem material e serviços à agricultura, chega-se às estimativas dos empregos gerados pelo complexo da soja. Considerando-se que, em 2003, havia 642.672 empregos diretos na produção da soja,

Tabela 7 – Os maiores exportadores do Brasil entre 2000 e 2009

EMPRESAS EXPORTADORAS	VALOR TOTAL (US\$)	EMPRESAS EXPORTADORAS	VALOR TOTAL (US\$)
2000		2001	
Embraer	2.701.955.523	Embraer	2.897.250.108
Cia. Vale do Rio Doce	1.596.124.497	Petrobras	2.610.572.163
Petrobrás	1.456.471.035	Cia. Vale do Rio Doce	1.709.188.724
Volkswagen do Brasil	1.128.862.112	Volkswagen do Brasil	1.270.577.837
Bunge Alimentos	976.931.904	Bunge Alimentos	1.204.476.622
Cia. Siderúrgica de Tubarão	948.792.531	Cia. Siderúrgica de Tubarão	780.746.239
Fiat	622.635.482	Cargill Agrícola	750.958.316
Motorola	597.183.927	Motorola	723.514.658
2002		2003	
Petrobras	3.526.383.406	Petrobras	4.392.929.599
Embraer	2.395.683.943	Cia. Vale do Rio Doce	2.033.017.114
Cia. Vale do Rio Doce	1.793.773.959	Embraer	2.007.366.724
Bunge Alimentos	1.390.255.955	Bunge Alimentos	1.939.092.479
Volkswagen do Brasil	1.291.969.077	Volkswagen do Brasil	1.485.283.750
Cargill Agrícola	932.606.353	Cargill agrícola	1.163.432.376
Cia. Siderúrgica de Tubarão	828.548.111	General Motors do Brasil	977.764.421
General Motors do Brasil	671.456.374	Cia. Siderúrgica de Tubarão	820.453.681
2004		2005	
Petrobras	4.561.835.691	Petrobras	7.585.492.773
Embraer	3.347.796.721	Cia. Vale do Rio Doce	4.817.223.178
Cia. Vale do Rio Doce	3.176.380.460	Embraer	3.266.615.244
Bunge Alimentos	2.543.402.580	Bunge Alimentos	2.193.868.834
Volkswagen do Brasil	1.548.705.796	Volkswagen do Brasil	2.136.860.059
Cargill Agrícola	1.433.265.035	General Motors do Brasil	1.570.211.868
General Motors do Brasil	1.336.157.436	Ford do Brasil	1.461.959.586
Halliburton	1.176.414.164	Cargill Agrícola	1.403.460.864
2006		2007	
Petrobras	11.087.488.052	Petrobras	13.626.406.547
Cia. Vale do Rio Doce	5.990.269.768	Cia. Vale do Rio Doce	7.904.170.981
Embraer	3.269.086.695	Embraer	4.736.851.292
Volkswagen do Brasil	2.279.371.819	Bunge Alimentos	3.055.055.400
Bunge Alimentos	2.267.080.912	Volkswagen do Brasil	2.126.101.349
Cargill Agrícola	1.606.161.839	Sadia	1.776.090.755
General Motors do Brasil	1.573.317.865	Cargill Agrícola	1.759.246.419
Ford do Brasil	1.564.863.576	General Motors do Brasil	1.545.286.297
2008		2009	
Petrobras	19.299.191.904	Petrobras	12.554.658.176
Cia. Vale do Rio Doce	13.531.219.417	Embraer	2.579.715.684
Embraer	5.733.008.741	Alberto Pasqualini	2.105.245.659
Bunge Alimentos	5.023.385.203	Samsung	1.477.686.496
ADM do Brasil	2.592.868.202	Toyota do Brasil	1.437.973.942
Sadia	2.424.195.379	Braskem	1.345.532.869
Samarco Mineração	2.227.529.978	CISA Trading	1.320.348.910
Cargill Agrícola	2.205.182.075	Volkswagen do Brasil	1.313.283.043

Fonte: Brasil (2010b).

conclui-se que o agronegócio da soja gerou 3.856.032 empregos diretos e indiretos, desde a produção de insumos até o processo de industrialização (ROESSING e LAZZAROTTO, 2004).

De acordo com Roessing e Lazzarotto (2004), apesar da tendência de crescimento da produção de soja ser de 9% ao ano, os novos postos de trabalho se concentrarão no setor terciário, porque o setor produtivo e o setor industrial apenas intensificam sua capacidade produtiva. As contribuições do setor na criação de novos postos de trabalho nas últimas décadas foram muito expressivas, mas a cadeia produtiva da soja não vislumbra grande potencial de geração de emprego futuros.

A Federação de Órgãos para a Assistência Social e Educacional (FASE), em 2005, analisou os postos de trabalho na sojicultura e concluiu que cada 1.000 ha de soja plantados geram 10 empregos. Como no Sul do Maranhão foram plantados 351.126 ha em 2009, consequentemente foram gerados 2.772 empregos diretos, o que é pouco. A concentração de terra que viabiliza a expansão da soja e a industrialização de seus derivados inviabiliza as atividades de pequenas e médias empresas, geradoras de emprego e renda, e representam um nefasto processo de concentração de riqueza e renda (SCHLESINGER, 2006).

3.2.3 Sojicultura e conflitos no Sul do Maranhão

Andrade (2008) analisa a instalação da agricultura empresarial no Sul do Maranhão e seus impactos na hoje denominada agricultura familiar, expressos na incorporação das chapadas ao mercado de terras, na expropriação de terras e na atuação dos poderes públicos no favorecimento do médio produtor sulista. Segundo a autora, a intervenção estatal possibilitou o estabelecimento, na região, de um produtor rural considerado moderno em oposição ao agricultor sertanejo, *os gaúchos*, denominação que inclui todos os agricultores vindos da região sul.

O desenvolvimento de um novo modelo de agricultura em Balsas e região afetou agregados, vaqueiros, proprietários e trabalhadores rurais. O principal mecanismo de expropriação de terras, nesses primeiros momentos, anos 1970, foi a constituição de um mercado de terras, que incorporava as chapadas, áreas consideradas improdutivas pela população local. Nas chapadas, eram coletados o pequi, o bacuri, outras frutas nativas e o mel de abelha; caçados o tatu, o veado, o tamanduá, a cotia, a anta, a ema, a seriema, entre outros animais; e desenvolvida a atividade pecuária extensiva (ANDRADE, 2008).

Em Balsas existiam os proprietários (como se denominavam as pessoas que possuíam terra), os agregados, os moradores de terras da nação e os vaqueiros. Todo proprietário era um criador de gado, mas nem todo criador era um proprietário. A implantação de projetos agropecuários ocasionou um desordenamento territorial e social no Sul do Maranhão. Muitos proprietários venderam parte (as chapadas) ou a totalidade de suas terras, quem não tinha terra passou a ser assalariado ou migrou para a cidade e a profissão de vaqueiro, paulatinamente, foi sendo extinta.

Os primeiros gaúchos chegaram à cidade de Balsas na década de 1970. Eram produtores que possuíam pouca terra e viram a chance de adquirir áreas de 500 ha a 3.000 ha. A intenção primeira era ocupar as devolutas terras dos Gerais de Balsas⁴³. Como não conseguiram legalizar os títulos e a infraestrutura para que pudessem cultivar e escoar a produção era inexistente, os gaúchos mudam-se para áreas mais próximas da cidade (ANDRADE, 2008).

A instalação dos projetos agropecuários, segundo Andrade (2008), não foi tranqüila, como pode aparentar. Uma das principais tensões foi a proibição de criar miunças (galinha, porco, etc.), o que afetou muito os agregados e os moradores da região. Os animais eram criados à solta, com o cultivo de arroz e soja, e os mesmos deveriam ser presos para que não comecessem as plantações. Os animais que invadiam as lavouras eram sacrificados. Muitos casos foram parar na justiça e as sentenças favoreciam os rizicultores.

O impedimento de criar miunças e as dificuldades de relacionamento com os novos vizinhos, os gaúchos, estimularam muitos pequenos agricultores a venderem suas terras e mudarem para a cidade. O assédio por parte dos gaúchos era constante. Como a grande maioria dos moradores locais não possuía instrução formal, foram enganados e passados para trás, assinavam documentos que não sabiam o conteúdo e perdiam suas terras. Outro problema enfrentado foi o cercamento das fontes de água, que deixou proprietários, agregados e moradores sem acesso ao recurso natural indispensável às famílias e a seus animais.

No Sul do Maranhão, os primeiros cultivos de soja remontam aos anos 1970, sendo que o plantio, colheita, armazenamento e organização do estabelecimento eram realizados pelas famílias, que moravam na propriedade agricultores vindos do Rio Grande do Sul, como destaca Andrade (2008). A atividade sojícola se tornou um empreendimento de grande porte, aos moldes empresariais, na segunda metade dos anos de 1990, após a implementação do

⁴³ A distância dos Gerais de Balsas para a sede do município pode chegar a 400 km. Hoje a área está cheia de grandes projetos agropecuários, são os melhores solos para o cultivo.

Corredor de Exportação Norte e o estabelecimento de empresas que armazenam, comercializam e processam os grãos.

Na última década, na região de Balsas, a área destinada ao cultivo de soja foi duplicada e a produtividade aumentou dez vezes, entre 1990 e 2000. Apesar do representativo crescimento da produção a produtividade média nessas áreas ainda é considerada baixa, inferior a 2.000 kg/ha, devido à ausência de assistência técnica e cultivares adequados às condições climáticas locais (TOLEDO, 2005). Para Ferreira (2004), o aumento da produtividade se deve ao desenvolvimento de pesquisas para produção de novos cultivares.

Ferreira (2009) assinala que, a partir de 1991, a região de Balsas passa a produzir soja em grande escala, através da intensificação das pesquisas, da criação do Programa Corredor de Exportação Norte, financiado pelo Banco do Brasil e participação do Banco do Nordeste Brasileiro (BNB), BASA e Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), e parceria com a CVDR, proprietária da EFC. Castro (2002) enfatiza que a CVRD, entre 1992 e 1998, aumentou significativamente o volume de soja transportada pela EFC, embarcada a partir do complexo portuário de Ponta da Madeira, em São Luís (MA).

Os resultados da expansão da soja no Sul do Maranhão têm sido tratados de diferentes maneiras pelos pesquisadores. Para Ferreira (2009), do ponto de vista socioeconômico, houve uma ampliação do dinamismo da vida urbana, ampliação permanente dos bens e serviços especializados necessários à agricultura e crescimento das periferias e da pobreza. Já Bickel (2003) assinala que houve um crescimento dos conflitos, resultantes da grilagem de terras, do massacre do trabalhador rural João Mineiro e da derrubada de casas e cercas das famílias que moravam nos Gerais de Balsas.

CAPÍTULO IV

PROJETOS TERRITORIAIS EM DISPUTA NO SUL DO MARANHÃO

A expansão da soja no Sul do Maranhão, a partir de finais da década de 1970, tem sido um processo marcado por contradições, mobilizações e conflitos. A apreensão dessa dinâmica passa pela análise das disputas entre diferentes estratégias de apropriação do espaço e de seus recursos naturais (SUTERGARAY, 2001), que aqui chamamos de projetos territoriais. O que temos chamado de projeto territorial sojícola será confrontado a outros dois projetos territoriais que, no período analisado, apresentaram graus variados de mobilização de atores: o projeto pecuário e o projeto da agropecuária familiar.

Projetos territoriais expressam intencionalidades mais ou menos explicitadas pelos atores sociais responsáveis por sua implantação, referentes às formas desejadas de apropriação do espaço e de seus recursos e a definição das formas de acesso e usos dos recursos a serem priorizados. É, portanto, um projeto de poder, que informa padrões de distribuição do poder entre diferentes grupos sociais e lutas para alteração desses padrões. A chegada da soja no Sul do Maranhão, neste sentido, deve ser apreendida como parte de um processo de transformação socioambiental amplo e não apenas pelos efeitos modernizantes.

A rigor, não é possível falar num único projeto sojícola. A expansão da soja no Sul do Maranhão apresenta duas fases diferenciadas: (1) de 1977 até os anos 1990, quando era cultivada principalmente por agricultores familiares vindos do Sul do país; e (2) a partir dos anos de 1990 até os dias atuais, que se caracteriza pela concentração fundiária, pela chegada de grandes grupos empresariais produtores de grãos (SLC Agrícola) e das tradings (Algar Agrícola, Bunge, Cargill, Ceagro e Multigrain). Os dois momentos serão considerados em suas especificidades, mas entendemos que são parte do processo de reconversão produtiva (mudança de posição dos atores), inserido num projeto de ocupação do Cerrado pela soja.

As intencionalidades dos atores foram apreendidas a partir da análise cuidadosa de seus discursos, da consulta a documentos e da realização de entrevistas. De acordo com Cunha, Silva e Nunes (2008), duas variáveis principais orientam a comparação entre os projetos territoriais: as formas institucionais criadas ou mobilizadas para implementação dos projetos de apropriação do espaço e dos seus recursos, com o cuidado de considerar o poder diferencial de atores e grupos sociais; e os esforços de legitimação destas intencionalidades,

ancoradas em objetivos sociais mais gerais, conseguindo assim a adesão ou a simpatia de um espectro mais amplo da sociedade, extrapolando inclusive as fronteiras regionais. Neste sentido, foi empreendida tanto uma análise institucional quanto das *lutas simbólicas*, nos termos de Bourdieu (2005), como parte dos esforços de realizar uma ecologia política da soja.

É importante dizer que os processos de institucionalização e de legitimação dos projetos territoriais possuem diferentes graus ou níveis. Existem projetos territoriais com alto e baixo grau de institucionalização e alto e baixo grau de legitimação. A avaliação dos diferentes graus de institucionalização e de legitimação dos projetos territoriais analisados será orientada pelo uso das escalas de fatores socioambientais: a local, a regional, a nacional e a global (VANWEY, OSTROM e MERETSKY, 2009). Assim, um projeto territorial poderá ter um alto grau de institucionalização a nível nacional e um baixo grau de institucionalização no nível local, por exemplo. Com isso, as especificidades de cada projeto serão consideradas.

Este capítulo se inicia com um breve relato dos processos de ocupação do Sul do Maranhão, antes de abordar diretamente a análise dos projetos territoriais em disputa nos últimos 33 anos. A apreensão detida destes projetos no que tange aos modelos de apropriação do espaço e dos seus recursos naturais, com os diferenciais de poder inerentes, será fundamental para analisar os conflitos potenciais e os processos de territorialização e de mudança ambiental no próximo capítulo, o que permitirá entender as formas pelas quais os antigos padrões de exclusão social e de concentração fundiária foram sendo combatidos e, ao mesmo tempo, atualizados, no que Mello (2006) tem chamado de *a reciclagem do latifúndio*.

4.1 OCUPAÇÃO DO SUL DO MARANHÃO E CONCENTRAÇÃO FUNDIÁRIA

O Sul do Maranhão – outrora chamado de *Sertões Maranhenses*, por serem áreas mais afastadas dos pontos até então conquistados, ou de *Território de Pastos Bons* – diferencia-se da outra metade do Estado – de ocupação colonial mais antiga, baseada no trabalho escravo e na predominância de grandes engenhos – porque foi povoado por criadores de gado que partiram das entradas do rio São Francisco, atingindo o Piauí e em seguida as margens sul maranhenses do rio Parnaíba (COELHO NETTO, 1979). Ao passar pela região em 1815, o Major Francisco de Paula Ribeiro (1848, p. 64) a descreve:

Não chega a ter vinte fogos [casas], e todos os seus edifícios são ridículas palhoças, á excepção da igreja matriz, único templo seu, e do quartel do destacamento militar, quando alli o havia; porque esses são construídos de pedra e cal, e cobertos de telha, porém muito arruinados, especialmente a matriz, cujas paredes mestras já fóra do equilíbrio estão proximas de vir a terra por falta de reedificação a tempo. (...) Tem

elle mais de sessenta annos de estabelecido, e é matriz de todo o districto desde 1764.

Os *colonizadores* do Sul do Maranhão não traziam consigo escravos, eram brancos, portugueses de origem ou descendência, da Bahia e de Pernambuco. Muitos destes eram procuradores da Casa da Torre⁴⁴, aventureiros e sonhadores que priorizavam ter gado e depois a posse imediata das terras distantes das sesmarias. Os encarregados ou vaqueiros dos pioneiros eram atraídos pela forma de pagamento, a quarteação (que permitia a formação de um rebanho), e aspiravam ser criadores, proprietários e fazendeiros (COELHO NETTO, 1979).

Os primeiros criadores a chegarem na região eram da família Coelho, procedentes da Bahia:

Entraram no Maranhão pelo Território de Pastos Bons [Sul do Maranhão] e os dois ramos mais importantes são os chefiados pelos irmãos Alberto Coelho Sousa e Francisco de Sousa Coelho (...) fundaram grandes fazendas de criação e tiveram grande atividade agro-pastoril, povoaram grande parte do território maranhense, nas regiões, Baixada, Centro Oeste, e no Sul, desde Pastos Bons, Loreto, Balsas, Riachão, Carolina, por todo o alto sertão, até as margens do Tocantins (...). (COELHO NETTO, 1979, p. 59).

A partir de então, as fazendas de gado foram sendo instaladas próximas aos rios da região. Nas margens do rio Balsas, na altura do Porto Caraíbas, ficavam duas das principais fazendas da época: a Fazenda Bacaba, de propriedade do Coronel Tito Coelho de Sousa Miranda; e a Fazenda Testa Branca, do Coronel Ignácio Alves do Rego, depois herdada pelo seu filho, o Coronel Daniel Alves do Rego (COELHO NETTO, 1979). Os rios forneciam água para o consumo humano e para os animais, e eram importantes vias de transporte de pessoas e mercadorias em canoas, em batelões ou em balsas de talo de buriti.

O avanço da pecuária no Sul do Maranhão, pautou-se na conflituosa apropriação do espaço e seus recursos naturais. As campinas tão cobiçadas pelos criadores eram o local de moradia de várias tribos indígenas, que procuraram resistir à conquista e à ocupação de seus territórios. Os relatos sobre esses conflitos registram embates a partir do início do século XIX, não existindo fontes que mostrem contatos sangrentos e conflituosos nos séculos anteriores.

Nesses sertões [Sul do Maranhão], o fulcro das discórdias estava na posse da terra que o criador queria limpar dos ocupantes humanos para encher de gado e no

⁴⁴ “A casa Torre teve como seu Senhor, Francisco Dias D’Ávila que em 1.673 entrava no Nordeste e cumpria as ordens do Governador Afonso Furtado, fazendo a expansão territorial (...) dando logo entrada ao amplo sertão entre o baixo São Francisco, o Maranhão e as serras do Goiás”. (COELHO NETTO, 1979, p. 19).

problema criado para o índio com a liquidação da caça, que o privava de uma insubstituível fonte de subsistência. (RIBEIRO, 1996, p. 65).

À medida que o gado se espalhava pelos verdes sertões do Maranhão, as tribos iam sendo submetidas, uma a uma, ao domínio dos invasores que queriam se apossar e controlar suas terras. As tribos utilizavam duas estratégias para evitar a perda de seus territórios: (1) umas resistiam à colonização e eram completamente dizimadas ou afugentadas para terras distantes, ou (2) se mostravam acessíveis à aproximação e ao contato direto, e eram ilhadas pelas fazendas e *lentamente dizimadas*.

Os grupos indígenas amigáveis e acessíveis ao convívio pacífico com os pecuaristas permaneceram em seus territórios, vivendo sob o domínio de algum dos grandes criadores, que muitas vezes incitava-os a defender seus interesses e ódios contra outros índios. No Sul do Maranhão, habitavam tribos indígenas relativamente numerosas. Os *Timbira* compunham 15 tribos, e destas apenas quatro alcançaram o século XX. “Não tendo, (...) nada de comum com os criadores de gado que vieram ocupar o seu território, esses índios ofereciam sérias dificuldades para o estabelecimento de relações pacíficas” (RIBEIRO, 1996, p. 72).

O massacre foi de tal ordem que, segundo cálculos do Major Francisco de Paula Ribeiro (1849), havia, no início do século XIX, mais de 80 mil *Timbira*. Já os de Darcy Ribeiro (1996), mostram que havia mais de 200 mil *Timbira* no Sul do Maranhão. De toda essa população indígena, sobrevivem os Canela (antigos *Kapiekrã*), *Krikati*, *Gavião* e *Krahô*. A expulsão das tribos e a instalação da pequena população de pastores refletiram numa baixa densidade demográfica que perdura até hoje (CABRAL, 2008).

Não existe estatística antiga das quinze tribos *Timbira*, porém algumas estimativas parciais permitem avaliar a redução que sofreram. Tudo indica que quatrocentos *Krahô* e os trezentos *Canela* que sobrevivem em nossos dias decresceram na mesma proporção que os *Apinayé*. Destes sabemos que constituíam 4200 em 1824, quando foram visitados por Cunha Matos, já muitos anos depois dos primeiros contatos e após haverem sofrido pesados ataques da guarnição de São João do Araguaia, além de epidemias de varíola. Atualmente os *Apinayé* são passados de cem índios. (RIBEIRO, 1996, p. 79).

No século XVIII, quando os vaqueiros adentraram a região e ocuparam as ribeiras dos rios Parnaíba, Itapecuru, Alpercatas, Balsas e Neves, os confrontos centraram-se contra quatro populosas tribos: *Amanajó*, *Acoroá*, *Canela* e *Sakamekrã*, que habitavam as margens dos rios mencionados (CABRAL, 2008). Para a compreensão das estratégias dos pecuaristas de apropriação do espaço e seus recursos naturais e a resistência dos grupos indígenas utilizo a ecologia política porque problematiza as relações de poder entre os grupos sociais em disputa.

Os Amanajó mostraram-se acessíveis à chegada dos primeiros criadores que se instalaram nas margens do rio Parnaíba. Eles ajudaram na construção dos currais e forneceram alimentos. Mesmo assim, os criadores de gado os colocaram em aldeias nas proximidades de Pastos Bons. No ano de 1763, muitos Amanajó migraram para o Piauí. Em visita à aldeia, no século XIX, Paula Ribeiro (1849) afirmou que a mesma estava em completo abandono, restando apenas uns 20 índios. As aldeias representavam uma forma de garantir apropriação exclusiva da terra e da água, e evitar que os índios matassem os rebanhos, assim como faziam com qualquer animal que pudesse lhes fornecer carne para a alimentação.

Os Acoroá, por sua vez, mostraram-se bastante hostis. A tribo vivia ao sul do rio Balsas e andava por todo Alto Sertão e campos do Piauí. Para submetê-los, foram realizadas inúmeras bandeiras⁴⁵, no século XVIII. As incursões contra os Acoroá foram realizadas com o apoio dos governos estaduais do Maranhão e do Piauí. Ao final destas, foram criadas duas aldeias: uma em São Felix de Balsas (MA), próxima do encontro das águas do rio Balsas com as do rio Parnaíba, por volta de 1758, e outra em São Gonçalo do Amarante (PI), em 1772. As duas aldeias neutralizaram a hostilidade Acoroá.

Os Canela (Kapiekrã) e os Sakamekrã, resistentes e aguerridos, habitavam o vale do Alto Itapecuru. Os primeiros, os campos banhados pelo rio Alpercatas e, os segundos, a mata fechada. Atacavam fazendas e povoados e assaltavam os viajantes. Paula Ribeiro (1849) relata que 31 fazendas de gado foram completamente destruídas pelas duas tribos. Apesar da bravura, os Canela e Sakamekrã sucumbiram diante das bandeiras ou da varíola, disseminada pelos índios adoentados aprisionados que conseguiram fugir das prisões.

Os Krahô se associaram aos invasores na luta contra os demais índios, e hoje habitam o Norte do Tocantins, no município de Tocantinópolis. Os grupos Timbira, que não se submeteram ao domínio dos pecuaristas, abandonaram seus territórios. Os Krem-yé se deslocaram para a margem direita do rio Gurupi, no Noroeste do Maranhão, e os Gaviões se refugiaram na margem esquerda do rio Tocantins, permanecendo-se pouco acessíveis (CABRAL, 2008).

O extermínio ou afugentamento dos índios, o desenvolvimento do comércio de couro e de sal e a seca que acometeu o Nordeste em 1877, contribuíram para o adensamento populacional do povoamento no entorno do Porto Caraíbas, no rio Balsas. Em 23 de maio de 1882, a Lei Estadual n.º 1.269 transformou o povoado no distrito de Santo Antônio de Balsas (COELHO NETTO, 1979) e em 1892, o Deputado Estadual Balduino Pereira Maya

⁴⁵ As bandeiras eram “grupos de guerra, compostos de 100 a 200 homens aliciados entre os sertanejos e sob o comando de um chefe local” (CABRAL, 2008, p. 89-90) e, quase sempre, financiadas pelos fazendeiros.

apresentou o projeto que se transformou na Lei n.º 15, de 7 de outubro de 1892, elevando à categoria de Vila a povoação de Santo Antônio de Balsas (BARBOSA, 2008).

A Vila de Santo Antônio de Balsas se tornou ponto estratégico para o recebimento de couro e sal, comercializados no Sul do Maranhão e Norte do Goiás. A ampliação do comércio local fez com que em 1905 o Governo estadual autorizasse a contratação dos serviços para a construção de uma hidrovia entre o Porto de Flores, no rio Parnaíba, e o Porto Caraíbas, no rio Balsas. A exploração da navegação a vapor, inaugurada em 11 de julho 1911, uniu Santo Antônio de Balsas a centros urbanos do Maranhão e do Piauí (BARBOSA, 2008).

A navegação a vapor no rio Balsas trouxe pessoas de localidades do Sul do Maranhão e do Norte do Goiás à Vila de Santo Antônio de Balsas para vender couro de gado, pele de animais selvagens, coco babaçu e produtos agrícolas e comprar sal e produtos manufaturados. Em virtude do desenvolvimento comercial, no ano de 1918, o Deputado Estadual Thucydedes Barbosa encaminhou o projeto que elevou a Vila à categoria de cidade, passando a se chamar apenas Balsas, a partir da Lei n.º 775, de 22 de março de 1918 (BARBOSA, 2008).

Entre os anos 1920 e 1950, a pecuária balsense viveu uma fase de expansão. Devido ao baixo nível tecnológico da pecuária extensiva, o crescimento esteve condicionado ao aumento do número de fazendas, o que ampliou o número de hectares sob domínio dos pecuaristas. No entanto, o fim do transporte fluvial a vapor pelo rio Balsas, em 1952, e as transformações na agricultura brasileira que se iniciaram nos anos 1960, mudaram drasticamente a atividade pecuária e marcaram o declínio da pecuária extensiva e a inserção de novos atores sociais na produção pecuária e agrícola balsense.

A formação das grandes propriedades no município de Balsas e região remete, deste modo, à maneira como ocorreu a apropriação do espaço e seus recursos naturais no período em que a pecuária se constituía a principal atividade agropecuária. Como nos anos 1970, a maior parte das terras pertencia à elite pecuarista local, a reconfiguração do território ficou sujeita aos seus interesses, excluindo do processo os agricultores familiares que não possuíam de fato as terras que lhes eram de direito, porque não tinham as escrituras. Essa é uma das chaves para a compreensão da ecologia política da soja no Sul do Maranhão.

Até os anos 1970⁴⁶, o Estado do Maranhão não emitia título de domínio outorgado. Não havia um órgão público para regulamentar a apropriação da terra. O título do proprietário

⁴⁶ A Lei n.º 3.230, de 06 de dezembro de 1971, criou a Companhia Maranhense de Colonização (COMARCO), para executar projetos de colonização. Em 30 de abril de 1979, a Lei n.º 4.036 alterou a denominação da COMARCO para Companhia de Colonização e Terras do Maranhão (COTERMA), a fim de executar projetos de colonização e regularização fundiária. A Lei n.º 4.353, de 09 de novembro de 1981, criou o Instituto de Colonização e Terras do Maranhão (INTERMA) (SHIRAISHI NETO, 1998).

era, normalmente, um documento particular de compra e venda⁴⁷ de posse de terras que era anexado aos autos de demarcação e divisão judicial de datas. Julgada a data, o proprietário estava com seu título regularizado, com a área determinada e com a completa descrição de perímetro, podendo, então, ingressar com a folha de pagamento no registro de imóveis.

4.2 PROJETO TERRITORIAL PECUARISTA

Apesar do Estado brasileiro acenar para a mudança da base técnica agropecuária nacional ainda nos anos 1960, a pecuária balsense se mantinha alinhada ao modelo tradicional. A manutenção da pecuária extensiva se tornava a cada ano mais inviável economicamente, porque o Estado estava subsidiando a pecuária intensiva. Ocorre, então, uma tensão no interior do projeto territorial pecuário: de um lado, os defensores do *modelo extensivo* e, de outro, os do *modelo intensivo*⁴⁸. O modelo intensivo começa a se institucionalizar no final da década de 1960, com a criação de cooperativas alicerçadas nos programas e políticas de modernização agropecuária.

As correlações de forças entre os dois modelos de pecuária acabaram por redefinir as posições dos atores sociais na figuração social. Os produtores tradicionais não perderam por completo o poder, porque ainda detinham grandes áreas de terra, o que lhes permitia obter renda a partir do arrendamento ou da venda de parte de suas terras. Os *produtores modernos* ou *pecuaristas intensivos* ascendiam mediante os auxílios financeiro, técnico e comercial assegurados pelo Estado. Com essas mudanças, o projeto territorial pecuarista incorporou a rizicultura mecanizada, casada aos financiamentos pecuários intensivos dos anos 1970.

4.2.1 Intencionalidades dos atores sociais do projeto territorial pecuário

As intencionalidades dos atores sociais do projeto territorial pecuário serão analisadas a partir das estratégias discursivas de dois grupos: (1) o dos pecuaristas extensivos que representam um modelo pecuário tradicional e de baixo padrão tecnológico e (2) o dos pecuaristas intensivos, que defendem um projeto modernizante da pecuária que se orienta pela mudança do padrão tecnológico (formação de pastagens, introdução do gado zebu e de raças de origem européia) para a pecuária de corte e para a pecuária de leite, a partir dos anos 2000.

⁴⁷ Esse aspecto é complexo, muitas famílias podiam recorrer a documentos de cessão de uso da terra emitidos pelo Estado há muitos anos, em nome de pessoas que tinham o sobrenome do pretense proprietário, e muitas vezes o julgamento de uma Data implicava no aumento exagerado da área ao delimitar o perímetro.

⁴⁸ Processo semelhante ocorreu nas microrregiões Campanha Central (RODRIGUES, 2006) e Serras Sudeste (SOUZA, 2006) no Rio Grande do Sul.

Contudo, a compreensão dessa dinâmica não é possível sem a análise do papel das políticas e programas governamentais de modernização da agricultura, algumas discutidas no capítulo I.

Os atores sociais, que compunham o grupo dos *pecuaristas extensivos*, eram os fazendeiros, grandes proprietários que ampliavam seus domínios sempre que os rebanhos cresciam. Os *pecuaristas intensivos* foram os atores sociais que aderiram aos programas e políticas federais de colonização do Norte e Nordeste do Brasil. No caso de Balsas, destaca-se o Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à Agroindústria do Norte e do Nordeste (PROTERRA), que permitiu a comerciantes e a políticos locais, que não possuíam terras suficientes ou adequadas para o desenvolvimento da pecuária intensiva e da agricultura orientada pela modernização das técnicas produtivas, realizassem empréstimos subsidiados pelo Estado para comprarem terras e implementarem suas atividades agropecuárias.

O PROTERRA, criado pelo Decreto-Lei n.º 1.179, de 6 de julho de 1971, alterou a legislação do imposto de renda relativa a incentivos fiscais e assegurou (BRASIL, 1971):

- ✓ Aquisição de terras ou sua desapropriação, por interesse social, inclusive mediante prévia e justa indenização em *dinheiro*, para posterior venda a pequenos e médios produtores rurais da região;
- ✓ Empréstimos fundiários para a aquisição de terra própria cultivável ou ampliação de propriedade de dimensões insuficientes para a exploração econômica;
- ✓ Financiamento de projetos destinados à expansão da agroindústria, inclusive a açucareira, e da produção de insumos destinados à agricultura;
- ✓ Assistência financeira à organização e modernização de propriedades rurais;
- ✓ Subsídio ao uso de insumos modernos;
- ✓ Garantia de preços mínimos para os produtos de exportação;
- ✓ Custeio de ações discriminatórias de terras devolutas.

O arranjo do PROTERRA representou uma tentativa de ocupação das regiões com baixa densidade demográfica do Norte e Nordeste a partir do estímulo à atividade agropecuária orientada por padrões modernos (em oposição aos padrões tradicionais então dominantes) de produção e uso das chapadas. Como Balsas está localizada numa área de transição entre Cerrado e Amazônia, e possuía um baixo índice demográfico, esse programa possibilitou uma verdadeira corrida ao Banco do Brasil dos municípios vizinhos, porque a cidade não tinha uma agência do banco.

O pagamento em dinheiro das terras adquiridas, o financiamento da infraestrutura necessária à produção e da própria produção, o subsídio ao uso de insumos agrícolas e o custeio de ações discriminatórias de terras devolutas caíram como uma luva nas mãos de

detentores de grandes áreas⁴⁹ e de pretensos produtores rurais. É com o PROTERRA que o mercado de terras em Balsas se delineia, muito embora se comparado às regiões Sul e Sudeste os preços da época fossem irrisórios, e o avanço sobre as terras devolutas, ocupadas pelos agricultores familiares, tomasse forma.

Os pecuaristas tradicionais encontraram no PROTERRA uma oportunidade de vender parte de suas terras e ainda modernizar as atividades agropecuárias desenvolvidas em seus estabelecimentos. No entanto, poucos investiram na modernização agrícola, preferindo optar pela venda de terras ou pela manutenção do modelo tradicional de criação bovina. Havia uma grande dúvida sobre o potencial das chapadas para o plantio de capim e de arroz. A abundância de recursos disponibilizados pelo Estado na década de 1970 estimulou muitos proprietários a realizarem empréstimos para investirem em outras atividades.

Como já foi dito anteriormente, as chapadas não eram cultivadas, serviam apenas para pastagem de animais e para a coleta de madeira e frutos. Portanto, eram terras completamente desprezadas, no sentido agrícola, e não extrativista. O PROTERRA contribuiu para a incorporação de um espaço até então subutilizado, através da exigência do cultivo nas chapadas, a fim de orientar o desenvolvimento de uma agricultura moderna e produtiva nos planaltos centrais do Brasil. Se somarmos as terras devolutas e as áreas de chapadas, o Cerrado e a Amazônia se apresentavam como a grande fronteira agrícola do Brasil.

Heliodoro Sousa, atualmente um dos maiores criadores de bovinos de corte de Balsas, era um comerciante que ingressou na atividade pecuária a partir do PROTERRA:

Comprei o Araçá [fazenda a 3 km da sede municipal] em 1972 e cerquei em 1973. Fiz o projeto no Banco do Brasil, na agência de Carolina. Financiei 5 km de cerca, a recuperação de 7 km, a construção de um galpão para forrageira, a reforma da casa da sede, a formação de 70 ha de pastagem e a aquisição de 40 novilhas e 2 touros. Os juros do PROTERRA eram de 3% a.a, dois anos de carência e cinco anos para concluir o pagamento. Iniciei o cultivo de arroz a partir de 1978, arroz de sequeiro na chapada, a partir de projeto custeado pelo Banco do Brasil.

O PROTERRA redefiniu as estratégias discursivas dos pecuaristas, que passaram a defender o modelo intensivo em detrimento do extensivo, o cercamento de parte das chapadas para o plantio de capim, que serviria para alimentar os rebanhos, e o uso da outra parcela com cultivo de arroz, visto que o maquinário era o mesmo, necessitando apenas mudar a regulação

⁴⁹ Nos anos de 1970, Eloy Coelho Netto herdou de seu pai, Edísio Silva, pecuarista e ex-prefeito de Balsas, 20 fazendas de gado, que tinham em média 10 mil hectares. As fazendas herdadas foram, nos anos seguintes, especialmente nos de 1990, compradas e convertidas em fazendas de soja, são os casos da Vargem Limpa comprada pelo senhor Leonardus Philipsen, da Temerante comprada pelo senhor Marcos Paulo Wonmer e Tem Medo, comprada pelo senhor Euclides De Carli e vendida para a instalação de parte do PRODECER.

da plantadeira. A introdução da rizicultura mecanizada pelos pecuaristas intensivos, portanto, foi a porta de entrada para a soja no Sul do Maranhão nos anos seguintes, porque mostrou que era viável o cultivo agrícola nas chapadas mediante a correção da acidez do solo.

Alinhados à pecuária intensiva estavam: o Estado, que através de suas instituições de crédito, de pesquisa e de assistência técnica defendia a modernização agropecuária e a incorporação de novas áreas ao processo produtivo, como o Cerrado e a Amazônia; as empresas produtoras, e que comercializavam insumos agrícolas, sementes de capim, máquinas e implementos agrícolas, e arame para cercar as pastagens. Isso nos mostra que a articulação em defesa de um novo modelo de pecuária é, na verdade, parte de um projeto nacional de modernização agrícola, apoiado por diferentes atores e instituições sociais.

Nos anos 2000, novos atores sociais ingressam no projeto territorial pecuário. Proprietários de áreas que não extrapolam 200 ha e com recursos financeiros para desenvolver atividades agropecuárias de alto padrão tecnológico dão início à industrialização de leite em Balsas, processo que se insere nas ações de controle dos órgãos públicos de vigilância sanitária que fiscalizam com maior rigor a produção de leite e as orientações da Normativa n.º 51, de 18 de setembro de 2002, do MAPA, que redefiniu os padrões de produção, transporte e armazenamento, identidade e qualidade do leite tipo A, B e C, do leite pasteurizado e cru.

O projeto territorial pecuário sofreu modificações em relação a produção e a apropriação da terra, seja pelos incentivos das políticas e programas governamentais da década de 1970, seja pela modernização da legislação agropecuária; e na posição dos atores sociais do projeto. As novas estratégias de apropriação do espaço e de seus recursos naturais se referem ao modelo de criação do rebanho. A pecuária extensiva requeria grandes áreas para a pastagem dos animais; a pecuária intensiva de corte orientava-se pelo confinamento e plantio de capim nas chapadas, áreas subutilizadas até então; a pecuária intensiva de leite necessita de áreas menores e de tecnologia de ponta para manter a produtividade.

4.2.2 Institucionalização do projeto territorial pecuário

As mudanças institucionais relacionadas ao projeto territorial pecuário não podem ser compreendidas sem se levar em consideração a atuação da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA)⁵⁰ – único representante legal do patronato rural em âmbito

⁵⁰ Em reação à criação do Estatuto do Trabalhador Rural, pela Lei n.º 4.214, de 02 de março de 1963, o patronato rural criou a Confederação Nacional da Agricultura, que a partir de 2001, teve o nome alterado para Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil.

nacional⁵¹ e com assento em grupos de trabalho, conselhos e câmaras temáticas e setoriais do MAPA – que participou ativamente da formulação das políticas públicas voltadas para a modernização da agricultura brasileira (FRANCO, 2002), garantindo assim a modernização do latifúndio e a manutenção da grande propriedade como modelo de apropriação da terra.

Isso posto, fica claro porque a pecuária extensiva foi desarticulada no Brasil. O projeto territorial pecuário, com alto grau de institucionalização em nível nacional, adotou a pecuária intensiva como modelo principal, expresso em programas governamentais como o PROTERRA, entre outros. Assim sendo, os atores sociais defensores do modelo extensivo não possuíam capacidade de mobilizar recursos institucionais suficientes para ter acesso a políticas públicas em nível nacional e regional (SUDAM e SUDENE), perdendo espaço para os defensores do modelo intensivo, o que representou um processo de reconversão produtiva na pecuária, inseriu novos atores sociais e redefiniu modelos produtivos.

Em Balsas, os antigos e novos pecuaristas que adotaram os pacotes tecnológicos fomentados pelo governo federal criaram, em 1966, a Cooperativa Agropecuária de Balsas (CAB), para mediar as relações com os órgãos públicos locais, regionais e nacionais, através da CNA. Tal arranjo institucional permitiu a divulgação da pecuária intensiva, isto é, das raças de animais, de tipos de capins e demais aspectos que contribuíssem para o desenvolvimento da atividade; e a organização do processo produtivo e da comercialização da produção, no sentido de orientações de mercado (cotações e compradores).

O pecuarista Heliodoro Sousa afirma que a CAB foi criada para fornecer assistência técnica e orientar os produtores a introduzirem tecnologias que aprimoravam o processo produtivo e, assim, consolidar a pecuária de confinamento. Nos anos 1980, a CAB foi incorporada pela Cooperativa Mista Valverde, muito mais voltada para a produção de grãos. O fim da CAB foi um duro golpe no projeto territorial pecuário, porque representou uma desmobilização institucional dos atores sociais do projeto e a ascensão do projeto territorial sojícola, que conseguiu agregar atividades agropecuárias há muito estabelecidas.

Em 2006, os produtores de leite do patronato rural tiveram uma grande vitória com a Normativa n.º 51 do MAPA, que passou a normatizar e regulamentar o processo produtivo e tornou ilegal a prática tradicional de venda de leite de porta em porta, muito usada pelos agricultores familiares. Devido aos custos operacionais ligados ao cumprimento da normativa, 24 produtores de leite de Balsas, no dia 06 de janeiro de 2006, criaram a Cooperativa dos

⁵¹ A CNA é formada por 27 federações, 2.300 sindicatos rurais e 1,7 milhões de produtores rurais voluntários (CNA, 2011).

Produtores de Leite de Balsas (COMALBA) para pasteurizar o leite, padronizar a produção e produzir queijos (muçarela, minas e nata).

O projeto territorial pecuário possui um alto grau de institucionalização, nacionalmente e regionalmente. Mas os poderes públicos municipais não possuem o aparato institucional necessário para a fiscalização da pecuária de corte. Existem matadouros clandestinos, que abatem os animais dos agricultores familiares, ou não implementaram os mecanismos legais para regulamentar a produção de leite – a venda de leite trazido em galões amarrados em garupas de motos é uma prática constante, o que impede o crescimento das vendas de leite pasteurizado e do queijo produzido pela COMALBA.

4.2.3 Legitimação do projeto territorial pecuário

Os pecuaristas extensivos associavam o avanço da pecuária à conquista e ocupação do Sul do Maranhão, à criação de núcleos urbanos para a comercialização do couro, o que justificou o massacre e afugentamento das populações indígenas. Em virtude do baixo padrão tecnológico do processo produtivo, havia sempre a necessidade de expansão das áreas de domínio dos fazendeiros para atender ao crescimento dos rebanhos, o que representou a concentração da posse da terra e a subordinação dos agregados que, posteriormente, com o apoio da Igreja Católica, se organizam em torno do projeto territorial agropecuário familiar.

A defesa da pecuária intensiva se assentou nas décadas de 1960 e 1970, no uso de terras subutilizadas, como as chapadas do Cerrado, e no aumento da produtividade pecuária a partir da modernização da produção. O pecuarista balsense Heliodoro Sousa, que comprou terras não cultivadas para plantar capim, para alimentar o rebanho, e arroz de sequeiro nos anos 1970, argumenta que “(...) atualmente os Bancos são como agiotas, pois dificultam para o médio produtor facilitando ao grande, que vende tudo para fora [refere-se aos sojicultores], por isso a cidade de Balsas está nesta situação”.

A partir dos anos 2000, as bases de legitimação para a pecuária intensiva, nacional e localmente, estão presentes em falas como a do presidente da Associação Brasileira de Angus (ABA):

Segundo estimativas, pelo menos 50% da área de pastagem do país está degradada, mesmo que parcialmente. A conta é simples: é mais barato para o pecuarista recuperar essas áreas do que desbravar outras. Está aí mais um indicador de que o uso da tecnologia, seja em genética, em nutrição ou em sanidade, é a opção mais inteligente para o crescimento contínuo da produção de carne e de leite. (MARQUES, 2011)

A associação da pecuária intensiva ao não desmatamento de novas áreas, à recuperação de áreas degradadas, pelo contrário, vem contribuindo em muito para o alto grau de legitimação da pecuária nacionalmente. Em Balsas, a pecuária intensiva possui um baixo grau de legitimação, porque a sojicultura é a principal atividade agropecuária e os sojicultores possuem uma capacidade maior de legitimar suas intencionalidades, por motivos que serão explorados a seguir. O discurso, ambientalmente correto, de recuperação de áreas degradadas com a pecuária, não conseguiu muitos adeptos no Pólo Agrícola de Balsas. Mas, em Porto Franco, município do Sul do Maranhão, a pecuária é muito forte e a soja não é cultivada.

Os pecuaristas produtores de leite, que ainda são poucos, justificam que a pasteurização e a adoção de padrões de qualidade permitem que o leite seja comercializado em condições adequadas para o consumo humano. Mesmo assim, poucos segmentos da sociedade apóiam a argumentação. Exemplo disso é a dificuldade de se encontrar nos supermercados locais o leite processado pela COMALBA. O queijo é mais comum. A dificuldade de legitimação do projeto territorial pecuário localmente também está associada ao fato de gerar poucos postos de trabalho, especialmente porque a produção da pecuária de corte é beneficiada no Estado de Tocantins⁵².

4.3 PROJETO TERRITORIAL AGROPECUÁRIO FAMILIAR

A rigor, não se poderia falar num único projeto agropecuário familiar, porque as áreas reformadas apresentam três fases diferenciadas: (1) de 1977 a 1990, as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs)⁵³ se tornaram a forma de organização predominante dos agricultores familiares, que passassem a ter acesso a educação, saúde e orientação no processo produtivo; (2) de 1991 até hoje, período marcado por muitos conflitos pela posse da terra, em que as famílias lutaram pela regularização de suas terras a partir da criação de assentamentos nos Gerais de Balsas; e (3) de 1998 até os dias de hoje, que se caracteriza pela criação de assentamentos do crédito fundiário. Esses momentos serão analisados em suas especificidades enquanto processos de apropriação da terra e de reconversão produtiva.

As CEBs foram importantes para a constituição dos povoados rurais, entre 1977 e 1990, e para que as demandas das famílias fossem apresentadas aos poderes públicos locais. Nos anos de 1990, houve conflitos associados ao avanço da soja nos Gerais de Balsas, nas

⁵² A cidade de Araguaína, a menos de 400 km de Balsas, possui um grande frigorífico do grupo Minerva, com capacidade de abater 800 animais por dia.

⁵³ O Concílio Vaticano II (1962-1965) rompeu com as práticas litúrgicas tradicionais e sinalizou para a solidariedade e a justiça social. Inspirando-se, nesses valores a Igreja Católica brasileira criou as CEBs, que ganharam impulso no início dos anos 1970, logo após a edição do Ato Institucional 5 (AI-5) (BALDEZ, 2005).

terras devolutas habitadas pelos agricultores familiares e mudanças nas estratégias organizacionais, que passaram a se pautar pela formalização do direito de posse da terra, com a criação de assentamentos rurais mediante a emissão de títulos coletivos pelo INTERMA, processo em curso, porque nem todos os títulos puderam ser registrados em cartório.

Os agricultores familiares que venderam parte de suas terras, as chapadas, e ficaram com as áreas de vãos (vales) impossíveis de serem mecanizadas, ou a totalidade delas. Para os sojicultores, foram orientados pelo STTR de Balsas, pela Gerência da Agricultura, Pecuária e Desenvolvimento Rural (GEAGRO) e pela Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Maranhão (EMATER), hoje Agência Estadual de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural do Maranhão (AGERP/MA), a criarem associações para adquirirem terras com recursos do Projeto Cédula da Terra (PCT), criado em 1997 e em 2003 substituído pelo Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF).

4.3.1 Intencionalidades dos atores sociais do projeto agropecuário familiar

Para a compreensão das intencionalidades dos atores sociais do projeto agropecuário familiar, é indispensável, a análise da atuação da Igreja Católica, que organizou todas as comunidades rurais de Balsas até o final dos anos 1980, e apoiou as lutas pelos direitos de posse da terra dos agricultores familiares dos Gerais de Balsas, estratégia que não se estendeu a outras áreas rurais do município de Balsas devido às especificidades dos grupos sociais em relação à posse da terra e às ações de instituições de representação dos trabalhadores rurais que defenderam e defendem a Reforma Agrária de Mercado como uma forma de redefinição da estrutura fundiária maranhense e a consolidação da agricultura familiar.

Nos anos 1970 e 1980, a Prelazia de Balsas, hoje Diocese de Balsas, e o Movimento de Educação de Base (MEB), realizaram cursos para a formação de animadores das comunidades, animadores de oração e animadores da promoção humana para formar as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), que se tornou modelo de organização social e produtivo dos agricultores familiares dos Gerais de Balsas. Os *animadores das comunidades* tinham que ser líderes democráticos que despertassem e organizassem as comunidades de origem a partir: da (1) organização de cursinhos, com a autorização e orientação de padres ou membros das equipes pastorais; e de (2) visitas às famílias da comunidade de origem e às vizinhas a fim de promover a ajuda mútua e criar o costume cristão de correção fraterna.

Os *animadores de oração* tinham que espiritualizar a comunidade através do (1) estudo da palavra e da doutrina cristã e do (2) esforço de tornar sempre mais viva e profunda

as celebrações comunitárias. Os *animadores de promoção humana* tinham que: (1) realizar orientações sobre higiene e alimentação, levantamento das doenças mais comuns do lugar e dos remédios populares utilizados na cura (folhas e raízes); (2) zelar pela escola, a partir da conscientização dos professores sobre seus direitos (salários, segurança no trabalho e cursos de aperfeiçoamento) e deveres; e (3) contribuir para o cultivo da terra, mediante orientações sobre plantio, comercialização e informações de preços.

No período do trabalho de base da Igreja Católica, as famílias plantavam em roças de toco o arroz, o feijão (que após a colheita era armazenado num paiol bem fechado para que não estragasse) e a mandioca (para fazer a farinha e armazená-la para o consumo durante o ano). Para adoçar as bebidas, era plantada a cana-de-açúcar e fabricada a rapadura, o açúcar da época. Apesar das dificuldades, todos os anos as famílias produziam o suficiente para consumir e vender na cidade e, assim, comprar o que não era possível se obter da roça.

(...) ele [agricultor familiar] já contava com a capacidade de trabalho que ele tinha, da quantidade de filhos e ele já calculava – Eu vou botar quatro linhas, seis linhas, dez ou 20 linhas com a intenção de produzir “x” quantias para ter essa quantia para o consumo e outra para eu vender e isso era o arroz, o produto básico que era plantado, a mandioca, o feijão e o milho eram os quatro produtos básicos e sempre foram, a fava que é da mesma família do feijão, e dali quando ele colhia, ele já guardava, armazenava uma parte para comer o ano todo. (Entrevista com João Fonseca, líder sindical)

Nas chapadas, as famílias não realizavam o cultivo da terra, porque o solo não era apropriado para o desenvolvimento de uma agricultura tradicional. Estas áreas eram utilizadas para a criação de gado e equinos. Os animais pastavam livremente pelas chapadas, que anualmente eram queimadas para que a vegetação renascesse em condições adequadas para a alimentação dos rebanhos. As chapadas também forneciam frutas para o consumo:

(...) a gente pegava muito coco catolé, coquinho de chapada que dá baixinho, que a gente até usava muito pouca gordura, a gente usava mais era coco, fazia o preparo do leite de coco para preparar a comida e o que a gente mais usava era coco, buriti, bacaba, buritirana, essas frutas como o pequi. Pequi naquela época a gente usava para fazer sabão, usava o bacuri também e o buriti a gente tirava também para tirar o azeite do buriti que o povo diz que é medicinal, para mordida de cobra, essas coisas. (Entrevista com João Américo do Boqueirão)

O coco catolé era muito utilizado para a produção de azeite. O processo começava com a extração, retirada da amêndoa, assamento das amêndoas, esmagamento das amêndoas assadas e o refino do óleo, procedimento semelhante era adotado para a produção de azeite de coco babaçu. O buriti é uma palmeira que fornecia o talo para fazer as balsas e o fruto,

semelhante a um ovo com escamas, coletado no chão e cozinhando para que fosse separada a casca da carne do fruto, procedimento mais simples que a produção de azeite de coco. O suco de buriti era, e ainda é, uma importante fonte de alimento, principalmente para o desjejum.

O trabalho do segmento progressista da Igreja Católica de Balsas se inseria, desta maneira, em ações mais amplas de reformas de base que assegurassem os direitos dos grupos sociais menos favorecidos da cidade e do campo. A organização das comunidades rurais contribuiu para a definição de um projeto territorial que procurou garantir a permanência das famílias em suas terras, o que para os padres e irmãos combonianos era central e para as famílias até os anos de 1980 não era uma preocupação, porque pensavam que ninguém queria se apropriar de terras tão distantes e impróprias para cultivos tradicionais.

(...) o padre Franz Weber [missionário comboniano, natural da Áustria, que trabalhou em Balsas nos anos 1980], quando ele veio para cá ele começou a dar exemplo dizendo que as terras não iam ficar aqui, nós não tínhamos como brigar com os grileiros de terra, aí teria que se organizar em comunidade, tinha que formar uma comunidade para ter mais força porque ele sabia dos conflitos que ia ter, aí começou a levar o povo para fazer uns cursinhos para animador de comunidade, aí foram várias pessoas, aí foi quando começou a comunidade, aí que o povo começou a se organizar. (Entrevista com João Américo do Boqueirão).

O Irmão Bruno Haspinger (1995), através da ACA, orientava que as famílias procurassem os benefícios do Programa de Apoio ao Pequeno Produtor Rural (PAPP)⁵⁴, porque tinha recursos não reembolsáveis, ao invés de programas do Banco do Nordeste, considerados caros. O PAPP financiava projetos de infraestrutura (estradas, energia elétrica, etc.), e o BNB estimulava o cooperativismo, a pequena agroindústria do Nordeste e o acesso de famílias em situação de pobreza absoluta ao processo produtivo, para gerar emprego e renda e contribuir para a redução da concentração fundiária no Nordeste.

Em relação à apropriação do espaço e de seus recursos naturais, os agricultores familiares queriam manter o modelo tradicionalmente usado nos Gerais de Balsas. Cada família possuía uma área, delimitada informalmente, para o cultivo e/ou criação de animais, embora morassem próximas umas às outras. Os missionários católicos, por sua vez, estavam procurando articular um modelo de apropriação coletivo formal, com a criação de associações que viabilizassem a regularização da terra através da criação de assentamentos rurais:

⁵⁴ Que no Maranhão é executado pelo Núcleo de Programas Especiais (NEPE). O PAPP é uma parceria entre o Banco Mundial, responsável por 70% dos recursos, os governos federal e estadual, responsáveis por 20%, e os grupos solicitantes, que tem uma contrapartida de 10%. As beneficiadas devem morar em povoados, vilas, aldeias, distritos e comunidades com 5.000 habitantes, que devem estar organizados formalmente para pedirem o empréstimo (HASPINGER, 1995).

(...) a Igreja começou um trabalho aqui dentro, não sei se você conhece, as pessoas chamavam de animador de comunidade, a Igreja começou a incentivar a fazer curso de animador de comunidade na Igreja de Balsas, daí eles começaram a incentivar o povo para formar uma associação porque individualmente era muito difícil a gente conseguir essa terra, cada um brigando por um pedaço. Esses animadores de comunidade começaram a incentivar o povo, começaram a reunir o povo todos finais de semana, na casa de um, na casa de outro aí começaram a articular essas coisas de associação, vamos formar uma associação, a Igreja incentivava esse grupo e esse grupo começou a incentivar o povo até que deu certo. (Entrevista com João Américo do Boqueirão).

O Irmão Bruno Haspinger⁵⁵, a CPT e o STTR de Balsas criaram a ACA – fundada no dia 05 de fevereiro de 1991, tendo como primeiro presidente o sindicalista João Fonseca dos Santos – para coordenar todas as ações de defesa dos direitos de posse dos agricultores familiares dos Gerais de Balsas e planejar a execução do Projeto Alto e Médio Rio Balsas⁵⁶, formado por três subprojetos: (1) uma Área de Proteção Ambiental (APA) nas cabeceiras dos rios Balsas, Ribeirão do Ásia e Rio Peixe (ver Mapa 8); (2) o Projeto Ribeirão do Ásia, para assentar famílias da margem direita do Médio Balsas; e (3) o Projeto Rio Peixe, para assentar as famílias da margem esquerda do Médio Balsas.

Uma Área de Proteção Ambiental é:

(...) uma área em geral extensa, com um certo grau de ocupação humana, dotada de atributos abióticos, bióticos, estéticos ou culturais especialmente importantes para a qualidade de vida e o bem-estar das populações humanas, e tem como objetivos básicos proteger a diversidade biológica, disciplinar o processo de ocupação e assegurar a sustentabilidade do uso dos recursos naturais. (BRASIL, 2000).

As Áreas de Proteção Ambiental representam modelos de apropriação dos recursos naturais que se inserem num projeto mais amplo de preservação ambiental e, portanto, restringe e regulam práticas ambientais que, no caso dos agricultores familiares dos Gerais de Balsas, implicaram numa mudança expressiva. A tradicional queima para o plantio da roça de toco ou para a renovação das pastagens naturais e a extração de madeira se tornaram práticas

⁵⁵ É um religioso do Norte da Itália da Ordem Comboniana, que chegou em Balsas em 1990 e ficou até 1999. Realizou importantíssimos trabalhos no meio rural do Sul do Maranhão, especialmente na luta pela defesa dos pequenos produtores rurais.

⁵⁶ Contou com o apoio do STTR, do MEB, da CPT, da Diocese de Balsas, da Igreja Luterana de Balsas, da Werkstatt Solidarische Welt e Arbeitsgruppe Soja da Alemanha, da Organisation für Eine Solidarische da Itália, da Brasil Study Group do Japão e da Koordination der Österreichischen Brasiliengruppen da Áustria. As organizações européias pressionavam, através de cartas, o governo brasileiro e maranhense para solucionar os conflitos e custeavam todas as ações de defesa dos agricultores familiares.

criminosas. Os assentamentos criados em Balsas se constituíram enquanto modelos de apropriação coletiva da terra, e exigiram a formação de associações para que haja mediação com os órgãos públicos, que se inserem num projeto mais amplo de reordenamento fundiário.

Agricultores familiares do Povoado Sítio Novo, que venderam uma parcela das suas terras nos anos de 1980 (as chapadas), foram incentivados pelo STTR a acessarem o Programa de Combate à Pobreza Rural (PCPR), em 1994, e o PCT, em 1998, para modernizarem as atividades agropecuárias e comprarem terras passíveis de mecanização. A Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) e a Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura do Estado do Maranhão (FETAEMA) são parceiras do governo no desenvolvimento do crédito fundiário e estimulam, em seus jornais e folhetos, os agricultores familiares a comprarem terra (CONTAG, 2010; FETAEMA, 2010).

4.3.2 Institucionalização do projeto territorial agropecuário familiar

A criação de assentamentos rurais representou e continua representando a institucionalização de um modelo de apropriação da terra que, nos moldes regulamentados pelos poderes públicos (INCRA, IBAMA, etc.), muitas vezes não são os desejados pelos agricultores familiares e possui um arcabouço legal de sustentação: o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), criado pela Lei n.º 9.126, de 10 de novembro de 1995, e o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER), elaborado em 2004 e regulamentado pela Lei n.º 12.188, de 18 de janeiro de 2010, que também instituiu o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária (PRONATER).

Essa Política pretende contribuir para uma ação institucional capaz de implantar e consolidar estratégias de desenvolvimento rural sustentável, estimulando a geração de renda e de novos postos de trabalho. Para tanto, potencializará atividades produtivas agrícolas voltadas à oferta de alimentos saudáveis e matérias primas, bem como apoiará estratégias de comercialização tanto nos mercados locais como nos mercados regionais e internacionais. Igualmente, deverá estimular a agroindustrialização e outras formas de agregação de renda à produção primária, assim como o desenvolvimento de atividades rurais não agrícolas. (BRASIL, 2007, p. 3-4).

A reforma agrária conduzida pelo Estado tem sido marcada pela criação de assentamentos, embora o I Plano Nacional de Reforma Agrária (I PNRA), de 1985, e o II PNRA, de 2003, sejam propostas amplas de reestruturação fundiária. Há, a partir de 1997, a articulação de programas de crédito fundiário para que os agricultores familiares financiem a

compra de terras. Essas questões explicitam as dificuldades dos agricultores familiares em mobilizarem recursos institucionais para formalizarem seus projetos e modelos de apropriação da terra, tendo assim, que adotar as estratégias institucionais fomentadas pelo Estado.

O PCT foi fruto de uma parceria entre o Governo Federal e o Banco Mundial para realizar uma Reforma Agrária de Mercado (RAM) no Ceará, Bahia, Pernambuco e Maranhão, iniciada em 1997 e concluída em 2002, que tinha como pano de fundo a tentativa de desarticular os movimentos sociais rurais, especialmente o MST. A parceria foi um projeto piloto para a criação do Fundo de Terras e da Reforma Agrária, pelo Decreto n.º 4.892, de 25 de novembro de 2003, que disponibiliza os recursos para a execução do PNCF (BRASIL, 2004), que é desenvolvido pela Secretaria de Reordenamento Agrário (SRA) do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), em parceria com os governos estaduais e a CONTAG.

O PNCF objetiva: democratizar o acesso à terra, gerar empregos no campo, evitar o êxodo rural, aumentar a produção agrícola, diminuir a pobreza rural e ser um instrumento complementar e de apoio à reforma agrária em áreas não passíveis de desapropriação por interesse social. São três linhas de crédito: (1) Combate à Pobreza Rural (CPR), destinado aos agricultores familiares mais pobres que recebem os recursos pela associação e não precisam pagá-los; (2) Nossa Primeira Terra (NPT), voltada para jovens sem-terra, filhos de agricultores familiares ou alunos de escolas de formação agrotécnica, organizados em associações; e (3) Consolidação da Agricultura Familiar (CAF), destinada a agricultores familiares com renda de até R\$ 15 mil e patrimônio inferior a R\$ 30 mil (BRASIL, 2004).

Nacionalmente, o projeto territorial agropecuário familiar, hoje, possui um alto grau de institucionalização, como pode ser visto acima. Contudo, nos estados e municípios, que devem oferecer assistência técnica, por exemplo, o grau de institucionalização sofre variações, o que está relacionado à capacidade dos atores sociais locais em mobilizarem recursos institucionais. Os agricultores familiares de Balsas vivem em áreas reformadas pelo INTERMA e pelo PCT, e tiveram que criar instituições para que houvesse mediação com os órgãos oficiais. O modelo institucional adotado pelos agricultores familiares foi a associação, presentes na maioria dos assentamentos rurais do Brasil (LEITE et al., 2004).

Antes mesmo da regularização da terra, os agricultores familiares dos Gerais de Balsas já haviam criado suas associações, entre 1992 e 1995 (ver Tabela 8). Em março de 1996, foi criada a APA e, em maio de 1997, foram criados os assentamentos Ribeirão do Ásia e Rio Peixe, pela governadora Roseana Sarney, totalizando uma área de 90 mil hectares, 59 mil hectares para preservação e 31 mil para assentamentos de 200 famílias. As famílias

beneficiadas haviam sido expulsas das comunidades Mandacaru e Água Branca pelo grileiro de terras Euclides De Carli, ou viviam em comunidades que sofriam ameaças constantes.

Os Projetos Rio Peixe e Ribeirão da Ásia foram compostos por duas etapas: (1) regularização das terras devolutas para as 200 famílias, construção de uma ponte de madeira sobre o rio Balsas para ligar os dois projetos e facilitar o transporte, e outras duas pontes menores sobre os rios Sucupira e Peixe, a construção de estradas vicinais para interligar as comunidades e a construção de um Centro Comunitário para alojar a assistência técnica; (2) estímulo à agricultura, a fim de garantir alimentação saudável para as famílias, diagnóstico sociocultural para não desarticular as famílias e apoio à comercialização da produção.

Tabela 8 – Comunidades rurais e associações do Ribeirão do Ásia e Rio Peixe

SUBPROJETO	COMUNIDADE	ASSOCIAÇÃO
Ribeirão do Ásia	Bom Jesus, Coqueiro	Nova Vida
Ribeirão do Ásia	Campina, Santa Cecília	Santa Cecília
Rio Peixe	Águas Claras, Jatobá, Buritizal	Todos os Santos
Rio Peixe	Boqueirão, Porto Isidoro, Sucupira	São Francisco
Rio Peixe	Brejo de Raiz, Buritirana	Espírito Santo
Rio Peixe	Brejo do Rancho, Caracol	Caracol
Rio Peixe	Ferreira	Ferreira
Rio Peixe	Pedra Branca, São Paulo	São Félix

Parte das famílias do subprojeto Ribeirão do Ásia, primeiras a receberem o título da terra emitido pelo INTERMA, vendeu suas terras para sojicultores. As famílias da associação Nova Vida venderam para comprar terras próximas da cidade. A maioria das famílias da associação Santa Cecília venderam as terras e foram morar na cidade. Os títulos eram vendidos para os sojicultores, que precisavam de áreas de reserva para desmatarem 100% das chapadas ou para especuladores. Para evitar as vendas, a ACA solicitou ao INTERMA que os títulos do Projeto Rio Peixe fossem emitidos no nome das associações e não individualmente.

Embora os títulos tenham sido emitidos, apenas duas associações, Espírito Santo e São Francisco, conseguiram registrá-los em cartório. Os presidentes das demais, ao chegarem no cartório, descobriram que não havia mais matrícula para registrar a quantidade de hectares informados no memorial descritivo. Para solucionar o problema, o INTERMA emitiu novos títulos, com áreas menores. Apesar das retificações dos títulos, as associações até 2010 não haviam efetuado os registros. A Ferreira, São Félix e Todos os Santos, por falta de recursos

para pagar o georreferenciamento. O caso da associação Caracol é o mais complicado, porque não existe mais matrícula na data Caracol para registro de nenhum hectare de terra.

Em meados de 1998, os agricultores familiares do Projeto Rio Peixe, com a assessoria do STTR, começaram a acessar linhas de crédito do PRONAF, principalmente para comprarem gado e, assim, retomarem a atividade pecuária que foi interrompida à medida que os grandes projetos agrícolas foram sendo instalados no entorno e as famílias não tiveram condições financeiras de comprar arame e animais adequados ao confinamento. Atualmente, uma das principais atividades produtivas do projeto é a pecuária, toda família tem animal adquirido com recursos próprios ou via PRONAF:

O Banco do Nordeste financia o PRONAF para o pequeno, nós já fizemos o PRONAF, já tem gente que comprou gado, comprou arame, mas além dos PRONAF serem pequenos [poucos recursos], a gente se aperreia no outro ano, porque a gente compra o arame, cerca a área, mas no outro ano é difícil para pagar, mas funciona, muita gente já foi beneficiada com esse PRONAF. (Entrevista com João Américo do Boqueirão).

Em 2007, a ACA, em parceria com a CPT e o Fórum Carajás⁵⁷, elaboraram o plano de negócios para a comunidade Buritirana – através do Programa Pequenos Projetos Eossociais (PPP-ECOS)⁵⁸, financiado pelo Fundo Nacional do Meio Ambiente (FNMA) e Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) – para aprimorar atividades desenvolvidas pelas famílias: criação de galinha caipira, cultivo do abacaxi e a coleta do pequi e do buriti. Os produtos escolhidos faziam parte da dieta das famílias e possuem um mercado institucional: o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB); e o Programa de Compra Local (PCL), da prefeitura municipal.

O projeto do PPP-ECOS não avançou muito. A agroecologia ainda é uma novidade e os seus potenciais produtivos não estão muito claros para os agricultores familiares locais, que temem que as técnicas agroecológicas não sejam tão eficientes quanto aparentam ser e porque orientam a não utilização de antigas práticas de cultivo:

(...) nós temos o aviso que tem que mudar o cultivo, assim pelo lado do fogo, a roça de botar fogo, nós fizemos até curso de agroecologia, que diz que tem que acabar com isso, que tem que aprender a trabalhar de outro jeito. (Entrevista com Custódio da Buritirana).

⁵⁷ Foi criado em 1992 para acompanhar as políticas e projetos para a região de Carajás, que engloba os Estados do Maranhão, Pará e Tocantins. (FÓRUM CARAJÁS, 2011).

⁵⁸ O PPP-ECOS fomenta projetos de ONGs e de base comunitária no Cerrado.

A coleta do pequi para a comercialização não foi implementada e o buriti é pouco aproveitado. Em outras, as áreas dos Gerais de Balsas, os agricultores familiares estão começando a adotar a agroecologia:

(...) também desenvolvemos plantio frutífero de laranja, de lima, de abacaxi, essas coisas e começamos o trabalho, a gente trabalha mais no sistema rudimentar, onde a gente vivia da roça do toco, mas também há um trabalho agroecológico, que é aquela roça sem queimar e sem gradear, comecei com uma área bem pequenininha, meia tarefa (...) A questão da agroecologia... primeiramente você tem que recuperar o solo, porque às vezes é uma área que está degradada ou que o solo não é de qualidade, tem que trabalhar a recuperação dele sem colocar nada químico e depois vai plantando, mas já está em uma fase praticamente recuperada essa segunda área, já fiz uma colheita e agora já vou plantar novamente, acreditando que já vou ter um resultado positivo. (Entrevista com João Fonseca, líder sindical).

Fora dos Gerais de Balsas, os agricultores familiares do Povoado Sítio Novo, todos ligados por laços sanguíneos, no dia 14 de novembro de 1994, criaram a Associação Santa Luzia de Pequenos Produtores Rurais, uma exigência para ter acesso ao PCPR. Nos dois anos seguintes, o PCPR, através da GEAGRO, financiou, com recursos não reembolsáveis: equipamentos de tração animal; charrete; duas parrelhas de bois; dois burros; equipamentos manuais, enxada foice, machado e plantadeira; dois motores a diesel; usina de arroz; um gerador de energia; um galpão pequeno com telhas de zinco; uma casa de farinha; trator agrícola (65cv); e implementos, grade aradora, carroça e uma bateadeira de cereais.

Os 25 agricultores familiares, membros da Associação Santa Luzia foram os primeiros a acessar o PCT em Balsas (ver Tabela 9). No dia 24 de junho de 1998, compraram terras passíveis de mecanização, a 12 km da cidade. Ao se instalarem na nova área, cada sócio recebeu 1.500 reais para usarem conforme suas necessidades. Nos anos seguintes, foi sendo implementada a infraestrutura do Povoado Santa Luzia. Em 2000, através do Subprojeto de Investimento Comunitário (SIC), vinculado ao PCPR, foi instalada uma rede elétrica trifásica de 6 km, com um ramal de 300 metros para beneficiar uma área irrigada de 10 hectares.

Nos anos 2000, as famílias foram contempladas com projetos produtivos modernizantes financiados pelo PCPR e executados pela GEAGRO: 2003, o Programa Estadual “Cabra Legal”; 2004, um campo agrícola irrigado para o cultivo de frutas e hortaliças; 2005, o Projeto Galinhas Caipira de Postura. Todas essas políticas e programas fazem parte do projeto do Estado brasileiro e do Banco Mundial de implementar um novo modelo de agricultura familiar, capaz de aumentar a produção agrícola e pecuária familiar, e, principalmente, de reduzir os ruídos das lutas pela posse da terra no meio rural do país. Mas, nenhum dos projetos produtivos implementados obteve êxito.

O desenho dos projetos e qualidade da assistência técnica, segundo os agricultores familiares do Povoado Santa Luzia, foram as principais causa do fracasso dos projetos financiados com recursos do PCPR. A caprinocultura foi abandonada, porque os animais não se adequaram ao clima local e começaram ter doenças. O projeto de irrigação original foi esquecido e com a estrutura montada, as mulheres do povoado se reuniram e criaram hortas, comercializando a produção na feira da cidade todos os sábados. A criação de galinhas caipira de postura fracassou, porque a assistente técnica da GEAGRO calculou erradamente a ração e as galinhas não tinham força se quer para botar os ovos, e morriam tentando.

Tabela 9 – Subprojetos financiados pelo crédito fundiário em Balsas

INSTITUIÇÃO BENEFICIADA	N.º DE FAMÍLIAS	DATA DA ESCRITURA	ÁREA (em ha)
Associação Santa Luzia de Pequenos Produtores Rurais	23	24/06/1998	880,67
Associação de Pequenos Produtores Rurais do Povoado Lagoa do Belém	29	16/09/1998	732,69
Associação de Pequenos Produtores Rurais da Comunidade Vida Nova	24	18/02/1999	853,04
Associação de Pequenos Produtores Rurais de Balsas	30	05/04/1999	897,37
Associação de Pequenos Produtores Rurais da Comunidade Santo Antônio	20	20/09/2000	703,00
Associação de Pequenos Produtores da Comunidade São Cardoso	40	26/12/2000	1.075,00
Associação de Pequenos Produtores Rurais Barra da Aldeia	29	28/06/2002	1.125,00
Associação São Félix de Pequenos Produtores Rurais	16	03/07/2002	400,00
Associação de Pequenos Produtores Rurais da Comunidade São Pedro	22	24/04/2003	587,62
Associação São Raimundo de Pequenos Produtores Rurais	41	24/07/2003	1.000,00
Associação de Pequenos Produtores Rurais Comunidade Terra Viva	32	09/03/2005	1.000,00
Associação Monte Sião	22	26/01/2007	515,08
Associação Brejo Grande	24	26/01/2007	404,00
TOTAL	352	–	10.173,47

Fonte: AGERP/MA.

(...) o município de Balsas também tem terra, tem água, tem homem e mulher trabalhadora, que trabalha, que trabalha, infelizmente falta incentivo, esse incentivo tem que nascer do governo, de entidades, do prefeito, Secretaria de Agricultura, do Estado, do município, das associações, do Sindicato, tem que dar esse incentivo pro pequeno produtor. Se não tiver incentivo, não tiver assistência técnica, financiamento com assistência técnica (...). (Entrevista com Abraão, líder sindical).

A fala do senhor Abraão, expressa dois momentos dos efeitos da institucionalização do projeto agropecuário familiar: (1) um tradicional, em que era necessário, apenas homens e mulheres, terra e água, para que houve produção agropecuária; e (2) outro de modernização do processo produtivo da agricultura familiar mediante a oferta de assistência técnica e crédito por parte do Estado. O segundo momento é marcado pela institucionalização de demandas políticas e pela atuação dos órgãos de representação dos agricultores familiares, para cobrarem do Estado a formulação de políticas públicas de assistência técnica e de crédito.

Diante da citação acima, e de todos os aspectos relacionados às questões do PRONAF e do PRONATER, conclui-se que o projeto agropecuário familiar possui um alto grau de institucionalização, verificado nas políticas nacionais e regionais voltadas para as áreas reformadas, que incluem assistência técnica e crédito. No entanto, os agricultores familiares não conseguiram mobilizar instituições para implementarem seus projetos agropecuários, tendo que aderir aos formulados pelos órgãos oficiais, que muitas vezes não funcionam como deveria, o que para as famílias do Povoado Santa Luzia se reflete no não pagamento da terra e não inclusão dos seus nomes no Cadastro de Inadimplentes (CADIN).

4.3.3 Legitimação do projeto territorial agropecuário familiar

A luta pela reforma agrária e pelo fortalecimento da agricultura familiar, responsável pela elaboração do I PNRA, do PRONAF, do II PNRA, do PNATER e PRONATER, foi um elemento importante para a legitimação do projeto territorial agropecuário familiar, porque definiu um modelo de apropriação do espaço e seus recursos naturais pelos agricultores familiares, apesar de não ser considerado o ideal para as famílias assentadas, em parte devido à obrigatoriedade da adoção de instituições formais, associações ou cooperativas, que demandam custos organizacionais e operacionais. O PNCF, por exemplo, tem como discurso de legitimação o combate à pobreza (BRASIL, 2004, p. 8):

O objetivo central do Programa é de contribuir para a redução da pobreza rural e para a melhoria da qualidade de vida, mediante o acesso a terra e o aumento de renda dos trabalhadores rurais sem terra ou com pouca terra.

O acesso a terra se dará por meio do financiamento da aquisição de terras e dos investimentos necessários à estruturação das unidades produtivas constituídas pelas comunidades e famílias beneficiárias. Este financiamento é reembolsável pelos beneficiários. Os recursos destinados para este fim poderão ser inteiramente providos pelo Governo Federal, por meio do Fundo de Terras e da Reforma Agrária, ou contar com contrapartidas dos próprios beneficiários, de estados e municípios ou de outras fontes.

O discurso de combate à pobreza rural e de acesso a terra aos trabalhadores rurais sem terra, via crédito fundiário, acaba tendo a adesão de diferentes segmentos da sociedade brasileira, e dando ao projeto territorial agropecuário familiar um alto grau de legitimação nacionalmente. Mas, há também os discursos que procuram legitimar o processo produtivo familiar em detrimento dos patronais ou empresarias, esses tendem a ser mais localizados já que cada região possui suas especificidades, e podem representar lutas simbólicas em torno da degradação ambiental, migração rural e escassez de alimentos nas cidades:

Até os anos 1970, todo mundo é sabedor disso, que Balsas era um município pequeno, 80% da população vivia na zona rural e apenas 20% na zona urbana, bom daí pra cá, começou nos anos 1970 a chegada da lavoura mecanizada, iniciou com o arroz e logo, logo em 1974, 1975 começou o cultivo da soja. Hoje é evidente que daí vem a questão da migração do camponês para a cidade, mas até chegar essa questão da soja os trabalhadores viviam na zona rural produzindo arroz, milho, feijão, mandioca, criando gado, criando porco (...) Então com a chegada da soja, o pessoal foi migrando porque houve **a questão da grilagem**, não é? E a maioria das terras foi grilada mesmo, posso dizer isso aqui e assinar. (...) o **pequeno produtor que estava lá** produzindo da maneira que realmente ele era acostumado (...). (Entrevista com Abraão, líder sindical, grifo nosso).

A citação acima apresenta a percepção das lideranças sindicais sobre a posse da terra nos Gerais de Balsas. Os agricultores familiares há muito estabelecidos, mesmo sem terem tido a regularização da posse da terra, ao passo que os grileiros, adotaram expedientes ilegais para terem acesso à terra. A ênfase na grilagem, feita pelo senhor Abraão, é para mostrar que os agricultores familiares são os proprietários legítimos e legais das terras dos Gerais de Balsas e que os sojicultores, forasteiros, são invasores. Essa disputa simbólica coloca, de um lado, um modelo de posseiros e outro de grileiros, ambos ilegais para o Estado.

A associação entre avanço da soja em Balsas e no Sul do Maranhão e migração rural é uma estratégia muito adotada pelos sindicatos rurais e movimentos sociais rurais que procuram conquistar o apoio de uma parcela da população urbana. Contudo, a fala mais contundente entre todos os agricultores familiares entrevistados durante a pesquisa chamava a atenção para a centralidade da soja na história da agricultura balsense:

Agora essa nova governadora [Roseana Sarney]... esperamos que ela tenha mudado, que realmente dê um tratamento melhor para essa questão dos assentamentos, porque uma coisa interessante é que a soja é a chave da história aqui do Sul do Maranhão, é soja, apesar de produzir milho, algodão, arroz, mas a história aqui é da soja e os pequenos não produzem soja, mas o que se consome aqui também não é soja, o que se consome aqui é arroz, feijão é farinha de mandioca, carne de frango, de porco, de gado, de peixe é essas coisas. (Entrevista com Abraão, líder sindical).

O senhor Abraão, atual presidente do STTR, chama a atenção para o fato de que a soja produzida não serve de alimento para a população local, e que toda a produção é voltada para a exportação, gerando divisas para os grandes grupos empresariais que produzem e comercializam a soja, e descaso político para os agricultores familiares, produtores de alimentos constituintes da dieta local, situação essa que nos mostra o esforço dos agricultores familiares legitimarem seu projeto territorial no Estado do Maranhão e no município de Balsas, principalmente, após a criação dos assentamentos rurais.

Os assentamentos rurais criados pelo INTERMA, em Balsas, foram fruto das lutas em defesa dos agricultores familiares dos Gerais de Balsas, que estavam sendo expulsos ou ameaçados de expulsão de suas terras para darem lugar à soja. Ora, a divulgação desses conflitos, pela Igreja Católica e pelo STTR, fizeram com que a pressão da opinião pública legitimasse a criação dos assentamentos, mas não foi forte o suficiente para que o Governo estadual fornecesse assistência técnica, por exemplo, a que os agricultores familiares das áreas reformadas tenham grande dificuldade em legitimar o seu projeto territorial.

4.4 PROJETO TERRITORIAL SOJÍCOLA

O surgimento da atividade sojícola em Balsas confunde-se com a chegada dos primeiros agricultores vindos do Rio Grande do Sul, com a modernização da agricultura brasileira e com os programas governamentais de colonização do Cerrado e da Amazônia Legal. Mas, não é possível afirmar categoricamente que houve uma relação determinante entre esses fatores. Por exemplo, a primeira cultura desenvolvida pelos agricultores gaúchos foi a do arroz, cultivo tradicional do Estado, em consorciamento com a pecuária intensiva. O que estimulou o cultivo da soja em larga escala no Cerrado maranhense, foram as condições favoráveis para a exportação da oleaginosa a partir dos anos 1990.

As dinâmicas que possibilitaram o desenvolvimento da sojicultura, no município de Balsas e região, deram contorno ao projeto territorial sojícola, que será analisado a partir do entendimento das intencionalidades dos *sojicultores pioneiros*, dos *colonos* do PRODECER e das *empresas produtoras de grãos* que ampliaram o cultivo da oleaginosa a partir dos anos 1990; da capacidade dos atores sociais e das empresas (produtoras e que comercializam os grãos, os insumos e os implementos agrícolas) em institucionalizarem seus modelos de apropriação do espaço e dos recursos naturais; e dos diferenciais de legitimação apresentados pelos diferentes *sojicultores* para dar sentido a suas intencionalidades.

4.4.1 Intencionalidades dos atores sociais do projeto territorial sojícola

Os primeiros sojicultores, aqui chamados de *pioneiros*, deslocaram-se do Rio Grande do Sul para Balsas, nos anos 1970, em busca de (1) terras baratas e aptas ao desenvolvimento de uma agricultura mecanizada, e de (2) crédito subsidiado pelo Estado para a modernização das atividades agropecuárias tradicionais e para o plantio de culturas modernas⁵⁹. Essas estratégias, produtivas e econômicas, representaram novas formas de apropriação do espaço e de seus recursos naturais – mediante o uso das chapadas, áreas subutilizadas pelos pecuaristas e pelos agricultores familiares balsenses – que serão analisadas a partir das *estratégias produtivas* de dois pioneiros da soja: os senhores Leonardus Philipsen e Antídio Sandri.

O primeiro agricultor a cultivar soja no Maranhão foi o senhor Leonardus Philipsen, migrante holandês que chegou a São Paulo no ano de 1949, mudando-se para Não-Me-Toque (RS), em 1956. Já em 1957, o agricultor começou a cultivar a terra através de financiamento de custeio junto ao Banco do Brasil. No final da década de 1960, vendeu suas terras, 24 ha, para arrendar uma área de 400 ha no município vizinho de Chapada (RS). No entanto, o falecimento do proprietário das terras, em 1973, mudou o rumo da família Philipsen. Os herdeiros solicitaram a área e a família ficou sem terra para plantio (KAISER SILVA, 2009).

Em 1974, ao se dirigir à agência do Banco do Brasil de Carazinho (RS), o senhor Philipsen foi informado pelo gerente que o banco estava disponibilizando crédito subsidiado, sem correção monetária e sem necessidade de avalista para agricultores interessados em *modernizar a agricultura do Sul do Maranhão*⁶⁰. Em 1974, o senhor Philipsen foi pela primeira vez a Balsas em busca de terra e crédito. Depois de algumas viagens à agência do Banco do Brasil de Uruçuí (PI), em 1976, teve um projeto aprovado para trabalhar em 1.000 ha, no valor de 3.800.000,00 de cruzeiros, com 12 anos de prazo, 4 anos de carência e juros de 1% a.a, sem correção monetária e sem necessidade de avalista⁶¹ (KAISER SILVA, 2009).

A primeira lavoura da família Philipsen foi plantada a 180 km da cidade, em terras do Estado, cedidas por uma Carta de Anuência emitida pelo Secretário de Estado da Agricultura do Maranhão, na época o senhor Domingos dos Santos Martins, no governo de Nunes Freire,

⁵⁹ Entre as culturas tradicionais, destacam-se os cultivos do café, do arroz, da cana-de-açúcar e do algodão. As ditas culturas modernas, no Brasil, são o trigo e a soja, que começaram a ser cultivados comercialmente concomitantemente ao processo de modernização da agricultura.

⁶⁰ Embora o senhor Leonardus Philipsen em nenhum momento faça menção ao nome do programa federal que financiava terras e atividades agropecuárias no Maranhão, fica claro, pelas características e detalhes apresentados, que se trata do PROTERRA.

⁶¹ A elaboração do projeto, demarcação de terras e demais aspectos técnicos relacionados à produção agropecuária foram todos planejados pelo gaúcho e engenheiro agrícola Antonio Carlos Noal, que migrou para Balsas a pedido do senhor Philipsen em 1974.

precedido pelo de José Sarney (criador da Lei de Terras de 1969). A primeira colheita foi a de arroz, em 1976, e o Secretário da Agricultura esteve presente. Contudo, no ano seguinte, a Carta de Anuência foi suspensa e a família teve que procurar nova área para cultivar.

Em 1977, na Fazenda Santo Isidoro, próxima da cidade de Balsas, o senhor Philipsen realizou o primeiro cultivo de soja do Estado do Maranhão. Foram plantados 32 ha. A colheita de soja não foi boa, porque a cultivar trazida do Rio Grande do Sul não era adequada para o Cerrado. No ano de 1978, o senhor Philipsen adquiriu a Fazenda Vargem Limpa⁶², do então pecuarista Eloy Coelho Netto, que ficava a 45 km da sede municipal de Balsas. A nova área de cultivo de 6.000 ha recebeu o nome de Fazenda Boa Vista:

A primeira área foi plantada aqui no coco [área na divisa entre os municípios de Balsas e de Riachão], na Fazenda Santo Isidoro, a primeira variedade que foi plantada era do Sul, não era nem daqui, não existia variedade de soja [para o Maranhão], daí fomos pegar uma do Sul para cá, e daí como o clima é diferente, não cresceu direito, (...) aí não desenvolveu, não deu certo, não é? Fomos pegando variedades mais aqui de perto, Goiás, e mesmo assim ainda não rendia muito não. (Entrevista com Antonius Philipsen, filho do senhor Leonardus Philipsen).

Embora tivesse o arroz como principal atividade agrícola em 1976, a família Philipsen não adotou o monocultivo em terras balsenses. Em 1978, além do plantio de arroz e das experiências com o cultivo da soja, a família possuía um rebanho de 700 cabeças de gado e tinha uma criação de porcos pretos, incomuns na região. As atividades pecuárias eram consorciadas com as agrícolas, seguindo as orientações do PROTERRA de ocupar as chapadas, a partir da adoção de pacotes tecnológicos que permitiam níveis expressivos de produtividade, quando comparados com os modelos tradicionais agropecuários locais.

Antídio Sandri e seu irmão Delmo Sandri começaram a planejar a saída do Rio Grande do Sul, na segunda metade dos anos de 1970, em busca de terras que atendessem às necessidades de manutenção da família, porque a área que possuíam era pequena:

Nós tínhamos 15 ha e não era chão de serra, era o Vale do Alto Uruguai, chão de serra é muito fértil, mas nossa área só trabalhava manualmente, tração animal, coisa só manual. E nós apostávamos que sabíamos produzir, sabíamos trabalhar, então pegar uma área com mais espaço para poder plantar mecanizado, não é? Então foi o que fez nós sairmos de lá. A gente sofreu demais, deixar todos os parentes e amigos que a gente passou a juventude... a terra da gente sempre é a melhor. (Entrevista com Antídio Sandri, sojicultor).

⁶² O senhor Philipsen, sempre que possível, destaca que cada hectare comprado na época tinha o mesmo preço de uma carteira de cigarros.

Já com a intenção de vender os 15 ha no Rio Grande do Sul para comprar uma área maior, o primogênito da família, Antídio Sandri, começou a se informar sobre novas áreas de cultivo no Cerrado. Nos anos 1970, muitos gaúchos estavam migrando para o Mato Grosso. Entretanto, um parente da família, que já havia comprado terras no Sul do Maranhão, falou que o solo era bom e que estava disposto a vender sua propriedade. Não perdendo tempo, em 1977, Antídio e Delmo Sandri visitaram Balsas, acharam a região adequada para o cultivo mecanizado e com terras baratas, fechando logo o negócio com o tio.

A primeira área que a família comprou foi no Rio Coco, totalizando 813 ha, 54 vezes maior do que a posse do Rio Grande do Sul. Após comprarem as terras, surgiram muitas ofertas de venda de terras para a família:

Na época que nós chegamos vinha todo mundo, domingo tinha muita gente querendo **vender as chapadas**, vender as terras porque nas chapadas não dava nada, então muita gente querendo vender terra e oferecia, aí nós fomos comprando umas áreas e fomos seguindo, fomos se localizando. (Entrevista com Antídio Sandri, sojicultor, grifo nosso)

No Rio Grande do Sul, os Sandri plantavam milho, soja, arroz, feijão e trigo com a força de trabalho da família. Às vezes, no plantio e na colheita, pagavam um trabalhador para ajudar. A grande dificuldade da família Sandri ao chegar ao Sul do Maranhão, em termos produtivos, foi ter que plantar apenas arroz:

Lá diversificávamos um monte de cultura, as hortaliças também, todo tipo, aqui ficou só especificamente no arroz e nós no começo sentíamos preocupação em apostar só numa cultura. O arroz é bastante preocupante, porque qualquer veranico que tem se acaba, mas por sorte que no primeiro ano que nos plantamos, colhemos cheio [colheram tudo], atrasou o plantio, porque tudo era mais difícil, mas colhemos safra cheia, vendemos bem, então nos demos uma levantada boa. (Entrevista com Antídio Sandri, sojicultor, grifo nosso).

O primeiro cultivo de soja, realizado pela família Sandri, foi em 1980, quando plantaram 30 ha. A área de soja plantada permaneceu pequena nos anos seguintes, porque a família não conseguia custear a produção junto ao Banco do Brasil, que considerava uma operação de risco, porque não havia cultivares adequados para a região, e o arroz continuou sendo a cultura principal para a comercialização. A pequena produção de soja do período era ensacada, não havia caminhões graneleiros, e vendida para São Luís, Fortaleza e Goiânia.

A intenção principal dos *sojicultores pioneiros* era a ocupação das terras não utilizadas pelos agricultores e pecuaristas locais, as chapadas, associada à idéia, implícita, de desenvolvimento econômico mediante a modernização da agricultura e criação de empresas

do ramo agrícola, para gerar empregos e atrair mais gaúchos para Balsas. A partir dos anos 1990, quando a soja já estava definitivamente estabelecida, as intencionalidades dos pioneiros se centraram no aumento da área de cultivo e na intensificação do uso da terra:

Nós plantamos 2.800 ha [de soja em 2008]. Mas, temos os pivôs de irrigação que, a gente chega a plantar três vezes no ano, **plantamos milho, plantamos soja e plantamos feijão**. Em 12 meses dá para fazer 3 culturas, colheitas. Então nós estamos sempre plantando, isso é uma grande vantagem porque a gente contém os empregados, não precisa está trocando, dispensando ninguém, então ele tem o emprego seguro e a gente tem pessoas conhecidas, seguras também e produz o ano todo. (Entrevista com Antídio Sandri, sojicultor, grifo nosso)

Novos atores sociais aderiram ao projeto territorial sojícola: a Agropecuária e Industrial Serra Grande (AGROSERRA)⁶³, criada em 1985, para o cultivo de soja; a SLC Agrícola, que em 1988 vendeu sua fazenda de 2.000 ha em Horizontina (RS) para comprar 26.000 ha no Sul do Maranhão (FERRARI, 2011), para cultivar soja; e a CEVAL, que em 1989 inicia suas atividades no Sul do Maranhão com o financiamento de lavouras de soja e a construção de uma unidade de secagem e armazenamento de grãos. A AGROSERRA e a SLC Agrícola foram as primeiras empresas produtoras de soja e a CEVAL a primeira a financiar as lavouras na região, iniciando o processo de *empresarização da soja*.

Os 28.000 ha de terra adquiridos pela AGROSERRA são estrategicamente localizados, próximos à MA-006 que se conecta à BR-230 (a noroeste de Balsas), especialmente para os anos 1980, porque essas rodovias não eram pavimentadas, para cultivar soja e cana-de-açúcar a partir de 1990, quando constrói uma usina para produzir álcool. A SLC adotou estratégia semelhante: comprou sua primeira fazenda próxima à MA-006 (ao sul de Balsas) para cultivar soja e nos anos 2000 o algodão. O processo de empresarização da soja é marcado pela resignificação da grande propriedade, para que os gastos decorrentes da falta de uma infraestrutura de transporte adequada fossem compensados com uma produção em escala.

Antonius Philipsen, filho de Leonardus Philipsen, e hoje o responsável pela fazenda da família, em entrevista ao Jornal Maranhão Hoje, afirma que a falta de “infraestrutura [de transporte] pode fazer com que os grandes grupos multinacionais assumam o controle da produção, já que os pequenos e médios estão ficando cansados de tanto esperar pelo governo e não suportam perdas” (EMIR, 2010), o que nos mostra uma tensão entre os *sojicultores pioneiros*, mais fragilizados pela falta de estradas, e as *empresas produtoras de grãos*, menos afetadas por esses entraves porque a produção em escala supera os custos com transporte.

⁶³ Fundada pelo engenheiro florestal Serafim Ticianeli, natural de Campinas (SP), em sociedade com os irmãos Zulli, que se retiraram da sociedade em 1988.

Nos anos de 1990, o BASA e o BNB estimularam fortemente a expansão da soja no Sul do Maranhão, com a estruturação do Plano de Ação para Potencializar o Desenvolvimento do Pólo de Balsas (PAPDPB), com recursos do Fundo de Investimentos da Amazônia (FINAM), criado em 1974, para viabilizar projetos de desenvolvimento da Amazônia Legal; do Fundo de Investimentos do Nordeste (FINOR), principal incentivo fiscal do Nordeste, criado em 1974; e do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE), criado em 1988, para contribuir com o desenvolvimento econômico e social do Nordeste, redução da pobreza e das desigualdades sociais (FRANÇA E SANTANA, 1997).

O então governador do Maranhão, Edson Lobão, endossou as ações estatais de viabilização da sojicultura no sul do Estado a partir da criação do Corredor de Exportação Norte⁶⁴, em 1990, e da formalização de acordo com a CEVAL, em 1993, para a instalação de uma fábrica de esmagamento de soja em Balsas com capacidade para 600 toneladas por dia. A empresa catarinense foi a primeira empresa a exportar soja maranhense para a Europa, em 1992, via Porto da Madeira, e tinha a intenção de processar a oleaginosa para agregar valor e fomentar a suinocultura e avicultura na região.

O jornal O Estado do Maranhão publicou, no dia 19 de agosto de 1993, no caderno de economia, que: “Balsas ganhará duas indústrias: Ceval e Agroceres promovem investimentos no Sul do Maranhão”. A primeira esmagaria soja e a segunda produziria álcool a partir de cana-de-açúcar. O também jornal maranhense, O Imparcial, meses depois, em 17 de novembro de 1993, foi mais contundente:

A partir de janeiro, a Ceval Alimentos S/A, uma das maiores cooperativas do país, iniciará a construção de uma grande indústria de soja no Sul do Maranhão. (...) Aos empresários catarinenses, o governador Lobão traçou um quadro de investimentos que o Governo vem realizando no setor agrícola, especialmente no Sul do Estado, e destacou uma vez mais as imensas potencialidades da região. ‘Temos de recebê-los de braços abertos porque eu creio que, a partir do próximo ano, nos estaremos dando um salto gigantesco no setor de produção de óleo de soja no Maranhão’, afirmou o Governador. (Ceval..., 1993).

Aby-Azar (1993), da Gazeta Mercantil, forneceu mais detalhes do empreendimento, mostrando que a CEVAL tentava enquadrar o projeto no Programa de Desenvolvimento Industrial do Maranhão (PRODEIN), financiado com recursos do Banco do Estado do

⁶⁴ O CEN foi criado para escoar a produção de grãos do Sul do Maranhão pelas ferrovias Norte-Sul e Carajás até a Ponta da Madeira, no complexo Portuário de Itaqui, em São Luís. O programa contou com a participação da Secretaria de Desenvolvimento Regional (SDR), Banco do Brasil, BNB; BASA; Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES); CVRD; CONAB; EMBRAPA; Governo do Estado do Maranhão; Governo do Estado de Tocantins; Governo do Estado do Piauí; Prefeitura Municipal de Balsas (PMB).

Maranhão (BEM), para financiar a instalação da fábrica. Furtado (1993), da Revista Exame, em sua matéria fala que há um *Eldorado no Maranhão*, Balsas, que atrai toda semana uma média de 40 novos migrantes vindos da região Sul.

Embora tenha sido amplamente divulgado, a CEVAL e a Agrocerec não instalaram unidades fabris em Balsas devido à instabilidade política e econômica que assolava o Brasil na primeira metade dos anos 1990. A CEVAL foi comprada em 1997 pela holandesa Bungue, que negociou durante um bom tempo com o governo do Estado do Maranhão para construir uma unidade de processamento de soja em Balsas, mas como não conseguiu as isenções pretendidas, passou a negociar com o governo do Estado do Piauí, que atendeu prontamente aos pedidos. Em 2002, foi inaugurada em Uruçuí uma fábrica da empresa.

O crescente aumento da produção de soja e a infraestrutura de transporte alicerçada no modal ferroviário do Sul do Maranhão, que tanto animou a CEVAL a realizar investimentos em Balsas, também chamou a atenção de outras empresas, nacionais e transnacionais, receptoras de grãos e marcou o início de grandes projetos de investimento privados. Paulo Alberto Fachin, ex-plantador de batata no Paraná, chegou a Balsas em 1986, e em 1995 criou a Ceagro para comercializar soja, financiar lavouras e vender insumos. Em 1996, foi a vez da norte-americana Cargill inaugurar sua primeira unidade de recebimento de grãos em Balsas.

Apesar do processo de empresarização da soja em curso, em 1995, a implementação do Projeto de Colonização dos Gerais de Balsas (PC-GEBAL) também chamado de Projeto Batavo, com recursos do PRODECER, estabeleceu um modelo agrícola cooperativo que aumentou a produtividade agrícola regional. A coordenadora (CAMPO) e a executora (Batavo) do projeto de colonização escolheram e assentaram 40 agricultores naturais das regiões Sudeste e Sul do país. Um dos beneficiários do Projeto Batavo, o paranaense Carlos Degger, ressalta que os motivos que o levaram a Balsas foram:

É o que eu sempre digo, até hoje digo: lá no Sul ficaram pequenas as áreas, e lá todo dia praticamente você torce para que o seu vizinho quebrar ou morrer, para sobrar uma área para você plantar. (...) Eu tomei conhecimento dele [PC-GEBAL] lá no Paraná através da cooperativa que... como a cooperativa tomou conhecimento eu não sei. Mas a cooperativa foi... diz que foi escolhida, a que apresentou a melhor opção para gerir essa fase do projeto, não é? Daí eu fui dos que me inscrevi e fui escolhido para vir. (Entrevista com Carlos Degger, colono do Projeto Batavo).

O mineiro Devanir Bazanni, por sua vez, apresenta outros motivos:

Eu por acaso fui trabalhar em Paracatu em Minas Gerais, eu trabalhava com mineração e fui trabalhar. Em Minas, na cidade que eu fui tinha 7, 8 projeto igual [do PRODECER] em volta, como eu vinha da área rural, minha mãe, meu pai, eu

nasci na roça depois sai, meu pai continua até hoje. Eu fui conhecer as fazendas lá, conheci as pessoas em volta, conheci o projeto lá em Ribeiro de Paracatu e comecei assim, ai eu resolvi deixar a mineração e fui procurar outra oportunidade. A oportunidade que surgiu foi o PRODECER, ai eu vim para cá através da... porque eu conheci lá em Minas. (Entrevista com Devanir Bazoni, colono do Projeto Batavo).

Os colonos do Projeto Batavo tinham a intenção de ter a posse da terra e/ou novas oportunidades de trabalho, mesmo que não viesse cultivando a terra. Os recursos disponibilizados pelo PRODECER eram atrativos para a época, 1,2 milhões de dólares para cada colono, enquanto o salário mínimo, em 1994, era de 70,00 reais. Embora os colonos do Projeto Batavo atualmente estejam desarticulados, mostraram que as terras dos Gerais de Balsas eram altamente produtivas para o cultivo da soja, despertando assim o interesse de empresas agropecuárias, que logo se instalaram para cultivar soja e depois o algodão.

“Vivemos um momento especial para a agricultura e o cultivo do algodão tem grandes perspectivas”, acredita o gerente de operações da Weisul Agrícola, Paulo Cristiano Kovalski. A empresa mantém duas fazendas na região dos Gerais de Balsas, somando 2.200 ha dedicados à lavoura do algodão.

Segundo Paulo Cristiano, a perspectiva para a lavoura da fibra é muito boa. “Ano que vem devemos aumentar em 20% nossa área plantada dessa cultura. Temos capacidade para elevar nossa área plantada de algodão para até 4 mil hectares”, afirmou. A empresa já exporta a fibra para o mercado internacional via Porto de Itaqui. “Para o mercado interno vendemos o caroço para produção de óleo e ração animal”, completou.

Outra empresa agrícola instalada na região, a SLC Agrícola, mantém 84.794 hectares plantados de algodão em oito estados brasileiros, dentre os quais o Maranhão se destaca. “Focamos o algodão como nosso principal produto. Ao longo do ano, rotacionamos essa lavoura com as culturas da soja e milho durante as entressafras. O Maranhão é uma região privilegiada porque dá para fazer duas safras”, explicou o gerente financeiro da SLC, Rodrigo Machado Gelain. (ARAÚJO, 2011).

O projeto territorial sojícola não agregou apenas atividades agrícolas como o cultivo da cana-de-açúcar e do algodão, a infraestrutura de transporte e a produção de grãos (soja e milho) estão estimulando empresas do ramo da avicultura a formalizarem intenções de se instalarem em Balsas:

A primeira agroindústria de Balsas deve começar a ser construída em 2010. A empresa pernambucana Frango Natto assinou um protocolo de intenções com o governo maranhense para instalar em Balsas um complexo com capacidade para abater 150.000 aves por dia. O investimento de 146 milhões de reais deve gerar 3.600 empregos diretos e indiretos. Outra modalidade de agroindústria que deve mexer com o Mapitoba é a fabricação de celulose. A Suzano comprou 35.000 hectares no sul do Maranhão para o plantio de eucalipto e fará parcerias com agricultores para a formação da base florestal. No plano de investimentos da Suzano estão previstas fábricas no Maranhão e no Piauí. “Essa região ficou adormecida tempo demais. Hoje, cresce em progressão geométrica”, diz João Comério, diretor

da unidade florestal da Suzano. No oeste baiano, o que mais deve crescer é a produção de cana-de-açúcar, atraindo usinas de etanol. (STEFANO, 2009).

Além disso, o projeto sojícola vem apresentando novas formas de gestão agrícola. A Agrinvest⁶⁵, criada em 2004, comprou 50 mil hectares no Sul do Maranhão e Sudoeste do Piauí, a partir da emissão de títulos na Euroclear, uma câmara internacional de compensação de títulos, que captou 26 milhões de dólares (ANTUNES, 2010). O Grupo Los Grobo, sediado na Argentina e atuando em todo o MERCOSUL, em 2008, comprou a Ceagro, que já atuava no Cerrado financiando lavouras e exportando grãos, e hoje controla uma produção de 800 mil toneladas de soja no Maranhão, Piauí e Tocantins (MAPITO), numa área de 60 mil hectares a partir da gestão de contratos (administração da produção e das vendas).

As empresas Agrinvest e Los Grobo estão mudando o agronegócio brasileiro. A primeira abriu caminho para uma nova forma da capitalização do agronegócio no Brasil, ao realizar a primeira operação de captação de recursos no setor agrícola a partir da capacidade da empresa gerar renda, diferentemente das linhas tradicionais de crédito que exigem garantias materiais para conceder financiamentos. A segunda repensou a gestão do processo produtivo e a prestação de serviços no campo, ao produzir sem terras e maquinários próprios, transformando *antigos produtores* em prestadores de serviços (NETTO, 2008).

4.4.2 Institucionalização do projeto territorial sojícola

O projeto territorial sojícola é marcado pela capacidade de seus atores sociais em mobilizarem instituições, processo que remete à modernização da agricultura, iniciada nos anos 1960 e à atuação da CNA. Nos anos de 1960, a *Operação Tatu* (calagem e fertilização dos solos ácidos) foi a primeira ação do Estado voltada para a modernização agrícola, depois se tem a criação da EMBRAPA, para o desenvolvimento de tecnologias agrícolas. No Cerrado e na Amazônia, foram implementados *programas modernizantes*: PCI, PADAP, POLOCENTRO, PROTERRA e PRODECER, e houve a atuação de três superintendências (SUDAM, SUDENE e SUDECO), órgãos de fomento ao desenvolvimento econômico.

Pode-se afirmar que a triticultura e a sojicultura são as culturas da modernização agrícola brasileira, pela quantidade de projetos estatais de estímulo ao desenvolvimento dessas atividades agrícolas. Nos anos de 1980, o BNB criou o Programa de Difusão da Cultura de Soja no Nordeste (PDCSN) e contribuiu para o estabelecimento da sojicultura nos

⁶⁵ É uma corretora de commodities agrícola controlada pelo fundo norte americano Ridgfield Capital, dedicada à produção de soja no Brasil.

Cerrados nordestinos e a EMBRAPA Soja, sediada em Londrina (PR), disponibilizou recursos humanos para o desenvolvimento de cultivares adequados ao Cerrado. O arranjo institucional do Estado forneceu aos sojicultores pioneiros de Balsas as condições ideais para a criação da Cooperativa Mista Valverde, para terem uma estrutura de armazenamento da produção.

Na safra de 1982/83, a estrutura de armazenamento da cooperativa não foi suficiente para a soja cultivada em 4.263 ha. A chegada da CEVAL, em 1988, para financiar as lavouras de soja e comprar a produção fez com que a área plantada na safra de 1988/89 saltasse para 22.850 ha (CVRD, 1993) e colocasse a sojicultura como uma das principais atividades econômica de Balsas. Mas, somente após a inauguração do Corredor de Exportação Norte, no dia 7 de julho de 1992, foi realizada a primeira exportação de soja para a Espanha, em 17 de julho, através do Porto da Madeira (CVRD, 1993; KAYSER SILVA, 2009).

(...) eles [o governo] fizeram o Corredor Norte de Exportação, que deu mais um incentivo e divulgou a nível nacional que a região era viável, que dava para produzir tudo que vem produzindo hoje. Então o Corredor de Exportação na verdade nada mais fez que uma divulgação, porque no momento não tinha ferrovia, não tinha nada, depois que foi chegando a ferrovia Norte-Sul na ferrovia dos Carajás, depois veio para Imperatriz, depois veio para Porto Franco, aí foi melhorando (...).

De acordo com a CVRD (1993), na safra de 1992/93 eram 118 produtores de soja no Maranhão cultivando uma área de 45.849 ha. Destes, 45 cultivavam até 150 ha, o que representa 38% do total, 57 cultivando entre 150 e 600 ha e apenas 17 produtores cultivando áreas acima de 600 ha, representando 14%, o que nos mostra que poucas empresas produtoras de grãos estavam instaladas em Balsas, apenas a Fazenda Parnaíba do SLC Agrícola e a AGROSERRA. Mas, as facilidades de exportação para um dos principais mercados da soja brasileira, a Europa, contribuíram para adesão de novos atores sociais ao projeto sojícola (tradings e empresas produtoras de grãos) e para um processo de reconversão produtiva.

Os sojicultores aderiram ainda às políticas de parceria da EMBRAPA para investir em pesquisa, a fim de que a produtividade da soja no Sul do Maranhão crescesse e se igualasse a outras regiões do Cerrado, como no Mato Grosso, por exemplo. Deste modo, criaram a Fundação de Apoio a Pesquisa do Corredor de Exportação Norte (FAPCEN), em 27 de abril 1993, para representá-los institucionalmente nas áreas de pesquisa (melhoramento genético de cultivares) e extensão:

A FAPCEN é um órgão que tem os cotistas, que pagam pelas pesquisas à EMBRAPA, que desenvolve as variedades, os cruzamentos necessários, e a FAPCEN se encarrega de multiplicar as variedades que a EMBRAPA fez, aí se distribui para cada cotista um percentual, depois de feita a pesquisa... nós temos

diversos cotistas em diferentes regiões (...), tem no Piauí e tem no Maranhão, tem até Centro-Oeste, tem até em Roraima que é diferente um pouquinho o clima. (Entrevista com Antídio Sandri, sojicultor).

As ações da FAPCEN, em parceria com a EMBRAPA, na área de pesquisa e nos programas de desenvolvimento do Cerrado, possibilitaram a implementação do PC-GEBAL (ver Mapa 7), com recursos da terceira etapa do PROCEDER, coordenado pela CAMPO e executado pela Cooperativa BATAVO, sediada no Paraná, que criou, no dia 9 de maio de 1995, a Cooperativa Agropecuária Batavo Nordeste Ltda., com sede na Fazenda Batavo, nos Gerais de Balsas. No ano seguinte, o Governo do Estado do Maranhão criou o Núcleo de Meteorologia e Recursos Hídricos do Maranhão (NEMRH/MA), para realizar, em parceria com a FAPCEN, trabalhos sobre a demanda de água para a cultura da soja em Balsas.

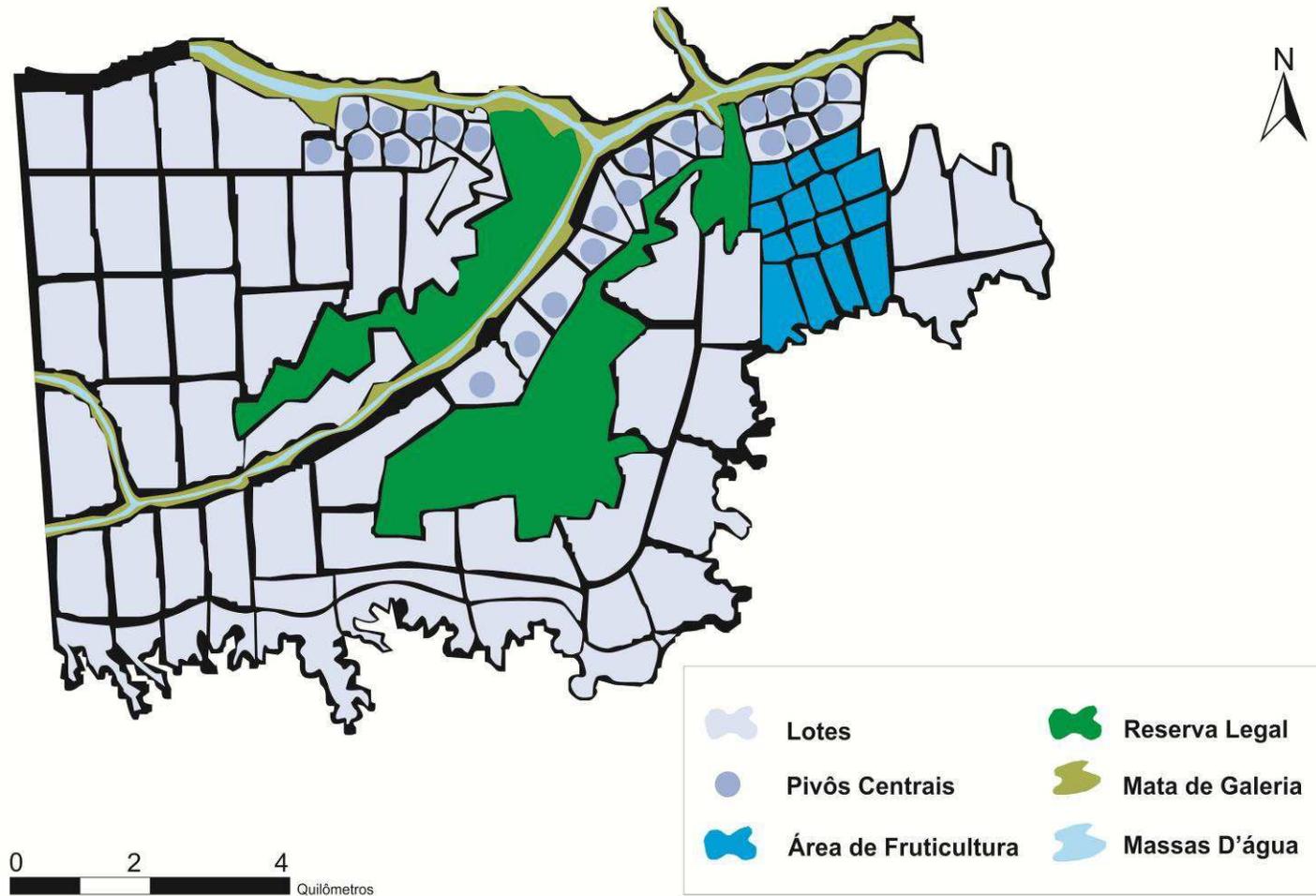
O PRODECER define um modelo de apropriação da terra semelhante aos assentamentos rurais: exige a criação de uma cooperativa para organizar a produção e gerir a comercialização. No PC-GEBAL, cada colono recebeu um lote de 483 ha e 1,2 milhões de dólares para: comprar um pivô central de irrigação para 50 ha, dois tratores, uma colheitadeira, uma grade, uma plantadeira, uma pipa para óleo diesel; construir galpões e uma casa na agrovila; e desmatar e corrigir o solo. O projeto financiou uma estrutura coletiva formada por: duas agrovilas, um escritório para a cooperativa, uma unidade de secagem de grãos e um silo de grãos com capacidade aproximada de 70.000 toneladas.

Os governos municipal e estadual tinham uma contrapartida para que o projeto fosse implementado no Estado: a construção e recuperação de estradas e de pontes e a eletrificação rural. Mesmo sem a contrapartida dos governos locais, os colonos começaram a chegar ao projeto em julho de 1995 e realizaram o primeiro plantio no mesmo ano. A primeira lavoura foi plantada coletivamente em condomínio, e organizada pela cooperativa porque a autorização de desmate de todos os lotes não ficou pronta há tempo.

No primeiro ano nós produzimos muito bem, mas tivemos muitas dificuldades. É... com a cooperativa, na hora de acertar as contas, nós tivemos aqui uma questão nova, o que estava na cooperativa queria, porque queria controlar tudo, está certo? Inventou um condomínio, e esse condomínio deu enormes prejuízos, então o PRODECER ele dá lucro para o colono no início, é onde o colono se prepara para usar nos anos piores, não é? Nós além de tudo tivemos essa questão, não é? Nós perdemos dinheiro no primeiro ano, nós colhemos 39 saca de soja no primeiro ano, nós recebemos todo dinheiro financiado do BNB, todo dinheiro. (Entrevista com Devanir Bazonni, colono do Projeto Batavo).

Nos anos de 2000, a cooperativa não tinha mais condições financeiras para continuar operando, porque uma parcela dos colonos, para evitar que débitos anteriores fossem abatidos,

Mapa 8 – Projeto de Colonização Gerais de Balsas



Fonte: Adaptado de Aquino, Walter e Ribeiro (2007).

vendiam a produção diretamente para as tradings, que financiavam suas lavouras (Bunge, Cargill, Ceagro e Multigrin). Sem produção suficiente para comercializar, de modo que os custos gerenciais fossem cobertos, a Cooperativa Agropecuária Batavo Nordeste Ltda. abriu processo de liquidação em 15 de dezembro de 2004, tendo como liquidante o colono Devanir Bazonni. Para manter os custos operacionais de liquidação, escritório, funcionários e advogados, o silo da cooperativa foi alugado:

Para uma empresa chamada Multigrin [até 2011]. A Multigrin está lá dentro, e paga 180 mil dólares de aluguel por ano. Esses 180 mil dólares eu tenho utilizado para pagar um escritorzinho pequeno aqui e fazer as defesas no escritório do advogado lá no Paraná, e a gente gasta esse dinheiro basicamente nos defendendo. Bom o quê que aconteceu? Nós conseguimos ganhar na justiça o direito de não pagar essas contas todas, nos defendemos bem, fizemos um bom trabalho e tudo que entrou a partir da minha entrada lá como liquidante, em vez de está gastando algo, nós conseguimos evitar os pagamentos, pequenas exceções, algumas coisas que a gente não sabe, não sabia e não tivemos condições de nos defender, o resto a gente conseguiu e estamos gastando esse dinheiro pagando advogado, investindo na justiça e desse jeito está indo. Nós estamos aos trancos e barrancos, a gente está ganhando, com exceção das dívidas com o governo, com o FUNRURAL, com a receita, e essas são grandes demais para nós, além de grandes são dívidas lançadas na dívida ativa, antes da gente chegar [ao projeto], a cooperativa não se defendeu, então todas as cobranças que foram feitas a cooperativa posteriormente eu fiz a defesa e eles arquivaram o processo. (Entrevista com Devanir Bazonni, colono do Projeto Batavo).

Hoje, no PC-GEBAL há apenas dois colonos morando no projeto e uma grande parte dos demais deixou de cultivar a terra e passou a arrendá-las para a Fazenda Planeste, do Grupo SLC Agrícola, que possui uma área própria de 22.787 ha e 7.626 ha arrendada dos colonos do PC-GEBAL. Apesar do insucesso do projeto, a articulação político-institucional entre o governo japonês, financiador do PRODECER, e os governos brasileiros (federal, estadual e municipal) viabilizaram a instalação das maiores tradings mundiais, a partir de unidades de recebimento e armazenamento de grãos, e de grandes empresas agrícolas brasileiras produtoras de grãos que estão atuando exclusivamente no Cerrado.

A partir de 2000, ano da criação do Sindicato dos Produtores Rurais de Balsas (SINDIBALSAS), para realizar a mediação entre os sojicultores e os poderes públicos locais e regionais e filiar-se à CNA, o órgão de representação legal da agricultura patronal em nível nacional. A atuação desses dois órgãos de representação de classe pressiona os poderes públicos estaduais e municipais para melhorarem a infraestrutura de transporte:

Está marcada para dia 10 de junho [de 2010], em São Luís, a reunião dos produtores de grãos de Balsas [SINDIBALSAS] e demais municípios do sul do estado, com a governadora Roseana Sarney e os secretários de Agricultura, Afonso Salgado, e de Infraestrutura, Fernando Antônio Pires Leal, para debaterem a construção do Anel

Rodoviário da Soja. O anel ligará as MAs 140 e 006, um ramal entre a região de Gerais de Balsas e Tasso Fragoso, facilitando o escoamento da produção de arroz, milho, feijão e, principalmente, soja. (EMIR, 2010).

E para agilizar as solicitações de licenciamento ambiental:

De acordo com o vice-presidente do Sindicato dos Produtores Rurais de Balsas (SINDIBALSAS), Antídio Sandri, a demora no processo de regularização ambiental das propriedades perante a Secretaria de Estado de Meio Ambiente (SEMA) é o maior entrave para que os agricultores possam solicitar crédito nas instituições financeiras. (MA..., 2008).

Concomitantemente, os comerciais de insumos e defensivos agrícolas criaram, em maio de 2002, a Associação dos Revendedores de Insumos Agrícolas de Balsas (ARIAB), para cumprir a Lei n.º 7.802, de 11 de julho de 1989, que dispõe sobre a pesquisa, a experimentação, a produção, a embalagem e rotulagem, o transporte, o armazenamento, a comercialização, a propaganda comercial, a utilização, a importação, a exportação, o destino final dos resíduos e embalagens, o registro, a classificação, o controle, a inspeção e a fiscalização de agrotóxicos (BRASIL, 1989). Após a criação da ARIAB, as multas aos produtores rurais que não davam o destino adequado às embalagens caíram, segundo a Agência Estadual de Defesa Agropecuária do Maranhão (AGED/MA)⁶⁶.

Isto posto, observa-se que o projeto territorial sojícola possui um alto grau de institucionalização nas três esferas (nacional, regional e local). Os atores sociais do projeto possuem uma grande capacidade de mobilizar recursos institucionais para formalizarem regras e normas que regulamentam os modelos de apropriação do espaço e seus recursos naturais desejados. Os sojicultores pioneiros e as empresas agrícolas foram capazes de institucionalizar suas práticas ambientais, desde o primeiro cultivo, em 1977, na primeira importação, realizada em 1992, até os nossos dias.

4.4.3 Legitimação do projeto territorial sojícola

Uma importante estratégia de legitimação do projeto territorial sojícola é uma feira de agronegócio, a Agrobalsas, que desde a sua primeira edição, em 2000, vem sendo organizada e realizada pela FAPCEN em parceria com as secretarias estadual e municipal de agricultura, com o objetivo de:

⁶⁶ Até o fechamento desta tese, a AGED/MA não tinha realizado os cálculos referentes às multas, e apenas informou que as multas haviam diminuído depois da criação da ARIAB.

Capacitar os agricultores, alunos, criadores e familiares para que possam gerir seus negócios com eficiência e eficácia. Através de associativismo, abrir alternativas concretas para produção de gêneros alimentícios e sua inserção junto ao mercado. (FAPCEN, 2009, p. 2).

A primeira edição da Agrobalsas, em 2000, teve como tema “desenvolvimento agrícola sustentável para a região de abrangência do corredor de exportação norte” e promoveu o primeiro encontro de algodão do Estado do Maranhão, divulgou tecnologias agrícolas, foi o espaço de criação do SINDIBALSAS e da Associação dos Engenheiros Agrônomos do Sul do Maranhão (AEASUMA), (FAPCEN, 2009). Esse tema deixa implícita a intenção de legitimação da exportação de grãos, que gera divisas e se constituiu em um modelo agrícola de pouca agressão ao meio ambiente porque intensifica o uso da terra.

A segunda edição teve como tema “tecnologias regionais: preservação do solo através da rotação de culturas” e o debate sobre o cultivo do milho, da soja, do algodão e das lavouras de fruticultura para viabilizar o plantio direto, o manejo de pragas e as vantagens de escoamento da produção pelo Porto de Itaqui; e a instalação de unidade receptora de embalagens de agrotóxicos para reciclagem. A terceira edição teve como tema a “soja e culturas alternativas: consórcio de culturas, adubação verde e bioenergia”. A quarta adotou como tema “fome zero, plantio direto e preservação ambiental” e discutiu a aumento da produtividade e a adoção de uma agricultura conservacionista (FAPCEN, 2009).

Essas três edições apresentam importantes estratégias de legitimação do projeto sojícola: (1) uma voltada para a preservação ambiental e (2) outra para a produção de alimentos. A primeira associa práticas de preservação do solo, manejo de pragas e incorporação de novas atividades agrícolas ao agronegócio sojícola. A segunda, que está diretamente relacionada à primeira, destaca que o agronegócio produz mais alimentos, podendo, assim, contribuir para a redução da fome, discurso que está em consonância com as metas do MAPA “(...) o Brasil deve produzir mais alimentos, a partir do desenvolvimento de novas tecnologias e da sustentabilidade” (BRASIL, 2010a).

A relação entre práticas agrícolas ambientalmente sustentáveis e que ainda produzem alimentos suficientes para reduzir a fome no Brasil, coloca em xeque os discursos que procuram legitimar a agricultura familiar agroecológica, por exemplo, como modelo de agricultura que agride menos o meio ambiente e que produz mais alimentos. Essas legitimações discursivas de modelos de agricultura, relativas a modelos distintos de apropriação de recursos naturais, constituem-se em lutas simbólicas travadas nas instâncias nacionais (ministérios e congresso), nos estados e nos municípios.

Uma retrospectiva histórica nos fornece elementos para observar como os discursos de legitimação da agricultura patronal, nesse trabalho o agronegócio sojícola, sofre mudanças nos últimos 30 anos. Nos anos de 1970, momento em que a soja emerge como atividade agrícola rentável, a preocupação ambiental era inexistente. No Cerrado, o uso do correntão para desmatamento se manteve até os anos 1990. Em 2006, há o discurso da moratória da soja, comprometimento de sojicultores e suas entidades de classe de não desmatarem áreas na Amazônia para o cultivo durante dois anos, e a associação entre queimadas e a agricultura familiar.

Na quinta edição da Agrobalsas, o tema foi “a ‘prata da casa’ gerando tecnologias” e debateu as potencialidades agrícolas do Maranhão e a criação do Corredor de Exportação Centro-Norte. A sexta edição teve como tema “biodiesel, biosegurança e biotecnologia”. A sétima edição abordou os entraves regionais ao desenvolvimento agrícola a partir do tema “...querendo-a aproveitá-la, dar-se-á nela tudo...”, referindo-se a apropriação e ao uso da terra. A oitava edição teve como tema “quem não quer fome, dá os braços ao produtor de alimentos: futuro da região nas mãos de todos”, e a intenção de justificar o agronegócio. Em 2010, nona edição⁶⁷ tratou da “agricultura responsável para os cerrados” (FAPCEN, 2009).

A Agrobalsas vem sendo o espaço mais importante de capacitação e divulgação de tecnologias agrícolas e de articulação de estratégias produtivas alicerçadas em modelos de apropriação da terra e de seus recursos naturais orientados para a grande produção agrícola de grãos. Por outro lado, os temas abordados em cada uma das edições do evento representam as disputas internas entre sojicultores pioneiros e empresas produtoras de grãos, e especialmente, externas entre os atores sociais do projeto territorial sojícola, os órgãos oficiais de crédito e de fiscalização ambiental e grupos sociais que defendem outros projetos (movimentos sociais).

Três discursos dão um alto grau de legitimidade à sojicultura no Sul do Maranhão: (1) o que produz mais alimentos, (2) o que gera emprego e renda e (3) o que há uma preocupação com o meio ambiente, materializada na intensificação do processo produtivo para não desmatar novas áreas:

Nós plantamos 2800 ha, mais ai temos os pivôs de irrigação que, a gente chega a plantar três vezes no ano, planta milho, planta soja e planta feijão em 12 meses dá para fazer 3 culturas, colheitas. Então nós estamos sempre plantando, isso é uma

⁶⁷ Reuniu expositores nas áreas de: revendas de máquinas e equipamentos agrícolas (13); revendas de automotores, peças e veículos (12); revendas dos principais insumos agrícolas (21); fabricantes dos principais insumos agrícolas (24); compradoras de grãos (multigrain, bunge, ceagro, algar agrícola, cargill), empresas do agronegócio (25); empresas dos Estados do Tocantins, Pará e Piauí (43); parceiros e patrocinadores (Banco do Brasil, BASA, BNB, Vale, Caixa Econômica Federal, Petrobrás, Governo do Estado do Maranhão, PMB); associados da FAPCEN (38) (FAPCEN, 2009).

grande vantagem porque a gente contém os empregados que a gente acerta, eles têm trabalho o ano todo, não precisa está trocando, dispensando ninguém, então ele tem o **emprego seguro** e a gente tem pessoas conhecidas, seguras também e produz o ano todo. (...) Ao invés de está **desmatando área eu estou plantando três vezes** na mesma área é uma estratégia que ajuda até o meio ambiente, que eles não querem que desmatem outra [movimentos ambientalistas e o Estado] (...) procuro plantar nas entre safras, porque na hora de uma colheita de soja, de milho que a gente tem agora é muita oferta ao mesmo tempo, então quando uns estão colhendo nós estamos plantando o produto, para depois colher na entre safra, então a gente sempre ganha uma a mais por colhermos na entre safra e depois fazemos a semente de soja, que a melhor semente que se produz é na irrigação, colhe no mês de agosto, mas daí de agosto a novembro está pertinho de plantar a semente 100% (...). (Entrevista com Antídio Sandri, sojicultor, grifo nosso).

A adesão de diferentes segmentos da sociedade balsense ao projeto sojícola pode ser observada numa manifestação, no ano de 2006, em que os sojicultores, lutando por melhores condições de crédito, interditaram a BR-230 com o apoio de comerciantes e de caminhoneiros de Balsas:

Em Balsas, os comerciantes da cidade e os caminhoneiros também aderiram ao movimento. O comércio fechou as portas antes do meio-dia e os caminhões, a maior parte ligada ao transporte de soja até os terminais de grãos da Estrada de Ferro Carajás (EFC), fizeram filas no acostamento da rodovia. (BATISTA, 2006).

A defesa da sojicultura como principal atividade econômica do Sul do Maranhão, a partir dos anos de 1990, feita pelos sojicultores, empresas agrícolas, órgãos oficiais de crédito e de pesquisa e, principalmente, pelo Estado, expressas nos discursos e falas, constituem-se em uma fonte material de subordinação da agricultura familiar à agricultura empresarial orientada pela concentração fundiária e, ao mesmo tempo, instrumentos simbólicos de dominação, nos termos de Bourdieu (2005) que legitimaram para uma ampla parcela da sociedade do Sul do Maranhão que a agricultura familiar não era produtiva e, portanto, o agronegócio sojícola era a melhor estratégia para a geração de emprego e renda.

CAPÍTULO V

EXPANSÃO DA SOJA, CONFLITOS E PROCESSOS DE TERRITORIALIZAÇÃO NO SUL DO MARANHÃO

A atividade sojícola no Sul do Maranhão, a partir dos anos de 1990, é marcada pela ação de grileiros e especuladores com força para mobilizar recursos institucionais suficientes para regularizar terras devolutas e não tituladas de agricultores familiares dos Gerais de Balsas e pela atuação de órgãos públicos de inspeção e fiscalização ambiental e da produção vegetal. Esses conflitos estão relacionados a processos contínuos de definição e redefinição das formas de acesso e uso dos recursos naturais a serem priorizados, em detrimento de outros não considerados. Os sojicultores priorizaram as chapadas, ao passo que os agricultores familiares foram pressionados a ir para os baixões, morar e cultivar a terra.

O estudo dos conflitos pela posse da terra, no Sul do Maranhão, parte da análise intensiva de casos históricos nos Gerais de Balsas, a fim de elucidar como os atores sociais em disputa estavam ligados entre si por modos específicos de dependência recíproca, pautados num equilíbrio móvel de tensões, porque as relações de dominação não são exercidas do exterior e em uma direção apenas. No interior de uma figuração social, todos os indivíduos fazem parte de redes de interdependências, segundo Elias (2001, p. 161) até mesmo um rei “se encontra sempre inserido numa determinada tradição social” e seus comportamentos “são sempre tributários de uma trajetória social específica”, que o coage.

As interdependências entre os indivíduos e as coerções que essa dependência recíproca exerce variam de acordo com as necessidades sociais que, por seu turno, possibilitam o estabelecimento de novos vínculos entre as pessoas (ELIAS, 2001). Com isso quero mostrar que as disputas pela posse da terra entre os defensores do modelo de apropriação do espaço do projeto territorial sojícola e os do projeto territorial agropecuário familiar tiveram momentos de grandes conflitos e situações em que os representantes de ambos os grupos tiveram que formalizar acordos para cumprirem exigências jurídicas, redefinindo as relações sociais, mesmo os sojicultores sendo mais poderosos que os agricultores familiares.

Os processos de territorialização, resultantes das tensões entre projetos territoriais no Sul do Maranhão, são compreendidos enquanto transformações nas formas de apropriação do espaço e de seus recursos naturais, que são constantemente estruturadas, desestruturadas e reestruturadas pelas práticas de grupos sociais associados aos diferentes projetos territoriais,

porém interdependentes, ligados uns aos outros pelas redes de interesses referentes à figuração social em análise. Portanto, os processos de territorialização representam o entrelaçamento das práticas dos atores e grupos sociais e suas implicações sobre o espaço e seus recursos naturais (CUNHA, SILVA e NUNES, 2008).

A proposta desse trabalho é dar conta dos processos de territorialização entre 1977 e 2010, período em que os projetos territoriais pecuário, agropecuário familiar e sojícola estiveram em disputa, como visto no capítulo anterior, e avaliar as mudanças ambientais ocorridas. Mudanças ambientais são frutos das práticas de atores sociais que se apropriam de recursos naturais (CUNHA, SILVA e NUNES, 2008), de tal modo que a estratégia adotada para avaliar os impactos das diferentes práticas ambientais dos atores sociais que se apropriaram do espaço agrícola dos Gerais de Balsas foi a análise de imagens de satélite em: 1984, 1997 e 2009, dando representatividade às transformações das últimas três décadas.

Para explicar as mudanças ambientais, é analisada a distribuição e o controle dos recursos naturais, que são construídos, e não dados, porque o poder circula entre os diferentes grupos sociais, recursos e espaços, moldando, assim, o ambiente em que ocorrem as interações entre os atores sociais (CUNHA, 2004). Esses processos políticos refletem a distribuição desigual dos benefícios e dos custos associados às mudanças socioambientais, reforçando a desigualdade social e econômica (BRYANT e BAILEY, 1997). A ecologia política, portanto, realiza uma integração balanceada entre questões ambientais e as dimensões políticas da problemática ambiental (ZIMMERER e BASSETT, 2003)

5.1 O AVANÇO DA SOJA NOS GERAIS DE BALSAS

As atividades agropecuárias, especialmente a soja, que vem sendo desenvolvidas desde fins da década de 1970 no Pólo Agrícola de Balsas, contribuíram para um adensamento populacional vigoroso; mudanças ambientais associadas ao crescimento da produção de soja; o crescimento da produção agrícola, alicerçado no predomínio atual da soja como atividade principal e a inserção de novas culturas em consorciamento; os processos de reconversão produtiva na pecuária e na sojicultura; e a concentração da posse da terra. Essas mudanças serão problematizadas mediante a análise da produção agrícola, pecuária municipal, censos demográficos e imagens de satélite landsat.

O avanço da soja nos Gerais de Balsas, a partir dos anos de 1990, operacionalizado pela inserção de novos atores sociais no processo produtivo e redefinição de suas estratégias, reflete-se no crescimento populacional e, no caso de Balsas, no aumento vertiginoso da

população urbana (ver Tabela 10). Em 1970, a população era de 19.385 habitantes, e 21 anos depois já totalizava 41.648, um crescimento de 46,54%. O adensamento populacional representou uma redução da população rural de 63,61%, em 1970, para 26,45%, em 1991, fechando a década de 2000, com o percentual de apenas 12,87%. Atualmente, o município possui 87,13% de população urbana, o maior índice do Sul do Maranhão (ver Tabela 11).

Tabela 10 – Crescimento populacional de Balsas (1970-2010)

CENSO DEMOGRÁFICO 1970				
População Urbana		População Rural		População Total
7.054	36,39%	12.331	63,61%	19.385
CENSO DEMOGRÁFICO 1980				
População Urbana		População Rural		População Total
13.548	57,16%	10.152	42,84%	23.700
CENSO DEMOGRÁFICO 1991				
População Urbana		População Rural		População Total
30.633	73,55%	11.015	26,45%	41.648
CENSO DEMOGRÁFICO 2000				
População Urbana		População Rural		População Total
50.144	83,35%	10.019	16,65%	60.163
CENSO DEMOGRÁFICO 2010				
População Urbana		População Rural		População Total
72.786	87,13%	10.751	12,87%	83.537

Fonte: IBGE, Censos Demográficos.

O aumento da população urbana de Balsas se insere no contexto de ocupação do Cerrado nordestino pela agropecuária, em especial pela soja (BATISTELLA, VALLADARES e BOLFE, 2008). No Oeste da Bahia, as principais áreas de cultivo estão em Barreiras, que possui uma população de 137.427 habitantes. Destes, 123.741, 90,04% residente na cidade, e 13.686, 9,96%, no campo; e em Luís Eduardo Magalhães, que tem uma população de 60.105 habitantes, sendo que 54.881, 91,31%, habitam a cidade, e 5.224, 8,69%, moram no campo. O Sudoeste do Piauí é a área mais recente de expansão da soja no Nordeste e tem o município de Uruçuí como principal produtor, com uma população de 20.149 habitantes. Destes, 15.505, 76,95%, moram na cidade e 4.644, 23,05%, no campo (IBGE, 2011).

O avanço da soja no Sul do Maranhão está associado à incorporação das chapadas dos Gerais de Balsas à produção agrícola. Entre 1990 e 2009, os sojicultores se apropriaram de todos os planaltos da região. As imagens de 1984 (ver Mapa 10), quando a soja era cultivada

Tabela 11 – População dos municípios da Mesorregião Sul Maranhense

MUNICÍPIO	POPULAÇÃO TOTAL	POPULAÇÃO URBANA		POPULAÇÃO RUAL	
Alto Parnaíba	10.766	7.028	65,28%	3.738	34,72%
Balsas	83.528	72.771	87,13%	10.757	12,87%
Benedito Leite	5.469	2.813	51,44%	2.656	48,56%
Campestre do Maranhão	13.369	10.621	79,45%	2.748	20,55%
Carolina	23.959	16.237	67,77%	7.722	32,23%
Estreito	35.835	25.778	71,94%	10.057	28,06%
Feira Nova do Maranhão	8.126	1.927	23,72%	6.199	76,28%
Fortaleza dos Nogueiras	11.646	7.019	60,27%	4.627	39,73%
Loreto	11.390	6.360	55,84%	5.030	44,16%
Nova Colinas	4.885	2.210	45,25%	2.675	54,75%
Porto Franco	21.530	16.866	78,34%	4.664	21,66%
Riachão	20.209	10.205	50,50%	10.004	49,50%
Sambaíba	5.487	2.836	51,69%	2.651	48,31%
São Domingos do Azeitão	6.983	4.961	71,05%	2.022	28,95%
São Félix de Balsas	4.702	1.628	34,63%	3.074	65,37%
São João do Paraíso	10.814	5.276	48,79%	5.538	51,21%
São Pedro dos Crentes	4.425	2.437	55,08%	1.988	44,92%
São Raimundo das Mangabeiras	17.474	12.533	71,73%	4.941	28,27%
Tasso Fragoso	7.796	4.648	59,62%	3.148	40,38%
TOTAL	308.393	214.154	69,44%	94.239	30,56%

Fonte: Censo Demográfico 2010. IBGE (2010).

experimentalmente, mostram que a área agrícola era de 9.167,205846 ha, e a área de solo exposto, 36.217,228058 ha, era representativa e está relacionada à pecuária extensiva. Os animais eram criados soltos e as pastagens naturais eram queimadas anualmente para que rebrotassem e continuassem oferecendo alimentos aos animais. As áreas de pastagem eram sempre perto dos rios e riachos porque a água tinha que estar acessível aos rebanhos.

A instalação de empresas produtoras de soja, a partir de 1988, e do PC-GEBAL, em 1995, refletiram no aumento da área agrícola para 97.707,355592 ha, em 1997 (ver Mapa 10), correspondendo, em relação a 1984, a um crescimento médio de 6.810,780749 ha ao ano, e percentual de aproximadamente 1.065,83%, no período (13 anos). Entretanto, as áreas de solo somam 5.695,920665 ha, uma redução de 635,84%, a regeneração da vegetação ocorreu porque os sojicultores não se apropriaram das áreas de Campo Cerrado, próximas aos rios e com pastagens naturais, e a pecuária extensiva deixou de ser praticada. Isso nos mostra que o padrão tecnológico agropecuário interfere diretamente na não degradação do solo.

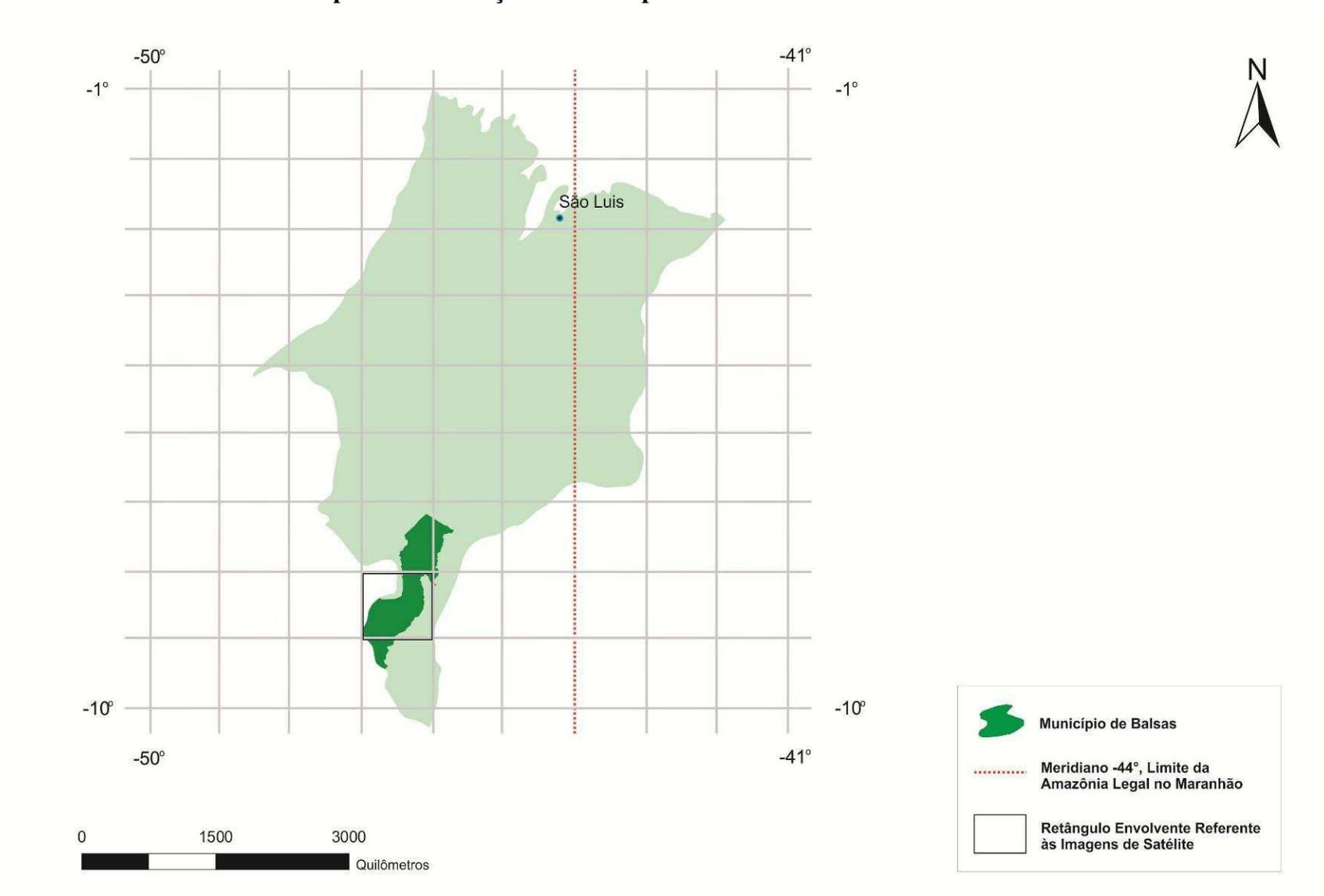
Com a intensificação do uso da terra nos Gerais de Balsas, nos anos 2000, e os processos de reconversão produtiva da soja, os produtores particulares deram lugar às empresas e novas formas de gestão da produção (Los Grobo) e de captação de recursos para compra de terras no Sul do Maranhão (Agrinvest), e ampliaram o tamanho da área produtiva, que em 2009 era de 230.747,097168 ha (ver Mapa 10). Comparando com o tamanho da área em 1997, houve um crescimento médio de 11.086,645131 ha ao ano, e percentual de aproximadamente 236,16, no período (12 anos). As áreas de solo exposto aumentaram, totalizando 45.949,263757 ha, um crescimento de 806,80%.

O Mapa 10 mostra que as áreas de solo exposto, em 2009, estão concentradas nos baixões, local para onde foram deslocados os agricultores familiares, após a instalação do PC-GEBAL, e foram criados os assentamentos do Projeto Alto e Médio Rio Balsas. O plantio em roças de toco e a atividade pecuária desenvolvida em pastagens naturais cercadas, dependem da utilização do fogo para que haja produção. As queimadas feitas pelos agricultores familiares, associadas ao manejo agrícola incorreto nas lavouras de soja, nas chapadas⁶⁸, contribuem prontamente para a erosão pluvial e para processos de voçorocamento⁶⁹.

O aumento da área plantada nos Gerais de Balsas remete aos grandes programas governamentais implementados na Pré-Amazônia Maranhense, na década de 1980.

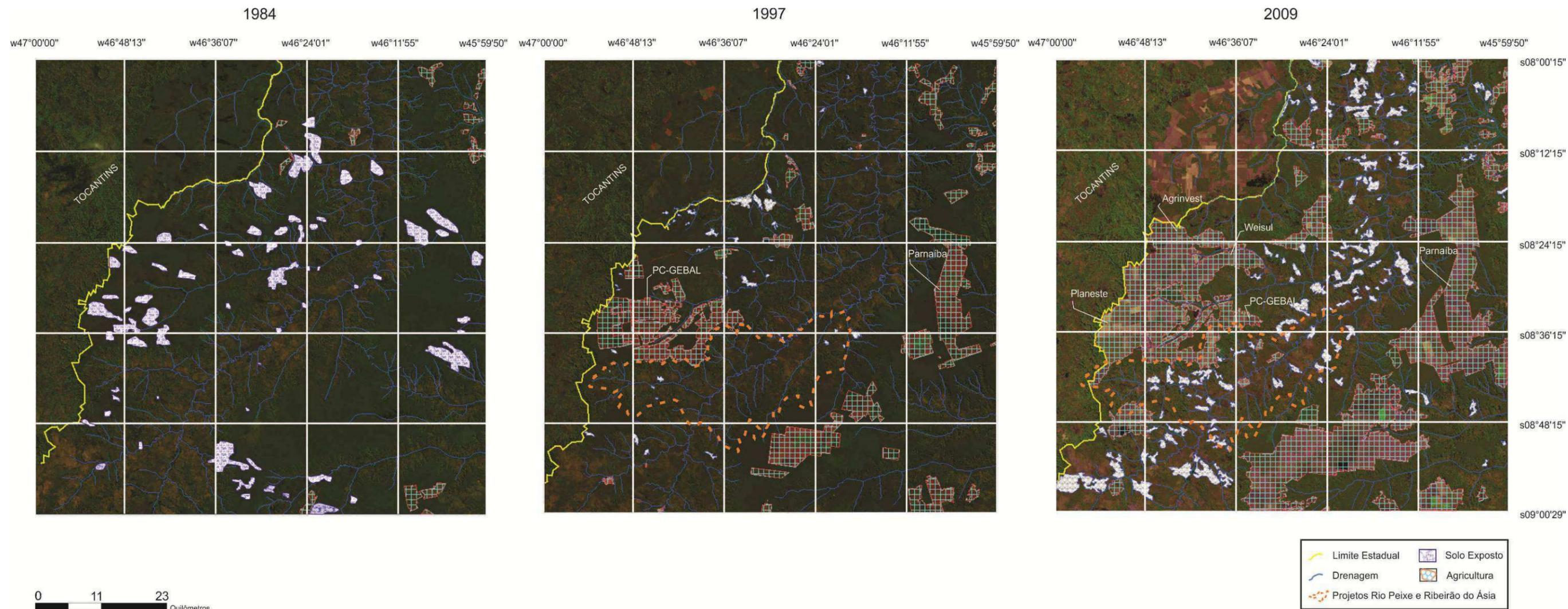
⁶⁸ De acordo com Batistella, Valladares e Bolfe (2008), as chapadas possuem baixa suscetibilidade erosiva quando a cobertura vegetal é mantida e alta suscetibilidade erosiva após a remoção total ou parcial da vegetação. Processo esse que implica na erosão das áreas abaixo, assoreamento de rios e alteração física e química da água.

⁶⁹ É um processo geológico que consiste de grandes buracos causados pela chuva em solos de vegetação escassa e o solo não é mais protegido.

Mapa 9 – Localização do município de Balsas no Estado do Maranhão

Fonte: IBGE (2005).

Mapa 10 – Áreas agrícolas e de solo exposto nos Gerais de Balsas em 1984, 1997 e 2009



A ferrovia EFC e o Porto da Madeira, que possibilitaram a implementação de um ousado plano de exportação de commodities para a Europa e Ásia, e contribuíram para a reafirmação da grande propriedade, mediante o cultivo da soja, e a marginalização dos agricultores familiares, desprestigiados pelas políticas públicas e expulsos de suas terras. A análise da produção agrícola e pecuária municipal⁷⁰ complementa os números apresentados nas imagens de satélite e mostram o crescimento da produção e da produtividade, principalmente da soja.

A soja, em 1990, ocupava uma área de 5.952 ha e produzia 1.607 t, passando para 60.040 ha e 152.141 t, em 2000, um crescimento de aproximadamente 1.008,63%, e 9.467,39%, respectivamente. Em 2001, a área plantada era de 70.563 ha e produzia 162.714 t, em 2009, aumentando para 106.416 ha e 319.248 t, um crescimento de aproximadamente 150,80% e 196,20%, respectivamente. A cana-de-açúcar, cultivada em terras do município de São Raimundo das Mangabeiras pela AGROSERRA, sediada em Balsas, ocupava uma área de 8.500 ha e produzia 408.000 t, em 2000, e em 2009, a área plantada foi de 20.000 ha e a produção de 1.200.000, um crescimento de 235% e 294% respectivamente. O algodão, em 2001, ocupava uma área de 150 ha e produzia 562 t, e em 2009 já ocupava uma área de 6.300 ha e produzia 21.420 t, um crescimento de 4.200% e 3811,38% (ver Tabela 11).

Uma questão que deve ser observada é o salto de produtividade da soja, da cana-de-açúcar e do algodão, sempre maiores do que o crescimento da área plantada. Isso mostra a capacidade dos atores sociais em mobilizarem instituições para aprimorarem constantemente a produção, através de pesquisas, realizadas pela EMBRAPA em parceria com FAPCEN, e o processo de reconversão produtiva, à medida que a empresarização da soja ocorreu, entre 1997 e 2009, índices de produtividade iam crescendo, concomitantemente houve o aumento da degradação do solo (ver Mapa 10). A pecuária balsense manteve-se estável entre 1990 e 2009, com exceção da suinocultura (ver Tabela 13).

O crescimento da produção de soja tem sido acompanhado pela concentração fundiária e pela desarticulação da agricultura familiar. De acordo com o Censo Agropecuário de 2006, no município de Balsas existem 1.724 estabelecimentos agropecuários, destes 437, 25,35%, são patronais e 1.287, 74,65%, são de agricultores familiares. A área total dos estabelecimentos é de 628.666 ha, destes 556.415 ha, 88,51%, pertencem aos agricultores patronais e 72.251 ha, 11,49%, pertencem aos agricultores familiares (IBGE, 2006). Esses números mostram que a maior parte dos recursos naturais está a disposição da sojicultura e o Mapa 10 que os custos da degradação do solo ficam para os agricultores familiares.

⁷⁰ Em virtude da limitação temporal de dados no Sistema IBGE de Recuperação Automática (SIDRA), as atividades agrícolas analisadas correspondem ao período de 1990 e 2009.

Tabela 12 – Produção agrícola de Balsas, área plantada e quantidade produzida entre 1990 e 2009

ANO	ARROZ		FEIJÃO		MANDIOCA		MILHO		SOJA		CANA-DE-AÇÚCAR ¹				ALGODÃO ²			
	(ha)	(t)	(ha)	(t)	(ha)	(t)	(ha)	(t)	(ha)	(t)	(ha)	(t)	(ha)	(t)	(ha)	(t)	(ha)	(t)
1990	19.396	4.364	110	40	50	350	2.280	239	5.952	1.607	30	660	20	440	–	–	–	–
1991	10.373	12.448	450	162	100	700	3.193	6.895	1.150	2.070	31	682	20	440	–	–	–	–
1992	16.265	5.034	90	23	100	700	2.522	1.242	4.505	5.406	31	682	20	440	–	–	–	–
1993	7.681	6.524	310	57	200	1.400	2.260	1.070	9.814	18.552	31	682	20	440	–	–	–	–
1994	4.159	5.616	400	120	250	1.750	1.800	1.875	14.990	32.888	30	600	250	5.500	–	–	–	–
1995	4.507	5.900	600	180	450	2.700	1.600	1.200	19.889	36.794	30	540	4.000	320.000	–	–	–	–
1996	3.124	4.011	285	105	359	954	1.528	1.166	16.310	40.698	4	212	6.514	317.601	–	–	408	580
1997	6.600	9.900	1.060	954	374	2.244	2.300	2.070	31.370	65.877	35	350	9.000	495.000	–	–	200	330
1998	6.700	14.385	270	16	500	3.000	1.200	2.007	34.820	68.003	4	219	10.500	504.000	–	–	200	330
1999	22.042	49.505	903	1.263	780	2.000	2.923	13.251	52.138	128.259	4	219	10.500	408.000	–	–	–	–
2000	19.713	45.931	530	813	340	2.026	3.765	18.757	60.040	152.141	4	219	8.500	408.000	–	–	–	–
2001	8.493	20.136	557	405	225	780	3.323	14.364	70.563	162.714	4	219	10.099	60.006	150	562	2.128	7.342
2002	10.098	21.327	200	330	225	1.013	3.500	16.860	77.619	186.286	4	219	11.000	649.000	70	210	2.612	9.011
2003	7.790	12.733	410	915	300	1.155	3.327	13.685	89.278	216.053	3	150	13.500	796.500	150	517	2.600	9.360
2004	8.600	15.565	600	303	300	1.800	2.810	14.594	97.400	262.980	3	75	11.500	690.000	3.065	11.034	3.077	10.770
2005	10.216	18.491	900	621	300	1.800	2.310	11.998	107.240	289.655	3	75	15.800	948.000	3.984	14.342	4.000	14.000
2006	4.086	7.354	3.900	2.290	200	1.200	2.400	12.000	108.100	246.468	3	75	19.800	1.188.000	3.834	6.901	3.260	11.410
2007	4.086	7.354	3.850	1.757	380	2.280	2.400	16.800	108.100	324.300	3	75	19.800	1.188.000	3.834	6.901	3.260	11.410
2008	4.246	7.642	4.370	2.007	320	1.920	2.591	18.144	110.505	331.515	15	375	21.000	1.260.000	6.343	21.959	5.850	19.012
2009	4.410	7.938	4.641	2.320	300	2.100	2.548	17.836	106.416	319.248	–	–	20.000	1.200.000	6.300	21.420	5.731	18.628

Fonte: Produção Agrícola Municipal. IBGE (2011).

¹ A coluna da direita representa a produção do município de São Raimundo das Mangabeiras, onde a empresa AGROSERRA, sediada em Balsas, produz e processa a cana.

² A coluna da direita representa a produção de algodão do município de Tasso Fragoso, onde a empresa SLC Agrícola, com estrutura administrativa em Balsas, possui uma de suas duas fazendas no Sul do Maranhão.

Tabela 13 – Produção pecuária de Balsas entre 1990 e 2009

ANO	REBANHOS (cabeças)		
	Bovinos	Suínos	Galinhas
1990	45.900	10.400	29.400
1991	47.000	10.550	30.000
1992	49.000	9.850	31.000
1993	50.470	9.390	31.500
1994	52.488	8.717	33.000
1995	53.800	8.500	34.000
1996	47.220	7.548	21.000
1997	47.300	7.540	21.100
1998	48.010	7.565	21.200
1999	48.250	7.668	21.412
2000	48.491	7.821	21.840
2001	49.300	8.280	22.250
2002	50.100	8.430	22.500
2003	51.200	8.500	22.950
2004	51.452	3.516	23.409
2005	52.200	3.260	24.200
2006	54.757	3.357	25.168
2007	55.100	3.280	25.100
2008	53.998	3.413	24.096
2009	54.539	3.430	23.855

Fonte: Pesquisa Pecuária Municipal. IBGE (2011).

5.2 CONFLITOS E PROCESSOS DE TERRITORIALIZAÇÃO

Os conflitos vivenciados no Sul do Maranhão, nos últimos 31 anos, foram recuperados pela fala dos agricultores familiares e de lideranças sindicais e pela consulta a documentos e a cartas. As análises resultantes do estudo formam um mosaico dos conflitos relacionados: à desarticulação da pecuária extensiva; às lutas pela posse da terra, formalizadas em 1979, com o julgamento da Data Caracol, e nos anos 1990 quando agricultores familiares dos Gerais de Balsas foram expulsos pelo grileiro Euclides De Carli; à participação de latifundiários e políticos locais na regularização de terras não tituladas de agricultores familiares; e à atuação do MAPA e da AGED na inspeção animal e vegetal e às fiscalizações do IBAMA.

Tudo isso demonstra que os conflitos no Pólo Agrícola de Balsas não possuem uma única dimensão. As ações do IBAMA ocasionam tensões referentes às áreas de reserva legal que, aliás, é um debate nacional em torno da reformulação do Código Florestal. As primeiras empresas agrícolas a se estabelecerem na região não respeitaram o percentual de 35% da área para reserva legal no Cerrado, e agora estão sendo autuadas e impedidas de acessarem linhas de crédito rural. A solução que vem sendo adotada pelas empresas multadas é comprar áreas, quase sempre impróprias ao cultivo agrícola mecanizado, para que se tornem áreas de reserva,

o que está gerando uma pressão sobre as terras das famílias assentadas do Projeto Rio Peixe, que não conseguiram escriturar os títulos emitidos pelo INTERMA.

Os conflitos nos Gerais de Balsas se inserem num debate sobre a modernização da agricultura brasileira associado ao discurso de que a sojicultura, pelo uso intenso de tecnologia, agride menos o meio ambiente porque não queima a vegetação, como os agricultores familiares, que cultivam em roças de toco, e porque os sojicultores não dependem da caça a animais silvestres para se alimentarem:

Não se pode considerar estas pessoas (e de outras regiões similares) agricultores [famílias do Ferreira] porque jamais cultivaram as terras que ocupam e sim apenas derrubaram a floresta natural e a queimaram, transformando as poucas reservas em desertos e capoeiras; apenas plantam algumas poucas sementes, cuja produção sem qualquer tecnologia, é insuficiente para seu próprio sustento. Vivem de caça predatória, tendo liquidado praticamente todos os animais silvestres na região. A agricultura sem tecnologia está condenada e não adianta insistir na “roça de toco” que se fazia antigamente. É preciso técnica, dinheiro e crédito, coisas que dificilmente os moradores da região os terão, conseqüência da exploração a que por centenas de anos são submetidos. (DE CARLI, 1994, grifos do autor).

Sabe-se que não é bem verdade, porque os sojicultores receberam muitas pesadas devido ao descarte inadequado das embalagens de insumos e defensivos agrícolas e desrespeito ao licenciamento ambiental. Em 2008, a AGED, em parceria com o MAPA, realizaram uma fiscalização e o cadastramento de todos os empreendimentos agropecuários que faziam uso de insumos e defensivos agrícolas na Fazenda Santa Luzia, que está localizada próximo das cabeceiras do Rio Balsas. Por exemplo, foram retiradas embalagens suficientes para encher três carretas bitrem (ver Anexo 4). Nos cadastros do IBAMA, até maio de 2011, havia 26 estabelecimentos agropecuários de Balsas com áreas embargadas (ver Anexo 3).

O descumprimento da legislação ambiental no Sul do Maranhão não se restringe aos grandes produtores agropecuários, os agricultores familiares são frequentemente autuados pelo IBAMA devido às queimadas para renovar a pastagem natural para os rebanhos bovinos. No Projeto Rio Peixe, os agricultores familiares sempre queimam as áreas de pastagem natural (ver Anexo 5). O Estado do Maranhão é o segundo no Nordeste (atrás apenas da Bahia) com o maior número de focos de fogo e o quinto na Amazônia Legal (depois de Mato Grosso, Pará, Rondônia e Tocantins). No período de 01 de janeiro a 07 de outubro de 2008, foram registrados 5.935 focos no Estado (IBAMA, 2010).

A defesa de uma agricultura moderna, pautada pelo uso de tecnologia, desenvolvida pelos agricultores que migraram do Sul do Brasil é legitimada pelo discurso de que geram empregos, divisas para o Estado e contribuem para a melhoria da infraestrutura local:

Nós e nossos companheiros agricultores do SUL DO PAÍS, que fomos para o CENTRO OESTE na década de 70 e 80 e ali geramos milhares de empregos e milhões de dólares de divisas e de impostos, além de cidades criadas com toda a infra-estrutura, agora viemos em busca de terras mecanizáveis e bem posicionadas geograficamente, ATENDENDO O CHAMADO do GOVERNO FEDERAL, que construiu ferrovias e portos, inclusive com dinheiro estrangeiro, visando a exportação de soja. É a nova fronteira agrícola que se abre, e ninguém segurará este progresso. (DE CARLI, 1994, grifos do autor).

A fala do senhor De Carli de que os sulistas contribuem para o desenvolvimento econômico pode ser observada nas estratégias que os sojicultores pioneiros adotaram para se estabelecerem em Balsas. O senhor Leonardus Philipsen ressalta que teve que superar duas dificuldades principais para ter as condições adequadas para desenvolver uma agricultura mecanizada. A primeira era a inexistência de uma revenda de máquinas e implementos agrícolas, que começou a ser superada no dia 12 de julho de 1977, quando em sociedade com Francisco Honaiser, Lírio Braun, Martinus Philipsen e Antônio Carlos Noal, criou a Lavronorte Produtos para Lavoura Ltda., para comercializar implementos agrícolas e, posteriormente, a revenda de tratores e colheitadeiras, nos anos 1980.

(...) nós tivemos mesmo que abrir uma revenda aqui, no caso foi a Lavronorte, na época para nós termos as nossas máquinas, não é? Peças, você ia comprar uma câmara de ar, por exemplo, para um trator, tinha que comprar de Imperatriz para frente, não tinha nada aqui, parafuso aqui não achava, não tinha nada em Balsas (...). (Entrevista com Antonius Philipsen, filho do senhor Leonardus Philipsen).

A segunda era a falta de cultivares de soja adequada, o que o levou, em 1977, a EMBRAPA Soja, em Londrina (PR), a firmar uma parceria que permitisse o desenvolvimento de cultivares de soja adequados às condições edafoclimáticas do Sul do Maranhão. A parceria trouxe a Balsas o pesquisador Irineu Alcides Bays, que em 1982 desenvolveu a primeira cultivar maranhense, chamada de mina, em homenagem à esposa do senhor Philipsen, Wilhelmina (KAYSER SILVA, 2009). A partir de então, o PDCCSN, contribuiu para a realização de novas experiências com cultivares de soja.

Os primeiros conflitos relatados pelos agricultores familiares e lideranças sindicais não remetem à posse da terra, mas a invasão de animais nas lavouras dos agricultores sulistas, sojicultores que começaram a se instalar em Balsas a partir de 1975:

(...) aí começou a matança dos primeiros animais que entravam lá [nas lavouras]. Eles [agricultores sulistas] se baseavam no Código Civil brasileiro e nós [pecuaristas e agricultores familiares] nos baseávamos pela lei do acordo, não era escrito, mas todo mundo respeitava, era uma tradição, uma cultura que veio dos mais velhos para

os mais novos, mas eles se baseavam na lei civil, aí recorria nesse Código Civil através de um advogado e o juiz autorizava – Então na hora que entrar vocês podem eliminar (...). O Dr. Eloy [pecuarista] que vendeu a terra para o seu Philipsen [primeiro sojicultor do Maranhão] foi o primeiro a começar a sofrer as conseqüências, teve que mudar o gado aqui para os Picos, diminuir lá na Vargem Limpa, fazer cercado para prender e terminou acabando com as fazendas de gado, a criação de gado lá. (Entrevista com João Fonseca, líder sindical).

Os criadores mais prejudicados com o estabelecimento da agricultura moderna em Balsas foram os agricultores familiares, porque não tinham acesso a crédito nos anos de 1970, para adotar o modelo pecuário intensivo: comprar animais adequados ao confinamento, plantar e cercar os pastos⁷¹. Assim, os rebanhos foram sendo reduzidos com o passar dos anos:

(...) sempre tivemos umas criações, pouca, não muita, só para ir mantendo, cada um tinha dez gados, tinha cinco e quando surgiu esse projeto [grandes lavouras de soja] aí sempre foi criado esse problema para nós, porque acontece às vezes da criação, às vezes uma vaca sai, aí como aqui, em vez de naquela época que não tinha os projeto (...) eles têm a liberdade de **plantar no aberto** meu cidadão, esse mundo de terra, sem uma pequena liberdade do que é da gente fazer arte lá dentro. (Entrevista com Antônio do Brejo de Raiz, grifo nosso).

Os conflitos pela posse da terra começaram em 1979, quando o senhor José Coelho Ribeiro, conhecido como Cana Verde, comprou um direito de posse de 500 ha e, ao solicitar o julgamento da Data Caracol, regularizou 77.005 ha. Menos de 10 anos após a regularização, toda a área já havia sido vendida para políticos, funcionários públicos e comerciantes locais (ver Tabela 14). Em 1980, o prefeito de Balsas, José Bernardinho, conseguiu demarcar e legalizar 60.000 ha e o delegado regional, Domingos Alves da Silva, aproximadamente 8.000 ha. A primeira grande grilagem no Sul do Maranhão contou com a participação dos grupos sociais dominantes de Balsas e não teve a participação direta dos sojicultores.

A CPT, no início dos anos de 1980, realizou um estudo sobre a grilagem de terras no Estado do Maranhão e concluiu que o senhor Cana Verde, na verdade, era testa de ferro do comerciante local Joaquim Coelho e Silva e do Deputado Estadual Absalão Coelho (ALMEIDA, 1982), ambos de família de pecuaristas. A Tabela 10 nos mostra que a família Coelho adquiriu 24.500 ha dos 77.005 regularizados após o julgamento da Data Caracol. As políticas e programas governamentais agropecuários dirigidos para o Cerrado e para a Amazônia Legal nos anos de 1970 e 1980, contribuíram para que latifundiários, comerciantes

⁷¹ No início da década de 1970, uma bola de arame farpado de 500 m custava o valor de um bezerro. Hoje, com o dinheiro da venda de um bezerro é possível comprar quase três bolas de arame farpado.

e lideranças políticas procurassem regularizar as terras não tituladas de agricultores familiares.

Tabela 14 – Venda dos 77.005 ha grilados pelo senhor Cana Verde

NÚMERO DA MATRÍCULA	DATA DA COMPRA	ÁREA (em ha)	PRIMEIRO COMPRADOR
1.932	20/01/1980	20.000	Celso Coelho
1.786	30/10/1980	10.000	José Maria Pereira Veras
1.812	19/11/1980	3.000	Ivo Juchen
1.826	26/11/1980	3.000	Libiano da Silva Caraça
2.051	06/05/1981	1.000	Francisco de Assis Milhomem Coelho ¹
2.054	07/05/1981	1.000	Walber de Souza Queiroz
2.093	09/06/1981	1.000	Jaime Ribeiro da Silva Maia
2.111	01/07/1981	1.000	Jaime Ribeiro da Silva Maia
2.112	01/07/1981	2.000	Luis Benedito Varela
2.113	01/07/1981	1.000	Francisco de Assis Milhomem Coelho
2.125	14/07/1981	3.000	Antônio Adolfo Fonseca ² , Luciano Pedra Fonseca e Paulo de Tarso Fonseca Filho
2.145	27/07/1981	2.000	João Antônio de Barros Neto
2.150	28/07/1981	2.000	Luiz Alves Coelho Rocha ³
2.151	29/07/1981	1.000	João Alves de Lima
2.177	21/08/1981	300	Wesley Tavares de Lima
2.306	09/11/1981	700	Wesley Tavares de Lima
2.301	10/11/1981	3.000	Jair Nunes Caraça
2.406	15/02/1982	2.000	Almir José dos Santos
2.674	19/11/1982	2.000	Luís Pereira Martins
2.736	29/12/1982	2.000	Ercilon Rocha Brandão
2.944	03/01/1983	2.000	Luís Pereira Martins
3.014	26/06/1983	1.000	José Maria Marques
3.007	16/08/1983	1.000	Manoel João de Assis Bastos
3.083	21/11/1983	500	Raimundo Nonato da Rocha Coelho
3.242	08/03/1984	1.000	Adelma Santos Bastos
3.313	07/06/1984	1.000	Helder Santos Bastos
3.360	03/07/1984	1.000	Luís Pereira Martins
3.361	03/07/1984	2.000	José de Sousa Teixeira
3.362	04/07/1984	2.000	Luís Pereira Martins
3.682	14/05/1985	500	Domingos Alves da Silva ⁴
4.088	11/06/1986	2.000	Fernandes & Soares Ltda.
4.109	24/06/1986	1.000	Júlio Enoc Rocha Leite
4.631	02/03/1988	1.005	Ezer Xavier de Almeida

Fonte: ACA.

¹ Ex-Deputado Federal, ex-Secretario de Estado da Agricultura do Maranhão e Prefeito de Balsas.

² Chefe do Escritório Regional de Balsas do IBAMA.

³ Ex-Governador do Estado do Maranhão e ex-prefeito de Balsas.

⁴ Ex-Delegado Regional de Balsas e ex-Vereador de Balsas.

Até 1980, haviam sido regularizados, aproximadamente, 145.005 ha de terra nos Gerais de Balsas, habitadas e cultivadas por agricultores familiares que foram convertidos em moradores, trabalhadores rurais ou prepostos, mantendo-se nas mesmas áreas. A partir de 1990, o grileiro Euclides De Carli, natural de São José do Rio Preto (SP), através da Colonizadora De Carli (CODECA)⁷² e da empresa Terra Soja passa a regularizar terras na região⁷³ e comprar as áreas regularizadas pelos senhores Cana Verde, José Bernardinho e Domingo Alves da Silva, para revendê-las a grandes empresas produtoras de grãos do Brasil.

As áreas adquiridas incluíam a Gleba Caracol que até 1990 tinha 120 famílias e a Gleba Sucupira, que tinha 60 famílias, todas morando e cultivando a terra. Em agosto de 1990, a Terra Soja começou a criar conflitos com João Mineiro, médio produtor com propriedades na cabeceira do Brejo Jacu, sendo atacado por duas vezes. Na última, incendiaram sua casa e destruíram cercas de arame e todo o plantio. João Mineiro e seus trabalhadores, que não se sabe quantos, todos estão desaparecidos. No entanto, o senhor De Carli dá outra versão aos conflitos com João Mineiro:

Este João Mineiro fora contratado pela família grileira DOGNANI para invadir, sob protesto de documentos falsos, uma área de nossa propriedade nas cabeceiras do Rio Verde ou Jacu distante do local chamado Ferreira.

Os invasores, em número de 40, vieram em Ônibus, originários de vários Estados brasileiros, tomaram nossa área de assalto, agrediram nossos empregados, deram tiros em nossos tratores e até na Toyota do delegado DA SILVA, que na época tinha terras nas proximidades, fora alvejada. (DE CARLI, 1994).

Os planos do senhor De Carli extrapolava a modernização da agricultura sul maranhense. Os projetos de colonização da CODECA e do PRODECER previam a criação de um município nos Gerais de Balsas:

(...) nos anos 1990 quando foi criado o projeto Batavo, os chefes [colonos e De Carli] começaram a fazer o povoado, eles queriam tomar a região inteira, dizendo que a Batavo seria um município [Campos Gerais], e esse município se desmembraria de Balsas e eles já eram donos dessas terras todas aqui e nesse tempo aconteceram até algumas tragédias até mesmo morte, umas chacinas aí na cabeceira do rio Manoel Alves Grande, que hoje é chamado Serra do Centro, mataram pessoas ali, trabalhadores das fazendas, porque quando eles reagiam dizendo que ninguém ia

⁷² Foi criada em 1988 na cidade de São José do Rio Preto (SP), e o escritório de Balsas foi implantado em 1995 para administrar o projeto de colonização que há nas proximidades da Fazenda Batavo.

⁷³ Entre 1990 e 1995, o INTERMA teve um escritório em Balsas, exatamente no período em que ocorrem os principais conflitos pela posse da terra nos Gerais de Balsas. Em solicitação formal encaminhada ao órgão, sobre os títulos de domínio emitidos para Balsas entre 1979 e 2009, obtive apenas os dados de 1999 a 2009, que estão em anexo. O período nebuloso de regularização fundiária no município, 1990 a 1995, é guardado a sete chaves. Levantamentos realizados pelo Irmão Bruno Haspinger mostram que, entre 1991 e 1995, foram emitidos 41 títulos para agricultores familiares, totalizando 10.554 ha, e 223 títulos para especuladores e latifundiários, totalizando 40.295 ha, nos Gerais de Balsas.

tomar as terras eles matavam logo para não espalhar a conversa (...). (Entrevista com Antônio do Boqueirão).

Esses conflitos ocorrem no momento em que a soja já havia se mostrado uma cultura apta a ser desenvolvida no Sul do Maranhão, depois do desenvolvimento de cultivares adequadas, das políticas de divulgação e custeio dessa atividade agrícola na porção nordestina do Cerrado (Oeste da Bahia, Sul do Maranhão e Sul do Piauí), e o número de sojicultores crescia, e as primeiras empresas produtoras e compradoras de grãos se instalam em Balsas (AGROSERRA, SLC Agrícola e CEVAL). Assim, foram feitos investimentos na infraestrutura de transporte, para que a soja produzida no nordeste pudesse ser exportada para a Europa e para a Ásia, grandes mercados consumidores dessa oleaginosa.

Ao assegurar a implementação do Corredor de Exportação Norte, em setembro de 1990, para que a soja produzida no Estado do Maranhão fosse exportada pelo Complexo Portuário de Itaqui, em São Luís, o governo federal estimulou a corrida de políticos locais e especuladores sobre as terras devolutas de Balsas e região. As terras férteis dos Gerais de Balsas e, em sua grande maioria, cultivadas pelos agricultores familiares, foram foco da ação de grileiros que iniciaram um amplo processo de expropriação marcado pela violência. A defesa do direito de posse dos agricultores familiares dos Gerais de Balsas foi articulada pela Igreja Católica e pela Igreja Luterana de Balsas.

No dia 26 setembro de 1993, as famílias do povoado Ferreira foram surpreendidas pela presença de agrimensores da Terra Soja, que demarcavam suas terras para regularizarem. Imediatamente, as famílias pediram a suspensão da demarcação, mas os trabalhadores informaram que tinham a autorização do INTERMA para realizar a demarcação da área. Dois dias depois chega ao povoado o presidente do STTR e um representante do MEB, e confirmam que já haviam solicitado a demarcação e titulação de lotes aos agricultores familiares, aguardando a decisão do INTERMA.

Mesmo havendo um bom relacionamento com o pessoal do FERREIRA, sendo que alguns já trabalham e trabalharam para nós, aconteceu uma pequena divergência este ano quando estávamos medindo a área de chapada, local distante mais de 15 quilômetros do FERREIRA, local onde a vida de qualquer morador que não tivesse muitos mil dólares seria impossível porque não tem água e são terras fracas que precisam de calcário, fertilizantes, tratores, colheitadeiras, insumos, secadores e toda a infraestrutura para um trabalho de alta tecnologia, terra está legalmente constituída e registrada em nosso nome e nunca ocupada por qualquer morador da região. Alguns moradores, nada representativos, INSUFLADOS pelo sindicato, tentaram impedir esta medição, alegando QUEREREM CONSTITUIR ALI UM CAMPO DE CAÇA. (DE CARLI, 1994, grifos do autor)

Enquanto aguardavam a decisão do INTERMA, as famílias do Ferreira eram constantemente ameaçadas pelos funcionários da Terra Soja. Em outubro de 1993, o delegado do STTR, Valdemar da Silva Oliveira, encontrou no caminho dois homens armados com revólveres, punhais e rifles, e o gerente da Terra Soja, senhor Eurico, que foi logo avisando “não se metam, porque vocês podem até ganhar na Justiça, mas de outra maneira vocês não ganham, porque os homens estão bem aí, e se precisar tem mais homens no Mato Grosso, com passagem comprada” (Entrevista com Valdemar do Ferreira). Em virtude das ameaças de morte, Valdemar teve que passar uns tempos fora.

Na verdade aqui a ameaça era para todo mundo, porque ele estava querendo tirar todo mundo, agora eles viam para cima de mim, muitas vezes as pessoas até pensam que o negócio foi com fulano de tal, mas na verdade como eu naquela época era presidente, digo delegado do sindicato aqui da região, aquelas pessoas que estão mais próximas do movimento eles procuram tirar, que aí o movimento fica fraco, termina facilitando para que os outros saiam, eles queriam era que desocupássemos a área toda, vieram com propostas para comprar de pessoas que tinham mais de um serviço, eles só procuravam para comprar daqueles que tinham mais serviço, aqueles que não tinham nada feito, porque às vezes mora num lugar a vida toda e não tem nada, aquele ali para sair é fácil. (Entrevista com Valdemar do Ferreira).

O senhor Vasco Carlos Busato, agrônomo a serviço da Terra Soja, conseguiu, entre 1993 e 1995, regularizar 9.000 ha de terra na cabeceira do rio Tem Medo em nome de 46 posseiros, nenhum deles da localidade e, logo em seguida, converter todos os títulos em uma única propriedade no seu nome:

Ele usou nome de laranjas empregados dele, vinha com o CPF e imediatamente quando o cabra dava o CPF para fazer aquele título já assinava procuração no cartório para ele com todos os poderes, então ele pegava o CPF e a procuração. Com o título ele registrava no cartório e transferia para ele. Ao todo o De Carli conseguiu naquela região (...) mais ou menos 140 títulos de terra. (Entrevista com João Fonseca, líder sindical)

No Porto Isidoro, que hoje é uma das comunidades que formam a associação São Francisco, os agricultores recebiam ameaças de duas direções. De um lado, De Carli se apresentava enquanto proprietário de parte das terras. E de outro lado, a AGROSERRA, que se apresentava enquanto dona da outra metade. A atuação da ACA, do MEB e do Irmão Bruno Haspinger contribuiu para que uma parcela dos agricultores familiares não abandonasse suas terras, mesmo não tendo documentos que comprovassem a posse das terras e com poucas condições de lutar contra as investidas de especuladores e grandes empresários agrícolas.

(...) mandaram que a gente tirasse as coisas de casa porque eles precisavam da terra, a gente não abriu mão, a gente dentro dos vãos, dentro dos próprios vãos que a gente trabalha, a gente achou demarcador dele demarcando dentro dos vãos tirando lote de terra, a gente teve que agir contra eles, não na parte de briga, mas mandando que eles se ausentassem que a terra era nossa e eles voltavam porque os agrimensores, os topógrafos eles tinham muito medo desses conflitos de terra, aí eles saíram. (Entrevista com João Américo, da comunidade Porto Isidoro).

As intimidações não ficavam apenas nas palavras:

A ameaça maior que ele tinha era um grupo de pistoleiro, que diz que era pistoleiro, inclusive tem um que foi até vereador de Balsas [Amauri Carneiro de Sousa], que era uma pessoa que trabalhava para ele, que foi quem nos ameaçou mais, ele mandava nós sairmos e o que ele mais mostrava para nós ter medo era esse grupo de pistoleiro que ele comandava, aí ele dizia que saia de qualquer jeito, a gente chegou a conhecer a sede dele, era um grupo de homem armado de revólver e a gente sentia muito medo, inclusive até essa pessoa que estava enfrentado essa questão conosco chegou a ser ameaçado também. (Entrevista com João Américo, da comunidade Porto Isidoro).

A estratégia do grupo chefiado pelo senhor De Carli era desarticular a organização das famílias que moravam nas terras de seu interesse, pela ameaça e/ou pelo aliciamento. Algumas famílias recebiam dinheiro para irem embora de suas terras. Contudo, os conflitos pela terra nos Gerais de Balsas extrapolaram as fronteiras nacionais e passou a ser acompanhado de perto por ONGs e movimentos sociais europeus de defesa dos direitos humanos e de apoio à agricultura familiar, que divulgavam nos meios de comunicação de seus países e mandavam cartas aos órgãos públicos brasileiros:

Não o conhecemos [Johannes Holz] e nem ao seu grupo de amigos que tem nos enviando cartas. Não sabemos à que órgão pertence, porque não se identificou em sua carta. Não temos qualquer obrigação de responder-lhe e também não aceitamos qualquer ingerência, principalmente de outro país, em nossos negócios. Mas não queremos perder a oportunidade que se apresenta para esclarecer em definitivo este assunto indigesto, ao qual você e seus amigos se envolveram gratuitamente e inocentemente, sendo que da mesma forma que os moradores daquela região, estão sendo USADOS em proveito de alguns espertalhões [refere-se à Igreja Católica]. (DE CARLI, 1994, grifos do autor).

Para continuarem morando e cultivando a terra nos Gerais de Balsas, os agricultores familiares lançaram mão de novas formas de organização social, capitaneadas por um amplo movimento de defesa das famílias expulsas e ameaçadas de expulsão pelo senhor Euclides De Carli, articulado por seus órgãos de representação, pelas Igrejas Católica e Luterana e por movimentos sociais europeus que pressionavam os poderes públicos brasileiros (ver Tabela 15). Esses conflitos se desenrolaram em diferentes níveis: local, regional e nacional, com a

atuação da ACA, do STTR e das Igrejas Católica e Luterana; e internacional, com a participação de movimentos sociais europeus que defendiam o embargo à soja maranhense.

Deste modo, a instalação do PC-GEBAL, com recursos da terceira etapa do PRODECER, ocorreu à custa da expulsão de muitas famílias de suas terras pelo senhor De Carli, que vendeu a área do projeto:

(...) na cabeceira do [rio] Tem Medo, pegando também toda a área do Mandacaru. Tanto no Mandacaru como no Tem Medo tinha gente (...) eles foram obrigados a migrarem, mudarem para dentro dos baixões onde hoje está na Pedra Branca, no Brejo de Raiz, quer dizer que as terras são menos férteis, não é? Terra de beira de brejo é fraca e lá era baixão, mas muita gente ainda permanece lá e quando a gente tentou ver essa questão da terra do Estado, porque lá eles não tinham documento das áreas, ninguém tinha documento, eram todas terras que pensávamos ser do Estado, quando a gente foi ver lá não tinha mais terra nenhuma de Estado, a terra era toda do senhor Euclides De Carli, ele conseguiu documentar toda aquela área em nome de pessoas fantasmas de São Paulo, de São Jose do rio Preto (SP), pessoas que nunca pisaram lá, então ele conseguiu documentar aquilo tudo. (Entrevista com Abraão, líder sindical).

Em 1997, a criação de assentamentos rurais nos Gerais de Balsas assegurou às famílias das comunidades de Boqueirão, Brejo de Raiz, Buritirana, Porto Isidoro e Sucupira a posse legal da terra após a escrituração dos títulos coletivos emitidos pelo INTERMA. No entanto, as famílias das comunidades Águas Claras, Brejo do Rancho, Buritizal, Caracol, Ferreira, Jatobá, Pedra Branca e São Paulo não conseguiram escriturar os títulos emitidos pelo INTERMA, porque no Cartório do 1º Ofício de Balsas não existem matrículas suficientes para registrar os perímetros descritos nos títulos, isso ocorre porque o INTERMA já havia emitido títulos para especuladores na mesma área que emitiu para os agricultores familiares.

Tabela 15 – Estratégias que garantiram aos agricultores familiares a posse da terra

DATA	DESCRIÇÃO DA AÇÃO
11/10/1988	Primeira denúncia ao INTERMA, processo n.º 5.824
26/10/1989	Segunda denúncia ao INTERMA, processo n.º 7.863
06/11/1990	Terceira denúncia ao INTERMA, processo n.º 7.863
14/11/1993	A Assembleia Diocesana de Balsas manda uma carta para o Governador, o INTERMA e o INCRA
21/11/1993	STTR, MEB e ACA lançam uma denúncia internacional, provocando uma forte repercussão
29/11/1993	Grande mutirão no Ferreira para plantar a roça do delegado sindical Valdemar da Silva Oliveira, ameaçado de morte
10/02/1995	Entrega dos títulos pelo INTERMA

Fonte: Documentos da ACA.

Mesmo após a criação dos assentamentos constituintes do Projeto Alto e Médio Rio Balsas, as famílias do Subprojeto Rio Peixe continuaram a ter suas terras invadidas:

Rapaz, eu não lembro, faz tempo [1998]... era 400 ha que ele [colono do Projeto Batavo] queria ficar, diz que tinha tirado dois títulos de 200 ha cada um, mas depois disso ainda fomos em Balsas com ele, nesse tempo aquele João Fonseca [sindicalista] parece que ele trabalhava na Pastoral da Terra, aí o João Fonseca tratou com ele e eu fui daqui, fomos no cartório e registramos e não era para ele [o invasor] desmatar mais nenhuma vara em cima da serra e o que ele já havia desmatado era dele e aqui pra baixo era nosso. (Entrevista com Albertino da Pedra Branca).

Os agricultores familiares dos Gerais de Balsas, mesmo aqueles que ainda não conseguiram registrar em cartório os títulos emitidos pelo INTERMA, modificaram suas estratégias produtivas, no sentido de retomar a atividade pecuária, até mesmo pelas condições creditícias do PRONAF. Nas comunidades Boqueirão, Porto Isidoro e Sucupira, por exemplo, não houve produção agrícola em 2009. As principais atividades econômicas são a pecuária e a oferta de serviços (cabeleireiro, operador de motosserra e comerciante). No restante das comunidades, o plantio de arroz, feijão e mandioca estão associados à pecuária.

Bom quando nós pensamos no projeto para os pequenos, nós pensamos em modernizar, foi tanto que em 1997 a gente construiu uma ponte no rio Balsas. (...) Veio recursos para esses projetos dos pequenos, não foi recurso de governo do Estado, nem de prefeito, foi recurso vindo de fora, do Irmão Bruno, que nessa época fazia projetos e conseguiu, e aí foi conseguindo aos poucos trator, colheitadeira e foi feito um projeto para dar assistência técnica, tinha um técnico disponível lá para realmente dar assistência para eles [assentados], foi feito projeto de plantio de coco irrigado, foi dada toda uma estrutura, está entendendo? (Entrevista com Abraão, líder sindical).

O Projeto Alto e Médio Rio Balsas e a ACA não tinham apenas a pretensão de garantir o acesso à terra aos agricultores familiares dos Gerais de Balsas, mas a partir dos modelos de apropriação do espaço e dos recursos naturais impostos pelo Estado, quando da criação dos assentamentos, modernizar o processo produtivo, com a mecanização do plantio e colheita e oferta de assistência técnica, processo que se insere na lógica das políticas públicas para a agricultura familiar na segunda metade dos anos 1990, como o PRONAF e Projeto Lumiar⁷⁴, e que representou a institucionalização da agricultura familiar no Brasil a partir de então.

⁷⁴ O projeto Lumiar foi criado com base na resolução n.º 95, de 20 de novembro de 1996, do Conselho Diretor do INCRA. Entre dezembro de 1996 e junho de 1997, as diretrizes foram avaliadas, sendo consolidadas no segundo semestre de 1997. O formato do Projeto Lumiar baseia-se no programa Conta Cooperativa de Capacitação (CONTACAP), desenvolvido no Ceará, Pernambuco e Bahia, entre 1994 e 1995 (PIMENTEL, 2007).

A ACA também foi responsável pela criação da Escola Família Agrícola (EFA)⁷⁵ e da Associação dos Pais e Mestres dos Jovens dos Projetos Rio Peixe e Ribeirão do Ásia, para gerir a escola, no dia 17 de outubro de 1997. A EFA oferece ensino médio, e o método de ensino é de alternância, em que o aluno passa 15 dias na escola, em alojamentos, e 15 dias na casa dos pais. Todos os alunos contribuem com uma taxa mensal (dinheiro ou alimentos) para ajudar nos custos de manutenção da escola, e também cuidam de hortas, de bovinos, de caprinos, de galinhas e de peixes para ajudar na alimentação (café da manhã, almoço, lanche e jantar) e contribuir na aprendizagem de novas técnicas produtivas.

Doações do exterior pagam os salários dos funcionários e ajudam na melhoria da infraestrutura da escola. O Estado e o Município pagam os professores contratados (que moram na comunidade e são agricultores ou filhos de agricultores) e fornece material didático. Porém, as doações do exterior vêm diminuindo a cada ano e os problemas financeiros passaram a ser mais frequentes:

(...) agora vem sempre menos, porque com o governo Lula, que é um governo popular e socialista, voltado para essa questão da pobreza, os países [ricos] não estão mais querendo financiar. A pobreza que o Brasil tinha não existe mais, mas com essa questão da escola a gente ainda consegue alguma ajudinha, mas não é essas coisas não. No início era tudo com recurso de fora. Depois o governo colocou a parte dele para monitor. Nós estamos preocupados é porque agora não vai mais ter ninguém contratado, tem que ser concursado e concursado vai ser chamado para trabalhar pelo município e o currículo do município é outro, diferente da Escola Família. Então nós estamos preocupados com essa situação. Agora já fizemos reunião com os vereadores para ver como é que fica essa situação, então não está muito fácil. (Entrevista com Abraão, líder sindical).

A EFA vem contribuindo não só para a educação formal das crianças e jovens como também para a fixação dos jovens no campo e, conseqüentemente, para a manutenção e consolidação da agricultura familiar nos Gerais de Balsas:

É a diferença ai que está na Escola Família, porque se você pega uma jovem, as meninas do Santana e quando terminar o curso técnico, uma minha que estudou na Escola Família, a Raquel, eu tenho duas filhas mulheres uma estudou na Escola Família e a outra não estudou, quando elas chegam lá em casa é o inverso uma da outra, essa que estudou na cidade, casou agora, trabalha na prefeitura ela tem... Deus, a livre de apanhar ao menos um feijão bem ali na roça, ela acha que é sofrimento, a outra [que estou na EFA] se tiver um porco dentro da lama ela vai lá, derruba, senta em cima, se tiver uma vaca no mato ela sai no cavalo e vai atrás, se eu tiver na roça fazendo o que seja, apanhando um garrancho, pois ela veste uma calça velha, calça uma botina e vai para lá, porque ela entendeu que aquilo ali não é um serviço que faz vergonha é um serviço duro, é! Mas ela entendeu que é dali que se come, apesar do serviço duro, mas no fundo é gostoso, então comparando as

⁷⁵ No Brasil, as Escolas Família Agrícola surgem a partir de 1969, com o trabalho do padre jesuíta Humberto Pietogrande, que procurava combater o êxodo rural (NASCIMENTO, 2004).

meninas do Santana que é o meu vizinho lá, que estão terminando o curso técnico, ela chega lá seja na casa delas ou na minha casa elas vão lá para minhas mangueiras, criação de porco, o que é necessário fazer elas fazem, não tem vergonha, porque elas entenderam e dizem – **Olha! Nós estamos estudando para aprender a desenvolver a nossa propriedade.** (Entrevista com João Fonseca, líder sindical, grifo nosso).

Avaliando o antes e o depois dos grandes projetos de cultivo de soja, os agricultores familiares dos Gerais destacam que:

(...) a gente sentia que vivia mais feliz, a primeira coisa é que agente não usava nada com veneno porque a gente tinha medo, até os animais eram criados mais tranqüilos e hoje ficou tudo mais difícil, as caças não existem mais, eles plantam e não fazem curva de nível, [o agrotóxico] está descendo, entra no nosso baixão e para completar essa safra passada [2008] dentro da nossa roça de toco, dentro do baixão nasceu soja, nasceu milheto, nos córregos tinha muita piaba aqui, desapareceram e as águas, também estão desaparecendo, baixando um pouco, inclusive a nossa margem da Buritirana que é o centro da associação (...). É tanto que nós temos um baixão que esse ano não está servindo para trabalhar e vamos fazer roça de toco e se continuar do jeito que está no ano que vem não vai prestar mais para nada, porque onde era barro não se vê mais, só é areia descendo da serra, dos projetos que eles fazem, aonde sai do projeto mesmo, já arrasta folha, arrasta tudo e acaba indo parar na água, para ter uma justa prova de que nós estamos bebendo água intoxicada, porque a soja vem nas enxurradas e eles plantaram com veneno, a gente ainda pede para eles não fazerem isso, mas acontece do mesmo jeito. (Entrevista com Custódio da Buritirana).

E que a quantidade de pragas nas lavouras aumentaram:

Antigamente, naqueles tempos era diferente de hoje, no tempo que meu pai era novo a gente trabalhava de roça toda vida, as coisas que plantava na roça sempre dava, não tinha tanta praga, podia plantar a qualquer tempo que tinha fartura dava fava, feijão e hoje depois que chegou esse grande projeto não dá mais, você planta, mas a praga vem e acaba com tudo, dá mal o arroz e a mandioca e se plantar no final de fevereiro, antigamente a gente plantava em novembro, dezembro que a gente fazia esses plantios, de primeiro era assim (Entrevista com Joacir do Ferreira).

O feijão, tem uns que conhecem como trepa pau esse nós plantávamos todo tempo e dava bom, hoje não dá mais não, se você deixar para plantar já meio tarde não dá de jeito nenhum, tem um cascudo, que como eles [sojicultores] jogam veneno nas lavouras dele aqui aí desce para cá para os baixões (Entrevista com Valdemar do Ferreira).

Essas falas mostram como a distribuição dos custos ambientais nos Gerais de Balsas tem sido desigual. Os sojicultores controlam as áreas mais férteis e as nascentes de rios importantes na região. Os agricultores familiares se apropriaram dos baixões, áreas menos férteis e mais suscetíveis aos processos de erosão e voçorocamento. Além disso, os efeitos do uso de agrotóxicos nas lavouras de soja, milho e algodão, são sentidos na alteração física e química das águas, que são abundantes em todas as comunidades, exceto no Ferreira, onde

existe um poço artesianos; e tem deslocado pragas para as lavouras de arroz e feijão dos agricultores familiares mais próximos do Projeto Batavo.

Mas, os agricultores familiares reconhecem que a instalação de grandes fazendas produtoras de grãos aumentou as oportunidades de ganhar dinheiro:

Para ganhar assim um dinheiro ficou mais fácil, agora em termos de criação piorou porque aí o pouquinho gado que tem, tem que ser fechado e além disso vem o problema da praga, antes não tinha praga aqui, hoje tem que foi trazido nesse desenvolvimento da fruta da soja. (Entrevista com Valdemar do Ferreira).

Os agricultores familiares que acessaram o crédito fundiário modificaram suas formas de organização social e os modelos de apropriação. A exigência de criação de associações para que as famílias tivessem acesso às políticas que formam a Reforma Agrária de Mercado no Brasil, expressou uma tentativa de coletivização da apropriação da terra, que hoje tem como resultado a dificuldade das famílias produzirem o suficiente para viverem e para pagarem a dívida, que é coletiva. O uso da terra também mudou. As roças de toco deram lugar ao plantio mecanizado, parcialmente, porque a colheita ainda é manual, e grande parte das plantações passou a ser feita nas chapadas.

Como as áreas reformadas, via crédito fundiário, são próximas da cidade, os agricultores familiares vendem seus produtos em restaurantes, comércios e feiras. As mulheres do Povoado Santa Luzia e de outros projetos do crédito fundiário, todos os sábados saem de trator, motos e carros, para vender hortaliças e doces caseiros na feira livre da cidade, organizada pelo Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), pela Secretaria Municipal de Agricultura, que forneceu quite de irrigação, e pela AGERP, que ficou responsável pelos serviços de assistência técnica para a horticultura.

Os processos de territorialização ocorridos no município de Balsas, entre 1977 e 2010, mostram que há um controle maior dos recursos naturais pelos sojicultores, e que as tensões entre os três projetos territoriais possibilitaram a organização da agricultura familiar, embora os custos das mudanças ambientais recaiam mais sobre esses atores sociais. Como a territorialização é um processo contínuo, dinâmico, fruto das práticas dos atores sociais que se apropriam do espaço e de seus recursos naturais, transformações ocorrerão, novos projetos podem emergir e os projetos atuais podem ser redefinidos ou ter o ingresso de novos atores sociais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O avanço da soja sobre o Cerrado e a Amazônia foi um processo marcado por disputas pela posse da terra, entre projetos territoriais sojícolas e projetos agropecuários familiares; mobilização de recursos institucionais para a formalização de modelos de apropriação do espaço e seus recursos naturais, que representou uma ressignificação da grande propriedade. Nos termos de Palmeira (1989) uma modernização do latifúndio em detrimento da propriedade familiar, destacada no Estatuto da Terra; e por mudanças ambientais que acabaram afetando as bases produtivas da agricultura familiar.

No Sul do Maranhão, os efeitos da modernização agrícola são tardios, quando comparados com regiões do Cerrado mineiro e goiano. Em virtude disso, tais efeitos foram alicerçados em diferentes estratégias de legitimação, devido à incorporação da questão ambiental à agenda do Estado, embora o pano de fundo tenha sido quase que o mesmo: desenvolver uma agricultura moderna em terras “terras mecanizáveis e bem posicionadas geograficamente” (DE CARLI, 1994), gerar empregos, renda e o desenvolvimento econômico. O diferencial, portanto, é a posição geográfica de Balsas, próxima da ferrovia FNS e EFC e do complexo portuário de Itaqui, que permitiam a exportação de soja para a Europa e Ásia com custos menores.

Os grandes projetos agrícolas implementados no Pólo Agrícola de Balsas procuraram desqualificar completamente os agricultores familiares que, segundo De Carli (1994), “jamais cultivaram as terras que ocupam e sim apenas derrubaram a floresta natural e a queimaram, transformando as poucas reservas em desertos e capoeiras”. A fala do senhor De Carli expressa estratégias de legitimação do projeto sojícola, menos agressivo ao meio ambiente porque não faz queimadas, e mais produtivo. É nesse contexto que se inserem as mais significativas disputas entre projetos territoriais no Sul do Maranhão.

Os agricultores familiares retrucam os discursos dos sojicultores com a fala de que “o que se consome aqui também não é soja, o que se consome aqui é arroz, feijão é farinha de mandioca, carne de frango, de porco, de gado, de peixe é essas coisas” (Entrevista com Abraão, líder sindical). Realmente, a soja produzida em Balsas, não é beneficiada no município e toda exportada para os mercados europeus e asiáticos pelas tradings Bunge, Cargill e Ceagro, e apenas a Algar Agro, a última a se instalar, processa a oleaginosa numa

unidade industrial no município de Porto Franco, inaugurada em 2007. Tem-se, então, uma disputa simbólica em torno da segurança alimentar.

Os discursos e falas em torno da geração de empregos, renda e segurança alimentar remetem a diferentes modelos de apropriação dos recursos naturais e demais temáticas associadas, como preservação e degradação ambiental que, por sua vez, refletem tensões entre os projetos territoriais sojícola e agropecuário familiar, responsáveis pelos processos de mudança ambiental, provocadas pelas práticas socioambientais dos atores que se apropriam dos recursos naturais e de territorialização, expressas no entrelaçamento dessas práticas nos seus efeitos sobre o espaço (CUNHA, SILVA e NUNES, 2008).

A análise da figuração social não se pautou nas individualidades dos atores sociais: pecuaristas, agricultores familiares e sojicultores, ligadas umas às outras, mas nas relações de interdependência estabelecidas que tiveram como elemento central a apropriação do espaço e seus recursos naturais e expressaram as correlações de forças produzidas no seu interior. A alteração do balanço de tensões da figuração, devido às tensões entre pecuaristas e sojicultores sobre a criação de animais a solta engendraram uma movimentação no interior da figuração. Na década de 1980, a pecuária deixa de ser a principal atividade agropecuária do Sul do Maranhão para dar lugar ao cultivo da soja, o que não implicou no fim da pecuária.

Essa foi a primeira grande mudança no interior da figuração, no período desse trabalho, a saber, 1977 a 2010. As correlações de forças foram modificadas e os sojicultores pioneiros passaram a exercer um controle maior sobre a base de recursos naturais. Graças ao modelo teórico adotado, ecologia política figuracional, foi possível verificar as modificações no interior do projeto territorial sojícola, com o ingresso de novos atores a partir de 1988, e as empresas produtoras de grãos, que iniciam um processo de empresarização da soja e o estabelecimento de um novo modelo de apropriação dos recursos naturais.

As empresas produtoras de grãos têm como base produtiva extensões de terra contínuas de mais de 2.000 ha, chegando até a 30.000 ha. Essa mudança, associada à criação do Corredor de Exportação Norte, representou uma pressão sobre as terras não tituladas dos agricultores familiares dos Gerais de Balsas e, por conseguinte, alteração das correlações de forças e transformações no interior da figuração social. A regularização de terras feita pelo senhor De Carli e sua venda posterior para instituições que implementaram grandes projetos, deu às empresas produtoras de grãos o controle de todos os planaltos (chapadas) dos Gerais de Balsas que passaram a ocupar maior espaço no projeto territorial sojícola.

Apesar da dominação da sojicultura ter consolidado um modo de partilha do poder, permanecia um equilíbrio instável de tensões, porque havia uma interdependência funcional

entre os sojicultores e os agricultores familiares, que procuraram, com o apoio de seus órgãos de representação, movimentos sociais e ONGs nacionais e internacionais, para defender a produção agropecuária familiar enquanto um modelo de apropriação dos recursos naturais, especialmente nos Gerais de Balsas. Isso nos mostra, que embora as diferenças de poder sejam grandes, as transformações são possíveis, porque o poder não é um amuleto, que um indivíduo possui e outro não, e sim intrínseco às relações humanas, todas elas (ELIAS, 2005).

A criação dos assentamentos rurais do Projeto Alto e Médio Rio Balsas, em 1997, marcaram mais uma modificação no interior da figuração social: os agricultores familiares conseguiram mobilizar recursos institucionais para formalizarem a produção agropecuária familiar como um modelo de apropriação do espaço e dos recursos naturais nos Gerais de Balsas, mesmo tendo ficado com as terras menos férteis e mais suscetíveis à erosão pluvial e aos demais impactos do uso de agrotóxicos nas grandes lavouras cultivadas nas chapadas. Mudança que deu novos contornos ao equilíbrio instável de tensões na figuração.

Recentemente, nos últimos cinco ou seis anos, vem ocorrendo um novo movimento ou tentativa de movimentação de posições no interior da figuração social, decorrente das discussões em torno das Áreas e Preservação Permanente (APP) e das áreas de reserva legais, que no Cerrado equivalem a 35% da área do estabelecimento agropecuário. As empresas produtoras de grãos, que se instalaram entre 1988 e 1995 não respeitaram o limite legal das áreas de reserva, em alguns casos desmatando 100% da área, agora sendo multadas e impedidas de acessar linhas de crédito rural. A solução adota e tentar comprar as terras dos baixões, dos agricultores familiares, para servirem de reserva legal.

As relações entre sojicultores e agricultores familiares são permeadas pela interdependência funcional. Deste modo, uma alteração nos modelos de apropriação da terra e dos recursos naturais em um dos grupos interfere diretamente no outro. E nesse caso, representa uma nova pressão sobre os agricultores familiares, os mais fragilizados nas disputas, e uma movimentação no interior da figuração, porque alguns agricultores familiares já venderam suas terras para as empresas produtoras de grãos as transformarem em áreas de reservas legais, e assim livrarem-se das multas e voltarem a ter acesso a crédito rural.

Essas mudanças no interior da figuração ilustram também processos de mudanças ambientais, como o crescimento das áreas agrícolas, através do desmatamento, e a degradação do solo, como as erosões pluviais e os voçorocamentos. No caso de Balsas, a pecuária extensiva representou uma dinâmica de territorialização organizada por um modelo de apropriação da terra altamente degradante para o solo, devido o uso das queimadas para

renovar as pastagens naturais. Na área de análise das mudanças ambientais, a pecuária deixou um rastro de 36.217,228058 ha de solo exposto, em 1984.

Com a sojicultura, o tamanho das áreas de solo exposto teve uma redução, segundo os dados das imagens de satélite de 1997, porque a natureza teve um tempo para se regenerar. Mas, o desmatamento de área para o desenvolvimento de atividades agrícolas cresceu 1.065,83%, entre 1984 e 1997. Esse foi o período de estabelecimento dos grandes projetos agrícolas nos Gerais de Balsas, como o PC-GEBAL, que serviu como um projeto piloto para a definitiva apropriação dos planaltos da região pelas empresas produtoras de soja, e depois de milho e algodão, como nos mostra o Mapa 10, o quanto cresceu a agricultura na região.

Os processos de territorialização, entre 1977 e 2010, remetem às contradições e aos consensos entre os grupos sociais e seus respectivos projetos territoriais (pecuário, agropecuário familiar e sojícola), que representaram nesse período diferentes poderes, estratégias de gestão do espaço e seus recursos naturais e conversões de atores sociais. A pecuária esteve, historicamente falando, muito ligada ao latifúndio no Sul do Maranhão. Hoje a grande propriedade vem sendo usada para o cultivo da soja, e a pecuária está sendo, a cada ano, mais desenvolvida pelos agricultores familiares dos Gerais de Balsas e dos assentamentos do crédito fundiário.

A retomada da pecuária pelos agricultores familiares se constitui em um processo de reconversão produtiva, porque eles foram impossibilitados de desenvolvê-la durante o auge dos conflitos pela posse da terra e estabelecimento da sojicultura. Mas com a criação dos assentamentos rurais nos Gerais de Balsas e nas demais regiões do município de Balsas, via crédito fundiário, têm-se possibilitado o desenvolvimento da produção pecuária familiar um pouco diferente da de outrora, pelo uso de tecnologia no processo produtivo, plantio de pastos, adoção de raças de crescimento mais rápido, entre outras, em associação às práticas tradicionais, como o uso do fogo para renovar as pastagens naturais.

Não se pode desconsiderar também que está em curso um projeto de pecuária de leite, em Balsas, que vem sendo desenvolvido por empresários e comerciantes que passaram a investir na industrialização do leite. Esses pecuaristas podem se enquadrar no que comumente tem sido chamado de *novos rurais* são novos atores sociais rurais e com novos modelos de apropriação, produzindo para abocanhar uma fatia do mercado pouco valorizada ou esquecida. O que facilita esse processo são as redes de relações já estabelecidas durante o período de predomínio de atividades comerciais e empresariais não agrícolas, que agora orientam novos empreendimentos.

No interior do projeto territorial sojícola também houve um processo de reconversão produtiva. A soja produzida em Balsas, entre 1977 e 1988 era exclusivamente plantada pelos chamados pioneiros, agricultores familiares que venderam suas terras no Rio Grande do Sul, como foi o caso das famílias Philipsen e Sandri, para comprarem áreas maiores e desenvolverem uma agricultura moderna. A gestão do estabelecimento era feita pela família. Nos anos de 1990, inicia-se o processo de empresarização da soja. Os pioneiros venderam ou arrendaram suas terras, ou criaram empresas para produzir sementes. As sementes de soja e milho produzidas em Balsas vêm dos estabelecimentos desses sojicultores pioneiros.

As reconversões produtivas foram importantes para compreender os processos de territorialização em Balsas, Sul do Maranhão, porque representaram as dinâmicas constituintes do espaço, um dos pressupostos básicos da ecologia política que, é importante repeti-lo: “de que o poder circula entre diferentes grupos sociais, recursos e espaços e, assim, molda o ambiente em que ocorrem a ação e a interação entre seres humanos” (CUNHA, 2004, p. 22). Quero, com isso, dizer que o espaço, assim como seus recursos naturais, do Sul do Maranhão, foram sendo moldados pelas relações de interdependência entre os pecuaristas, agricultores familiares e sojicultores no interior da figuração social.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABIOVE. **Dados do complexo da soja.** Disponível em: <http://www.abiove.com.br/menu_br.html>. Acesso em: 25 ago. 2010.

ABY-AZAR, C. Ceval decide construir fábrica de farelo e óleo em Balsas, no Maranhão. **Gazeta Mercantil**, São Paulo, 20 nov. 1993, Caderno Economia, p. 19.

AGUIAR, T. J. A.; MONTEIRO, M. S. L. Modelo Agrícola e desenvolvimento sustentável: a ocupação do Cerrado piauiense. **Revista Ambiente & Sociedade**, Campinas, v. 8, n. 2, p. 1-18, jul. 2005.

ALIER, J. M. **O ecologismo dos pobres: conflitos ambientais e linguagem de valoração.** São Paulo: Contexto, 2007.

ALIMONDA, H. La ecologia política de Mariategui: buscando una herencia en Lima. **Revista Tareas**, Panamá, n. 125, p. 75-87, abr. 2007.

ALMEIDA, A. W. B. **Conflitos e lutas dos trabalhadores rurais no Maranhão.** São Luís: CPT, 1982.

_____. Terras tradicionalmente ocupadas: processos de territorialização e movimentos sociais. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 1, p. 9-32, maio 2004.

ALVES, V. E. L. A mobilidade sulista e a expansão da fronteira agrícola brasileira. **Revista Agrária**, São Paulo, n. 2, p. 40-68, jan./jun. 2005.

_____. **Mobilização e modernização nos cerrados piauienses: formação territorial do império do agronegócio.** 2006. 305f. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

ANDRADE, M. P. **Os gaúchos descobrem o Brasil: projetos agropecuários contra a agricultura camponesa.** São Luís: EDUFMA, 2008.

ANTUNES, L. Agrinvest faz operação pioneira no agronegócio e obtém capital no exterior. **Blog Aqui no Brasil**, 06 out. 2010. Disponível em: <<http://exame.abril.com.br/blogs/aqui-no-brasil/tag/agrinvest/>>. Acesso em: 13 fev. 2011.

AQUINO, F. G.; WALTER, B. M. T.; RIBEIRO, J. F. Dinâmicas de populações de espécies lenhosas de Cerrado, Balsas, Maranhão. **Revista Árvore**, Viçosa, MG, v. 31, n. 5, p.793-803, set./out. 2007.

ARAÚJO, R. Maranhão pode voltar a ser um grande pólo produtor de algodão. **Secretaria de Estado da Agricultura, Pecuária e Pesca**, São Luis. Disponível em: <<http://www.sagrima.ma.gov.br/index.php/component/content/article/7-noticiadestaque-/221-maranhao-pode-voltar-a-ser-um-grande-polo-produtor-de-algodao>>. Acesso em: 29 mar. 2011.

ARAÚJO, R. et al. Estado e sociedade na BR-163: desmatamento, conflitos e processos de ordenamento territorial. In: CASTRO, E. **Sociedade, território e conflitos: BR-163 em questão.** Belém: NAEA, 2008, p. 13-83.

AZEVEDO, A. I.; MARTINS, H. T.; DRUMMDOND, J. A. L. A Dinâmica institucional de uso comunitário dos produtos nativos do Cerrado no município de Japonvar (Minas Gerais). **Revista Sociedade e Estado**, Brasília, v. 24, n. 1, p.193-228, jan./abr. 2009.

BALDEZ, C. CEBs. **Jornal da UFRJ**, Rio de Janeiro, n. 10, p. 8-9, nov. 2005.

BALSAS ganhará duas indústrias: Ceval e Agroceres promovem investimentos no Sul do Maranhão. **Jornal O Estado do Maranhão**, São Luís, 19 ago. 1993, Caderno Economia, p. 5.

BARBOSA, M. P. Princípios físicos de sensoriamento remoto. Programa de suporte técnico à gestão de recursos hídricos (ABEAS). **Curso de Especialização em Sensoriamento Remoto e SIG. Módulo 2**. Brasília, 1996. 47 p. il.

_____. Sensoriamento remoto e SIG aplicados à avaliação e manejo dos perigos naturais. **Relatório de Pós-Doutorado**. Campina Grande: UFPB, 1997. 41 p. il.

_____. **Sensoriamento remoto aplicado ao estudo dos recursos naturais e do ambiente**. Campina Grande: DEAg/UFPB, 2000. 50 p. il.

BARBOSA, T. **Subsídios para a história de Balsas**. Imperatriz (MA): Ética, 2008.

BATISTA, E. Produtores agrícolas interditam três rodovias. **Jornal O Imparcial**, São Luís, 17 maio 2006. Disponível em: <<http://www.oimparcial.com.br>>. Acesso: 13 mar. 2011.

BATISTELLA, M.; VALLADARES, G. S.; BOLFE, E. L. Monitoramento da expansão agropecuária como subsídio à gestão ambiental estratégica na região Oeste da Bahia, Brasil. In: BATISTELLA, M.; MORAN, E. F. (Orgs.). **Geoinformação e monitoramento ambiental na América Latina**. São Paulo: SENAC, 2008, p. 163-195.

BELMONTE, J. T. El proceso de monopolización del sistema agroalimentario mundial. **Revista Ecología Política**, n. 28, p. 61-67, jul./dic 2004.

BERTRAND, J. P.; LAURENT, C.; LECLERCQ, V. **O mundo da soja**. São Paulo: Hucitec, 1987.

BICKEL, U. **Brasil: expansão da soja, conflitos sócio-ecológicos e segurança alimentar**. 2003. 169f. Dissertação (Mestrado em Agronomia Tropical) – Faculdade de Agronomia, Universidade de Bonn, Bonn, 2003.

BIERSACK, A. Introduction: from the “new ecology” to the new ecologies. **American Anthropologist Review**, Arlington, v. 101, n. 1, p. 5-18, Mar. 1999.

BOSERUP, E. **Evolução agrária e pressão demográfica**. São Paulo: Hucitec, 1987.

BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. 8. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

BRASIL. Presidência da República. **Decreto-Lei n.º 1.179**, de 6 de julho de 1971. Institui o Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à Agroindústria do Norte e do Nordeste (PROTERRA). Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/ccivil/Decreto-Lei/1965-1998/De11179.htm>>. Acesso em: 31 jan. 2011.

_____. Presidência da República. **Decreto n.º 74.607**, de 25 de dezembro de 1974. Dispõe sobre a criação do Programa de Pólos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia (POLAMAZÔNIA). Disponível em: <<http://www6.senado.gov.br/legislacao>>. Acesso em: 09 ago. 2010.

_____. Presidência da República. **Lei n.º 7.802**, de 11 de julho de 1989. Dispõe sobre a pesquisa, a experimentação, a produção, a embalagem e rotulagem, o transporte, o armazenamento, a comercialização, a propaganda comercial, a utilização, a importação, a exportação, o destino final dos resíduos e embalagens, o registro, a classificação, o controle, a

inspeção e a fiscalização de agrotóxicos, seus componentes e afins, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L7802.htm>. Acesso em: 13 maio 2011.

_____. Presidência da República. **Lei n.º 9.985**, de 18 de julho de 2000. Regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9985.htm>. Acesso em: 13 jan. 2011.

_____. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Programa Nacional de Crédito Fundiário: consolidação da agricultura familiar. **Manual de operações**. Brasília, 2004. 43 p. il.

_____. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Política nacional de assistência técnica e extensão rural**. Brasília: MDA, 2007. 22 p. il.

_____. Ministério do Meio Ambiente. Relatório técnico de monitoramento do desmatamento no bioma Cerrado: 2002-2008. **Relatório**. Brasília, 2009. 71 p. il.

_____. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **A estratégia para vencer desafios: 2006-2015**. Brasília: MAPA, 2010a. 36 p. il.

_____. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. **Exportação brasileira**. Disponível em: <<http://www.mdic.gov.br/sitio/interna/interna.php?area=5&menu=2463&refr=1161>>. Acesso em: 8 set. 2010b.

BRITO, L. C. **Diagnóstico dos processos erosivos na zona rural do município de Balsas-MA**. 2006. 50f. Monografia (Bacharelado em Geografia) – Centro de Ciências Humanas, Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2006.

BRYANT, R. L.; BAILEY, S. **Third world political ecology**. New York: Rouledge, 1997.

BUNKER, S. G. Os fatores espaciais e materiais da produção e os mercados globais. In: COELHO, M. C.; MONTEIRO, M. (Org.). **A mineração e reestruturação espacial da Amazônia**. Belém: NAEA, 2007a, p. 65-101.

_____. Da castanha-do-pará ao ferro: os múltiplos impactos dos projetos de mineração. In: COELHO, M. C.; MONTEIRO, M. (Org.). **A mineração e reestruturação espacial da Amazônia**. Belém: NAEA, 2007b, p. 105-137.

CABRAL, M. S. C. **Caminhos do gado: conquista e ocupação do Sul do Maranhão**. 2. ed. São Luís: EDUFMA, 2008.

CARNEIRO, W. M. A; NARCISO SOBRINHO, J.; COELHO, M. C. S. G. **Grãos nos cerrados nordestinos: produção, mercado e estruturação das principais cadeias**. Fortaleza: BNB, 2006.

CARVALHO, N. D. As políticas públicas para o campo no Triângulo Mineiro/Alto Parnaíba-MG. SEMANA ACADÊMICA, 5. 2008, Uberlândia. **Anais...** Uberlândia: UFU, 2008.

CASTRO, A. C. **Localização e identificação das empresas processadoras de soja, suas áreas de influência, preços e custos de transporte relacionados**. Brasília: WWF, 2002.

CASTRO, B. S. **O processo de institucionalização da soja transgênica no Brasil nos anos de 2003 e 2005: a partir da perspectiva das redes sociais**. 2006. 166f. Dissertação (Mestrado de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) – Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

CEVAL beneficiará soja em Balsas. **Jornal O Imparcial**, São Luís, 17 nov. 1993, Caderno Política, p. 3.

CNA. **Sobre o sistema CNA**. Disponível em: <<http://www.canaldoprodutor.com.br/sobre-sistema-cna/federacoes#wrapper>>. Acesso em: 14 maio 2011.

COELHO, M. C. N.; CUNHA, L. H.; WANDERLEY, L. J. M. Conflitos em áreas de mineração na Amazônia: os casos dos quilombolas e dos moradores de beiras de lagos, dos canais fluviais e de estradas em Oriximiná. In: ZHOURI, A.; LASCHEFSKI, K. (Org.). **Desenvolvimento e conflitos ambientais**. Belo Horizonte: EDUFMG, 2010, p. 276-300.

COELHO NETTO, E. **História do Sul do Maranhão: terra, vida, homens e acontecimentos**. São Luís: São Vicente, 1979.

CONAB. **Mapas temáticos**. Disponível em: <<http://www.conab.gov.br/busca.php?filtro=mapa>>. Acesso em: 25 ago. 2010.

CONTAG. Novas regras do PNCF ampliam acesso à terra. **Jornal da CONTAG**, Brasília, n. 72, set. 2010, p. 7.

CUNHA, L. H. Da “tragédia dos comuns” à ecologia política: perspectivas analíticas para o manejo comunitário dos recursos naturais. **Revista Raízes**, Campina Grande, v. 23, n. 01 e 02, p. 10-26, jan./dez. 2004.

CUNHA, M. C. **Cultura com aspas e outros ensaios**. São Paulo: Cosac Naify, 2009.

CUNHA, L. H.; SILVA, J. I. A. O.; NUNES, A. M. B. A proteção da Natureza em assentamentos rurais e nas RPPN's: conflitos ambientais e processos de territorialização. **Revista Raízes**, Campina Grande, v. 27, n. 1, p. 80-96, jan./jun. 2008.

CVRD. **Diagnostico do corredor de exportação norte**. São Luís: CVRD, 1993.

DALL'AGNOL, A. et al. O complexo agroindustrial da soja brasileira. **Circular Técnica**, Londrina, n. 3, p. 1-12, set. 2007.

DE CARLI, E. [Carta] 15 jan. 1994, São José do Rio Preto (SP). 7f. [para] HOLZ, J., Alemanha. Conflito pela posse da terra nos Gerais de Balsas.

ELIAS, N. **O processo civilizador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994. 1 v.

_____. **A sociedade de corte**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

_____. **Introdução à sociologia**. Lisboa: Edições 70, 2005.

ELIAS, N.; SCOTSON, J. L. **Os estabelecidos e os outsiders**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000.

EMIR, A. Logística precária preocupa os produtores agrícolas de Balsas. **Jornal Maranhão Hoje**, São Luís, 27 maio 2010. Disponível em: <<http://www.maranhaohoje.com.br/index.php/economia/industria-comercio/2577-logistica-precaria-preocupam-os-produtores-agricolas-de-balsas>>. Acesso em: 13 de mar. 2011.

ESCOBAR, A. O lugar da natureza e a natureza do lugar: globalização ou pós-desenvolvimento? In: LANDER, E. (Org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires: CLACSO, 2005, p.133-168.

FAPCEN. Agrobalsas 2010: agricultura responsável para os cerrados nordestinos. 25 jul. 2009. **Projeto**. Balsas, 2009. 23 p. il.

FASE. **A expansão da soja no Baixo Amazonas**. Santarém (PA): FASE, 2005. Disponível em: <http://www.fase.org.br/v2/admin/anexos/acervo/1_expansao_soja_santarem.pdf>. Acesso em: 13 fev. 2011.

FERNANDES, B. M. **MST: formação e territorialização em São Paulo**. 2. ed. São Paulo: HUCITEC, 1999.

FERNÁNDEZ, A. J. C. **Do Cerrado à Amazônia: as estruturas sociais da economia da soja em Mato Grosso**. 2007. 262f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

FERRARI, B. O outro lado do eldorado nordestino da soja: expansão do agronegócio na região Mapitoba atrai levas de migrantes e cidades da região já sofrem com graves problemas de infraestrutura. **Revista Veja**, São Paulo, 21 mar. 2011. Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/noticia/economia/o-outro-lado-do-eldorado-nordestino-da-soja>>. Acesso em: 23 mar. 2011.

FERREIRA, A. G. A. **A produção e exportação de soja no Brasil e no Maranhão**. 2004. 100f. Dissertação (Mestrado em Economia) – Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2004.

FERREIRA, M. G. R. **Dinâmica da expansão da soja e as novas formas de organização do espaço na região de Balsas-MA**. 2008. 273f. Tese (Doutorado em Geografia) – Instituto de Geociências, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

_____. Repercussões da expansão da agricultura moderna sobre a pequena produção no Sul do Maranhão. In: FERNANDES, J. A. (Org.). **A territorialidade do capital**. Rio de Janeiro: Arquimedes, 2009, p. 69-88.

FETAEMA. Grito da Terra Brasil 2010: mais de 100 lideranças do Maranhão participam do dia “D” do GTB 2010. **Jornal da FETAEMA**, n. 17, jul. 2010, p. 4.

FÓRUM CARAJÁS. **Quem somos?** Disponível em: <<http://www.forumcarajas.org.br/>>. Acesso em: 6 fev. 2011.

FRANÇA, F. M. C.; SANTANA, G. M. **Plano de ação para potencializar o desenvolvimento do pólo de Balsas**. Fortaleza: BNB, 1997.

FRANCO, L. G. **Guardiões da propriedade: organizações da burguesia agrária e reforma agrária – um estudo sobre a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (1995-2001)**. 2002. 159f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2002.

FREITAS, M. I. C. et al. Caracterização das águas do rio Balsas no Maranhão. In: CONGRESSO INTERAMERICANO DE ENGENHARIA SANITÁRIA E AMBIENTAL, 27. 2000. **Anais...** Porto Alegre: AIDS, 2000.

FURTADO, J. M. Há um Eldorado no Maranhão: campeã de produtividade, Balsas, no sul do Estado, quer colher 1 milhão de toneladas no ano 2000. **Revista Exame**, n. 516, p. 34-36, dez. 1993.

GARCIA, S. B. F. Reflexos da globalização sobre a lei de proteção de cultivares no Brasil. **Revista Jurídica On-line**, Limeira, v. 1, n. 1, out./nov. 2002. Disponível em <<http://www.jurisdoctor.adv.br/revista/rev-01/art04-01.htm>>. Acesso em: 12 mar. 2008.

GARÍ, J. A. La ecología política de la biodiversidad. **Revista Ecología Política**, Barcelona, n. 20, p. 15-24, enero/jun. 2000.

GEZON, L. L. Finding the global in the local: environmental struggles in Northern Madagascar. In: PAULSON, S.; GEZON, L. L. (Eds.). **Political ecology across spaces, scales, and social groups**. New Brunswick: Rutgers University Press, 2004, p. 135-153.

GEZON, L. L.; PAULSON, S. Place, power, difference: multiscale research at the dawn of the twenty-first century. In: PAULSON, S.; GEZON, L. L. (Eds.). **Political ecology across spaces, scales, and social groups**. New Brunswick: Rutgers University Press, 2004, p. 1-16.

GIORDANO, S. R. **Competitividade regional e globalização**. 1999. 225f. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999.

GOLDBLATT, D. **Teoria social e ambiente**. Lisboa: Instituto Piaget, 1996.

GÖRG, C; BRAND, V. Política ambiental global y competencia entre estados nacionales: sobre la regulación de la biodiversidad. **Revista Ecología Política**, Barcelona, n. 19, p. 67-87, jul./dic. 2000.

GRAZIANO DA SILVA, J. **A modernização dolorosa**: estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

GREENBERG, J. B.; PARK, T. K. Political ecology. **Journal of Political Ecology**, Philadelphia, v. 1, n. 1, p. 1-12, Jan./June 1994.

GROSSMAN, S. L. **The political ecology of bananas**: contract farming, peasants, and agrarian change in the Eastern Caribbean. Chapel Hill: University of North Carolina Press, 1998.

HAESBAERT, R. Concepções de território para entender a desterritorialização. In: SANTOS, M. et. al. **Território, territórios**: ensaios sobre o ordenamento territorial. 3. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007, p. 43-71.

HALL, A. L. **Amazônia**: desenvolvimento para quem? Desmatamento e conflito social no Programa Grande Carajás. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1991.

HANNIGAN, J. Discurso, relações de poder e ecologia política. In: _____. **Sociologia ambiental**. Petrópolis: Vozes, 2009, p. 85-97.

HARDIN, G. The tragedy of the commons. **Science Magazine**, Whashington, v. 162, n. 3859, p. 1243-1248, Dec. 1968.

HASPIINGER, B. Projetos de desenvolvimento: programas PAPP e BNB. **Jornal Apoio Informativo**, Balsas, p. 16-18, maio 1995.

HEINICH, N. Uma sociologia do espaço de interações. In: _____. **A sociologia de Norbert Elias**. Bauru: EDUSC, 2001, p. 101-139.

HEREDIA, B; PALMEIRA, M.; LEITE, S. P. Sociedade e economia do “agronegócio” no Brasil. In: ENCONTRO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM CIÊNCIAS SOCIAIS, 33., 2009, Caxambu (MG). **Anais...** Caxambu (MG): ANPOCS, 2009.

HORNBORG, A. Undermining modernity: protecting landscapes and meanings among the Mik’maq of Nova Scotia. In: PAULSON, S.; GEZON, L. L. (Eds.). **Political ecology across spaces, scales, and social groups**. New Brunswick: Rutgers University Press, 2004, p. 196-214.

IBAMA. **Preocupação com incêndios florestais**. Disponível em: <<http://www.ibama.gov.br/ma/prevfogo/>>. Acesso em: 13 dez. 2010.

_____. **Consulta pública de áreas embargadas.** Disponível em: <http://siscom.ibama.gov.br/geo_sicafi/>. Acesso em: 7 maio 2011.

_____. **Malha municipal digital.** Rio de Janeiro: IBGE, 2005.

_____. **Censo Agropecuário 2006.** Rio de Janeiro: IBGE, 2006.

_____. **Censo demográfico 2010.** Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/>>. Acesso em: 15 jan. 2011.

_____. **Sistema IBGE de recuperação automática (SIDRA).** Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br>>. Acesso em: 12 dez. 2011.

INOCÊNCIO, M. E. **O PRODECER e a territorialização do capital em Goiás: o projeto de colonização paineiras.** 2002. 152f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Estudos Sócio-Ambientais, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2002.

INPE. Spring 2.0. In: _____. **Processamento de Imagens.** v. 4. São José dos Campos, 1996, p. 1-23.

_____. **Projeto PRODES: Monitoramento da floresta amazônica brasileira por satélite.** Disponível em: <<http://www.obt.inpe.br/prodes/>>. Acesso em: 30 jul. 2010.

JANSEN, K. **Political ecology, mountain agriculture, and knowledge in Honduras.** Amsterdam: Thela Publishers, 1998.

KASTER, M.; BONATO, E. R. Evolução da cultura da soja no Brasil. In: MIYASAKA, S.; MEDINA, J. C. (Org.). **A soja no Brasil.** Campinas: Ital, 1981, p. 58-64.

KAYSER SILVA, C. **Os caminhos da soja até o Maranhão.** Não Me Toque (RS): Gráfica Gapel, 2009.

KLINK, F. A. El fin de la tragedia de los comunes. **Revista Ecología Política,** Barcelona, n. 3, p. 137-145, enero/jun. 1992.

KOHLHEPP, G. Conflitos de interesse no ordenamento territorial da Amazônia brasileira. **Revista Estudos Avançados,** São Paulo, v. 16, n. 45, p. 37-61, maio/ago. 2002.

LASCHEFSKI, K; COSTA, H. S. M. Segregação social como externalização de conflitos ambientais: a elitização do meio ambiente na APA-SUL, região metropolitana de Belo Horizonte. **Revista Ambiente & Sociedade,** Campinas, v. 11, n. 2, p. 307-322, jul./dez. 2008.

LEITE, S. et al. **Impactos dos assentamentos: um estudo sobre o meio rural brasileiro.** São Paulo: EDUNESP, 2004.

LEROY, J. P. Amazônia: território do capital e territórios dos povos. In: ZHOURI, A.; LASCHEFSKI, K. (Org.). **Desenvolvimento e conflitos ambientais.** Belo Horizonte: EDUFMG, 2010, p. 92-113.

LÉVY, J.; LUSSAULT, M. **Dictionnaire de la géographie et de l'espace des sociétés.** Paris: Belin, 2003.

LIMA, R. M. **O rural no urbano: uma análise do processo de produção do espaço urbano de Imperatriz – MA.** Imperatriz (MA): Ética, 2008.

LIMA, M. S. B; MAY, P. H. **A expansão da fronteira agrícola no Sul do Amazonas e na relação com o incremento do desmatamento nas áreas de Cerrados e campos naturais.** Disponível em: <<http://www.amazona.org.br>>. Acesso em: 11 mar. 2008.

LIPIETZ, A. A. A ecologia política e o futuro do marxismo. **Revista Ambiente & Sociedade,** Campinas, v. 5, n. 1/ v. 6, n. 2, p. 9-22, jan./dez. 2003.

- LITTLE, P. E. Ecologia política como etnografia: uma guia teórica e metodológica. **Revista Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, n. 25, p. 85-103, jan./jun. 2006.
- LOPES, J. S. L. **A ambientalização dos conflitos sociais**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004, p. 17-38.
- MA: produtores de soja na região de Balsas enfrentam crise. **Jornal O Estado do Maranhão**, São Luís, 02 nov. 2008.
- MACHADO, R. B. et al. Estimativas de perda da área do cerrado brasileiro. **Relatório**. Brasília: Conservação Internacional, 2004. 26 p. il.
- MALTHUS, T. H. Ensaio sobre a população. In: _____. **Princípio da economia política**. São Paulo: Abril Cultural, 1983, p. 273-384.
- MARQUES, P. C. Preservação ambiental combina com pecuária profissional. **Folha de São Paulo**, Caderno Mercado, quinta-feira, 05 de maio de 2011. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/mercado/me0505201124.htm>>. Acesso em: 05 maio 2011.
- MARSH, G. P. **The earth as modified by human action**. New York: Charles Scribner's Sons, 1898.
- MEDEIROS, V. B. A. El movimiento de las recolectoras de coco babaçu em Brasil. **Revista Ecología Política**, Barcelona, n. 11, p. 169-173, enero/jul. 1996.
- MEJIA, M. R. G.; MOREIRA, R. J. Tensões entre diferentes ruralidades na comunidade de Taquari. In: MOREIRA, R. J.; CARNEIRO, M. J. (Org.). **Identidades sociais: ruralidades no Brasil contemporâneo**. Rio de Janeiro: DP&A, 2005, p. 89-107.
- MELLO, F. Apresentação. In: SCHLESINGER, S. **O grão que cresceu demais: a soja e seus impactos sobre a sociedade e o meio ambiente**. Rio de Janeiro: Fase, 2006, p. 5-6.
- MELO, F. H. A composição da produção no processo de expansão da fronteira agrícola brasileira. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 5, n. 1, p. 86-111, jan./mar. 1985.
- MENDONÇA, M. R. A. **A urdidura espacial do capital e do trabalho no Cerrado do Sudoeste goiano**. 2004. 458f. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Dutra, 2004.
- MORAN, E. F. **Nós e a natureza: uma introdução às relações homem-sociedade**. São Paulo: SENAC, 2008.
- MUELLER, C. C. O Estado e expansão recente da fronteira agrícola na Amazônia brasileira. In: SEMINÁRIO “EXPANSÃO DA FRONTEIRA AGROPECUÁRIA E MEIO AMBIENTE NA AMÉRICA LATINA”, 1981, Brasília. **Anais...** Brasília: UnB. v.1.
- MUELLER, C. C.; MARTHA JR, G. B. A agropecuária e o desenvolvimento sócio-econômico recente do Cerrado. In: SIMPÓSIO NACIONAL CERRADO, 9; SIMPÓSIO INTERNACIONAL SAVANAS TROPICAIS, 2. Brasília. **Anais...** Planaltina (DF): Embrapa Cerrados, 2008.
- NASCIMENTO, C. G. Escola família agrícola: uma resposta alternativa à educação do meio rural. **Revista da UFG**, Goiânia, v. 7, n. 1, jun. 2004. Disponível em: <http://www.proec.ufg.br/revista_ufg/agro/Q02_escola.html>. Acesso em: 15 jan. 2010.
- NETTO, I. “Queremos desenvolver o nosso continente”: rei da soja na Argentina fala sobre a expansão de sua empresa no continente e do modelo de negócios que pretende aplicar no Brasil. **Revista Dinheiro Rural**, São Paulo, n. 50, dez. 2008. Disponível em:

<<http://www.terra.com.br/revistadinheirorural/edicoes/50/artigo120292-2.htm#>>. Acesso em: 13 fev. 2011.

NEUMANN, R. P. Political ecology: theorizing scale. **Progress in Human Geography Review**, Chicago, v. 33, n. 3, p. 398-406, June 2009.

OLIVEIRA, J. P. Apresentação. In: OLIVEIRA, J. P. (Org.). **Indígenas e territorialização: poder, rotinas e saberes coloniais no Brasil contemporâneo**. Rio de Janeiro: Contra Capa, 1998, p. 7-14.

OLSON, M. **Lógica da ação coletiva**. São Paulo: EDUSP, 1999.

OSTROM, E. **Governing the commons: the evolution of institutions for collective action**. New York: Cambridge University Press, 1990.

_____. **Rules, games, and common-pool resources**. Michigan: University of Michigan, 1994.

_____. A behavioral approach to the rational choice theory of collective action. **American Political Science Review**, Washington, v. 92, n. 01, p. 1-21, Mar. 1998.

PÁGINA DO GAÚCHO. **Lista de CTGs no mundo**. Disponível em: <<http://www.paginadogaicho.com.br/ctg/lista.htm>>. Acesso em: 08 ago. 2010.

PALMEIRA, M. Modernização, estado e questão agrária. **Revista Estudos Avançados**, São Paulo, v. 3, n. 7, p. 87-108, set./dez. 1989.

PAULA RIBEIRO, F. Roteiro da viagem que fez o capitão Francisco de Paula Ribeiro às fronteiras da capitania do Maranhão e da de Goyaz no anno de 1815 em serviço de S. M. Fidelíssima. **Jornal do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 9, p. 5-80, 1848.

_____. Descrição do Território de Pastos Bons, nos sertões do Maranhão; propriedades dos seus terrenos, caracter de seus habitantes colonos, e estado actual dos seus estabelecimentos. **Revista Trimestral de Historia e Geografia ou Jornal do Instituto Histórico Geographico Brasileiro**, Rio de Janeiro, v. 12, p. 41-86, 1849.

PAULSON, S. Gendered practices and landscapes in the Andes: the shape of asymmetrical exchanges. In: PAULSON, S.; GEZON, L. L. (Eds.). **Political ecology across spaces, scales, and social groups**. New Brunswick: Rutgers University Press, 2004, p. 174-195.

PEDROSO, I. L. P. B.; SILVA, A. P. P. O papel das políticas públicas no desenvolvimento agroindustrial de Rio Verde – GO. **Revista Caminhos de Geografia**, Uberlândia, v. 6, n. 15, p. 20-27, jun. 2005.

PIMENTEL, V. C. **Assentamento é mais que um “projeto”**: a assistência técnica nos assentamentos rurais. 141f. Dissertação (Mestrado de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) – Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

PORTO, M. F. S. **Uma ecologia política dos riscos: princípios para integrarmos o local e o global na promoção da saúde e da justiça ambiental**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2007.

QUINTANEIRO, T. The concept of figuration or configuration in Norbert Elias’ sociological theory. **Revista Teoria & Sociedade**, Belo Horizonte, v. 2, s/e, 2006. Disponível em: <http://socialsciences.scielo.org/pdf/s_tsoc/v2nse/scs_a02.pdf>. Acesso em: 23 dez. 2010.

REYDON, B. P. L.; MONTEIRO, M. S. L. **A ocupação do Cerrado Piauiense**: um processo de valorização fundiária. Disponível em: <<http://www.sober.org.br/palestra/12050265.pdf>>. Acesso em: 27 ago. 2009.

REZENDE, G. C. **Ocupação agrícola e estrutura agrária no Cerrado**: o papel do preço da terra, dos recursos naturais e da tecnologia. Disponível em: <<http://www22.sede.embrapa.br/unidades/MC/sge/ocupação-agrária.pdf>>. Acesso em: 27 ago. 2009.

RIBEIRO, D. As fronteiras da expansão pastoril. In: _____. **Os índios e a civilização**: a integração das populações indígenas no Brasil moderno. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, p. 63-108.

ROBBINS, P. **Political ecology**: a critical introduction. Oxford: Blackwell Publishing, 2004.

RODRIGUES, A. L. **O latifúndio no Rio Grande do Sul**: velhas formas na funcionalidade de novos atores econômicos na microrregião geográfica da Campanha Central. 2006. 165f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Centro de Ciências Naturais e Exatas, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2006.

ROESSING, A. C.; LAZZAROTTO, J. J. **Criação de empregos pelo complexo agroindustrial da soja**. Londrina: EMBRAPA Soja, 2004.

SALOMÃO, A.; SEIBEL, F. Os 10 novos pólos do agronegócio. **Revista Exame**, São Paulo, set. 2005. Disponível em: <<http://portalexame.abril.com.br>>. Acesso em: 13 set. 2009.

SAND, E. E. et al. Notas científicas: mapeamento semidetalhado do uso da terra do bioma Cerrado. **Revista Pesquisa Agropecuária Brasileira**, Brasília, v. 43, n. 1, p. 153-156, jan. 2008.

SAWYER, D. R. Ocupação e desocupação da fronteira agrícola no Brasil; ensaio de interpretação estrutural e espacial. In: SEMINÁRIO “EXPANSÃO DA FRONTEIRA AGROPECUÁRIA E MEIO AMBIENTE NA AMÉRICA LATINA”, 1981, Brasília. **Anais...** Brasília: UnB. v.1.

SCHLESINGER, S. **O grão que cresceu demais**: a soja e seus impactos sobre a sociedade e o meio ambiente. Rio de Janeiro: Fase, 2006.

SHIRAIISHI NETO, J. **Inventário de leis, decretos e regulamentos de terras do Maranhão – 1850/1996**. Belém: EDUFPA, 1998.

SIMON, P. **A diáspora do povo gaúcho**. Brasília: Senado Federal, 2009.

SILVA, L. L. O papel do Estado no processo de ocupação das áreas de Cerrado entre as décadas de 60 e 80. **Revista Caminhos de Geografia**, Uberlândia, v. 1, n. 2, p. 25-36, dez. 2000.

SLC. **Histórico**. Disponível em: <<http://www.slcagricola.com.br/>>. Acesso em: 28 mar. 2010.

SOUZA, T. S. C. **Afirmção e contestação ao patrimonialismo**: um estudo das práticas e das representações sociais num território em transformação. 2006. 146f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.

STEFANO, F. O sertão agora é assim. **Revista Exame**, São Paulo, n. 947, 9 jul. 2009. Disponível em: <<http://exame.abril.com.br/revista-exame/edicoes/0947/noticias/sertao-agora-assis-482542>>. Acesso em: 13 mar. 2011.

STEVENS, C. J. Symbolic action and soil fertility: political ecology and the transformation of space and place in Tonga. In: PAULSON, S.; GEZON, L. L. (Eds.). **Political ecology across spaces, scales, and social groups**. New Brunswick: Rutgers University Press, 2004, p. 154-173.

SUERTEGARAY, D. M. A. Espaço geográfico uno e múltiplo. **Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales**, Barcelona, v. 5, n. 93, p. 1-11, jul. 2001. Disponível em: <<http://www.ub.edu/geocrit/nova5.htm>>. Acesso em: 13 dez. 2010.

TOLEDO, M. R. **Circuitos espaciais da soja, da laranja e do cacau no Brasil**: uma nota sobre o papel da Cargill no uso corporativo do território brasileiro. 2005. 142f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geociências, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005.

TSEBELIS, G. **Jogos ocultos**: escolha racional no campo da política comparada. São Paulo: EDUSP, 1998.

UOL. **Execução orçamentária do PAC até dezembro de 2010**. Disponível em: <<http://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/infografico/2010/02/25/veja-a-execucao-orcamentaria-do-pac-ate-dezembro-de-2009.jhtm>>. Acesso em: 27 set. 2010.

VAINER, C. B. Planejamento territorial e projeto nacional: os desafios da fragmentação. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 1, p. 9-23, maio 2007.

VANWEY, L. K.; OSTROM, E.; MERETSKY, V. Teorias subjacentes ao estudo de interações homem-ambiente. In: MORAN, E. F.; OSTROM, E. (Org.). **Ecossistemas florestais**: interação homem-sociedade. São Paulo: SENAC, 2009, p. 41-81.

VAYDA, A. P.; WALTERS, B. B. Against political ecology. **Human Ecology Review**, New York, v. 27, n. 1, p. 167-179, Mar. 1999.

VELHO, O. G. **Frentes de expansão e estrutura agrária**: estudo do processo de penetração numa área da Transamazônica. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1972.

VERNETTI, F. J. História e importância da soja no Brasil. **Revista a Lavoura**, Rio de Janeiro, v. 81, p. 21-24, nov./dez. 1977.

YOSHII, K. Programa de Cooperação Nipo-Brasileiro para o Desenvolvimento dos Cerrados – PRODECER. In: YOSHII, K.; CAMARGO, J. A.; ORIOLI, A. L. (Org.) **Monitoramento ambiental nos projetos do Prodec**. Planaltina (DF): Embrapa Cerrados, 2000, p. 27-33.

ZANCOPE, G. J.; NASSER, J. M. **O Brasil que deu certo**: a saga da soja brasileira. Curitiba: Tríade, 2005.

ZHOURI, A.; OLIVEIRA, P. Desenvolvimento, conflitos sociais e violência no Brasil mal: o caso das usinas hidrelétricas. **Revista Ambiente & Sociedade**, v. 10, n. 2, p. 119-135, jul./dez. 2007.

ZIMMERER, K. S.; BASSETT, T. J. Approaching political ecology: society, nature, and scale in human-environment studies. In: ZIMMERER, K. S.; BASSETT, T. J. (Eds.). **Political ecology**: an integrative approach to geography and environment-development studies. New York: The Guilford Press, 2003, p. 1-25.

ANEXOS

Anexo 1 – Títulos de terra emitidos pelo INTERMA para o município de Balsas entre 1999 e 2009

N.º	N.º TÍTULO	N.º PROCESSO	PROPRIETÁRIO	POVOADO	ÁREA (ha)
1.	02574	4030/06	Adailton Sousa Lima	África	192,9494
2.	04223	0755/09	Adão Alves Borges	Porenquanto	199,6210
3.	00267	2722/03	Adauto da Matta	Veredão	194,1450
4.	00673	0291/04	Adauto de Carvalho	Suçarana	198,9046
5.	02575	4037/06	Adelci dos Santos Miranda	África	195,6496
6.	00598	0137/04	Adelúcio Ramos Morais	Campina	196,7468
7.	13796	4717/98	Adriana Cardoso de Sousa	Rio Peixe	198,8100
8.	13651	0017/98	Adriana dos Santos	Baixa funda	197,0104
9.	02252	3916/06	Adriano da Silva Conceição	Sucuruju	192,7818
10.	03091	2260/07	Aguimarães Santos de Rezende	Lagoa da Limpeza	199,9347
11.	03131	2895/07	Alessandra Barbosa dos Santos	Lagoa da Limpeza	24,8401
12.	00708	3925/03	Alessandra Costa e Silva	Baixa Funda	172,0670
13.	00275	2714/03	Alexsandro Pereira da Silva	Veredão	197,2078
14.	13799	4721/98	Ana Cristina Cardoso Fonseca	Rio Peixe	198,8100
15.	13798	4720/98	Ana Lucia Miranda Arruda	Rio Peixe	198,4800
16.	01484	1117/05	Andradi de Paula Costa Pereira	Baixa funda	108,5985
17.	00193	2298/03	Anelita Alves da Silva	Serra do Penitente IV	200,4959
18.	13797	4719/98	Antonio Lima de Oliveira	Rio Peixe	198,8100
19.	02253	3923/06	Antonia Conceição Silva	Sucuruju	192,6753

N.º	N.º TÍTULO	N.º PROCESSO	PROPRIETÁRIO	POVOADO	ÁREA (ha)
20.	04224	0761/09	Antonio Dias de Sousa	Porenquanto	156,5193
21.	00674	0292/04	Antonio Eduvirgens de França	Suçuarana	198,9327
22.	00200	2288/03	Antonio José da Silva	Serra do Penitente IV	199,9592
23.	02576	4035/06	Antonio Jose da Silva Gonçalves	África	194,8761
24.	00208	2279/03	Antonio Jose de Sousa	Serra do Penitente IV	200,0000
25.	13859	4392/02	Antonio Valdir Vischi	Suçuarana	192,3076
26.	02785	0516/07	Aparecido Rufino Corrêa	Baixa Funda	199,4713
27.	00968	3076/04	Ari Gottardi	África	188,8063
28.	00599	0134/04	Ariomar Soares de Sousa	África	193,1035
29.	00864	1917/03	Armando Dutra Feitosa	Campina	200,0215
30.	04221	1139/003	Associação de Mini e Pequenos Produtores Rurais da Comunidade Caracol	Caracol	4.570,9368
31.	00187	1139/03	Associação de Mini e Pequenos Produtores Rurais da Comunidade Caracol	Caracol	5.567,5276
32.	03305	1143/03	Associação de Mini e Pequenos Produtores Rurais da Comunidade Ferreira	Ferreira	3.484,4280
33.	00186	1140/03	Associação Espírito Santo	Buritirana	5.490,6455
34.	04222	2407/03	Associação São Felix	Água Branca	3.346,6511
35.	R0090B	1141/03	Associação São Francisco do Povoado Boqueirão	Boqueirão	7.880,9721
36.	0088B	1142/03	Associação Todos os Santos de Mini e Pequenos Produtores Rurais da Comunidade Águas Claras	São Vicente	11.942,3087

N.º	N.º TÍTULO	N.º PROCESSO	PROPRIETÁRIO	POVOADO	ÁREA (ha)
37.	01253	0829/05	Aureliano Vieira Caixeta	Baixa funda	187,6641
38.	03285	3938/06	Aurismar Borges dos Santos	Campina	186,1353
39.	13467	0006/98	Cacilda Letícia Silva Dias	Baixa Funda	183,9997
40.	00601	0390/04	Carlos Alberto Gomes de Carvalho	África	151,7078
41.	00564	1912/03	Carlos Augusto Vasconcelos dos Santos	Campina	196,2324
42.	00283	2280/03	Carlos dos Santos Garcia Araujo	Serra do Penitente IV	199,6929
43.	00577	1911/03	Carlos Fonseca dos Santos	Campina	199,7109
44.	02786	0443/07	Celso Oliveira da Silva	Baixa Funda	195,9536
45.	00272	2717/03	Christiane Reidi	Veredão	198,3470
46.	01254	0822/05	Cibele Ribeiro da Silva	Baixa Funda	187,9608
47.	04225	0764/09	Cintia Ribeiro do Nascimento	Porenquanto	155,2955
48.	00572	1923/03	Claudinário Vasconcelos dos Santos	Campina	200,6345
49.	13641	0010/98	Cláudio Luiz Garcia	Baixa Funda	175,4407
50.	00500	3728/03	Clécio Vinicius Ferreira Mottin	Fazenda Carolina	155,1893
51.	02787	0444/07	Cleiton Carvalho	Baixa Funda	198,5457
52.	00204	2283/03	Cleudir dos Santos	Serra do Penitente IV	199,8585
53.	02788	0442/07	Colemar Ribeiro de Sousa	Baixa Funda	197,4831
54.	03286	3940/06	Constancio Borges dos Santos	Coqueiro	183,8333
55.	00574	1910/03	Cristino Evangelista Santos	Campina	199,2604
56.	03529	4009/03	Daci Pereira da Silva	Campina	200,0332

N.º	N.º TÍTULO	N.º PROCESSO	PROPRIETÁRIO	POVOADO	ÁREA (ha)
57.	00284	2286/03	Dalvenir Ribeiro Costa	Serra do Penitente IV	200,0008
58.	00565	1903/03	Dalvina dos Santos Nunes	Campina	200,9325
59.	00213	2285/03	Daniel da Mata da Conceição	Serra do Penitente IV	200,9332
60.	01347	1857/05	Daniel Silva de Carvalho	Veredão	200,6434
61.	00271	2718/03	Daniela Spricigo	Veredão	199,3766
62.	03267	2264/07	David Msterson Barbosa dos Santos	Baixa Funda	195,9591
63.	02254	3912/06	Delfonso José Claudino	Sucuruju	192,4646
64.	02789	0441/07	Deuzimar de Sousa Silva Costa	Baixa Funda	198,2270
65.	00278	2711/03	Dianor Jaco Riedi	Veredão	199,9542
66.	00576	1909/03	Diego Bruno Fonseca dos Santos	Campina	200,3523
67.	00969	3079/04	Dilmar Xavier da Silva	África	184,5627
68.	04352	1267/09	Diogo Rossi Lima Nogueira	Ferreira	184,5391
69.	02255	3917/06	Dioni Oliveira Dias	Sucuruju	192,7094
70.	01255	0834/05	Duyts Mara de Andrade e Silva	Baixa Funda	188,1557
71.	02790	0448/07	Edimar Ribeiro da Silva	Baixa Funda	199,0771
72.	01348	1858/05	Edinaldo Santos Almeida	Veredão	196,9203
73.	00971	3081/04	Eduardo Gottardi Neto	África	184,8247
74.	00501	3727/03	Eduardo Osten Costacurta	Fazenda Carolina	154,3700
75.	02256	3913/06	Eduardo Paula da Silva	Sucuruju	190,8985
76.	01232	0944/05	Eliane Souza Neto da Rocha	Serra do Penitente IV	185,0000

N.º	N.º TÍTULO	N.º PROCESSO	PROPRIETÁRIO	POVOADO	ÁREA (ha)
77.	00675	0300/04	Elias Pereira de Sousa	Suçuarana	139,8918
78.	02791	0435/07	Elisandro Soares da Silva	Baixa Funda	199,3408
79.	02792	0513/07	Élson Ferreira de França	Baixa Funda	199,6644
80.	00970	3080/04	Emmanuel Pereira Lima	África	181,7652
81.	02554	3908/06	Erasmu Rodrigues da Silva	Sucuruju	190,2634
82.	04226	0765/09	Erizonia Lopes de Oliveira	Porenquanto	199,8805
83.	00972	3077/04	Euclides Bento Ferreira	África	181,3878
84.	13642	0007/98	Eurípedes Garcia	Baixa Funda	157,7658
85.	02793	0439/07	Eurípedes Moreira da Silva	Baixa Funda	196,9856
86.	00273	2716/03	Evandro Katsumi Araki	Veredão	198,5557
87.	00600	0139/04	Everaldo Borba Barden	África	184,7343
88.	04353	1266/09	Expedito Ribeiro de Barros	Ferreira	44,1941
89.	02258	3914/06	Fabio Manoel da Costa	Sucuruju	193,3952
90.	00279	2709/03	Fabio Yoshiharu Araki	Veredão	196,6519
91.	00573	1914/03	Fátima dos Santos Nunes	Campina	199,0542
92.	13645	0011/98	Fernando César Garcia	Baixa Funda	195,2446
93.	04227	0758/09	Fernando Falavigna	Porenquanto	198,8334
94.	01345	1855/05	Flavio Nonato Silva Alves	Veredão	197,6427
95.	13794	4715/98	Flavio Rotulo Inácio	Rio Peixe	198,8100
96.	00205	2282/03	Flavio Silva Chagas	Serra do Penitente IV	200,3760

N.º	N.º TÍTULO	N.º PROCESSO	PROPRIETÁRIO	POVOADO	ÁREA (ha)
97.	01344	1854/05	Francinaldo Silva Alves	Veredão	200,5152
98.	00199	2289/03	Francisca Maria da Conceição	Serra do Penitente IV	200,0000
99.	00212	2304/03	Francisco das Chagas Firmino de Sousa	Serra do Penitente IV	199,8994
100.	02794	0447/07	Francisco Rodrigues Guimarães	Baixa Funda	199,7415
101.	03136	2940/07	Gabriel Dias Fonseca Araujo	África	168,3131
102.	00570	1907/03	Geovane Pereira dos Santos	Campina	200,4057
103.	01351	1861/05	Geraldo Cardoso da Rocha	Veredão	189,5906
104.	13862	4391/02	Geraldo Tertoliano Vilmondes	Suçuarana	192,3076
105.	02555	3922/06	Gerson Aparecido de Magalhães	Sucuruju	193,2243
106.	00580	3644/03	Gestrudes Ferreira de Sousa	Campina	192,9445
107.	00575	1916/03	Gil Fonseca dos Santos	Campina	197,7699
108.	13857	4386/02	Gilda Maria da Silva Amaral	Suçuarana	192,3073
109.	04278	1005/09	Gilson Martins do Nascimento	Porenquanto	198,8928
110.	02795	0450/07	Gilvan Candido da Silva	Baixa Funda	199,4604
111.	02259	3906/06	Heber Moraes Montelo	Sucuruju	194,3051
112.	03287	3937/06	Helijanio Barros Reis	Coqueiro	198,4676
113.	02796	0445/07	Hélio Glória Lima	Baixa Funda	198,8134
114.	02260	3918/06	Heloy Rodrigues	Sucuruju	195,7817
115.	13856	4380/02	Herberth de França Abreu	Suçuarana	192,3076
116.	13863	4389/02	Humberto Cardoso Noletto	Suçuarana	192,3076

N.º	N.º TÍTULO	N.º PROCESSO	PROPRIETÁRIO	POVOADO	ÁREA (ha)
117.	00188	2303/03	Ilma Martins	Serra do Penitente IV	200,0000
118.	00566	1904/03	Isabel de Jesus Santos	Campina	196,1320
119.	00198	2291/03	Izanilde da Vitória Serra	Serra do Penitente IV	200,0000
120.	13868	4502/02	Jane Celi Dias Carneiro	Suçuarana	192,5575
121.	00202	2287/03	Janilson César Pereira	Serra do Penitente IV	200,0000
122.	00567	3641/03	Jared Sousa dos Santos	Campina	192,1737
123.	13865	4384/02	Jean de França Abreu	Suçuarana	192,2936
124.	00593	0127/04	Jeanne Sousa dos Santos	Campina	194,7289
125.	00269	2720/03	Jefferson Massaharu Araki	Veredão	195,8182
126.	13640	0009/98	Jerônimo Teodoro Lemes de Morais	Baixa Funda	171,9594
127.	00709	3926/03	João Afonso Almeida Carvalho	Baixa Funda	172,2484
128.	00210	2277/03	João Alves	Serra do Penitente IV	200,0000
129.	00973	3078/04	João Batista dos Santos	África	181,0799
130.	13861	4381/02	João dos Reis Martins	Suçuarana	192,3067
131.	00502	3734/03	João Fernando Gabriel Taques	Fazenda Carolina	200,8061
132.	02261	3911/06	João Frutuoso da Silva	Sucuruju	193,9972
133.	00568	1908/03	João Pereira da Silva Neto	Campina	184,8229
134.	02797	0437/07	João Pereira dos Anjos	Baixa Funda	199,0998
135.	01346	1856/05	João Pestana Vale	Veredão	198,4955
136.	00578	1915/03	Joaquim Dias dos Reis	Campina	199,3544

N.º	N.º TÍTULO	N.º PROCESSO	PROPRIETÁRIO	POVOADO	ÁREA (ha)
137.	00503	3726/03	João Martins Alves	Fazenda Carolina	152,0467
138.	00596	0135/04	Jorge Neto	Campina	198,0253
139.	00203	2284/03	Josael Medeiros do Nascimento	Serra do Penitente IV	199,1817
140.	00974	2893/04	José Adair Padilha Goulart	Boa Esperança	200,7792
141.	04207	0306/09	Jose Ademir Henrichs	Buriti	169,9889
142.	02577	4034/06	Jose Augusto da Costa Dourado	África	194,2406
143.	02578	4033/06	Jose Carlos Costa Dourado	África	195,7193
144.	02798	0514/07	José Cavalcante Lima Júnior	Baixa Funda	199,5942
145.	00975	2891/04	José Cláudio Pinto e Silva	Boa Esperança	200,0006
146.	00206	2281/03	José de Ribamar Oliveira	Serra do Penitente IV	199,2828
147.	04228	0760/09	José Dirceu Ferraz	Porenquanto	199,1008
148.	00710	3924/03	Jose Irene Queiroz Feitosa	Baixa Funda	181,2346
149.	00196	2294/03	José Ribamar Rocha	Serra do Penitente IV	199,5825
150.	02799	0446/07	José Salvador de Sousa Rodrigues	Baixa Funda	199,6938
151.	00191	2300/03	José Teixeira da Silva	Serra do Penitente IV	200,5947
152.	13860	4388/02	José Vilmondes	Suçuarana	192,3014
153.	00976	2892/04	José Widson Maranhão de Medeiros	Boa Esperança	200,5909
154.	03288	3939/06	Josimar Borges	Campina	181,5225
155.	00201	2290/03	Josimar Soares do Nascimento	Serra do Penitente IV	199,0781
156.	00977	2894/04	Juliana de Campos Queiroz	Boa Esperança	200,0000

N.º	N.º TÍTULO	N.º PROCESSO	PROPRIETÁRIO	POVOADO	ÁREA (ha)
157.	00190	2301/03	Karina Lordello Piedade	Serra do Penitente IV	200,6583
158.	00711	3338/03	Kelson da Silva Araujo	Baixa Funda	196,0706
159.	02847	3606/93	Laila Fabiana Coelho Bertino	Buriti	144,5103
160.	01355	1865/05	Lazaro Valetim Marques	Veredão	194,9313
161.	00602	0329/04	Leidiane Lopes de Sousa	Campina	191,3172
162.	02848	3612/93	Leonardo Felipe Coelho Bertini	Buriti	153,0162
163.	00676	0301/04	Lidiane Abreu Garcez	Suçuarana	199,9989
164.	00677	0295/04	Lívia Sonia França Abreu	Suçuarana	197,1261
165.	01459	1095/05	Lucélia Lisboa dos Santos	Baixa Funda	193,8149
166.	01073	2214/04	Lucia Helena Bellato	Campina	200,5091
167.	13639	0005/98	Luciene Soares Vieira	Baixa Funda	187,5063
168.	13858	4383/02	Lucilene Domingos Campos	Suçuarana	192,3043
169.	02582	3915/06	Luis Antonio de Assis	Sucuruju	189,6122
170.	00195	2293/03	Luis Carlos Menezes Júnior	Serra do Penitente IV	199,9920
171.	02579	4036/06	Luis Carlos Pacheco da Cruz	África	195,0062
172.	00863	1160/04	Luis Salvador de Sousa Brito	Povoado Baixa Verde	165,1543
173.	02262	3909/06	Luis Antonio Xavier Pereira	Sucuruju	190,0824
174.	01349	1859/05	Luk Sudam Silva Ferreira	Veredão	196,2834
175.	S0002b	4387/02	Luzia Pereira de Sousa	Suçuarana	192,3041
176.	02891	0449/07	Manoel Batista da Silva	Baixa funda	199,2793

N.º	N.º TÍTULO	N.º PROCESSO	PROPRIETÁRIO	POVOADO	ÁREA (ha)
177.	00678	0297/04	Manoel Pereira de França	Suçuarana	198,1505
178.	04249	0840/09	Marcello Batista Carneiro de Miranda	Baixa Funda	200,0000
179.	02800	0438/07	Marcelo nogueira dos Santos	Baixa Funda	199,3084
180.	00209	2278/03	Maria Antonia Vieira	Serra do Penitente IV	199,5038
181.	00194	2297/03	Maria Aparecida da Silva	Serra do Penitente IV	200,1243
182.	00571	1906/03	Maria da Conceição Pereira dos Santos	Campina	199,3971
183.	13795	4718/98	Maria da Guia Pereira Vasconcelos	Rio Peixe	198,8100
184.	13867	4500/02	Maria da Mercês Cardoso da Silva	Suçuarana	192,6359
185.	S0001B	4385/02	Maria da Paixão Pereira de Sousa	Suçuarana	192,3077
186.	00211	2276/03	Maria de Jesus Costa dos Santos	Serra do Penitente IV	200,0000
187.	00592	0128/04	Maria do Carmo Rocha Sousa	Povoado Campina	192,1020
188.	00679	0298/04	Maria do Espírito Santo de Abreu França	Suçuarana	123,2960
189.	01485	1091/05	Maria Domingas Mendes Sousa	Baixa Funda	192,2446
190.	04229	0766/09	Maria José Alves Borges	Porenquanto	198.8792
191.	00189	2302/03	Maria Raimunda Pereira da Conceição	Serra do Penitente IV	200,0000
192.	00579	3645/03	Maria Regina dos Reis Sousa	Campina	194,3187
193.	02802	0451/07	Marilucia da Silva Gomes	Baixa Funda	199,7159
194.	00597	0136/04	Marineide Santos Moura	Povoado Campina	197,1960
195.	03289	3935/06	Marlene Madalena Borges	Porto Isidoro	195,2884
196.	00281	2295/03	Marly Borges da Silva	Serra do Penitente IV	200,3587

N.º	N.º TÍTULO	N.º PROCESSO	PROPRIETÁRIO	POVOADO	ÁREA (ha)
197.	04950	0841/09	Maryllo Batista Carneiro de Miranda	Baixa Funda	200,0000
198.	00266	2708/03	Masami Araki	Veredão	195,7031
199.	00569	1905/03	Merandolina Pereira dos Santos	Campina	200,2691
200.	02263	3919/06	Miguel Aparecido de Magalhães	Sucuruju	191,3818
201.	02803	0436/07	Montier Soares do Nascimento	Baixa Funda	198,7889
202.	02264	3921/06	Mozer Oliveira Silva	Sucuruju	191,0830
203.	03135	2939/07	Naruhito Ferreira Rocha	África	167,8630
204.	02254	3907/06	Natal Alves de Assis Sobrinho	Sucuruju	191,4393
205.	13638	0008/98	Nilson Alves de Souza	Baixa Funda	198,6995
206.	04230	0759/09	Orivaldo Falavigna	Porenquanto	123,0018
207.	03092	2259/07	Osmar Rodrigues da Mota	Lagoa da Limpeza	199,9999
208.	01353	1863/05	Oswaldo dos Santos dos Anjos Filho	Povoado Veredão	199,8910
209.	02580	4031/06	Osvane de Sousa Alves	África	195,7810
210.	00276	2713/03	Pamela Sponchiado	Veredão	199,1814
211.	00192	2299/03	Patrícia Pereira de Carvalho	Serra do Penitente IV	200,3438
212.	00594	0130/04	Pauleano e Silva de Oliveira	Campina	194,7023
213.	S0003B	4390/02	Paulo Arnaud de França Abreu	Suçuarana	192,3426
214.	04328	0762/09	Paulo Henrique Dias da Costa	Porenquanto	197,8502
215.	04231	0757/09	Paulo Sergio Dias da Costa	Porenquanto	123,7065
216.	00282	2296/03	Paulo Sergio Franceschi Piedade	Serra do Penitente IV	195,9248

N.º	N.º TÍTULO	N.º PROCESSO	PROPRIETÁRIO	POVOADO	ÁREA (ha)
217.	13866	4501/02	Pedro Abreu Filho	Suçuarana	192,4817
218.	00978	2895/04	Pedro Adriano Santos Rocha	Povoado Boa Esperança	200,0016
219.	13864	4382/02	Rafael Guimarães Pereira	Suçuarana	192,3077
220.	01233	0943/05	Raimunda Quixaba da Silva	Serra do Penitente IV	200,0000
221.	02581	4032/06	Raimundo Barreira Alves	África	194,8045
222.	00595	0132/04	Raimundo Nonato dos Reis Sousa	Povoado campina	193,0128
223.	13643	0012/98	Raul Jota dos Santos	Baixa Funda	186,6593
224.	13649	0016/98	Raul Jota dos Santos Júnior	Baixa Funda	185,8533
225.	13644	0015/98	Regina Maria dos Santos	Baixa Funda	198,8792
226.	01250	0830/05	Renata de Moura Vieira	Baixa Funda	187,0979
227.	02804	0440/07	Roberio Souza de Paula	Baixa Funda	195,4420
228.	02556	3920/06	Ronilson Sarafin de Arruda	Sucuruju	193,5107
229.	01463	1093/05	Roseane de Araujo Silva	Baixa Funda	193,1494
230.	01074	3894/04	Roseney Bellato	Povoado campina	200,7176
231.	03268	2265/07	Rudelmar Lustosa Filho	Baixa Funda	189,0235
232.	02240	2626/03	Sebastiana Pereira da Silva	Campina	195,0098
233.	01354	1864/05	Sebastião das Mercês Silva	Povoado Veredão	197,5590
234.	13650	0014/98	Sebastião dos Santos	Baixa Funda	194,9268
235.	00270	2719/03	Sergio Luis Colling	Veredão	198,0253

N.º	N.º TÍTULO	N.º PROCESSO	PROPRIETÁRIO	POVOADO	ÁREA (ha)
236.	01251	0831/05	Tainá Borges Pereira	Baixa Funda	79,2862
237.	01461	1094/05	Ted Ribeiro Louzeiro	Baixa Funda	193,9959
238.	04279	1006/09	Teoplicio Nogueira de Mata	Porenquanto	198,3568
239.	13646	0013/98	Thelma dos Santos da Costa	Baixa Funda	171,3622
240.	00280	2710/03	Uziel Nunes	Veredão	195,9846
241.	00274	2715/03	Valcirene de Sousa Lima	Veredão	199,1074
242.	03290	3936/06	Valderina da Silva Borges	Coqueiro	190,4240
243.	00865	0129/04	Valderly Silva de Moura	Campina	190,2214
244.	03132	2894/07	Valdez Alves da Silva	Lagoa da Limpeza	200,0653
245.	02849	1300/93	Vera Lucia Coelho Bertino	Buriti	167,8845
246.	03093	2258/07	Vicente Frazão	Lagoa da Limpeza	199,9999
247.	04251	0842/09	Vilmara Neves da Silva	Baixa Funda	200,0000
248.	03137	2941/07	Vinicius Landim Ferreira	África	168,3329
249.	01252	0832/05	Vinicius Leal Borges	Baixa Funda	187,7306
250.	01350	1860/05	Wagner Cardoso Pereira	Veredão	192,7815
251.	00680	0296/04	Waldivan Pereira da Silva	Suçuarana	198,3964
252.	01460	1092/05	Wallace Costa Freitas	Baixa Funda	193,9488
253.	02257	3910/06	Wanderlei Rodrigues	Sucuruju	189,8892
254.	02805	0515/07	Welton Cavalcante Lima	Baixa Funda	199,0370
255.	00197	2292/03	Wenas da Silva dos Santos	Serra do Penitente IV	200,0000

N.º	N.º TÍTULO	N.º PROCESSO	PROPRIETÁRIO	POVOADO	ÁREA (ha)
256.	00268	2721/03	Wilson Jose Neis	Veredão	196,8696
257.	01352	1862/05	Wellington Araujo Coelho	Veredão	197,0204
258.	13.855	4722/98	Yaponira Miranda Bandeira	Rio Peixe	198,8100
259.	00277	2712/03	Yoriko Araki	Veredão	195,9551
260.	03199	3064/07	Yuri Leandro Ferreira Barros	Ferreira	199,8380
261.	01462	1115/05	Zilma de Souza Costa Pereira	Baixa Funda	108,4825
TOTAL					90.464,4095

Fonte: INTERMA. Secretária do Estado de Agricultura e Desenvolvimento Agrário (SEDAGRO). Governo do Estado do Maranhão.

Anexo 2 – Fazendas produtoras de soja no município de Balsas

N.º	PROPRIETÁRIO	NOME DA PROPRIEDADE	LATITUDE (S)	LONGITUDE (WO)	ALTITUDE (m)
1	Valmir Carlos Pizzolio	Fazenda 3 Irmãos	07°52'08,7"	045°51'07,7"	377
2	Raphael Tregnago Aguiar	Fazenda Agrinvest Brasil Ltda.	08°24'28,2"	046°43'08,6"	528
3	Onildo Toledo Pereira	Fazenda Agrosul	07°44'41,6"	046°07'25,2"	335
4	Sérgio Baú	Fazenda Agrovida 1	07°27'37,9"	046°15'08,7"	332
5	Sérgio Baú	Fazenda Agrovida 2	07°24'26,8"	046°14'43,2"	296
6	André da Silva Queiroz	Fazenda Água Branca	07°41'22,4"	046°26'46,7"	411
7	Terezinha Boeri Sandri	Fazenda Alegre	07°27'15,0"	046°16'14,6"	318
8	Genésio Zitkoski	Fazenda Alegre	07°32'34,1"	046°09'25,0"	259
9	Fernando José Correa Moura	Fazenda Amizade	07°40'13,9"	045°45'43,2"	
10	Geraldo Vieira	Fazenda Ang	07°25'47,4"	045°23'19,4"	313
11	Arlindo Celestino Braum Fucina	Fazenda Arapuá	08°07'23,4"	046°08'39,8"	587
12	Arno Tunnermann	Fazenda Arco Íris	08°08'54,4"	045°54'27,8"	411
13	Marcos José Schuch	Fazenda Arizona	07°52'53,4"	046°00'00,5"	324
14	João Domeni	Fazenda Bariri Nordeste	07°58'13,0"	046°06'58,3"	521
15	Terezinha Sucupira	Fazenda Batavo	08°31'11,0"	046°44'10,0"	512
16	Germano Bernardo Degger	Fazenda Boa Esperança	08°34'09,9"	046°39'14,7"	624
17	Marcos José Schuch	Fazenda Boa Vista	07°58'00,1"	045°53'45,9"	327
18	Antonius Cornelius L. Philipsen	Fazenda Boa Vista	07°39'25,3"	046°23'25,4"	364
19	Boi Preto	Fazenda Boi Preto	08°01'01,5"	045°57'16,1"	376
20	Vanir Lorenzetti	Fazenda Boto	07°50'16,3"	046°01'17,2"	324

N.º	PROPRIETÁRIO	NOME DA PROPRIEDADE	LATITUDE (S)	LONGITUDE (WO)	ALTITUDE (m)
21	Nilvio Simon	Fazenda Brejo Comprido	07°50'40,2"	045°59'09,1"	314
22	Teodoro Zimmermann	Fazenda Cachoeira	07°44'48,5"	045°58'35,7"	298
23	Ademar Rhoden	Fazenda Cachoeira	08°27'16,4"	046°44'15,1"	500
24	Idone Grolli	Fazenda Cajueiro	07°13'53,0"	045°58'35,3"	318
25	Luís Antonio Lino	Fazenda Cantinho	08°04'58,6"	045°55'45,4"	340
26	Leocir Antônio Cattani	Fazenda Cattani II	07°50'31,6"	045°59'36,0"	306
27	Weisul Agrícola Ltda.	Fazenda Catuaí Verde	08°26'27,2"	046°37'38,1"	473
28	Paulo Antonio Rikler	Fazenda Cauá	08°25'47,2"	046°37'05,3"	460
29	Ildemar Simm	Fazenda Cedro	07°25'38,7"	046°18'05,5"	334
30	Nanne Klaver	Fazenda Cedro	07°26'22,6"	046°18'48,5"	342
31	Célio Antonio Weiler	Fazenda Certeza	08°07'35,0"	045°53'25,8"	417
32	Wagner Roberto Biazão	Fazenda Chapada Do Sol	07°42'06,5"	046°20'09,1"	395
33	Ivo Henrique frohlich	Fazenda Coco	07°27'03,6"	046°19'17,6"	353
34	Martim Kahlmeier	Fazenda Coqueiros	08°05'09,4"	046°08'28,5"	567
35	Neuri José Pasqualotto	Fazenda Country	07°29'48,5"	046°19'40,5"	316
36	Getulio Brasil Vielmo	Fazenda Curitiba	07°29'08,9"	046°14'38,7"	308
37	Gabriel Pizzinatto	Fazenda Dom Primo	07°27'39,7"	046°15'14,5"	332
38	Valdemir Luís Rosetto	Fazenda Escondido	07°57'50,3"	045°55'27,5"	330
39	Gisela Introvini	Fazenda Fapcen	07°27'07,7"	046°01'31,5"	255
40	Guaraci Panisson	Fazenda Flor Do Tempo	07°49'40,9"	046°22'14,1"	548

N.º	PROPRIETÁRIO	NOME DA PROPRIEDADE	LATITUDE (S)	LONGITUDE (WO)	ALTITUDE (m)
41	Valdir Zaltron	Fazenda Floresta	08°29'31,8"	046°48'01,6"	534
42	Paulo Sérgio Marthaus	Fazenda Fox	08°29'19,7"	046°50'00,5"	542
43	Manoel de Jesus	Fazenda Gado Bravo	07°47'42,8"	046°22'40,4"	483
44	Antonio Carlos Manzotti	Fazenda Joviano	07°54'59,5"	046°05'18,1"	521
45	Flávio Augusto Pilau	Fazenda Kaiser	07°52'36,6"	046°21'45,8"	524
46	Luís Rosetto	Fazenda Luis Rosetto	08°00'44,1"	045°57'17,4"	362
47	Ernaldo da Silva Noieto	Fazenda Lagoa Bonita	07°37'49,1"	046°18'44,2"	366
48	Demetrio Zimmermann	Fazenda Lagoa Grande	07°37'42,3"	046°00'28,0"	325
49	Claudia Liciane Sulzbach Pereira	Fazenda Laruna	07°41'07,2"	046°03'34,2"	307
50	Fernando José Correa Moura	Fazenda Liberdade	07°40'13,8"	045°45'43,1"	
51	Márcio Aparecido V. dos Santos	Fazenda Limpos	08°02'45,1"	045°46'20,1"	488
52	Walmir Antonio Silvestre	Fazenda Maranatha	08°01'43,3"	046°11'06,4"	569
53	Mathilde Blatt	Fazenda Márcia	07°43'06,4"	046°02'34,2"	346
54	Wellington Morais Sodré	Fazenda Minuano	07°32'32,8"	046°11'32,5"	296
55	Adelco Luiz Pedó	Fazenda Nossa Senhora Do Carmo	08°03'55,9"	046°08'41,9"	569
56	Carlos Roberto Silvério de Sousa	Fazenda Nova Esperança	07°58'27,9"	046°06'22,3"	525
57	Nova Holanda Agropecuária S/A	Fazenda Nova Holanda	08°48'14,4"	046°21'50,0"	500
58		Fazenda Nova Jerusalém	07°21'59,7"	045°54'15,4"	303
59		Fazenda Novo Acordo	07°30'22,2"	046°18'24,9"	317
60	Jaime de Oliveira Logrado	Fazenda Novo Recreio	07°48'58,3"	046°18'04,2"	517

N.º	PROPRIETÁRIO	NOME DA PROPRIEDADE	LATITUDE (S)	LONGITUDE (WO)	ALTITUDE (m)
61	Ernesto Miguel Ramme	Fazenda Ouro	07°27'11,4"	046°17'38,2"	318
62	Clovis dos Santos	Fazenda Ouro Verde	08°01'06,9"	046°05'28,9"	542
62		Fazenda Palmeira	07°38'37,4"	046°12'04,5"	353
64	SLC Agrícola S/A	Fazenda Planeste	08°33'12,7"	046°51'31,1"	544
65		Fazenda Progresso	07°35'50,2"	045°58'41,1"	314
66	Abraham Johannis Von Kempen	Fazenda Renovatium	07°26'13,9"	046°17'49,9"	318
67	Deone Sandri	Fazenda Reunidas	07°24'27,8"	046°17'28,3"	321
68	Luís Fernando Sartine Felli	Fazenda Rio Claro	07°52'04,7"	045°52'07,1"	400
69	Fernando José Correa Moura	Fazenda Rio Dos Matos	07°30'59,5"	045°56'41,2"	263
70	Aloísio Zaltron	Fazenda Sagitário	08°29'13,7"	046°43'52,3"	528
71	Nilvio Simon	Fazenda Salto	07°48'10,0"	046°01'06,2"	350
72	Leo Haslinger	Fazenda Santa Bárbara	08°02'51,3"	045°57'09,0"	393
73	Alito Avozani	Fazenda Santa Catarina	07°48'21,7"	046°01'01,6"	321
74	Radi Miranda Machado	Fazenda Santa Clara	08°56'26,9"	046°51'36,9"	447
75	João Cresta	Fazenda Santa Edwiges	08°50'38,0"	046°47'53,8"	554
76	Bruno José Grespan	Fazenda Santa Helena	07°19'12,8"	045°54'34,4"	308
77	Elmo Teodoro Ribeiro	Fazenda Santa Luzia	09°11'02,9"	046°50'16,5"	477
78	Célio Caraça	Fazenda Santa Mônica	07°29'14,3"	046°10'15,9"	293
79	Maria de Jesus Martins	Fazenda São Bento	08°05'30,6"	045°46'52,7"	484
80	João Paulo	Fazenda São Bento	08°05'30,6"	045°46'52,7"	484

N.º	PROPRIETÁRIO	NOME DA PROPRIEDADE	LATITUDE (S)	LONGITUDE (WO)	ALTITUDE (m)
81	Bruno José Grespan	Fazenda São Cristóvão	07°19'12,8"	045°54'34,4"	282
82	Antônio Montagua	Fazenda São Gabriel	07°48'44,0"	045°57'05,5"	302
83	Sérgio Boeri	Fazenda Seriema	07°45'47,2"	046°01'51,8"	326
84	Volnei Luiz Lassig	Fazenda Serra Branca	08°48'20,2"	046°50'43,7"	581
85	Sítio	Fazenda Sítio	07°56'34,8"	045°54'40,3"	305
86	Gisela Introvini	Fazenda Sol Nascente	07°27'07,0"	046°01'31,5"	251
87	Valdir Toze de Oliveira	Fazenda Tabuleiro 1	07°37'16,5"	045°53'30,6"	309
88	Renato José Soletti	Fazenda Tabuleiro 2	07°37'16,5"	045°53'30,6"	309
89	Elton Rudi Gewehr	Fazenda Tanque	07°14'16,0"	045°57'08,0"	321
90	Jorge Vieira Salib	Fazenda Teatino	07°57'35,0"	045°48'29,8"	419
91	Marcos Paulo Wonmer	Fazenda Temerante	08°33'17,8"	046°10'07,7"	560
92	Luis Carlos Cunha	Fazenda Tornado	08°25'46,8"	046°45'51,4'	533
93	Rogério Tozi	Fazenda Tozi	07°27'24,0"	046°16'05,9"	325
94	Adelar Antônio Sandri	Fazenda Uirapuru	07°34'30,4"	045°56'57,9"	276
95	Renato José Soletti	Fazenda Vargem Limpa	07°38'12,0"	046°22'53,4"	358
96	Arlindo Grespan	Fazenda Vereda Bonita	07°18'12,4"	045°55'54,4"	319
97	Gerson Luiz Torquetti	Fazenda Veredinha	07°25'00,6"	046°14'13,0"	309
98	Eduardo de Moura	Fazenda Xanadú	07°55'34,2"	045°47'35,4"	465
99	Agrícola Xingu S/A	Fazenda Xingu	07°44'55,9"	046°25'02,1"	367
100	Colonos	PC-GEBAL	08°35'56,1"	046°36'15,3"	526

Fonte: AGED/MA.

Anexo 3 – Estabelecimentos agropecuários de Balsas com áreas embargadas pelo IBAMA até maio de 2011

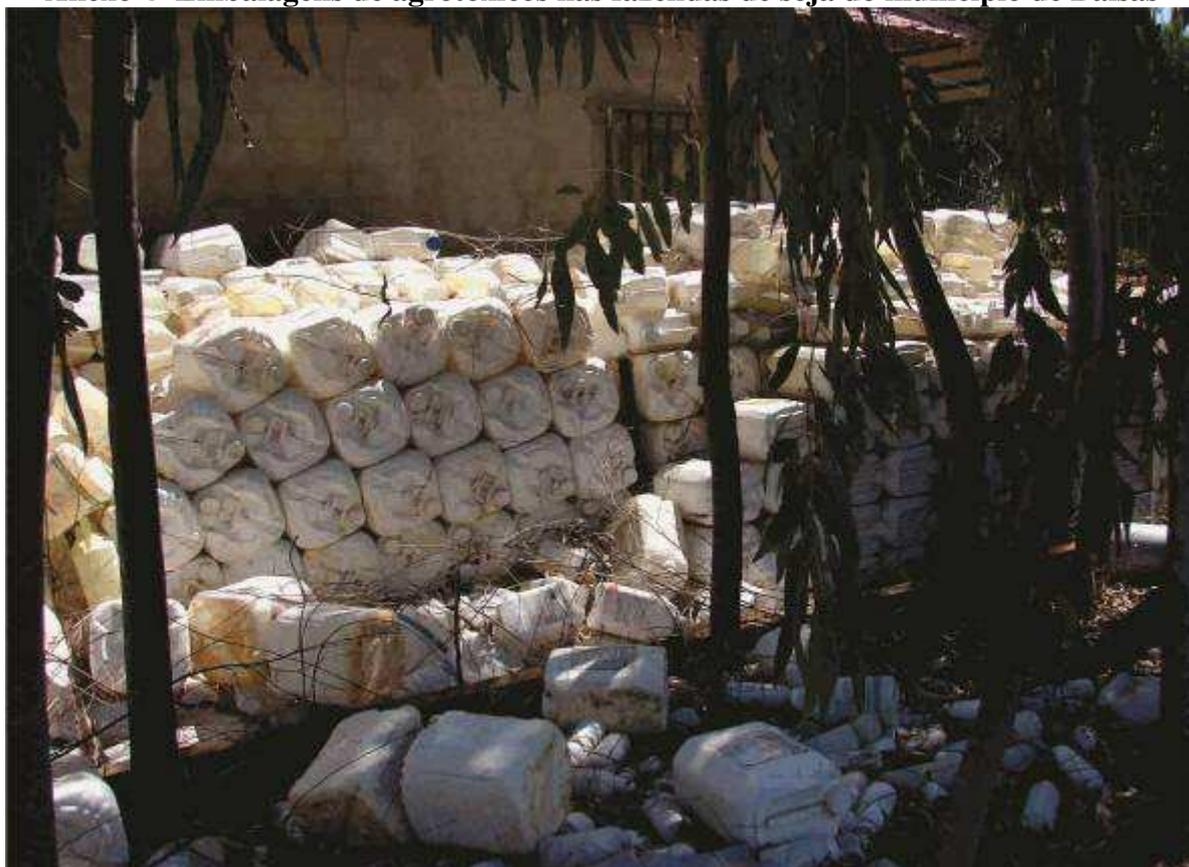
N.º	ÁREA (em ha)	NOME OU RAZÃO SOCIAL	LOCALIZAÇÃO DO IMÓVEL	INFRAÇÃO
1		Abc Industria e Comercio S.A	Rodovia MA 140 Km 197 , Gerais De Balsas - Abc - Industria E Com. S/A.	Construir, reformar, ampliar, instalar ou fazer funcionar estabelecimentos, obras ou serviços potencialmente poluidores ou utilizadores de recursos naturais, sem licença ou autorização dos órgãos ambientais competentes, em desacordo com a licença obtida.
2	1737,158	Agropecuária Serra Branca Ltda.	Fazenda Serra Branca.	Desmatar florestas ou demais formas de vegetação, sem autorização do IBAMA.
3		Amauri Santos Milhomem	Fazenda Buritirana	Destruir ou danificar florestas, cortar árvores ou demais formas de vegetação natural, em área considerada de preservação permanente ou cuja espécie seja especialmente protegida sem autorização do órgão competente ou em desacordo com a obtida.
4		Antonio Araújo Costa	Chácara São José	Construir, reformar, ampliar, instalar ou fazer funcionar estabelecimentos, obras ou serviços potencialmente poluidores ou utilizadores de recursos naturais, sem licença ou autorização dos órgãos ambientais competentes, em desacordo com a licença obtida.
5		Antonio Araújo Costa	Chácara São Jose	Destruir ou danificar florestas, cortar árvores ou demais formas de vegetação natural, em área considerada de preservação permanente ou cuja espécie seja especialmente protegida sem autorização do órgão competente ou em desacordo com a obtida.
6		Antonio Araújo Costa	Chácara São Jose	Construir, reformar, ampliar, instalar ou fazer funcionar estabelecimentos, obras ou serviços potencialmente poluidores ou utilizadores de recursos naturais, sem licença ou autorização dos órgãos ambientais competentes, em desacordo com a licença obtida.
7		Antonio Luiz da Silva	Fazenda Malhadinha	Destruir, desmatar, danificar florestas ou qualquer tipo de vegetação nativa ou de espécies nativas plantadas, objeto de especial preservação, em área de reserva legal ou servidão florestal, de domínio público ou privado não passíveis de autorização para
8		Arlindo Grespan	Fazenda Flor Do Tempo	Construir, reformar, ampliar, instalar ou fazer funcionar estabelecimentos, obras ou serviços potencialmente poluidores ou utilizadores de recursos naturais, sem licença ou autorização dos órgãos ambientais competentes, em desacordo com a licença obtida.
9	225,18	Clovis dos Santos	Fazenda Ouro Verde.	Desmatar florestas ou demais formas de vegetação, sem autorização do IBAMA, nas áreas permitidas ao desmatamento, ou seja: 20% em floresta e 65% em cerrado (Região da Amazônia Legal)

N.º	ÁREA (em ha)	NOME OU RAZÃO SOCIAL	LOCALIZAÇÃO DO IMÓVEL	INFRAÇÃO
10		Edilberto Silva Tavares	Fazenda Mijolo	Destruir ou danificar florestas, cortar árvores ou demais formas de vegetação natural, em área considerada de preservação permanente ou cuja espécie seja especialmente protegida sem autorização do órgão competente ou em desacordo com a obtida.
11		Eumar Ferreira	Fazenda Dois Irmãos As Margens Do Rio Maravilha	Desmatar florestas ou demais formas de vegetação, sem autorização do IBAMA, nas áreas permitidas ao desmatamento, ou seja: 20% em floresta e 65% em cerrado (Região da Amazônia Legal)
12		Eumar Ferreira	Fazenda Dois Irmãos As Margens Do Rio Maravilha	Destruir (danificar, desmatar) florestas ou demais formas de vegetações consideradas de preservação permanente (áreas do art. 2º da Lei 4.771/65)
13		Fazenda Cajueiro Agropecuária Ltda.	Fazenda Cajueiro Agropecuária Ltda.	Causar poluição de qualquer natureza em níveis tais que resultem ou possam resultar em danos à saúde humana, ou que provoquem a mortandade de animais ou a destruição significativa da flora.
14	15,65	Irineu Bornhausen Neto	Fazenda Barra Da Babilônia.	Desmatar florestas ou demais formas de vegetação, sem autorização do IBAMA.
15		José Gomes da Rocha	Faz. Santa Luzia	Construir, reformar, ampliar, instalar ou fazer funcionar estabelecimentos, obras ou serviços potencialmente poluidores ou utilizadores de recursos naturais, sem licença ou autorização dos órgãos ambientais competentes, em desacordo com a licença obtida.
16		José Gomes da Rocha	Faz. Santa Luzia	Construir, reformar, ampliar, instalar ou fazer funcionar estabelecimentos, obras ou serviços potencialmente poluidores ou utilizadores de recursos naturais, sem licença ou autorização dos órgãos ambientais competentes, em desacordo com a licença obtida.
17		Jose Helder Martins	Fazenda São Bento	Destruir ou danificar florestas, cortar árvores ou demais formas de vegetação natural, em área considerada de preservação permanente ou cuja espécie seja especialmente protegida sem autorização do órgão competente ou em desacordo com a obtida.
19		José Inácio da Cunha Rabelo Neto	Fazenda Mato Grosso	Desmatar florestas ou demais formas de vegetação, sem autorização do IBAMA.
19	247	Laércio Luiz Pizzolio	Fazenda Três Irmãos.	Desmatar florestas ou demais formas de vegetação, sem autorização do IBAMA, nas áreas permitidas ao desmatamento, ou seja: 20% em floresta e 65% em cerrado (Região da Amazônia Legal).
20		Luis Coelho de Assis	Fazenda Santa Rita De Cássia	Destruir ou danificar florestas, cortar árvores ou demais formas de vegetação natural, em área considerada de preservação permanente ou cuja espécie seja especialmente protegida sem autorização do órgão competente ou em desacordo com a obtida.

N.º	ÁREA (em ha)	NOME OU RAZÃO SOCIAL	LOCALIZAÇÃO DO IMÓVEL	INFRAÇÃO
21		Luis Coelho de Assis	Fazenda Santa Rita De Cássia	Infração da Flora não classificada.
22		Luis Coelho de Assis	Fazenda Santa Rita De Cássia	Infração da Flora não classificada.
23		Maria da Penha do Espírito Santo Barros Fonseca	Chácara Canaã	Construir, reformar, ampliar, instalar ou fazer funcionar estabelecimentos, obras ou serviços potencialmente poluidores ou utilizadores de recursos naturais, sem licença ou autorização dos órgãos ambientais competentes, em desacordo com a licença obtida.
24		Maria Da Penha Do Espírito Santo Barros Fonseca	Chácara Canaã	Destruir ou danificar florestas, cortar árvores ou demais formas de vegetação natural, em área considerada de preservação permanente ou cuja espécie seja especialmente protegida sem autorização do órgão competente ou em desacordo com a obtida.
25		M. C. Pavelich Extração E Britamento de Pedras	Fazenda Santa Maria, Município De Balsas - Ma.	Executar pesquisa, lavra ou extração de recursos minerais sem a competente licença ambiental ou em desacordo com a mesma.
26		Weisul Agrícola Ltda.		Construir, reformar, ampliar, instalar ou fazer funcionar estabelecimentos, obras ou serviços potencialmente poluidores ou utilizadores de recursos naturais, sem licença ou autorização dos órgãos ambientais competentes, em desacordo com a licença obtida.

Fonte: IBAMA (2011).

Anexo 4- Embalagens de agrotóxicos nas fazendas de soja do município de Balsas



Embalagens empilhadas na Fazenda União



Deposito ao seu aberto de embalagens de agrotóxicos na Fazenda Bacaba

Anexo 5- Áreas queimadas no projeto Rio do Peixe



Área queimada na Comunidade Brejo do Rancho



Área queimada na Comunidade Águas Claras